**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA**

VALDIRENE DO CARMO AMBIEL

**Estudos de Arqueologia Forense Aplicados aos Remanescentes Humanos dos Primeiros
Imperadores do Brasil Depositados no Monumento à Independência**

São Paulo

2013

VALDIRENE DO CARMO AMBIEL

Estudos de Arqueologia Forense Aplicados aos Remanescentes Humanos dos Primeiros
Imperadores do Brasil Depositados no Monumento à Independência

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Arqueologia do Museu de Arqueologia e
Etnologia da Universidade de São Paulo
para obtenção do título de Mestre em
Arqueologia

Área de Concentração:
Arqueologia

Orientador: Prof. Dr.
Astolfo Gomes de Mello Araujo

Linha de Pesquisa: Gestão do Patrimônio
Arqueológico

Versão corrigida. O original encontra-se
disponível na biblioteca do MAE.

São Paulo
2013

Dedicatória:

Em homenagem as S.S.M.M.I.I.R.R os Imperadores do Brasil Dona Leopoldina de Habsburgo-Lorena, Dom Pedro I e Dona Amélia de Beauharnais Leuchtenberg e aos meus pais Sr. Alfredo Ambiel e Sra. Zenaide Longo Ambiel.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Família Imperial do Brasil, nas pessoas dos Príncipes Dom Luiz e Dom Bertrand de Orleans e Bragança, assim como ao Príncipe Dom Pedro Carlos de Bourbon de Orleans e Bragança pela confiança depositada em nosso trabalho.

A Capes pela bolsa que nos ajudou durante boa parte do período de pesquisas.

Ao Departamento do Patrimônio Histórico da Prefeitura do Município de São Paulo, em especial ao Museu da Cidade de São Paulo, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional pelas permissões concedidas.

As informações e materiais cedidos por Paulo Rezzutti, Claudia T. Witte e Viviane Tessitore, além do Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico do Estado de São Paulo Embaixador Emanuel von Lauenstein Massarani. E pelo auxílio do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e ao Museu Imperial que nos cederam também documentos e imagens.

Ao trabalho, empenho, apoio e dedicação do Sr. Cesar Alfredo Ambiel, bem como do Sr. Antônio L.Sarasá Martin e a equipe do Estúdio Sarasá Conservação e Restauro. Também ao Sr.Valter D.Muniz e Sra. Beatriz Monteiro peritos forenses e a equipe do CENINPER (Centro de Inteligência Pericial). Ao engenheiro civil Alfredo V. da Cunha e o arquiteto Bruno A. Sandin.

E a todos os colegas Profa. Celina L. Duarte e equipe do IPEN, Prof. Sérgio F.S. Monteiro da Silva da UFPE, Profs. Carlos A. Pasqualucci, Paulo H. Saldiva e Edson Amaro Jr e equipe da FMUSP, Profa. Márcia A. Rizzutto e equipe do LAMFI/IF-USP, Profa. Isabel Landim e Sra. Dione Seripierre do MZ/USP, Profa. Margarida D. Andreatta do MP/USP e Profa. Maria Isabel D'A. Fleming do MAE/USP. E aos Drs. Adriana A.R Menezes do ICB/USP e Fernando A.Saraiva do Instituto de Geociências da USP e Prof. Luiz Roberto Fontes, médico e biólogo, ao odontologista Herivelto de Deus Martins, também a Profa. Miriam Garavelli, do Instituto de Criminalística da Superintendência da Polícia Técnico-Científica do Estado de São Paulo. E ao médico Wellyngton S. Geraldi. Além da nossa grande orientadora Profa. Dra. Dorath Pinto Uchôa do MAE/USP por fazerem deste trabalho uma união de vários conhecimentos científicos, onde cada um pôde colaborar com sua área acadêmica em forma de troca de informações, tornando possível o trabalho de pesquisa realizado nos remanescentes humanos dos primeiros imperadores brasileiros.

RESUMO

A Cripta Imperial, no Monumento à Independência, localizado às margens do riacho Ipiranga, em São Paulo, foi construída em 1952 para abrigar os remanescentes humanos dos monarcas responsáveis pela Proclamação da Independência do Brasil. O imperador D. Pedro I foi trasladado para São Paulo em 1972, e sua primeira esposa, a Imperatriz D. Maria Leopoldina de Habsburgo-Lorena, em 1954. Em 1982, recebeu os despojos da segunda esposa de D. Pedro I, a Imperatriz D. Amélia de Beauharnais Leuchtenberg. Por muitos anos, o Monumento à Independência foi um dos principais monumentos do país, sendo visitado por vários chefes de Estado que passavam pela capital paulista. Entretanto, apesar de reformas feitas no final dos anos de 1990 e início dos anos 2000, o local sofre há décadas com a infiltração de água, causada pelo relevo natural do terreno em que se encontra e também pela falta de manutenção. Hoje é comum os visitantes não acreditarem que os remanescentes humanos dos primeiros imperadores do Brasil estejam inumados no local. Há até mesmo quem diga que são as cinzas dos monarcas que estão ali. Foi pensando nisso que decidimos fazer este trabalho, buscando respostas sobre esses remanescentes humanos, seu estado de conservação, bem como o do material associado, visando à preservação e possível restauro.

Palavras Chave: Monumento à Independência; Imperadores do Brasil; Monarquia; século XIX e Arqueologia Histórica

ABSTRACT

The Imperial Crypt on the Independence Monument, located on the banks of Ipiranga creek in São Paulo city, was built in 1952 to house the human remains of the monarchs responsible for the Proclamation of Independence of Brazil. Emperor Dom Pedro I was transferred from Portugal to São Paulo in 1972 and his first wife, Empress Dona Maria Leopoldina von Habsburg-Lorraine, was transferred in 1954. In 1982 it received the remains of the second wife of Dom Pedro I, the Empress Dona Amélia de Beauharnais-Leuchtenberg. For several years, the Independence Monument was one of the main monuments in the country, visited by many heads of State who passed through the capital of São Paulo State. However, despite reformatations made between late 1990 and early 2000, the site suffered for decades with infiltration of water, caused by natural site relief and also by lack of maintenance. It is common now visitors don't believe that the human remains of the first emperors of Brazil are buried in the site. There are even those who say that just the ashes of the monarchs are there. By thinking about that we decided to do this work, seeking answers about human remains of the Emperors, their conservation status, as well as the associated material aiming to preserve and possible restoration.

Keywords: Independence Monument, Emperors of Brazil; Monarchy; century XIX and Historical Archeology

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 OBJETIVOS E JUSTIFICATIVAS	13
3 ARCABOUÇO HISTÓRICO	15
3.1 HISTÓRIA DOS PRIMEIROS IMPERADORES DO BRASIL	15
3.1.1 Família Habsburgo	15
3.1.2 Dona Leopoldina	16
3.1.3 Contribuição para a Ciência no Brasil	21
3.1.4 Família e Política	25
3.1.5 Família Bragança	35
3.1.6 D. Pedro I	37
3.1.7 Política e Família	39
3.1.8 Dona Amélia	49
3.1.8.1 Esposa, Mãe e Ser Humano	51
3.2 MONUMENTO À INDEPENDÊNCIA	57
3.2.1 São Paulo do início do século XIX	57
3.2.2 Construção do Monumento à Independência do Brasil	58
3.3 TRASLADOS DOS REMANESCENTES HUMANOS PARA SÃO PAULO	67
3.3.1 Dona Leopoldina	67
3.3.2 Dom Pedro I	70
3.3.3 Dona Amélia	73
4 MATERIAIS E MÉTODOS	79
4.1 PESQUISA	79
4.2 PERMISSÕES	81
4.3 TRABALHOS DE CAMPO	82

4.3.1 Imperatriz Dona Maria Leopoldina	82
4.3.1.1 Coleta das Amostras: Cromatografia Gasosa	84
4.3.1.2 Análise Química Qualitativa	85
4.3.1.3 Resultado das Análises de Cromatografia Gasosa	86
4.3.1.4 Abertura da urna funerária da imperatriz D. Leopoldina	87
4.3.1.5 Análises Fúngicas	89
4.3.1.6 Resultados das Análises Fúngicas	91
4.3.1.7 Decapagem e Inventário: Preservação do Material Associado	92
4.3.1.8 Fichas Técnicas	105
4.3.1.8.1 Brincos Dona Leopoldina	105
4.3.1.8.2 Vestes – Fragmentos do Manto Dona Leopoldina	109
4.3.1.9 Análises dos Dados Médicos	111
4.3.1.10 Encerramento dos Trabalhos nos Remanescentes Humanos da Imperatriz Dona Leopoldina	116
 4.4 DOM PEDRO I OU PEDRO IV	 118
4.4.1 Método	120
4.4.2 Caixões	123
4.4.3 Decapagem	127
4.4.4 Análise de dados médicos.....	135
4.4.5 Preservação dos remanescentes humanos de Dom Pedro I e material associado.....	139
4.4.6 Inventário e Tratamento dos Artefatos Coletados para Exposição.....	140
4.4.7 Fichas Técnicas.....	144
4.4.7.1 Comenda Tosão de Ouro	144
4.4.7.2 Comenda da Ordem da Torre Espada (pequena)	150
4.4.7.3 Placa Comenda da Ordem da Torre Espada (grande).....	155
4.4.7.4 Comenda Banda das Três Ordens.....	161
4.4.7.5 Coroa do Reino de Portugal (Galões) - M11	166
4.4.7.6 Coroa do Reino de Portugal (Galões) - M12	168
4.4.7.7 Prendedor – (Túnica) M13 e M29	170
4.4.7.8 Abotoaduras – M04 e M01	172
4.4.7.9 Esporas (M04 e M19).....	174
4.4.7.10 Botões com Brasão do Reino de Portugal	176

4.4.7.10.1 Botão M05	176
4.4.7.10.2 Botão M06	177
4.4.7.10.3 Botão M07	178
4.4.7.10.4 Botão M08	179
4.4.7.10.5 Botão M09	180
4.4.7.10.6 Botão M10	181
4.4.7.10.7 Botões	183
 4.5 IMPERATRIZ D. AMÉLIA.....	187
4.5.1 Abertura da Urna: Análises e Cuidados	193
4.5.2 Preservação	201
4.5.3 Túmulo Provisório	204
 5 RESULTADOS OBTIDOS.....	207
 6 CONCLUSÃO.....	213
 REFERÊNCIAS	219
 ANEXOS	225
ANEXO A – A Imperatriz presidiu a reunião de estado, apesar do abatimento	225
ANEXO B – Convulsões e aborto	226
ANEXO C – Descrição dos procedimentos médicos aplicados na imperatriz.....	227
ANEXO D – Recentimentos pessoais	228
ANEXO E – Meios de retardar a dissolução do corpo.....	229
ANEXO F – O corpo não foi embalsamado.....	230
ANEXO G – Carta de permissão para o traslado-príncipe Dom Pedro Gastão	231
ANEXO H – Carta de permissão para o traslado-príncipe Dom Pedro Henrique	233
ANEXO I – Busca pelo responsável pela liberação dos despojos da Imperatriz.....	235
ANEXO J – Declaração do Arcebispo permitindo o traslado	237
ANEXO K – Sepulcro de Dona Amélia na Capela Imperial	238
ANEXO L – Mensuração-Dona Leopoldina	239
ANEXO M – Análise odontológica Dona Leopoldina.....	242

ANEXO N – Mensuração-Dom Pedro I.....	244
ANEXO O – Análise odontológica Dom PedroI	247
ANEXO P – Planta do Monumento à Independência	249
ANEXO Q – Mensuração Dona Amélia	250
ANEXO R – Análise odontológica Dona Amélia	253

1 INTRODUÇÃO

Quando apresentamos nosso projeto para o processo seletivo do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP), em 2010, nossa maior preocupação era com relação à preservação dos remanescentes humanos dos primeiros imperadores do Brasil, depositados no Monumento à Independência, na cidade de São Paulo. Afinal, trata-se de um trabalho com abordagem da Arqueologia Histórica.

Notamos também a desconfiança de algumas pessoas, inclusive funcionários do Monumento e até do meio acadêmico, com relação à presença ou não desses remanescentes humanos na Cripta ou Capela Imperial, uma vez que trata-se de um assunto pouco abordado pela historiografia. Documentos e pessoas que presenciaram os traslados de Lisboa para Capital Paulista lamentavelmente são ignorados, assim como a história do próprio local, tanto por governos de um passado recente como pelo meio acadêmico e a sociedade.

Apesar do descaso público, o Monumento à Independência é visitado diariamente por turistas vindos de todo o Brasil e do mundo. Pessoas de várias classes sociais que, mesmo sem conhecer detalhes históricos, se esforçam em passar o que sabem para seus filhos etc. Crianças e adultos querem ver os túmulos, principalmente o de D. Pedro I.

Todo dia 7 de Setembro, o Parque da Independência, que, além do monumento, engloba a Casa do Grito e o Museu Paulista da Universidade de São Paulo, recebem milhares de pessoas para eventos esportivos, políticos, artísticos, cívicos ou, simplesmente, para uma reunião de família e amigos. Flores, em coroas ou sozinhas, são oferecidas aos imperadores.

Foi pensando em tudo isso e principalmente na preservação do patrimônio histórico é que fizemos este trabalho.

Com a colaboração de colegas de outras áreas científicas, dentro e fora do meio acadêmico, trocamos informações e conhecimentos, analisamos fontes primárias e ouvimos depoimentos de pessoas que presenciaram determinados acontecimentos, buscando compreender o que havia dentro dos sarcófagos de granito e das paredes da Capela Imperial, o que poderíamos fazer para preservar esse material e, ao mesmo tempo, o que poderíamos conhecer dos remanescentes humanos dos primeiros imperadores do Brasil e reis de Portugal. Quem eram essas pessoas? Qual o simbolismo

e sua ligação com a memória nacional no passado e no século XXI. Em outras palavras, procuramos reconhecer o que há na Capela Imperial, pois acreditamos que a única forma de preservação seja por intermédio do conhecimento e do reconhecimento. Só assim é possível chegar ao sentimento de identidade.

2 OBJETIVOS E JUSTIFICATIVAS

Este projeto objetiva iniciar os estudos dos monumentos funerários sob a perspectiva da arqueologia, com ênfase nos aspectos arqueográficos, contribuindo para a compreensão da história dos remanescentes humanos dos Primeiros Imperadores do Brasil, no início do século XIX.

Pretendemos fazer um trabalho ligado à conservação e preservação do Patrimônio Histórico, dentro de uma abordagem da arqueologia histórica e funerária, arqueometria e antropologia forense.

Além do trabalho de conservação, buscamos, dentro do possível, analisar os procedimentos funerários realizados nos restos mortais de Dona Leopoldina, que faleceu no Brasil, em 1826, com 29 anos de idade; Dom Pedro I, que faleceu em Portugal e como Duque de Bragança e para alguns, Rei Pedro IV da Portugal em 1834, com 35 anos de idade; e Dona Amélia, que faleceu em Portugal, com 60 anos de idade, em 1873, já no final do século XIX. Com base em informações publicadas na imprensa em 1982, seu corpo estava preservado.

Os remanescentes humanos que se encontram depositados na Cripta Imperial do Monumento à Independência sofreram traslados, seja no caso de Dona Leopoldina do Rio de Janeiro para São Paulo, seja nos casos de Dom Pedro e Dona Amélia que foram trasladados de Portugal para o Brasil, respectivamente em 1972 e 1982. Houve também traslados motivados pela reforma do edifício. Entretanto, não há registros de um inventário feito nos corpos e material. Nem qual seria seu estado de conservação. Também não há registros sobre vestes, adornos e demais artefatos funerários que podem estar junto aos corpos.

Isso faz com que algumas pessoas nem acreditam que os despojos dos imperadores estejam realmente depositados na Cripta Imperial. Outros acreditam, com base em documentários produzidos, principalmente em 1972, apresentados no espaço museológico do Monumento, que se tratam das cinzas dos Imperadores, pois não acreditam que ossos humanos possam estar preservados após tanto tempo, ou seja, apesar das várias publicações sobre descobertas arqueológicas, não sabem possuem muito conhecimento sobre a Arqueologia, fazendo, inclusive, com que a imagem da história, memória e identidade que deveria ser transmitida pelo local seja questionada. Há, inclusive a questão da nomenclatura: Cripta ou Capela Imperial.

Quanto ao estado de conservação do Monumento propriamente dito, é de conhecimento público que este sofre infiltração de água há muito tempo, este é inclusive um fato que pode

ser observado por qualquer pessoa que visita o local e que olha com um pouco mais de atenção para suas paredes.

A umidade pode provocar danos irreversíveis aos restos mortais e materiais associados. Nossa maior preocupação é o caso de Dona Amélia, pois seus restos mortais estão muito junto à parede, num túmulo nicho, ou seja, mais vulnerável à umidade.

A Prefeitura do Município de São Paulo, através do Departamento do Patrimônio Histórico fizeram muitas mudanças arquitetônicas no interior do Monumento, entre o final dos anos 1990 e início dos anos 2000, onde foi construído o espaço museológico que deu novo acesso à Capela Imperial, inclusive com a instalação de aparelhos para ajudar a locomoção de portadores de necessidades especiais. Entretanto, apesar das tentativas, o problema com a infiltração de água continua, por vezes é apenas minimizado.

Há também questões de erros nos painéis informativos da exposição, o que leva muitos estudantes a coletarem dados errados, como no caso do painel sobre Dona Amélia, onde o nome da imperatriz está escrito como Maria Amélia, que foi na verdade sua filha com Dom Pedro I. Os restos mortais da princesa D. Maria Amélia foram trasladados para o Brasil junto com os de D. Amélia, em 1982, mas não estão e nunca estiveram na Cripta do Monumento à Independência, pois foram trasladados para o Convento Santo Antônio, na Cidade do Rio de Janeiro.

Aproveitamos para afirmar que este trabalho de pesquisa é de nossa iniciativa própria e está sendo arquitetado por nós há muito tempo. Não é, portanto, um projeto que tenha sido realizado para atender um pedido desta ou daquelas pessoas ou instituições, sejam elas ligadas ao governo ou não. Este é um trabalho científico que visa o conhecimento de parte da História do Brasil e à preservação de parte do seu Patrimônio Histórico.

3 ARCABOUÇO HISTÓRICO

3.1 HISTÓRIA DOS PRIMEIROS IMPERADORES DO BRASIL

3.1.1 Família Habsburgo

A história da Família Habsburgo, ou Casa Real dos Habsburgo, ou ainda Casa Real da Áustria, começa no século XI, por volta de 1020. Apesar de ter reinado por vários séculos (1273-1918), seja chefiando o Sacro Império Romano Germânico, seja, no século XIX, como imperadores da Áustria-Hungria, a origem dessa família real remonta ao cantão suíço de Aargau, cidade de Habsburg, daí o nome da família: “von Habsburg”, ou seja, de Habsburg. Apesar dos 700 anos de história, a Suíça nunca foi uma monarquia e nem pertenceu ao império austríaco.

Os Habsburgo participaram ativamente de vários dos principais momentos da história da Europa, entre eles a Reforma Protestante, o combate à invasão do Império Otomano na Europa Central e a Contrarreforma. Atuaram sempre na defesa do catolicismo romano na Europa, muito embora não haja uma ligação significativa entre eles e os tribunais da Santa Inquisição, principalmente, na Áustria (MCGUIGAN, 2007).

A Família Imperial austríaca também teve seu nome ligado à Revolução Francesa por intermédio da rainha Maria Antonieta. Nascida em 2 de novembro de 1755, filha da imperatriz Maria Teresa – a Grande da Áustria –, a soberana francesa foi executada na guilhotina, acusada de traição, em 16 de outubro de 1793. Maria Antonieta, tia em segundo grau de D. Leopoldina (KENT, 2011), não seria a única Habsburgo a ter um fim trágico. O imperador do México, Maximiliano I, sobrinho da primeira imperatriz brasileira, foi fuzilado em 19 de junho de 1867. A imperatriz Elisabeth da Áustria, apelidada de Sissi, esposa de Francisco José I, outro sobrinho de D. Leopoldina, foi assassinada em Genebra, por um anarquista, em 1898. Há também o assassinato do arquiduque Franz Ferdinand, herdeiro do trono Austro-Húngaro, por um terrorista na cidade de Sarajevo, em 28 de junho de 1914. Essa morte foi uma das causas que levaram ao início da I Guerra Mundial.

Apesar de ser também uma família de guerreiros, a maior parte das conquistas dos Habsburgo não se deu nos campos de batalha, mas sim em casamentos, por meio das uniões matrimoniais com as outras casas reais da Europa, entre elas, em 1816, com a Casa dos Bragança de Portugal (MCGUIGAN, 2007; OBERACKER, 1973). Podemos destacar a união

entre Maria Teresa e Francisco de Lorena, pais de Maria Antonieta, já citada acima, em 1745; desse casamento, nasceu a Dinastia Habsburgo-Lorena. Maria Teresa era filha do imperador Carlos VI e, com a morte do pai, assumiu a coroa. Seu reinado marcou, para muitos, o apogeu da dinastia. Entre suas ações, começou-se a taxar tanto o clero quanto a nobreza, tentativa que não funcionou da forma como havia sido planejada. Fundou o primeiro hospital de Viena, tornando obrigatória a realização de autópsias, inclusive para a realeza (MCGUIGAN, 2007). Reformulou todo o sistema de educação, decretando que todas as crianças entre 6 e 12 anos, de ambos os sexos e de todos os grupos sociais, deveriam frequentar as escolas. A dificuldade aqui foi convencer os pais da importância dos estudos dos filhos, pois muitos se recusavam a mandar as crianças às aulas. Outra ação que cabe ser ressaltada foi a de permitir que não católicos frequentassem as universidades. Maria Teresa governou a Áustria de 1740 até 1780, quando faleceu (MCGUIGAN, 2007).

3.1.2 Dona Leopoldina

Figura 1 – D.Leopoldina - Imagem retirada do livro: Coroadas em Terras Distantes.Triunfo, Paixão e Poder na vida de Oito Princesas Europeias. São Paulo, Editora Ambientes & Costumes (KENT,2011,p.144-i)

Em 22 de janeiro de 1797, nascia em Viena a arquiduquesa Maria Leopoldina Josefa Carolina de Habsburgo-Lorena, filha do imperador (*kaiser*) Francisco II, do ainda Sacro Império Romano Germânico, e de sua esposa Maria Teresa de Nápoles-Sicília.

Esse foi sem dúvida um período difícil para as monarquias europeias. Os ideais da Revolução Francesa espalhavam-se não só pela Europa, mas também pelo mundo, inspirando eventos como a Inconfidência Mineira no Brasil. Junto com esses ideais, as notícias dos assassinatos da família real e da nobreza francesa aterrorizaram a aristocracia europeia a ponto de serem uma das causas que levaram a maioria das monarquias a declararem guerra à França.

O grande problema para esses países foi o general Napoleão Bonaparte. Além de suas várias conquistas, derrotando sucessivamente os exércitos estrangeiros que se opunham à revolução, ele acabou por se autoproclamar Imperador da França, contrariando as tradições do “Direito Divino” defendidas pela Igreja Católica Apostólica Romana que reconhecia o direito real, ou seja, o de governar, apenas pelo nascimento.

As Guerras Napoleônicas demoraram décadas e mudaram o cenário político europeu, colocando fim a muitos impérios tradicionais que duravam séculos, como o próprio Sacro Império Romano Germânico de Francisco II. Contudo, em 1804, este tornou-se Francisco I, *kaiser* da Áustria.

Em 1809, após várias derrotas durante a invasão francesa na Áustria, o chanceler austríaco Metternich propôs uma aliança entre os dois países pelo casamento da filha do imperador austríaco, Maria Luísa, irmã e melhor amiga de D. Leopoldina, com Napoleão (OBERACKER, 1973).

Apesar de a Áustria ficar momentaneamente ao lado dos franceses, em 1813 declarou guerra contra a França e assumiu o comando de uma coalizão contra Napoleão. Essa coalizão derrotaria o imperador francês em 1814, obrigando-o a exilar-se na Ilha de Elba. Maria Luísa, por sua vez, foi mandada para um exílio recomendado na Itália.

No mesmo ano reuniu-se o Congresso de Viena com a finalidade de reorganizar politicamente a Europa. Porém, devido às divergências entre os membros, estes não conseguiram organizar nem a si próprios.

Em 26 de fevereiro de 1815, Napoleão fugiu do exílio e reuniu um exército em Paris. Com sua derrota definitiva na batalha de Waterloo, foi enviado para a ilha de Santa Helena, onde morreu em 1821 (OBERACKER, 1973).

Apesar de diversos desentendimentos políticos, algumas alianças começaram a surgir durante o Congresso de Viena. Entre elas, uma que uniria os Habsburgo aos Bragança de Portugal: o casamento entre a arquiduquesa Leopoldina e o príncipe D. Pedro, herdeiro do trono lusitano. O embaixador português Pedro José Joaquim Vito de Menezes e Coutinho, sexto e último Marquês de Marialva, negociou o casamento e foi o responsável pelos festejos do matrimônio, nos quais o luxo não foi poupado. Pedras preciosas trazidas do Brasil foram usadas para decoração dos pratos no banquete de casamento, em uma tentativa de impressionar a corte vienense mostrando as riquezas brasileiras (OBERACKER, 1973; SANMARTINI, 1998). A Áustria tinha interesses na riqueza das Américas, e uma aliança com os Bragança, que estavam no Brasil desde 1808, era muito importante para o Império Austríaco.

Assim como todos os Habsburgo, independente do sexo, D. Leopoldina foi educada para governar, respeitando a religião católica. A educação para a família estava ligada diretamente à formação do caráter. As crianças recebiam aulas de história, matemática, música, desenho, literatura, idiomas como francês, italiano e, no caso de D. Leopoldina após o compromisso com a Casa dos Bragança, português. Aulas de teatro eram dadas, pois era uma forma de as crianças adaptarem-se ao trato com o público. As disciplinas de que D. Leopoldina mais gostava eram as ligadas às chamadas ciências naturais, como física, astronomia, botânica e mineralogia, esta última era sua preferida. Teria chegado a pedir ao pai que, caso não se casasse, fosse-lhe dado um cargo no gabinete de mineralogia. Apesar disso, não era um exemplo na escola. Era constantemente repreendida, principalmente pela preguiça e teimosia, inclusive pela irmã Maria Luísa (OBERACKER, 1973). Entretanto, essa teimosia da arquiduquesa demonstrou ser muito importante para o Brasil em seu processo de Independência.

Seu casamento com o príncipe D. Pedro, por procuração, foi celebrado 13 de maio de 1817, aniversário do Rei D. João VI, simultaneamente em Viena e no Rio de Janeiro. Sua chegada ao Rio de Janeiro ocorreu em 5 de novembro do mesmo ano (CELLIEZ, 1863).

Figura 2 - Imagem de 1817, época do casamento com Dom Pedro. Retirada do livro *A Imperatriz Leopoldina. Sua Vida Sua Época. Ensaio de uma Biografia*. Rio de Janeiro, IHGB; Conselho Federal de Cultura (OBERACKER, 1973, p.62-a)

Cabelo louro claro, cútis rosada, olhos azuis e um tanto obesa: essa era a descrição física de D. Leopoldina. É difícil analisar os padrões de beleza da época, mas não podemos concordar com a afirmação de Otávio Tarquínio de Sousa, biógrafo de Dom Pedro, de que ela seria uma “[...] louraça feianona [...]” e que “[...] o casamento fora um sacrifício mútuo [...]” (SOUSA, 1972, p.104). Estas afirmações podem ter sido feitas com base em ideologias para justificar as aventuras amorosas de D. Pedro. Sobre a alegada ausência de vaidade de D. Leopoldina, isso pode ser reflexo do clima e do relevo carioca, uma vez que a princesa e depois imperatriz do Brasil era assídua companheira do marido em seus passeios a cavalo, que os levavam a Floresta da Tijuca e Corcovado. Sua pele clara logo ficou marcada por conta do calor carioca. Já a respeito da obesidade, de 1817, quando chegou ao Brasil, até 1826, quando faleceu, D. Leopoldina ficou grávida oito vezes, incluindo os dois abortos: um em 1820 e o outro em 1826.

Quanto ao que Tarquínio afirma sobre o casamento representar um sacrifício para ambas as partes, não é o que a própria imperatriz dá a entender nas cartas que envia ao pai. Na missiva de 12 de novembro de 1817, dias após sua chegada, ela diz: “[...] perdão pela letra ruim, mas meu infantil esposo está empurrando minha mão [...]”, - na mesma carta - “Meu esposo me incumbe de lhe pedir que o faça comandante de um regimento hussardo” (KANN/LIMA, 2006, p.314). Pedido aceito por Francisco I: após pedir as medidas de D. Pedro, o *kaiser* enviou-lhe a farda, mostrando respeito pelo genro.

O rei de Portugal, D. João VI, gostava muito da nora e foi um dos seus poucos amigos enquanto esteve no Brasil. Ele mandou erguer três arcos para homenagear o casal, principalmente D. Leopoldina. Sobre o último arco em estilo romano, em frente à Igreja da Cruz,

[...] oito estandartes fincados em terra eram presos por grinaldas de flores palmas e a homenagem: “Em vez do general romano festeja-se uma filha dos Césares: a águia de duas cabeças [símbolo no brasão dos Habsburgo] faz as vezes da águia romana. Os medalhões dos estandartes não trazem à memória vitórias sanguinolentas, mas sim as graças e os talentos de uma princesa adorável. As letras dos medalhões eram; Bondade – Amabilidade – Doçura – Sensibilidade – Beneficência – Constância – Espírito – Talento – Ciência – Encantos – Graça – Modéstia - e em baixo na base-Fidelidade Pública (OBERACKER, 1973, p.116).

Figura 3- Recepção Real na Quinta da Boa Vista, onde os noivos, Leopoldina e Pedro abriram o baile, em 7/11/1817. Aquarela de artista não identificado. Imagem retirada do livro Dom Pedro.

Estudo Iconográfico.vol.1, São Paulo/Lisboa (HERSTAL, 1972,p. 52)

Além disso, as ruas foram limpas, as casas, pintadas, e os escravos e desocupados, retirados das vias públicas para esconder a miséria do povo (KENT, 2011; LUCCOCK, 1951; OBERACKER, 1973). Para os brasileiros, no entanto, a chegada da princesa pode ser traduzida nas palavras do padre Perereca, Luís Gonçalves dos Santos: “[...] por uma revolução

política, deles se escolheu, e entregando-se nos braços da Tétis vem agora das ondas ainda luminoso, para dar às terras brasileiras dias mais serenos, claros e resplandecentes” (OBERACKER, 1973, p. 109). Como no Brasil a família real era bem próxima ao povo, D. Leopoldina não encontrou problemas para conquistar a admiração dos brasileiros, sobretudo pela benemerência que praticava, até com os escravos. As esmolas dadas por ela e a ajuda que prestava aos seus patrícios europeus contribuíram para a sua fama de caridosa. Muitos estrangeiros, sobretudo germânicos, apesar da proibição de Francisco I desse tipo de recrutamento em seus territórios, vieram para o Brasil como mercenários para integrar o nascente Exército Brasileiro após a Proclamação da Independência e acabaram doentes, mutilados ou mortos, deixando suas viúvas e órfãos entregues à caridade. D. Leopoldina responsabilizava-se por eles, uma vez que muitos imigraram para o Brasil por seu intermédio, e nem sempre o governo brasileiro, ou seus emissários, cumpriam com que haviam prometido, sem contar as denúncias de maus tratos sofridos nos quartéis pelos soldados estrangeiros (LUSTOSA, 2006; OBERACKER, 1973).

Segundo o artigo 6º de seu contrato de casamento, a arquiduquesa teria direito a receber uma determinada quantia, que vinha de seu pai na Áustria. Porém esse dinheiro jamais foi repassado para a ela, nem mesmo depois que se tornou imperatriz. Logo, quando faleceu, D. Leopoldina era uma mulher endividada (OBERACKER, 1973).

3.1.3 Contribuição para a Ciência no Brasil

Difícilmente a figura de D. Maria Leopoldina será lembrada pelo excesso de vaidade pessoal, muito comum para as princesas europeias do período.

Quando ela desembarcou no Brasil em 1817 com o título de princesa real do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve, esposa do herdeiro do trono português, o príncipe D. Pedro, não trouxe consigo uma comitiva composta de vários cabeleireiros, modistas etc., mas sim as fragatas *Áustria* e *Augusta*, repletas de naturalistas europeus. Por meio de um acordo entre os governos austríaco, bávaro, prussiano e russo, além da permissão de D. João, foi formada a Missão Austríaca, uma das maiores expedições científicas já realizadas nas Américas. Entre esses cientistas estavam o médico Karl Friedrich P. von Martius e os zoólogos Johann Baptist von Spix e Johann Natterer.

Em seus primeiros anos no Brasil, mais precisamente até 1821, a princesa dedicou-se a ajudar a Missão Científica que a acompanhou. Participou de coletas de plantas e animais, desenhos, taxidermia, triou o material que seria enviado à Europa, entre outras atividades, todas realizadas na Fazenda Real de Santa Cruz, propriedade da família real, no Rio de Janeiro.

Figura 4- Fêmea de onça pintada, presente de D.Leopoldina a Schönbrunn (Palácio Real em Viena), em 1819. Litografia Michael Sandler. Retirada do livro Johann Natterer e a Missão Austríaca para o Brasil [s.l],[s.e] (RIEDL-DORN,1999,p.36)

É importante dizer que a caça era um procedimento normal para os naturalistas do século XIX. A metodologia usada por esses cientistas foi a classificação sistemática e tipológica. O gabinete de botânica, ligado diretamente a D. Leopoldina, foi criado em 1818 na Quinta da Boa Vista, residência onde morava com D. Pedro e que, mais tarde, se tornou residência oficial (OBERACKER, 1973; RIEDL-DORN, 1999). No mesmo ano, foi fundado o Museu Real, também com a participação da princesa. Essa instituição foi a precursora do atual Museu Nacional.

No início, um dos trabalhos desses cientistas era estabelecer fronteiras geográficas com base em estudos de fauna e flora. Porém, com a proclamação da Independência, em 1822, o objetivo passou a ser a formação da identidade brasileira com base não só na antropologia como também na arqueologia.

O contato dos cientistas com os indígenas, por exemplo, não era apenas para que o europeu ensinasse essas comunidades, mas também aprendesse com elas, principalmente sobre o uso de ervas medicinal.

Muitos dados sobre a população brasileira, inclusive natalidade e mortalidade, foram levantados entre os negros, escravos ou não. Tradições culturais, religiosas e até alimentares foram registradas, além de relatórios climáticos e históricos de várias regiões do país (SPIX; MARTIUS, 1938). Spix e Martius viajaram pelo país entre 1817 a 1820. Entre seus achados, destacamos o remanescente de paleofauna localizado nas margens do rio Santo Antônio, na época interior da Bahia, hoje Estado do Piauí. Apesar do estado ruim dos ossos, Spix identificou-o como mamute ou mastodonte. Os remanescentes do animal foram enviados para a Fazenda de Santa Cruz, onde foram estudados e enviados à França (PAPAVERO, 1971; SPIX; MARTIUS, 1938).

Os diários dos pesquisadores deveriam ser feitos em forma de duplicatas, da mesma forma que as coletas de campo. Assim, uma parte iria para a Europa, enquanto outra ficaria no Brasil, visando à formação de pesquisadores no país. Com isso, o Museu Brasileiro foi fundado em Viena expondo muito do material coletado pela missão. Esse material também era usado em forma de trocas com museus europeus, prática usada até hoje, cujo objetivo é enriquecer os acervos e o conhecimento museológico pelo mundo.

Parte do acervo do Museu Brasileiro em Viena foi destruída por um incêndio, que alguns atribuem aos distúrbios causados durante a Revolução de 1848 (VANZOLINI, 1993). Contudo, até hoje é possível encontrar etnografias brasileiras coletadas nesse período no Museu de Etnologia de Viena. A missão perdeu o incentivo do governo brasileiro após a morte de D. Leopoldina, em 1826. Porém seus trabalhos continuaram e intensificaram-se em 1838, ainda no período regencial, quando houve a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O principal objetivo do instituto era a questão da identidade nacional, importante para aquele início de formação da nação brasileira, visando a manter o território unido por meio do conhecimento das culturas material e imaterial (tradições etc.) que trouxessem a identificação e algo que unisse o povo. Foi nessa época que a figura do indígena passou a ser muito usada, idealizada e por vezes deturpada.

No Segundo Reinado, com D. Pedro II, filho de D. Leopoldina e D. Pedro I, a missão já contava com a participação de brasileiros, como João Barbosa Rodrigues (FERREIRA; NOELLI, 2009).

A missão foi encerrada em 1909, já no período republicano. Entretanto, ficou registrado um número incontável de informações, sejam ligadas a arqueologia, história, antropologia, etnologia, mineralogia, zoologia, botânica – incluindo neste caso a medicina, pois naquele

período os médicos deveriam ter conhecimentos em botânica – e até de lingüística, além de mapas geográficos (PAPAVERO, 1971; RAMIREZ, 1968).

Apenas Natterer coletou, principalmente na região amazônica, entre 1817 e 1835, período em que realizou suas pesquisas no Brasil, um total de 1.934 artefatos etnográficos, incluindo objetos de cultura material e imaterial, entre armas, ornamentos e roupas, glossários de 60 diferentes comunidades indígenas com que teve contato, 192 crânios humanos, 1.146 mamíferos, 12.294 pássaros, 242 amostras de sementes etc. Ele também se casou, no Rio Negro, com uma indígena, Maria do Rego, com quem teve três filhas. Porém, ao retornar para a Áustria com a família, a esposa e duas filhas não suportaram o clima, falecendo em pouco tempo (STRAUBE, 2000).

A Missão Austríaca, iniciada com a vinda de Dona Leopoldina, foi um trabalho que não seria errado chamar de interdisciplinar.

Só para citar um exemplo sobre o que foi a expedição, neste caso para zoologia: “Por volta do terceiro quarto do século XIX os vertebrados do Brasil estavam melhor cadastrados do que, por exemplo, os dos Estados Unidos” (VANZOLINI, 1996, p. 213).

Figura 5 – Caixa-de-Dom Pedro presente do Imperador Brasileiro ao pai de Dona Leopoldina, o imperador Francisco I da Áustria. Imagem retirada do livro Johann Natterer e a Missão Austríaca para o Brasil. [s.l], [s.e] (RIEDL-DORN, 1999,[p.60])

3.1.4 Família e Política

No dia 4 de abril de 1819, nasceu a primeira filha do casal, Maria da Glória (1819-1853), fato muito comemorado pelo povo brasileiro, afinal a herdeira nascera no Brasil. Em 6 de março de 1821, a alegria foi ainda maior, com o nascimento de João Carlos (1821-1822), Príncipe da Beira, o herdeiro do trono de Portugal. Entre o nascimento de Maria da Glória e de João Carlos, outro varão nasceu em 26 de abril de 1820, falecendo no mesmo dia. Alguns historiadores, como Giulio SANMARTINI (1998), chegaram a informar o nome da criança: Miguel. Contudo, outros estudiosos apenas citam como aborto em 1820, sem referência a sexo e nome, como na obra de Carlos OBERACKER (1973).

Em 1820, estourou a Revolução Constitucionalista Liberal do Porto, e uma das exigências foi o retorno da família real para Portugal, fato que poderia tornar o Brasil novamente à condição de colônia, inaceitável para a antiga possessão que então gozava do status de Reino Unido. D. João ficara com receio de enviar seu filho de volta a Portugal e este, com seu carisma, autoproclamar-se rei.

Nesse período, D. Leopoldina não demonstrava estar ainda muito ligada ao Brasil e nem à política, uma vez que tudo era centralizado nas mãos de D. João VI que assumira o trono após a morte da mãe, a rainha D. Maria I. Mesmo a opinião de Dom Pedro era vista como secundária ou sem importância pelo pai. A Princesa queria voltar para a Europa, ficar mais próxima da família e longe das intrigas de São Cristóvão.

Em carta à irmã Maria Luísa, datada de 24 de maio de 1821, ela dizia:

“ No Brasil não se dança nunca, e meu esposo tem o belo costume de se divertir de toda maneira, os outros, porém, nunca devem dar risadas e devem viver como eremitas, rodeados sempre da polícia do serviço, o que intimamente me revolta, e, no entanto, me calo” (OBERACKER, 1973, p. 219).

Os revolucionários portugueses exigiam a volta do Rei ou de um membro da Família Real para Portugal. D. João não queria deixar o Brasil, pois além de sua simpatia pela vida no local, havia o receio de uma fragmentação do território, similar a América Espanhola. El-Rei opta por mandar o filho D. Pedro para Lisboa. Entretanto, o carisma do jovem preocupa o pai que teme que este venha usurpar seu trono. Assim, aproveitando a gravidez de D. Leopoldina, D. João usa como argumento para manter a nora no Brasil, mandando apenas o filho para

Portugal. Desta forma, a Princesa se sentiu refém e não estava errada, apesar de todo o carinho que existia entre D.Leopoldina e o sogro. O próprio D.Pedro se recusou a partir sem a esposa.

Neste meio tempo, em 19 de fevereiro de 1821, a Bahia adere a Revolução Liberal do Porto. No mesmo dia, o Rei decreta a volta de D.Pedro para Portugal. O casal insistia em não se separar e D.João, de certa forma, não achava descente que o parto da nora acontecesse a bordo de um navio. Porém, a Princesa queria seguir o marido não importa o que custasse.

Assim, em 7 de março de 1821, o Rei resolveu voltar à Europa deixando o filho e a nora como regentes no Brasil. A partida aconteceu em 25 de abril.

Em 6 de março, nasceu o Príncipe Herdeiro João Carlos, segundo filho de D.Leopoldina e D.Pedro. Todo este episódio foi de cunho pessoal e nada teve haver com questões políticas, mas sim de um casal que não queria se separar, ou seja, era pessoal.

Entretanto, a Princesa Regente do Brasil era uma mulher instruída. Apesar de não simpatizar com os ideais liberais do início do século XIX, não poderia estar alheia a eles, principalmente porque sabia, e muito bem, o que havia acontecido na França em 1789. E presenciou em sua infância as Guerras Napoleônicas, vendo o próprio pai Imperador do Sacro Império e depois Áustria ter que se humilhar perante o Napoleão Bonaparte.

O problema é que tanto a Princesa como o Príncipe não estavam habituados a tomar decisões políticas, uma vez que estas até então, estavam nas mãos do Rei.

Dona Leopoldina, antes de Dom Pedro, começou a pender para o lado dos brasileiros. Sensibilizava-se com a miséria e bondade do povo e repudiava os maus tratos que estes sofriam das tropas portuguesas que ainda. Enquanto isso, em Portugal o poder estava nas mãos das Cortes, o Rei fora desacatado pelos deputados. Isso fez com que a Princesa começasse a notar que a salvação da Monarquia Portuguesa poderia estar no Brasil e não em Portugal. Mesmo sabendo que a intenção de ficar no Brasil pudesse representar uma separação definitiva entre ela e a família na Europa, pelas dificuldades da viagem desta época, D.Leopoldina opta por ficar no Brasil.

Entretanto, não era esta a forma de pensar do marido, iludido com todo o radicalismo proporcionado pelas Cortes de Lisboa, D.Pedro queria se aproximar cada vez mais de Portugal. Porém, os deputados lusitanos queriam destruir a ideia de estado virtualmente independente, iniciada por D.João VI ao criar o Reino do Brasil. Todos seriam apenas portugueses, não havendo assim brasileiros, fato que não agradava aos brasileiros (OBERACKER,1973; SOUSA,1972).

Além disso, havia também o problema financeiro, a dissolução da administração central e da corte por decreto do parlamento em Lisboa colocou cerca de 800 famílias cariocas em estado de miséria. Alguns grupos separatistas ameaçam formar pequenas repúblicas independentes que não teriam força diante de Portugal. A fragmentação do território começa a ser uma grande ameaça. Dona Leopoldina e o religioso franciscano Frei Sampaio, do Convento Santo Antônio conseguem fazer com que Dom Pedro compreendesse o que estava acontecendo. Aos poucos, os deputados portugueses limitavam cada vez mais os poderes do próprio Príncipe Regente (OBERACKER, 1973).

Em 9 de janeiro, de 1822, desobedecendo ordens das Cortes de retornar imediatamente para Portugal D. Pedro decidiu pelo *Fico*. Muitos conflitos sucederam-se no Rio de Janeiro e, em 4 de fevereiro, o príncipe João Carlos, com saúde frágil, faleceu. Porém, em 11 de março de 1822, as salvas de artilharia anunciaram o nascimento da princesa Januária. D. Pedro criou uma guarda particular com 150 homens, os mesmos que o ajudaram a controlar os distúrbios, agraciando todos eles com a patente de capitão. O príncipe regente aproveitou para homenagear a esposa, pois a farda era vermelha e branca (cores da Áustria), com botas, dragonas nos ombros e elmo com cauda de cavalo ornado com um dragão (símbolo dos Bragança). Essa farda era bem similar à de uma das guardas de honra de Francisco I. O fato causou mal-estar entre os portugueses:

“Já não são [brasileiros] portugueses, mas sim austríacos. [...] A palavra austríaco era idêntica à de reacionário; atribuíram a Dom Pedro até a intenção de atrair a Portugal os exércitos da Santa Aliança” (OBERACKER, 1973, p.257).

No Brasil, ninguém deu ouvidos para as críticas, e a guarda seguiu seu trabalho. No final de agosto de 1822, o príncipe partiu para São Paulo. Alguns historiadores, como Carlos OBERACKER (1973), acreditam ser possível que ele já tivesse a intenção de proclamar a Independência na cidade, já que possuía o apoio de muitos paulistas, principalmente dos irmãos Andradas. D. Leopoldina gostaria de acompanhá-lo, mas estava grávida mais uma vez e deveria ocupar a regência. Ela foi a primeira mulher a assumir o poder supremo do país em solo brasileiro, em 13 de agosto de 1822. Como princesa regente, a primeira medida que tomou foi proibir qualquer festa para comemorar o aniversário da Revolução do Porto, em 24 de agosto.

A Bahia estava sob o domínio das Cortes de Portugal. Em fevereiro de 1822, houve o fato que talvez tenha marcado de maneira mais brutal esse domínio. O Convento da Lapa, das Irmãs Concepcionistas da Imaculada Conceição, foi invadido por soldados portugueses. A abadessa Joana Angélica foi brutalmente assassinada ao tentar impedir a invasão. Esse acontecimento fez com que a religiosa se tornasse uma das mártires da Independência. Fatos como esse dividiram a população baiana entre os que apoiavam os portugueses e os que apoiavam D. Pedro, o que ocasionou diversas lutas.

Em agosto de 1822, D. Leopoldina recebeu uma embaixada de senhoras baianas que lhe entregou uma mensagem de apoio assinada por 186 mulheres da então província, dando apoio à princesa regente e ao seu marido, agradecendo-os por terem permanecido no Brasil, mantendo assim o país unido. As senhoras fizeram também uma comparação entre a princesa e a bravura de sua bisavó Maria Teresa da Áustria quando esta teve que enfrentar a difícil situação húngara (OBERACKER, 1973).

De Lisboa, as Cortes novamente enviaram ordens para que eles retornassem para Portugal. Além disso, ordenaram a instalação de juntas administrativas e abriram investigação sobre José Bonifácio. Tropas portuguesas desembarcaram na Bahia. A princesa comunicou os acontecimentos ao marido em carta de 24 de agosto de 1822:

Sento mto. dar-lhe notícias desagradáveis, mas não se [sei] q fallar verdade, se mesmo he penozo a meu coração.
A tropa de Lisboa entrou na Bahia e dizem d'isembarcou; a nossa Esquadra não se sabe q fez; se he falta d'animo d'ella, he preciso o mais rigoroso castigo.
Chegarão trez navios de Lisboa, os quais dão de noticias q as abomináveis Cortes querem sua ida para lá, mesmo se voltasse no Brasil outra vez; e q gia ao poder executivo a decidir se deve ir[vir]mais tropa para cá; he certo q aprontem huma Esquadra de Lisboa fuor [fora] da Barra de modo q todo se appronto para recebê-la ao fogo e balla", em mesma carta afirma ao esposo: "depois de dar-me tantas provas de confiança, antes perder todo[tudo inclusive a vida] que faltar aos meus deveres e bem do Brasil (OBERACKER, 1973, p. 270/271).

Em 2 de setembro de 1822, D. Leopoldina convocou uma reunião do Conselho de Estado, na qual ela e José Bonifácio expuseram a situação. Todos decidiram que o príncipe regente devia ser comunicado, e a separação de Portugal, declarada pela Independência do Brasil. O mensageiro Paulo Bregaro foi encarregado de entregar as cartas de D. Leopoldina, de José Bonifácio, do côsul-geral inglês Chamberlain e do rei D. João VI ao Príncipe. Ele encontrou a comitiva nas margens do córrego do Ipiranga, em 7 de setembro de 1822.

A princesa satisfeita pela proclamação da Independência do Brasil, mas não imaginava que durante essa viagem o marido conheceria uma mulher que marcaria sua vida e seu casamento: Domitila de Castro do Canto e Melo.

Nos anos que se seguiram, D. Leopoldina teve mais filhos, as princesas Januária (1822-1901), Paula Mariana (1823-1833) e Francisca Carolina (1824-1843), Dom Pedro II (1825-1891) e o aborto que pode ter sido fatal, em 2 de dezembro de 1826.

A vida da agora imperatriz foi cercada de intrigas por parte de algumas pessoas da corte e por humilhações públicas promovidas pelo marido e sua nova amante, Domitila de Castro. Desde 1823, quando D. Pedro levou a amante e a família dela para morar no Rio de Janeiro, distribuiu títulos e cargos para todos eles. Também reconheceu publicamente os filhos que teve com Domitila. Enquanto a amante gozava de conforto e luxo, D. Leopoldina não recebia nem um centavo do dinheiro que era seu, tendo que muitas vezes recorrer ao pai ou a agiotas. Suas dívidas eram principalmente para pagar indenizações aos mercenários europeus, como já foi colocado acima. A imperatriz também se sentia prisioneira em seu próprio palácio. Viglada o tempo todo, era, por vezes, proibida de sair (LUSTOSA, 2006; OBERACKER, 1973).

Em 9 de fevereiro de 1826, a Família Imperial viajou à Bahia. Nessa viagem, a imperatriz seria humilhada publicamente pelo imperador, pois o luxo dado a Domitila, então viscondessa de Santos, deixou claro para todos, inclusive para o povo, quem era a favorita de D. Pedro (RAMIREZ, 1968; REZZUTTI, 2011). O retorno ao Rio de Janeiro ocorreu em 1º de março de 1826, e o estado de depressão e abatimento da Imperatriz estava claro para todos. Essa viagem foi tida como a maior das humilhações sofridas por ela (CELLIEZ, 1863; KANN e LIMA, 2006; KENT, 2011; OBERACKER, 1973).

Sobre a saúde de D. Leopoldina, ela sempre sofreu dos nervos; alguns acreditam que sua possível obesidade poderia ser reflexo disso. Sofria de hemorroidas e azia constantes, porque não se adaptava à cozinha portuguesa e nem ao clima do Brasil, além de dores reumáticas e problemas hepáticos (OBERACKER). Dias antes de falecer, escreveu ao pai:

“Embora ainda extremamente fraca, pois tive uma febre biliar há doze dias e ainda não consigo dormir bem nem comer nada, considero meu dever escreve-lhe para acabar com sua preocupação e me recomendar à sua prece paterna, pois minha extraordinária fraqueza e incessantes dores nervosas e minha gravidez no terceiro mês me obrigam mais do que nunca a pedir por sua súplica fervorosa ao Onipotente.” – carta com data de 20/11/1826 (KANN e LIMA, 2006, p. 451).

Há muita controvérsia sobre a morte da imperatriz, ocorrida em 11 de dezembro de 1826. Isabel Lustosa (2006) fala de agressões físicas que a mulher sofreria do marido, com base em especulações que surgiram na época. A princesa Michael de Kent (2011) fala em septicemia puerperal, em decorrência do aborto. Alguns afirmam que ela e D. Pedro discutiram na presença de Domitila, já marquesa de Santos e Primeira Dama da Imperatriz. Há até quem acredite que o imperador agrediu violentamente D. Leopoldina, deixando-a, desde então, acamada. Por esse motivo, acreditamos serem importantes as informações dessa carta que colocamos acima, assim como outros detalhes contidos em algumas correspondências que pesquisamos no Arquivo Histórico do Museu Imperial, em Petrópolis. A primeira possui data de 2 de dezembro de 1826. É um relatório enviado a D. Pedro, que havia partido em 23 de novembro de 1826 para a Guerra da Cisplatina:

“S.M.I. (Sua Majestade Imperial) a Imperatriz, que apesar de continuar a sofrer os incômodos desse estado de gravitação, nos fez a honra de presidir os despachos no dia 29 do mês passado.” (Anexo – A – Museu Imperial de Petrópolis / Ibram / MinC)

Essa carta foi assinada pelos marqueses Inhambupe, Baependi, Caravelas e Paranaguá e pelo conde de Lages, ministros do Conselho de Estado. Porém esses mesmos senhores, em carta também de 2 de dezembro, afirmam que o estado de saúde da imperatriz sofrera uma piora, que tivera febre alta durante a tarde e que na madrugada sofrera um aborto e várias crises nervosas com violentas convulsões. Essa carta está no anexo – B – (Museu Imperial de Petrópolis/Ibram/MinC).

Em 1926, ano do centenário da morte da Imperatriz, o Arquivo Nacional reeditou alguns dos boletins médicos escritos pela junta médica, composta de professores e doutores, que acompanhou todo o processo da doença da imperatriz. Nesse material há informação de que: “Quando S.M. o Imperador se ausentou, consistia o padecimento de S.M. a Imperatriz na inchação erisipelatoza de toda a coxa, perna e pé, e nos incômodos, que são inseparáveis desta moléstia [...]” (Arquivo Nacional). O mesmo boletim narra a melhora do estado de saúde, porém também relata que, mais tarde, Dona Leopoldina teve sintomas de febre gastrobiliar, bem como foi observada uma dilatação dos vasos sanguíneos na cabeça. Temendo convulsões, o procedimento usado foi: “[...] sanguessugas, sinapismo entre outros [...]” na manhã seguinte sofreu “[...] febre e excreção vaginal, mas não continuada [...]” (Arquivo Nacional).

Tratamentos foram empregados pelo cirurgião-mor do Império, como o uso de éter, cânfora, compressas na nuca e outros procedimentos, como mostra o relatório entregue a D. Pedro datado de 6 de dezembro. Esta carta que descreve esses procedimentos está no anexo – C . As preocupações dos médicos e dos ministros de Estado eram grandes. Muitos mudaram-se para a Quinta da Boa Vista, revezando-se nos cuidados com a Imperatriz. O povo fez vigílias.

D. Leopoldina faleceu às 10 horas e um quarto da manhã, como dizem as cartas enviadas ao Imperador, de 11 de dezembro de 1826, aos 29 anos de idade. Nestes mesmos relatórios, os ministros informaram a D. Pedro que, durante os delírios, a imperatriz pronunciou palavras que indicavam os motivos da sua inquietação, deixando perceber que:

[...] causas moraes que ocupavam sua imaginação, e que objectos de desgosto, e de recentimento de Seo Espírito; o que tendo chegado ao conhecimento do público, a quem nada pode ser occulto em taes circunstâncias excitou nêlle grande murmúrio com ameaças de vingança. (Anexo – D – Museu Imperial de Petrópolis / Ibram / MinC).

Também afirmaram que reforçaram a segurança na cidade, mas que, apesar da tristeza do povo, não ocorreram distúrbios ou agressões. Em nenhum momento, nessas cartas analisadas, não são citados nomes, ou nome, de quem poderiam ser estas pessoas.

Os rituais do funeral e do cortejo fúnebre da imperatriz foram os mesmos usados para a rainha D. Maria I de Portugal, falecida anos antes no Rio de Janeiro. Como mostra a carta dos marqueses de Inhambupe, Baependi, Caravelas, Paranaguá e do conde de Lages de 16 de dezembro de 1826,

O cirurgião-mor do Império todos os meios de retardar a dissolução do corpo, para que sem contar o dia do fallecimento, foram três os de funeral e no primeiro se conservou fora dos caixões, para ter lugar o beija mão (Anexo – E , Museu Imperial de Petrópolis / Ibram / MinC).

A questão do caixão de chumbo, levantada por nós no projeto apresentado, era uma tradição dos Bragança. Muitos religiosos da Igreja Católica também usam estes procedimentos até hoje, com bispos e até papas. Não havia também qualquer problema que impedisse a autópsia ou tratamento do corpo, nem entre os Bragança, menos ainda entre os Habsburgo. Porém, no caso de D. Leopoldina, não encontramos registros que indiquem esse procedimento. Há uma referência feita por Debret (1972), na qual ele afirma que o corpo foi mergulhado por 12 horas em uma substância a base de espírito de vinho e cal: “Durante a

noite do primeiro dia ficou o corpo mergulhado num banho de espírito de vinho e de cal a fim de provocar o endurecimento das carnes”.

Debret também diz que o embalsamamento de corpos femininos seria contrário às tradições portuguesas e que os cirurgiões fizeram uma pequena incisão no abdome a fim de introduzir no corpo algumas substâncias corrosivas e aromáticas, comprimindo tudo por uma sutura. E, como vimos na carta dos marques e do Conde de Lages, que está também em anexo: “[...] O corpo de S.M. a Imperatriz não foi embalsamado [...]” (Anexo – F, Museu Imperial de Petrópolis/Ibram/MinC). Conforme a tradição.

O artigo do jornal *O Spectador Brasileiro*, com data de 15 de dezembro de 1826, narrou sobre a comoção popular que tomava conta do Rio de Janeiro pela morte da imperatriz. Esse artigo traz também as informações de que no dia 12 de dezembro:

“[...] concorreram ao palácio da Quinta da Boa Vista os Grandes do Império, Corte e Criados da Imperial Casa, para pela última vez ter a honra de beijar a Augusta mão da sua Soberana [...] “O Beija-Mão fixado para o dia seguinte não teve lugar por causa da rápida decomposição dos restos mortaes da Augusta Defunta” (*O Spectador Brasileiro*, 15/12/1826-CXLVII-Arquivos da Biblioteca Nacional).

Esse artigo nos foi passado pelo sr. Paulo Rezzutti, escritor e biógrafo de Domitila de Castro Canto e Melo, que o localizou enquanto fazia suas pesquisas nos Arquivos da Biblioteca Nacional.

O espírito de vinho, segundo informação obtida com a Professora Doutora Isabel Landim, do Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo é uma substância que foi desenvolvida em 1666 para conservação de material biológico em meio líquido. É obtido a partir da destilação do vinho, na qual o álcool é evaporado em temperatura entre 78 °C e 100 °C. O líquido obtido pela condensação possui uma grande concentração alcoólica. O material biológico submerso nesse líquido é conservado por tempo indeterminado (ASMA, 2001). Porém, segundo a Professora Landim, quando o corpo é retirado, ele tende a decompor-se. Entretanto, não há relatos do que pode ocorrer com um corpo que foi hermeticamente fechado, no caso de D. Leopoldina em três caixões, dois de madeira, entre os quais um de chumbo.

Para o povo brasileiro, D. Leopoldina sempre representou uma esperança, inclusive de liberdade. Na sua chegada ao Rio de Janeiro, em 1817, o povo chamava-a de “Filha dos Césares”, numa referência ao Sacro Império Romano Germânico. Sua participação política começou por volta de 1821, quando passou a ter mais contato com José Bonifácio. Era

visivelmente contra as questões da escravidão, assim como o próprio ministro (SILVA, 1973; OBERACKER, 1973). O Arquivo Histórico do Museu Imperial possui uma carta na qual é mostrada a intenção da Imperatriz em fundar um hospital no Rio de Janeiro. Infelizmente, como mostra a própria carta, não viu seu projeto concluído. Não foi possível conseguir uma cópia desse documento.

Os boletins médicos eram acompanhados pela população, que faziam suas preces em todas as igrejas pela saúde de D. Leopoldina. A notícia de sua morte foi recebida com muita tristeza pelos habitantes, não só da Capital como de todo o Brasil. Sua morte foi profundamente lamentada.

Apesar das preocupações das autoridades com relação a possíveis vinganças, com base nas informações dos documentos que analisamos não houve distúrbios.

No dia da Aclamação de Dom Pedro, em 12 de outubro de 1822, o povo fez uma homenagem à imperatriz com o verso abaixo:

“ Temos pátria; e que pátria?
O império novo. Assim do Grão-Brasil vozeia o povo:
Filha Augusta dos Césares, já hoje
Mãe dos Césares, do Brasil exulta ”
(OBERACKER, 1973, p. 297)

Milhares de pessoas acompanharam os rituais funerários prestados a ela, de 11 a 14 de dezembro de 1826, quando foi sepultada. D. Leopoldina foi uma personagem muito cultuada e admirada no século XIX, mas infelizmente, quase esquecida no século XX.

Segundo a viajante francesa Celliez, quando Dom Pedro I recebeu a notícia da morte da esposa, teria dito: “Ce n’est pas une épouse que je perds, c’est un ange gardien!” (CELLIEZ, 1863, p. 601).

D. Leopoldina foi sepultada no Convento Nossa Senhora da Ajuda, no Rio de Janeiro, mesmo local onde fora sepultada Dona Maria I, na madrugada, como era costume na época.

Figura-6- Imagens do Convento da Ajuda, na cidade do Rio de Janeiro externa e da área do cemitério interno, inclusive mostrando o túmulo de Dona Leopoldina. A última imagem abaixo mostra o traslado do corpo da Quinta da Boa Vista para o Convento. Imagens retiradas do livro *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. vol III. São Paulo, EDUSP (DEBRET, 1972,p.231)

Monumentos funerários foram erguidos nas catedrais em homenagem à imperatriz, inclusive este que mostramos abaixo, na catedral (antiga) de São Paulo, em 1827.

Figura-7- Imagem retirada do livro *O Brasil do Primeiro Reinado Visto pelo Botânico William John Burchell*. Brasil, Fundação João Moreira Salles (FERREZ, G., 1981.p. 100)

3.1.5 Família Bragança

Portugal foi um dos primeiros dos chamados Estados modernos a formar-se, após a expulsão dos mouros em 1139 por D. Afonso Henriques.

A família Bragança assumiu o trono português após as revoltas contra a União Ibérica (1580-1640), promovidas pela nobreza e burguesia lusitanas que eram contra o domínio espanhol. O nobre responsável pela revolta de 1640 foi D. João II, duque de Bragança, que assumiu o trono como D. João IV, rei de Portugal. A Casa de Bragança foi a quarta e última dinastia a ocupar o trono português.

O título de duque de Bragança foi instituído no século XV para D. Afonso I. A partir de 1640, passou a ser o principal título nobiliárquico português, até a proclamação da república, em 1910.

A Revolução Francesa, no final do século XVIII, e as invasões napoleônicas do início do século XIX fizeram com que a família real portuguesa aceitasse os “conselhos” da Inglaterra e partisse para sua colônia na América, o local conhecido como Brasil. Em 27 de novembro de 1807, a família real rumava para a América escoltada pela Marinha Real Britânica. A decisão pela partida não foi da rainha D. Maria I (1734-1816), mas de D. João, seu filho. O estado emocional da Rainha fora abalado pela morte do marido, D. Pedro III de Portugal, em 1786, e de seu filho, D. José, príncipe da Beira, duque de Bragança e herdeiro do trono, em 1788, quando estava com 26 anos, além dos falecimentos de seu pai, em 1777, e de sua mãe, em 1781.

Em 1792, a rainha passou a ser acometida por estados de apatia e melancolia. Tratamentos médicos foram ministrados, porém não houve melhora. Em 1799, depois de uma avaliação feita por uma junta médica, inclusive com a participação de médicos britânicos, a doença foi declarada oficialmente como incurável. Foi então recomendado que seu segundo filho, D. João (1767-1826), então herdeiro do trono com a morte do irmão mais velho, fosse declarado Regente. Por esses distúrbios psicológicos, a rainha ficou conhecida por D. Maria, a Louca (SANMARTINI, 1998). Com relação ao Brasil, seu reinado representou um grande atraso industrial e intelectual, além, é claro, da repressão à Inconfidência Mineira.

A família real atracou em Salvador em 22 de janeiro de 1808. Pela primeira vez na História, uma colônia tornava-se metrópole. Nessa cidade começaram as primeiras mudanças no Brasil. O príncipe regente D. João decretara a Abertura dos Portos, beneficiando

principalmente os comerciantes ingleses com taxas de impostos mais baixos que os demais, mesmo portugueses. A família real chegou ao Rio de Janeiro em 7 de março do mesmo ano.

Em 1815, D. João, ainda como príncipe regente, elevou o Brasil à condição de Reino Unido de Portugal. Foi essa a forma encontrada para que a família real pudesse permanecer no Brasil enquanto Portugal participava do Congresso de Viena.

O príncipe D. João apresentava fortes indícios de que gostaria de ter seguido a carreira eclesiástica, mas casou-se com D. Carlota Joaquina (1775-1830), filha do rei da Espanha, em 1785, ele com 18 anos e ela com apenas 10 (LIMA, 1996). Dessa união, nasceu, em 12 de outubro de 1798, o segundo filho do casal: D. Pedro, cujo nome completo era Pedro de Alcântara Francisco Antônio Carlos Xavier de Paula Miguel Rafael Joaquim José Gonzaga Pascoal Serafim de Bragança e Bourbon. O primogênito, D. Antonio, nascido em 1795, faleceria em 1801. Assim, D. Pedro passou a ser o primeiro na linha de sucessão ao trono português com o título de príncipe da Beira (SOUZA, 1972). Quando a família chegou ao Brasil, em 1808, ele tinha nove anos.

D. Carlota Joaquina sempre teve problemas com o marido, não conjugais comuns, mas de luta pelo poder. A rainha transmitiu isso para os filhos. Quando D. Miguel nasceu, em 1802, ela passou a demonstrar uma predileção pelo menino, fomentando a disputa entre ele e D. Pedro que culminou na guerra civil em Portugal anos mais tarde.

Há uma lenda sobre os primogênitos dos Bragança. Ela diz que, no século XVII, um rei português, cujo nome não é apontado, teria dado um pontapé em um frade franciscano que havia lhe pedido esmola. O religioso teria rogado uma praga na família para que nenhum primogênito governasse. É claro que não há relatos sobre a veracidade desse episódio, nem sobre seus personagens. Entretanto, nenhum primogênito do sexo masculino da dinastia Bragança sobreviveu o bastante para governar, inclusive no Brasil. A suposta maldição deixou de vigorar com D. Maria II, filha de D. Pedro I do Brasil ou Pedro IV de Portugal, que se casou em um primeiro momento com o tio D. Miguel, depois com o príncipe Augusto, irmão de D. Amélia, segunda esposa de Dom Pedro e, por fim, com D. Fernando, de quem teve descendência. Seu primogênito, D. Pedro V, conseguiu reinar de 1855 até 1861, quando morreu em uma epidemia de febre tifoide, aos 24 anos. Os herdeiros da princesa Isabel sobreviveram, mas não governaram (AMARAL, 2009).

Quando chegou ao Rio de Janeiro, em 1808, D. João teve que primeiro acomodar as 15 mil pessoas, entre cortesãos e funcionários do governo, que acompanhavam a família.

A cidade contava nessa época com uma população de aproximadamente 50 mil habitantes e tinha 46 ruas, 19 largos, 6 becos e 4 travessas. Não havia uma corte, as pessoas não tinham muitos hábitos de higiene, comiam muitas vezes com as mãos. Os vários tipos de dejetos eram jogados quase sempre em qualquer lugar. Não havia acomodações para todos que vieram de Portugal. O príncipe logo tratou de acomodar sua corte “requisitando” algumas das melhores casas da cidade. As portas eram marcadas com as letras PR (Príncipe Regente), que, para a população local, era simplesmente o “Ponha-se na Rua” (LUCCOCK, 1951).

Com a transferência do centro de poder para o Brasil, D. João teve que criar uma máquina administrativa e educacional na antiga colônia. Assim, ainda em 1808, surgem a Escola de Cirurgias e Marinha, o Banco do Brasil e o Jardim Botânico; em 1813, a Academia Médico-Cirúrgica. Foram criadas também várias instituições culturais, como teatros e a Academia de Belas Artes, além do apoio à Missão Artística Francesa e à Missão Científica Austríaca em 1817 (DONATO, 2005; LUCCOCK, 1951; LUSTOSA, 2006).

Para alojar a própria família, o príncipe usou a casa dos vice-reis do Brasil, uma construção de 1743, que foi transformada por ele em sede do governo até a adaptação do casarão da Quinta da Boa Vista.

Com a morte da mãe, D. Maria I, em 20 de março de 1816, Dom João assumiu em definitivo o trono como rei D. João VI.

3.1.6 D. Pedro I

Figura-8- D. Pedro I Imperador do Brasil. Retirado do livro Dom Pedro. Estudo Iconográfico v.2.

São Paulo/Lisboa (HERSTAL, 1972, p. 407).

D. Pedro não teve a mesma educação que D. Leopoldina, mesmo porque, no Brasil do início do século XIX, isso era praticamente impossível. Segundo Isabel Lustosa, “até os dezesseis anos suas principais atividades foram os exercícios físicos, a equitação, a caça e a marcenaria” (LUSTOSA, 2006, p. 28).

Por conta de sua paixão por velocidade e cavalos, sofreu vários acidentes, sendo dois graves. O primeiro ocorreu em 30 de junho de 1823, quando a cilha desafivelou e o selim se soltou, causando sua queda. O acidente aconteceu próximo a São Cristóvão; a imperatriz foi avisada, indo para o local e recolhendo o imperador para a Quinta. Os exames médicos concluíram que ele havia sofrido fraturas em duas costelas e na clavícula, além de lesão no quadril. D. Leopoldina ficou sempre ao seu lado. Havia muita preocupação com seu estado de saúde. A Imperatriz chegou a fazer uma promessa a Nossa Senhora da Glória do Outeiro pelo restabelecimento do marido. Ela mandou pintar uma tela em homenagem à Santa; executado por Félix Emile Taunay, o quadro encontra-se hoje no Museu da Igreja do Outeiro da Glória, no Rio de Janeiro. O outro acidente ocorreu em 1829, junto com D. Maria II, D. Amélia, sua segunda esposa, e seu cunhado, o Duque Augusto de Leuchtenberg (OBERACKER, 1973).

Dom Pedro também gostava de festas e de música. Sabia tocar vários instrumentos, escreveu missas e o Hino à Independência do Brasil. Gostava muito de manter relações¹ com mulheres. Era uma figura carismática, gostava de ficar próximo da população comum nas ruas e tavernas. (REZZUTTI, 2011). Qualquer cidadão tinha acesso ao palácio ou à família real; não havia um protocolo severo como nas cortes europeias (KANN, LIMA, 2006; LUSTOSA, 2006; SOUSA, 1972).

Uma forma encontrada por D. João VI para colocar um fim à vida boêmia do filho foi por um acordo de casamento. O rei pretendia se aproximar de uma Áustria que possuía interesses nas Américas. Foi assim que, em 13 de maio de 1817, aniversário de D. João, foi realizado o casamento por procuração entre o príncipe D. Pedro e a arquiduquesa Leopoldina da Áustria.

Porém, com a Revolução do Porto, em 1820, brasileiros e portugueses exigiram que D. João se submetesse às Cortes (parlamento português), em prol de uma monarquia constitucional. O fator que fez com que a opinião dos brasileiros mudasse foi a exigência do retorno do rei para Portugal, o que significaria a volta do Brasil à condição de colônia. Foi então que D. João pensou em enviar D. Pedro para Portugal. Mas, como já registramos acima, temia que o filho usurpasse o seu trono. Para evitar isso, manteria Dona Leopoldina no Brasil. O casal foi contra a separação. Além disso, o Brasil passava por tentativas separatistas, e a

¹ A mais famosa foi com Domitila de Castro Canto e Melo, depois Marquesa de Santos.

Bahia e Pernambuco aderiram à Revolução do Porto, recusando-se a submeter-se ao governo do Rio de Janeiro. O povo queria que o rei assinasse a Constituição, mas o problema é que esta ainda não estava pronta. Temendo os acontecimentos da Revolução Francesa, D. João VI, D. Pedro e D. Miguel juraram a Constituição, mas D. Carlota recusou-se por não estar completa.

As revoltas continuaram por todo o Brasil, deixando mortos e feridos. Não havia um *povo brasileiro*. *Brasileiro* não era designação de pessoa nascida no Brasil. Dom João criou o Estado brasileiro de maneira “virtual”, independente do Estado português, o que significa que o monarca unia os povos à cultura. Dessa forma, não havia unidade política entre os habitantes de seu império (OBERACKER, 1973).

Esse é um dos motivos que levaram muitas regiões a não se submeter ao Rio de Janeiro, preferindo Lisboa. Eles sentiam-se portugueses. Com a Revolução Liberal, províncias como Pará, Maranhão e Bahia acabaram formando juntas governamentais subordinadas a Lisboa. Nessa perspectiva, “o Pará, a seu próprio pedido, foi até declarado província de Portugal [...]” (OBERACKER, 1973, p. 223).

3.1.7 Política e Família

Figura-9-Quinta da Boa Vista (RJ). Retirado do livro Leopoldina A Princesa do Brasil. (BULCÃO,2006,p.78).

Em 26 de abril de 1821, o Rei D. João VI resolveu embarcar para Portugal e deixar D. Pedro como regente. Três dias antes, fora publicado o decreto sobre as formas de poder da regência de Dom Pedro:

“Fica o príncipe com direito de conferir cargos, postos e condecorações. Estava autorizado até em caso urgente, a fazer a guerra ou admitir a tréguas. Dom Pedro deliberaria com auxílio de quatro ministérios: do Reino e Estrangeiro, da Guerra, da Marinha e da Fazenda. O Ministério do Reino e Estrangeiro ficou com o conde Arcos. Em caso de morte do regente, governaria D. Leopoldina, com um Conselho de Regência” (LUSTOSA, 2006, p. 109).

As pressões de Lisboa continuavam. Notícias de que as Cortes desrespeitavam o rei e continuavam exigindo a volta de D. Pedro cresciam ainda mais, principalmente após o *Fico*, ou seja, 9 de janeiro de 1822. As Cortes enviaram tropas com ordens de “escortar” os príncipes para Portugal. Algumas províncias, como São Paulo, sabiam da importância da permanência de D. Pedro no Brasil e mandaram homens para o Rio de Janeiro com a finalidade de proteger o casal e seus filhos: D. João Carlos e D. Maria da Glória.

D. Pedro lutou ao lado desses homens contra os portugueses. Contudo, a morte do príncipe D. João Carlos abalou o casal e principalmente D. Pedro, que acusava diretamente as Cortes pelo fato. Os deputados brasileiros enviados para participar da Constituinte foram presos em Lisboa. Entretanto, o príncipe negava-se a proclamar a Independência porque isto significava para ele uma traição ao pai. D. Leopoldina não via as coisas desta forma, uma vez que o rei não era mais respeitado em Lisboa; ainda havia a questão de tentar evitar a fragmentação do Brasil, como aconteceu na América Espanhola (OBERACKER, 1973).

No final de agosto de 1822, a invasão portuguesa ao Brasil já era iminente, como podemos notar nesta carta de Dona Leopoldina do dia 29:

“Meu querido e muito amado esposo!
Mando-lhe o Paulo; é preciso que volte com a maior brevidade, esteja persuadido que não é o Amor que me faz desejar, mas que nunca sua pronta presença, mas sim as críticas circunstâncias em que se acha o amado Brasil; só a sua presença, muita energia e rigor pode salvá-lo da ruína” (KANN; LIMA, 2006, p. 411).

Esta carta faz menção também à invasão lusitana ao Brasil:

As notícias de Lisboa são péssimas; 14 batalhões vão embarcar nas suas naus [...] lisboenses têm-se permitido toda a qualidade de expressões indignas contra sua pessoa, na Bahia entraram 600 homens e duas ou três embarcações de guerra; nossa traidora esquadra ficou de boca aberta olhando para ele; na cidade do Rio têm produzido estas notícias o maior alvoroço.” (KANN; LIMA, 2006, p. 411).

Diante dessa situação, a princesa convocou uma reunião de emergência do Conselho de Estado, em 2 de setembro de 1822, na qual decidiu-se que o príncipe regente deveri ser comunicado dessas ações de Portugal imediatamente (OBERACKER, 1973).

Todos esses fatos culminaram com o 7 de Setembro de 1822. A situação era insustentável para o Brasil. Há muita controvérsia sobre o que realmente aconteceu no Ipiranga naquela tarde, porém o ato do príncipe regente não foi de traição ou rompimento com seu pai: o que praticou foi o rompimento com as Cortes de Lisboa.

Segundo a tradição, a comitiva de D. Pedro, que estava a caminho da Vila de São Paulo, deteve-se às margens do Riacho do Ipiranga pois o príncipe regente sofria de fortes cólicas intestinais. A comitiva era formada por uma guarda de honra comandada pelos coronéis Marcondes de Oliveira Melo e Antônio Leite Pereira da Gama Lobo. Contava também com os ordenanças Francisco Gomes da Silva (Chalaça) e o tenente Francisco Canto e Melo, irmão de Domitila de Castro, além do padre Belchior Pinheiro, entre outros (SANMARTINI, 1998). Foi nesse local, em 7 de setembro de 1822, aproximadamente às quatro e meia da tarde, que se aproximaram dois mensageiros Paulo Bregaro e Antônio Cordeiro, que traziam cartas de D. Leopoldina e do ministro José Bonifácio, além de instruções das Cortes de Lisboa que obrigavam D. Pedro à prisão dos ministros “brasileiros”, nomeados por ele, e substituição por homens fiéis às Cortes, à eleição de juntas governativas também com membros fiéis a Lisboa e também ao retorno imediato do príncipe e da princesa para Portugal, sob ameaça de ele ser deserddado. Essas determinações teriam o endosso do rei D. João VI, entretanto, como afirmava Bonifácio em sua carta ao príncipe, este era quase prisioneiro das Cortes desde seu retorno a Lisboa, tendo que se submeter às suas ordens (LUSTOSA, 2006; OBERACKER, 1973; SANMARTINI, 1998).

Dom Pedro leu as cartas acompanhado pelo padre Belchior, que teria aconselhado a romper os laços com Portugal (LUSTOSA, 2006; OBERACKER, 1973). Depois de ficar

alguns minutos em um misto de fúria particular e silêncio, pediu para que a guarda fosse colocada em forma e declarou: “Amigos, as Cortes portuguesas querem escravizar-nos e perseguem-nos. Nenhum laço nos une mais. Laços fora soldados. Viva a Independência, a liberdade e a separação do Brasil” (LUSTOSA, 2006, p. 153). Logo depois, desembainhou a espada, acompanhado pelos seus soldados, e jurou: “Pelo meu sangue, pela minha honra, pelo meu Deus, juro fazer a liberdade do Brasil”. Ficou em pé sobre os estribos e gritou: “Independência ou Morte!” (LUSTOSA, 2006, p. 153). Este foi o relato do padre Belchior, que é o mais aceito entre os historiadores. D. Pedro mandou batedores irem à sua frente avisar ao povo de São Paulo que a Independência havia sido proclamada às margens do Ipiranga, que ficava a cerca de seis quilômetros da vila, local em que não havia quase nada, além de algumas chácaras e do riacho (TAUNAY, 1937).

As fitas azul e branca que D. Pedro e seus soldados arrancaram de suas roupas representavam as cores das Cortes, não dos Bragança. A cor que representava a dinastia era o verde.

D. Pedro foi recebido com muita festa pela população paulista. Sinos tocaram, salvas de tiros foram dadas, o povo nas ruas dava vivas à Independência. A comemoração foi completa quando, à noite, na Casa da Ópera, o príncipe tocou o Hino à Independência, de sua autoria, com letra de Evaristo Veiga. Este é um dos indícios pelos quais alguns historiadores, entre eles Carlos OBERACKER, acreditam que ele possa já ter ido a São Paulo com a intenção de proclamar a Independência, porém este ato poderia ter sido realizado na própria Casa da Ópera e não às margens de um simples riacho desconhecido. Entretanto, ao receber as cartas, não teria conseguido conter a revolta (OBERACKER, 1973).

A primeira bandeira do Brasil independente foi idealizada por José Bonifácio e desenhada por Debret. Era composta de um retângulo verde, a cor da Casa dos Bragança, e um losango amarelo, cor da Casa dos Habsburgo-Lorena. Foi mantida a esfera armilar do Reino Unido, acrescentando-lhe a Cruz de Cristo, evocadora do descobrimento, além de ramos de café e tabaco como emblemas do comércio. Depois vieram as estrelas, cada uma representando uma província do Império. O lema do Brasil passou a ser *Independência ou Morte*. O que aconteceu em 7 de Setembro foi a “criação” de um país chamado *Brasil* e de um povo que poderia ser chamado de *brasileiro*, diferente do português da América, como eram conhecidos aqueles que nasciam no Brasil (OBERACKER, 1973).

Figura 10-Brasão do Primeiro Reinado.Fonte: imagem cedida pela Casa Imperial do Brasil

Figura11- Bandeira do primeiro Reinado. Fonte: imagem cedida pela Casa Imperial do Brasil

Em 12 de outubro de 1822, dia de seu aniversário, D. Pedro foi aclamado imperador, tornando-se D. Pedro I. Foi quando ele aceitou os títulos de Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil.

A cerimônia de coroação, em 1 de dezembro de 1822, foi um misto de tradição e inovação. Nesse evento, foi abandonado o costume lusitano de que o rei não portava a coroa, tradição essa que remetia ao último rei coroado, o desaparecido D. Sebastião. D. Pedro quis revestir-se da autoridade do consentimento popular e religioso, ou seja, a unânime aclamação dos povos unidos à Graça de Deus. Ao contrário das cortes europeias, onde a cor púrpura prevalecia, os trajes imperiais dos imperadores do Brasil possuíam muito verde e murças amarelas de penas de aves brasileiras, que ornavam principalmente o toucado da imperatriz. A murça simbolizava a continuação histórica entre o poder dos imperadores e o dos caciques indígenas. O dragão, timbre heráldico bragantino, estava no cetro imperial (LIMA, 1962).

Figura 12 - D.Pedro coroado Imperador do Brasil. Retirado do livro Leopoldina A Princesa do Brasil, Rio de Janeiro Editora Rocco,(BULCÃO, 2006, p.51).
Dom Pedro I com os ornamentos Imperiais do Brasil.

Figura 12A - Dona Leopoldina com o traje de gala Imperial (de gala). Pintura de Debret, retirado do livro Jean Baptiste DEBRET. Estudos Inéditos. Rio de Janeiro, Fontana (FRANCO, 1974,p. 14).

Apesar das tentativas junto a várias cortes europeias, inclusive por parte de D. Leopoldina, o reconhecimento de Portugal à Independência do Brasil só ocorreu em 29 de agosto de 1825, quando, por intermédio do ministro inglês Charles Stuart, representando D. João VI, foi assinado o Tratado e Convenção. O preço desse reconhecimento ao Brasil foi uma indenização paga pelo governo brasileiro a Portugal de dois milhões de libras, além dos 1.400 contos pela compra do acervo da Biblioteca de Lisboa trazido para o Brasil pela família real em 1808. Hoje, esse material, constitui grande parte do acervo da Biblioteca Nacional. Embora D. João VI tenha reconhecido a Independência e os direitos de D. Pedro a coroa brasileira, reservou para si mesmo o título de Imperador (LUSTOSA, 2006; SANMARTINI, 1998). É por isso que alguns historiadores como Lígia Lemos (1949), afirmam que D. Carlota Joaquina fora Imperatriz do Brasil, entretanto, assim como aconteceu com D. Maria I, Rainha de Portugal e mãe de D. João VI, ela não estava em território brasileiro.

Porém, os problemas e revoltas continuaram. Na viagem para São Paulo, D. Pedro conheceu Domitila de Castro do Canto e Melo e por ela logo apaixonara-se, levando-a e a sua família para o Rio de Janeiro. Aos poucos, Domitila ou *Titília*, como o imperador a chamava

em suas cartas, começou a exercer influencia sobre D. Pedro. O fato gerou graves problemas políticos, principalmente com os Andradas, além de conjugais (REZZUTTI, 2011).

Em 1823, a Assembleia Geral Constituinte iniciou seus trabalhos. Contudo, esta pretendia limitar os poderes do imperador. D. Pedro usou vários métodos, inclusive atentados, tentando incriminar os Andradas e outros deputados. Como continuava sendo alvo de críticas, dissolveu a Assembleia, e os Andradas foram presos e exilados. D. Pedro I aproximou-se cada vez mais dos portugueses, fato que não agradou aos brasileiros. Em 1824, o imperador outorgou a Carta Constitucional, que, apesar de liberal, criava o Poder Moderador, dando ao soberano o posto de árbitro em todas as questões. Esse poder foi pouco usado por D. Pedro I (SOUZA, 1972; AMARAL, 2009).

Diferente de D. Leopoldina, a amante de D. Pedro, Domitila, tinha todas as suas atenções, inclusive o reconhecimento dos filhos que teve com ela. D. Pedro fez com que a imperatriz aceitasse Domitila como sua primeira-dama, dando a esta os privilégios de estar ao lado dela todo o tempo. O primeiro título recebido pela amante foi de viscondessa de Santos; um ano depois, recebeu o de marquesa. A escolha de Santos foi uma afronta direta aos Andradas, naturais dessa cidade do litoral paulista.

Com a morte de D. João VI, em 10 de março de 1826, D. Pedro deveria assumir o trono português, mas a Constituição outorgada por ele no Brasil não permitia qualquer tipo de união com Portugal. D. Pedro foi aclamado rei de Portugal em 26 de abril de 1826 como Pedro IV e, no dia 29, outorgou uma nova Constituição para o reino lusitano. Em 2 de maio, abdicou ao trono em favor da filha, Maria da Glória, que passaria a ser D. Maria II, Rainha Constitucional de Portugal. O Imperador determinou também que a menina deveria se casar com o tio, D. Miguel, prática comum entre a realeza por séculos.

No final de 1826, faleceu a imperatriz D. Leopoldina. Os maus tratos e humilhações praticados por D. Pedro contra a esposa fazem com que muitos o acusem pela sua morte (LUSTOSA, 2006; RAMIREZ, 1968). Quando isso ocorreu, Dom Pedro estava combatendo na Guerra da Cisplatina, no Sul do Brasil.

Com a perda do Brasil, Portugal, sem ter produtos significativos para exportação, entrou em uma grave crise econômica. D. Pedro foi criticado por apoiar os partidários da filha, e seu irmão usurpou o trono da sobrinha. Como a Rainha já havia sido enviada à Europa, por medidas de segurança, o destino foi mudado para Inglaterra. E o absolutismo voltou a Portugal (AMARAL, 2009).

A questão envolvendo a morte da Imperatriz, figura muito admirada na época, as questões de sucessão em Portugal e o absolutismo exercido no Brasil por D. Pedro - que era tido como liberal - fizeram com que a situação ficasse cada vez pior para ele no país que ajudou a tornar independente. Nem mesmo seu afastamento de Domitila e o casamento com D. Amélia de Leuchtenberg, em 1829, fizeram com que as coisas melhorassem.

Em 7 de Abril de 1831, isolado no Palácio, com as tropas e até sua guarda pessoal em rebelião, ele decidiu voltar para Portugal, abdicando em favor do filho D. Pedro II, então com 5 anos.

Na Europa, D. Pedro conseguiu reunir tropas para combater o irmão na tentativa de recolocar D. Maria II no trono. Em 29 de maio de 1834, depois de longas e sangrentas batalhas, venceu a guerra contra D. Miguel e exilou-o. A façanha mais famosa de D. Pedro foi o cerco do Porto, quando, com um exército de 10 mil homens, venceu as forças absolutistas, que contavam com 100 mil soldados. Assim, reconquista o trono para a filha, sob o título de duque de Bragança, ou como um soldado de sua filha D. Maria da Glória, ou D. Maria II de Portugal. Ficou conhecido também como “O Rei Soldado”.

Figura 13- Dom Pedro, Duque de Bragança, Batalha de Ponte Ferreira, 23 julho de 1832, fez parte do cerco da Cidade do Porto. Col.Museu Militar Portugal. Retirado do livro Dom Pedro.Estudo Iconográfico.vol.3 São Paulo/Lisboa (HERSTAL. 1972,p.92).

Entretanto, D. Pedro tinha seus adversários e estes promoveram humilhações em um teatro. Mesmo com a derrota de D. Miguel, havia ainda muitos “miguelistas”, como eram conhecidos os partidários do irmão. Muitos portugueses não aceitavam o fato de D. Pedro ter proclamado a Independência da mais rica colônia de Portugal, o Brasil. Com esta ação, D. Pedro teria

abdicado à cidadania portuguesa e, com isso, a seu direito ao trono lusitano. A Independência do Brasil colaborou com a grave crise econômica enfrentada por Portugal entre 1826 e 1831. Assim, se para alguns portugueses D. Pedro era visto como herói libertador, para outros não passaria de um traidor. A mesma fórmula aplicava-se do outro lado do Atlântico, onde brasileiros o amavam e o odiavam.

As dificuldades passadas por anos nos campos de batalha em Portugal fizeram com que a saúde de D. Pedro ficasse muito debilitada. Em 24 de setembro de 1834, na mesma sala em que havia nascido, no Palácio de Queluz, ele faleceu, após sofrer meses com problemas pulmonares. Em nossos livros didáticos de História, vemos que a *causa mortis* teria sido sífilis. D. Pedro já sofria de epilepsia. A pesquisadora Claudia Thomé Witte, em artigo *Dom Pedro I* (apud AMARAL, 2009, p. 86-106), como também no artigo da revista de História da Biblioteca Nacional *A imperatriz esquecida* (2010), afirma que, além de tuberculose, ele vinha sofrendo de problemas renais devido aos meses em que passou nos campos de batalha, sofrendo, como os soldados comuns, com o frio e a má alimentação.

Em carta para a princesa Januária, filha de D. Pedro com D. Leopoldina, que havia ficado no Brasil, D. Amélia narrou a autópsia feita no corpo do ex-imperador:

“A enfermidade de teu infeliz pai data do Porto; pela autópsia do corpo, viu-se que o pulmão direito estava cheio de água e que pesava para mais de dois litros, e o esquerdo não existia. O coração estava dilatado. Ah! Meu Deus! Como deve ter sofrido teu infeliz pai!” (LEMOS, 1947, p.190).

Essa carta está no Arquivo Histórico do Museu Imperial, em Petrópolis. Não está à disposição para cópia, porém consegui autorização do Museu Imperial para transcrever parte dela em meu trabalho. Essa carta também pode ser vista na obra de Lígia Lemos *Imperatriz Dona Amélia*. Na narrativa de D. Amélia sobre a não existência do pulmão esquerdo de D. Pedro pode ser interpretado pelo grau de comprometimento deste órgão pela tuberculose.

Quando D. Amélia fala em *data do Porto*, ela está se referindo a que a doença foi adquirida na época do cerco do Porto, na guerra civil contra D. Miguel.

O coração de D. Pedro foi retirado e enviado ao Porto, onde é preservado até os dias atuais, conforme pedido dele próprio antes da morte. O ex-imperador foi sepultado com as honras de um general, como era de sua vontade, na igreja de São Vicente de Fora, no Panteão dos Bragança, Lisboa.

Acreditamos e sugerimos que a figura de Dom Pedro I do Brasil ou Pedro IV de Portugal seja revista, com base em documentos da época, que estão no Brasil e em Portugal. Buscar nestes documentos informações sobre os problemas e valores seja políticos, morais e econômicos. Só assim teremos uma oportunidade de entender melhor seus atos tanto no Brasil como em Portugal.

Figura 14 - Gravura anônima popular homenagem a S.M.I o Excelso Duque de Bragança, Portugal. Retirada do livro Dom Pedro. Estudo Iconográfico. vol.3. São Paulo/Lisboa (HERSTAL, 1972, p.222-a)

Teve, com D. Leopoldina, seis filhos: D. Maria da Glória (1819-1853); D. João Carlos (1821-1822); D. Januária (1822-1901); D. Paula Mariana (1823-1833); D. Francisca Carolina (1824-1898); e D. Pedro II (1825-1891). Houve também dois abortos: um em 1820 e outro em 1826. Com D. Amélia, Dom Pedro teve uma filha, D. Maria Amélia, que nasceu em Paris em 1831 enquanto eles estavam no exílio tentando levantar fundos para combater D. Miguel. D. Maria Amélia faleceu de tuberculose na Ilha da Madeira em 1853 (BRAGANÇA, 2009; TORRES, 1947).

Apesar das críticas que recebeu em vida, a morte de D. Pedro foi muito sentida, tanto no Brasil como em Portugal, inclusive pelos partidários do irmão D. Miguel.

A princesa D. Paula Mariana faleceu em 1833, com 10 anos de idade, provavelmente de problemas pulmonares. Anos antes, D. Pedro I, ainda no Brasil, comprara uma propriedade na região serrana do Rio de Janeiro, em uma tentativa de mudança de clima para a menina restabelecer-se, o que infelizmente não ocorreu. Essa propriedade era chamada de Fazenda do Córrego Seco, onde, no Segundo Reinado, foi criada a cidade de Petrópolis (TORRES, 1947).

3.1.8 Dona Amélia

Figura 15- Imperatriz D. Amélia de Beauharnais Leuchtenberg

Fonte Arquivo Pessoal

Com a morte de D. Leopoldina em 1826 e os problemas internos do país, a popularidade do imperador estava ameaçada. Para tentar melhorar isso, seria necessário um casamento, e D. Pedro sabia disso. Logo, incumbiu o marquês de Barbacena de procurar na Europa uma nova esposa. O imperador exigia que sua nova esposa fosse nobre de primeira linhagem, ou seja, filha de soberano, bela, culta e virtuosa. Para a época, ser virtuosa significava ser virgem. ele Pedro também pediu ajuda ao seu ex-sogro, o imperador (*kaiser*) da Áustria, Francisco I. Entretanto, este temia que um novo casamento de D. Pedro I pudesse lhe dar mais herdeiros

do sexo masculino, o que poderia prejudicar seus netos na sucessão ao trono. Além disso, o imperador austríaco não era muito simpático à figura do ex-genro, não apenas pelos maus tratos que este causara à filha, mas também por ele ter outorgado duas Constituições, uma para o Brasil e outra para Portugal, fato que desagradava ao soberano absolutista da Áustria, que via em D. Pedro a figura de um liberal.

A Áustria apoiou D. Miguel contra D. Maria II e, é claro, D. Pedro (AMARAL, 2009). Por esses motivos, Francisco I não ajudou D. Pedro, mas sim fez o que pode para atrapalhar as negociações de casamento.

Ao perceber isso, Barbacena comunicou ao imperador, pois já eram oito as princesas europeias que o recusavam. Diante desse quadro, D. Pedro reduziu as exigências: a moça continuaria tendo que ser nobre, mas poderia ser de linhagem secundária. Porém reafirmou que deveria ser bela e virtuosa. Com essa nova perspectiva, Barbacena encontrou a princesa Amélia de Leuchtenberg (TORRES, 1947; WITTE, 2010).

A mãe da princesa Amélia, princesa Augusta Amélia, era filha de Maximiliano José, rei da Baviera, ou seja, linhagem primária. Porém seu pai, Eugênio de Beauharnais, era filho do Visconde de Beauharnais com Josefina Tacher de la Pagerie, que se casaria mais tarde com Napoleão Bonaparte. Eugênio conquistou a confiança de Napoleão nos campos de batalha, como no Egito e na Rússia. O imperador francês nomeou o enteado vice-rei da Itália e, selando a aliança entre a França e a Baviera, fez com que se casasse com a princesa Augusta em 1806. Em 31 de julho de 1812, nascia em Milão Amélia Augusta Eugênia Napoleona, princesa de Leuchtenberg e Eischaedt, terceira filha do casal.

O pai de D. Amélia viveu a ascensão e a queda de Napoleão. A perda de poder de seu padasto custou-lhe o posto de vice-rei na Itália após a luta contra o exército austríaco, comandado pelo pai de D. Leopoldina. Sem ter para onde ir, Eugênio retirou-se com sua família para a corte de seu sogro, na Baviera. O rei concedeu-lhe os títulos de duque de Leuchtenberg e príncipe de Eischaedt. Ele faleceu com 44 anos de idade, vítima de ataque de apoplexia (TORRES, 1947; WITTE, 2010). Ou seja, por questões da família paterna, D. Amélia não era considerada nobre de primeira linhagem.

Mas o parentesco, ou a ligação com Napoleão Bonaparte, não representava um problema para D. Pedro, mas este queria ter certeza de que a noiva era bela. Para isso, pediu para o amigo marquês de Resende que fosse conhecer a moça em Munique, pois temia ser enganado por algum retrato muito bem pintado. Após a confirmação do amigo, o contrato foi assinado em maio de 1829.

3.1.8.1 Esposa, Mãe e Ser Humano

Figura 16-A Rainha D.Maria II de Portugal (D.Maria da Glória), D.Pedro como Duque de Bragança e D.Amélia. Portugal, 1834. Pintura de Maurício José do Carmo Sendim. Retirado do livro Dom Pedro. Estudo Iconográfico, vol.3. São Paulo/Lisboa (HERSTAL,1972,p.244)

A mãe da princesa sabia das dificuldades que a filha enfrentaria no Brasil, um país recém-independente, com cultura e clima diferentes, além da distância. Amélia dificilmente voltaria para Europa. As viagens demoravam meses, além de serem perigosas, e as correspondências demoravam a chegar. Havia ainda o temperamento de D. Pedro e os seus cinco filhos órfãos. Diante disso, a mãe deu os seguintes conselhos à filha:

“Demonstre seus sentimentos, timidez extrema pode levar D. Pedro, tão extrovertido, à indiferença. Mas não deixe transparecer o ciúme. Os homens são volúveis e levianos. Seja sempre uma mãe amorosa para as crianças. Os conflitos entre Brasil e Portugal serão inevitáveis, uma vez que é a relação entre uma ex-metrópole e sua recém perdida colônia. Como Imperatriz do Brasil, defenda sempre os interesses brasileiros” (WITTE, 2010, p. 72).

A mãe de D. Amélia contratou Carl Friedrich von Martius, o mesmo que participou da Missão Científica Austríaca que desembarcou no Brasil em 1817 junto com D. Leopoldina, para ajudar na preparação da princesa. Contratou também a condessa de Itapagipe, que a ajudaria com a língua portuguesa.

Entretanto, apesar de ter apenas 17 anos, D. Amélia impôs uma condição à mãe para aceitar o casamento, segundo ela, com um homem que não conhecia e sobre quem haviam dito coisas não recomendáveis, apesar de ela mesma não acreditar. A exigência da princesa era:

“[...] com a condição única de que o meu casamento seja em proveito de minha família, isto é, que o Imperador, por si mesmo ou por sua mediação, restitua a meu irmão o título que pertencia a meu pai” (TORRES, 1947, p. 27).

D. Pedro deu ao cunhado Augusto o título de duque de Santa Cruz, um dos três únicos títulos ducais do Império Brasileiro. Os outros dois pertenceram ao Duque de Caxias e à Duquesa de Goiás, filha do imperador com a marquesa de Santos. Augusto também acompanharia D. Amélia ao Brasil e mais tarde se casaria com D. Maria II de Portugal.

A mãe de D. Amélia também exigiu que a marquesa de Santos deixasse a corte. D. Pedro também providenciou isso: Domitila foi enviada para São Paulo, e a Duquesa de Goiás, mais velha dos quatro filhos que eles tiveram, foi enviada para estudar em um convento em Paris. O imperador ainda homenageou a noiva criando a Ordem Honorífica da Rosa, cujo lema era “Amor e Fidelidade”.

O acordo de casamento entre D. Pedro e D. Amélia foi assinado na Inglaterra. A cerimônia foi realizada em Munique, em 2 de agosto de 1829. Dessa vez não houve um grande evento, como aconteceu no casamento com D. Leopoldina. A cerimônia foi simples, reunindo poucos convidados.

No caminho para o Brasil, D. Amélia encontrou D. Maria II, que estava na Inglaterra, e ambas desembarcaram juntas no Rio de Janeiro. D. Pedro, emocionado ao conhecer a esposa e rever a filha, sofreu um ataque epilético. Como havia acontecido com D. Leopoldina anos antes, os brasileiros fizeram muita festa à nova Imperatriz. D. Pedro esperava que sua nova união o ajudasse a superar as crises e recuperar a confiança do povo.

D. Amélia ditou novas regras. O francês passa a ser o idioma da corte, uma vez que era o mais conhecido da época, numa tentativa de facilitar a comunicação, já que as várias pessoas que frequentavam o palácio vinham de diferentes partes e falava-se tanto português quanto alemão, espanhol etc., causando muitos erros em determinadas interpretações. Disciplinou a vida no Paço, impondo etiqueta e cerimonial. O próprio Imperador deveria ser visto trajando roupas de acordo com sua posição e não com vestimentas simples como era de seu costume.

Em 7 dezembro de 1829, quando D. Pedro, D. Amélia, D. Maria II e D. Augusto, duque de Santa Cruz, voltavam de um passeio, o imperador quis ele próprio conduzir a carruagem no regresso ao palácio. Ao entrarem na rua do Lavradio, os cavalos dispararam, o monarca perdeu o controle e a carruagem virou, lançando os ocupantes para fora. O duque ficou com a cabeça sangrando, D. Maria teve ferimentos leves, D. Amélia não sofreu nada, e D. Pedro teve duas costelas fraturadas. Sem condições de retornar ao palácio, ficou um mês hospedado

na casa do marquês de Cantagalo, que ficava próxima ao acidente. A imperatriz não saiu de perto do marido durante toda sua recuperação (TORRES, 1947).

D. Amélia veio para o Brasil como esposa do soberano, ao contrário de D. Leopoldina que veio como princesa de Portugal, Brasil e Algarves, ou seja, esperava-se que voltaria cedo ou tarde para Europa. D. Amélia veio para ficar e ajudar o esposo a governar o Brasil. Entretanto, o casamento e o amor que D. Pedro dedicou a sua nova esposa não foram o suficiente para mantê-lo no trono. Crise econômica e falta de apoio político e militar isolaram D. Pedro, que abdicou em favor do filho Pedro II, em 7 de abril de 1831. Ao contrário de D. Leopoldina, que faleceu no Brasil, D. Amélia voltava para Europa, tendo assim ficado no país por menos de dois anos. Ao contrário da antecessora, ela nunca assumiu como regente do marido.

No navio que os transportava à Europa, D. Amélia, agora duquesa de Bragança, começou a sentir náuseas. Foi quando soube que estava grávida da única filha do casal, a princesa D. Maria Amélia, nascida em dezembro 1831.

Foi em Paris que D. Amélia, a filha e D. Maria II aguardaram o desfecho da guerra entre o exército liberal, comandado por D. Pedro, e o absolutista, comandado por D. Miguel. Apesar de não gostar de se intrometer em questões políticas, a duquesa não podia deixar de se preocupar com o marido. Durante o cerco do Porto, D. Pedro precisava de ajuda de homens e munição, e D. Amélia conseguiu mandar 400 cavalos (TORRES, 1947). D. Pedro venceu graças a seu carisma e estratégias, o trono foi devolvido à filha, e a Constituição, ao povo. Pouco tempo depois, ele morreria.

D. Amélia viveria por mais quase 40 anos. Abalada pela morte do marido, ela dedicou-se à educação da filha, alternando residência entre Portugal e Baviera. Porém, aos 22 anos, D. Maria Amélia adoeceu e morreu de tuberculose na Ilha da Madeira, para onde foram numa tentativa de buscar a cura para ela.

Figura 17 - Princesa D. Maria Amélia e D. Amélia. Retirado do livro *A Princesa Flor Dona Maria Amélia*, Funchal, DRAC (Madeira) (BRAGANÇA, 2009, p. 140)

Perder duas pessoas queridas com a mesma doença fez com que D. Amélia passasse seus últimos anos de vida dedicando-se a instituições e fundações para tratamentos de tuberculosos carentes. Ainda hoje, na cidade de Funchal, na Ilha da Madeira, há o hospital fundado por ela em 1853. com o nome da filha: Princesa Dona Maria Amélia. O hospital foi instalado para tratar vítimas carentes com tuberculose. Erguido só com doações da duquesa, o local virou referência como centro de estudos para a erradicação da doença. Com a descoberta da vacina, continua sendo uma instituição filantrópica, administrada pelas irmãs de São Vicente de Paula, ainda hoje atende à população da Ilha (BRAGANÇA, 2009).

Outro legado de D. Amélia subsiste até hoje graças à sua fundação. D. Pedro havia lhe enviado uma grande soma em dinheiro para a festa de casamento a ser realizada em Munique; porém a princesa optou por uma cerimônia simples, para poucos convidados e, influenciada por Martius, investiu o valor ajudando duas meninas órfãs de Munique por ano a receberem dotes para ajudar em seus casamentos. Hoje essa ajuda foi revertida em forma de bolsas de estudo, também para duas meninas órfãs, sempre em 2 de agosto, aniversário de casamento de D. Amélia com D. Pedro. Essa instituição chama-se Pedro Platz e hoje também é um orfanato daquela cidade (WITTE, 2010). Essas instituições são mantidas pelo soberano da Suécia, uma vez que, ao falecer, D. Amélia pediu que a irmã, que era rainha desse país, cuidasse disso. Todos os pertences da imperatriz também foram herdados pela irmã, inclusive uma tiara que ainda é usada pela rainha Silvia, que morou no Brasil e é esposa do rei Carlos Gustavo XVI.

Figura 18- Hospital (ou Hospício) Princesa Dona Maria Amélia em Funchal, Ilha da Madeira.

Retirado do livro A Princesa Flor Dona Maria Amélia, Funchal, DRAC (BRAGANÇA, 2009, p.168)

Esses trabalhos ainda são possíveis, mesmo que tenham passado mais de cem anos de sua morte, porque D. Amélia, apesar de não ser uma nobre de primeira linhagem, sempre foi uma

mulher rica, graças à herança de seus pais, pois segundo sabemos, ela nunca recebeu nada do Brasil depois que voltou para Portugal. Contudo, isso não fez com que a Imperatriz tivesse qualquer tipo de ressentimentos para com o Imperador D. Pedro II, pelo contrário. Sempre que este ia a Portugal, visitava a madrastra. Esta, até mesmo, nos últimos anos de sua vida, quando a saúde já lhe faltava, teve um quadro de melhora ao saber que o imperador do Brasil estava em Lisboa e iria visitá-la.

Quando Dom Pedro I faleceu, em 1834, pediu em seu testamento que D. Amélia cuidasse de seus filhos, inclusive os que ele havia tido com Domitila. A Duquesa de Bragança atendeu ao seu pedido e chegou a oferecer-se para criar a outra filha deles, que a ex-amante criava no Brasil, entretanto Domitila recusou a oferta. Porém a duquesa de Goiás, filha mais velha de D. Pedro e da marquesa, que estava estudando na França, contou com todo apoio de D. Amélia, inclusive para seu casamento (TORRES, 1947).

A Imperatriz também era uma mulher sábia e organizada. Há ainda hoje no Arquivo do Museu Imperial registros que mostram toda sua contabilidade. Ela não deixou herdeiros, apenas as instituições. Seus documentos íntimos foram para a Suécia.

Quadro clínico de Dona Amélia:

Segundo as informações da carta que anexamos, ela sofria de angina pectoris desde 1834, época da morte do imperador, e apresentava lesões nas paredes dos pulmões. O quadro era muito grave. Esse boletim foi enviado para D. Pedro II, que era constantemente informado sobre o estado de saúde de D. Amélia. Porém conseguimos informações também no Arquivo do Museu Imperial sobre febre, bronquite e sufocação em 1871, quando chegou a pedir os sacramentos, mas melhorou quando soube das visitas que sua irmã, a rainha da Suécia, e D. Pedro II fariam a ela.

Em 1872, sofreu de edemas nas extremidades inferiores, falta de ar e bronquite capilar. Todas essas patologias estão no boletim médico de 24 de maio de 1873 enviado a D. Pedro II, assinados pelos médicos drs. Francisco Antônio de Barral, Manuel Carlos Teixeira e Antônio Maria Barbosa, que está no arquivo do Museu Imperial.

No dia 26 de janeiro de 1873, às 5 horas da manhã, sem agonia, sofreu colapso cardíaco, seguido de óbito. Constatados: edemas, lesões nos pulmões, angina pectoris e colapso cardíaco.

Os dados que colocaremos a seguir foram conseguidos na Biblioteca Nacional de Lisboa, Setor de Periódicos, Microfilme Consultado, Diário Ilustrado Número 208.

“Lisboa - Quarta-Feira, 29 de Janeiro de 1873

O cadáver de sua Magestade a Imperatriz do Brazil foi embalsamado pelos drs. Barral, Manuel Carlos Teixeira, assistindo a este acto os testamenteiros e a sr^a Condessa de Rio Maior, D. Isabel. Antes do cadáver ser encerrado no caixão de chumbo, fizeram ver sua magestade os srs. Marquezes de Resende, Viscondes de Almeida e de Aljezur, as damas e todos os criados de sua casa”.

O corpo foi sepultado na igreja São Vicente de Fora, no Panteão dos Bragança. O ataúde foi forrado por fora de veludo preto, guarnecido de galão de ouro fino, com uma cruz de tela de seda branca, bordada a ouro, com duas fechaduras e chaves de ferro e metal dourado. Neste ataúde havia dois caixões, sendo que um era de chumbo, soldado a um outro de madeira. Dentro do de madeira havia outro de cedro, fechado com parafusos.

As vestes do corpo eram:

‘Ela estava vestida com um vestido de seda preto lizo, sem enfeites, com punhos e colarinhos de renda branca. Na cabeça uma touca de cambreia branca bordada, e sobre esta um véo de renda de seda preta, crucifixo nas mãos, meias brancas e sapatos pretos sem enfeites’ (Torre do Tombo – E - Gaveta 16 - maço 3 Doc - 47).

A notícia da morte da imperatriz D. Amélia no Brasil foi muito sentida pela Família Imperial, e pelo povo que havia se encantado por sua beleza, mas não pôde conhecê-la melhor, afinal ela ficou no Brasil apenas de 1829 até 1831.

Figura 19- Fotografia de D. Amélia. A esquerda da Imperatriz um retrato da filha, Princesa Maria Amélia. Retirado do livro A Princesa Flor Dona Maria Amélia, Funchal, DRAC (Madeira) (BRAGANÇA, 2009, p.170)

3.2 MONUMENTO À INDEPENDÊNCIA

Figura-20- Monumento à Independência, bairro do Ipiranga, cidade de São Paulo.

Foto: Maurício de Paiva

3.2.1 São Paulo do início do século XIX

A São Paulo do início do século XIX era uma cidade pacata. É muito difícil saber o número exato da população naquela época, pois a maior parte não morava no centro, mas sim em pequenas chácaras ou “quintas”, como eram chamadas. Para se divertir, os paulistas tinham suas danças, cantigas, touradas, teatro e, é claro, as festas religiosas promovidas pela Igreja Católica (ASSUNÇÃO, 2004; SPIX; MARTUS, 1981). A mulher e o homem paulista do século XIX eram diferentes dos aventureiros dos sertões. Apesar de ter muito orgulho de sua história, os paulistas do século XIX eram mais conhecidos por sua ingenuidade, franqueza e bondade. Eles não eram mais aventureiros, passaram a ter uma vida mais sedentária, dedicando-se a agricultura, criação de muare, porcos, gado vacum e cavalos. Os corpos eram esbeltos e de constituição forte, o rosto, redondo. Além de portugueses, São Paulo recebeu um grande número de espanhóis no século XVI, mesmo antes da sua fundação. Havia muitos nomes de origem espanhola entre os paulistas. Dependendo do grau de miscigenação entre o europeu e o indígena, a cútis do paulista poderia ser um pouco mais morena ou bem mais clara, quase branca. Os olhos eram geralmente negros e não muito grandes, mostrando a mistura. Havia também entre a população paulista, além de europeus, indígena e mamelucos, os negros e mulatos (HOLANDA, 1995; SPIX; MARTIUS, 1981).

A miscigenação com o indígena em São Paulo foi muito importante, principalmente na troca de conhecimentos entre as culturas. Devido à falta de remédios europeus, desde os tempos dos jesuítas, muitos medicamentos usados eram de origem indígena. No século XVIII, São Paulo teve muita influência dos bororós. Até o início do século XIX, o idioma falado na vila era o indígena.

A comida também recebeu essa influência. Eram consumidos o milho e derivados como canjica, farinha, cuscuz etc., peixe, carne de porco, aves, ovos e frutas como laranja, figo, morango, pêsego etc.; a carne de boi era mais cara (SPIX; MARTIUS, 1981).

O clima de São Paulo era considerado mais ameno pelos europeus. O calor não era excessivo como em outras terras tropicais (ASSUNÇÃO, 2004; SAINT-HILAIRE, 1972). A temperatura girava em torno dos 22°/23°C. Eram comuns as geadas no inverno. De outubro até abril, as chuvas eram mais frequentes. Por esse motivo, havia muita dificuldade na adaptação de alguns escravos africanos, como afirmaram o zoólogo Spix e o botânico Martius. As condições de higiene não eram diferentes das relatadas no Rio de Janeiro (ASSUNÇÃO, 2004).

As casas eram na maior parte de taipa, e, no início do século XIX, geralmente pintadas de uma cor só, tanto por dentro como por fora. Eram cobertas com telhas côncavas com telhados extensos não só pela sombra, mas para proteger das chuvas. A maioria das construções possuía apenas um andar ou piso. As casas com dois pisos já existiam, porém, eram de grupos mais abastados da sociedade.

São Paulo só foi conhecer o crescimento no Segundo Reinado. Os melhoramentos na ligação entre o Planalto e o Porto de Santos, o novo traçado do Caminho do Mar, que recebeu o nome de Estrada da Maioridade, em 1844. O surgimento das estradas de ferro, impulsionados principalmente pelo café que se tornou principal riqueza da Província.

3.2.2 Construção do Monumento à Independência do Brasil

O bairro do Ipiranga, ou Ypiranga, localiza-se a aproximadamente seis quilômetros do centro da cidade de São Paulo. Sobre como era o local em 1822, Taunay escreveu: “Em 1822, era o Ypiranga semi-deserto: de longe, ao longo do Caminho do Mar, aparecia alguma casinha de morador” (TAUNAY, 1937, p. 7). No local passava um simples riacho, afluente do rio Tamanduateí, cujo nome era Ipiranga. D. Pedro teria proclamado a Independência do

Brasil a cerca de 350 metros desse riacho, pouco acima de uma pequena e tosca casa, que, na época, se acreditava datar do século XVIII (TAUNAY, 1937). Era a casa que hoje conhecemos por Casa do Grito', imortalizada na tela *Independência ou morte*, de Pedro Américo.

Entre as pequenas e raras propriedades próximas ao Caminho do Mar, citadas nesse mesmo artigo de Taunay, estava a chácara do Coronel João de Castro Canto e Melo, pai de Domitila de Castro Canto e Melo, futura marquesa de Santos. Apesar da aparência simples da casa, o que era comum nas residências paulistas do início do século XIX, ela possuía dois pisos, fato que para a época demonstrava que o proprietário tinha uma boa condição financeira. A propriedade não era grande; por estar próxima ao Caminho do Mar, é possível que oferecesse pastagem e troca de animais para aqueles que subiam ou desciam a Serra. Um dos oficiais que acompanhavam o príncipe regente era o tenente Francisco de Castro do Canto e Melo, filho caçula do coronel e irmão de Domitila.

Com a proclamação da Independência, o Brasil transformava-se em uma nova nação que acima de tudo necessitava de união, de identidade, símbolos que tivessem a capacidade de unir aquele território que, mesmo após a separação, estava se esfacelando. Logo após o 7 de Setembro, o próprio D. Pedro preocupou-se em demarcar o local e construir um monumento que simbolizasse aquele ato. Em 1823, o ministro José Bonifácio determinava a construção de “um Monumento à Independência do Império no sítio denominado Ipiranga” (SILVA, 1973, p. 239). Os problemas que impediam a construção do marco eram a falta de verba e o fato de o local ser muito afastado da cidade. Entretanto, o sítio era muito visitado por pessoas comuns (BREFE, 2003). Por volta de 1824, o então presidente da Província de São Paulo, Lucas Antônio Monteiro de Barros, procurou arrecadar fundos junto à população. Começam a aparecer comissões como a Sociedade da Glória do Ipiranga. Com medo de o local exato da proclamação ser esquecido, em 1825 foi lançada a pedra fundamental, colocada nesse ponto (FARAH, 2004). Porém muitas discussões aconteceram durante anos no próprio Conselho Geral da Província, que era o parlamento paulista.

Em 1870, houve mais uma tentativa de erguer o monumento. O artefato colocado no local em 1825 foi levado para o palácio do presidente da Província, para que fossem feitos os alicerces da obra. Porém, mais uma vez, o projeto fracassou. Em 1875, o então presidente da Província, João Teodoro Xavier, com medo de que a localização fosse perdida, mandou que enterrassem novamente o material no mesmo local, em uma urna de ferro. Novas loterias foram criadas, como a “loteria do Ipiranga”. A primeira foi realizada em 1881. Após muita

discussão política e uma competição entre vários projetos, foi escolhido o trabalho do engenheiro-arquiteto italiano Tommaso Gaudenzio Luigi Pucci. É importante dizer que, para a entrega dos materiais para construção do edifício que conhecemos hoje como Museu Paulista, foi necessário conectar o então distante bairro do Ipiranga aos locais que produziam matérias-primas, seja no exterior ou nas regiões vizinhas. Para isso, foi criada a estação Ipiranga da linha São Paulo Railway. Também foi aberta a Avenida Dom Pedro I. O edifício, concluído em 1890, com o país já transformado em uma república, acabou por abrigar uma escola pública antes de se transformar em museu. Atualmente o prédio é ocupado pelo Museu Paulista, incorporado à Universidade de São Paulo em 1963, mais conhecido pela população como Museu do Ipiranga (FARAH, 2004).

Figura 21- Pedra Fundamental de 1825 e caixa de ferro na qual foi colocada em 1875.

Imagem cedida pelo Museu Paulista da USP

Porém, como a urna havia sido enterrada, com o passar dos anos, o local exato foi esquecido. Muitos esforços foram feitos por Affonso d' Escagnolle Taunay e pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, mas só em 1921, bem próximo ao museu, operários que trabalhavam na escavação para a abertura da Avenida da Independência encontraram a urna e, dentro dela, a pedra de 1825. Esse acontecimento foi muito marcante para a época, pois provava que Taunay estava certo sobre a mítica da colina do Ipiranga, que naquele local, no solo paulista, teria sido proclamada a Independência do Brasil. Isso era extremamente importante para as ideologias que vigoravam na São Paulo do início do século XX. É preciso

lembrar que, nessa época, a tela *Independência ou Morte* era uma importante fonte histórica para a localização exata do local da proclamação da Independência (BREFE, 2003).

O Rio de Janeiro do início de século XX também passava por um processo de reurbanização. Locais como o tradicional Convento Nossa Senhora da Ajuda foram demolidos para construção da Cinelândia e abertura da Avenida Rio Branco (TESSITORE, 1999). O grande problema é que o cemitério do convento abrigava muitos membros da Família Imperial, ou real, que estava nessa época no exílio. Apesar disso, o traslado dos restos mortais para o Convento Santo Antônio foi feito com honras militares. Segundo um documento, uma carta de A. R. Gomes de Castro, de 28 de novembro de 1911, que está no Arquivo do Museu Imperial, havia a intenção de se construir um monumento em mármore e bronze para abrigar os restos mortais da Família Imperial, com a participação dos governo federal, estadual e municipal do Rio de Janeiro, além da contribuição voluntária da população. Este seria erguido no Cemitério São João Batista, mas a ideia foi logo abandonada. Também se cogitou erguer o monumento na igreja Nossa Senhora do Carmo, antiga Capela Imperial, que no momento era a Catedral do Rio de Janeiro, mas não havia espaço no local. O mesmo aconteceu com a igreja do Outeiro da Glória. Em Petrópolis, não poderia ser, pois não era a capital. Não conseguimos uma cópia desse documento (Museu Imperial / Ibram / MinC- m 204-doc9342).

Porém, na cidade de São Paulo, a ideia de um monumento era antiga, e pensava-se em trasladar para lá os restos mortais de D. Pedro I e D. Leopoldina. Afinal, a Independência havia sido proclamada no Ipiranga e, apesar de existir o museu, não havia um local que fosse um Monumento à Independência, capaz de abrigar os restos mortais dos imperadores. A construção do que hoje é o Monumento à Independência foi autorizada em 1912 pelo presidente do Estado, Francisco de Paula Rodrigues Alves. Para sua construção, foi novamente aberto um concurso público que ocorreu entre os anos de 1917 e 1920.

Entre os concorrentes estava o escultor italiano Nicola Rollo. Seu projeto era baseado no Arco do Triunfo. Nicola foi apoiado por nomes como Amadeu Amaral e Monteiro Lobato. O também italiano Ettore Ximenes, apoiado por Freitas Valle e Rangel Pestana, já possuía experiência internacional: havia apresentado um projeto de monumento ao czar Nicolau II da Rússia, mas a Revolução Russa não permitiu sua concretização. A maquete de Ximenes foi a vencedora. Mário de Andrade criticou a preferência por projetos de escultores estrangeiros. Já Lobato condenou muito a escolha, pois não aprovou o estilo neoclássico de Ximenes, com figuras que considerava “universalistas” (AMARAL, 1998; BREFE, 2003). Fato

contraditório, já que Lobato apoiou Nicola Rollo com sua maquete baseada no Arco do Triunfo, que também poderia representar qualquer nação do mundo, principalmente a França.

Ximenes teve a colaboração do arquiteto Manfredo Manfredi. A construção de estilo neoclássica é composta de granito e bronze. Além do frontão “Independência ou Morte”, há também outros acontecimentos que marcaram a história brasileira, como a Inconfidência Mineira e a Revolução de Pernambuco, além de estátuas de personagens como o jornalista Hipólito José da Costa, José Bonifácio, entre outros. Existe também uma pira, que permanece sempre acesa, simbolizando o patriotismo e a liberdade.

Mesmo não concluído, o Monumento à Independência foi inaugurado em 7 de Setembro de 1922, durante as comemorações do Centenário da Independência do Brasil.

A Capela, ou Cripta Imperial, localizada no subsolo do Monumento, foi construída em 1952 para abrigar os restos mortais dos imperadores. O primeiro corpo a ser trasladado foi o de D. Leopoldina, em 1954, uma iniciativa do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo para comemorar o Quarto Centenário da cidade. Em 1972, foi a vez de virem os restos mortais de D. Pedro I, graças a um acordo político entre Brasil e Portugal, em comemoração ao Sesquicentenário da Independência. E, finalmente, em 1982, chegou D. Amélia, em um esforço da Prefeitura do Município de São Paulo.

Figura 22- Brasão mortuário feito em madeira. Ficou por vários anos na Cripta/Capela Imperial.

O simbolismo, a ampulheta alada representa a morte. Sobre a ampulheta o brasão do Império.

Este artefato pertence ao IHGSP, a quem agradecemos por ceder a imagem para este trabalho.

Os sarcófagos de granito onde estão depositados os restos mortais de D. Pedro e D. Leopoldina são apoiados em quatro pequenas esculturas de bronze com formato de dragão, timbre heráldico dos Bragança, como vimos anteriormente.

Figura 23 -Vista do sarcófago de granito de D.Pedro, igual ao de D.Leopoldina que está na outra lateral da Capela Imperial. Sobre o sarcófago de D.Pedro I estão a coroa, espada e a Constituição todos os artefatos em bronze. A esquerda observa-se a inscrição do nicho funerário de D.Amélia.

Foto Vitor Hugo Mori.

A Cripta, ou Capela, sofreu várias inundações no decorrer dos anos, causadas principalmente em virtude de o relevo do local ser uma baixada. Esse fato obrigou várias vezes as autoridades a interditar o espaço para reformas.

Nos anos 2000, foi criado um espaço museológico no interior do Monumento, além de novos acessos à Cripta. Apesar de ainda haver infiltração de água, esta foi reduzida sensivelmente. O anexo P é a planta da Cripta (fonte DPH-Prefeitura de São Paulo). A Prefeitura do Município de São Paulo instalou no local alguns painéis que foram feitos com a colaboração da Universidade de São Paulo. Porém alguns deles trazem informações erradas, como o que fala sobre a imperatriz D. Amélia, tratando-a por Maria Amélia, nome de sua filha. A Imperatriz não tinha o “Maria” em seu nome. Muitos estudantes que visitam a Cripta com suas escolas tiram fotos desses painéis e levam essa informação como verdadeira.

Figura-24- Paineis com histórico de D. Amélia expostos na Cripta, onde pode ser visto o erro no nome da imperatriz. Foto Beatriz Monteiro (2012)

O Monumento à Independência faz parte do Parque da Independência, junto com a Casa do Grito, os Jardins Franceses e o Museu Paulista. O local é muito usado para lazer e prática de esportes da comunidade do bairro, além de eventos realizados pela Prefeitura do Município de São Paulo. Sempre há visitas de turistas, inclusive estrangeiros, que descem à Cripta para prestar homenagem aos imperadores. O Monumento era ponto obrigatório para chefes de Estado em visita à cidade, entre eles a Rainha Elizabeth II da Inglaterra.

Deduzimos que o abandono sofrido pelo local por diversos grupos da sociedade e até o esquecimento de seu simbolismo deva ser relacionado com o fato da propaganda política promovida pela ditadura militar brasileira (1964-1985) no traslado dos remanescentes humanos do Imperador Dom Pedro I. O episódio foi amplamente utilizado pelos militares para as comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil, em 1972.

Entretanto, em todo dia 7 de setembro, o parque fica repleto de pessoas, geralmente famílias, que aproveitam a data cívica para visitar o local e mostrar um pouco da História Nacional aos filhos.

Hoje, a Prefeitura do Município de São Paulo, o governo do Estado e às vezes o federal promovem eventos cívicos, sociais e esportivos para comemorar a data. O local também é usado por organizações não governamentais para manifestações.

Entretanto, a estrutura construída do Monumento necessita de reformas. Os vários anos de abandono por parte dos órgãos públicos responsáveis pela sua preservação deixaram suas marcas, como goteiras e patologias nas estátuas de bronze. É importante ficar claro também que a população deveria colaborar com a preservação do espaço. Muitas estátuas foram danificadas por atos de vandalismo, e as escadarias e o antigo acesso à Cripta são usados

como sanitário. É comum os encarregados pela Prefeitura de fazerem a limpeza do local encontrarem preservativos na área externa do Monumento.

Alguns frequentadores do Parque da Independência, ou pessoas que simplesmente passam pelo local, entram no monumento simplesmente para usar os sanitários, sem saber o que há ali dentro, ou menos ainda o que ele representa e, lamentavelmente, sem se importar com isso.

É possível que, no caso do Monumento à Independência, esse senso de preservação possa surgir com a identificação, seja por parte dos órgãos públicos, seja por parte da população com o local. Saber o que realmente há dentro das tumbas na Cripta, ou seja, saber que não é lenda, mas que os restos mortais dos Imperadores estão lá, que encontramos vários materiais associados a eles, além de conhecer sua história, não se limitando a determinados atos ou a escândalos, também pode ajudar. Ou seja, o que falta para a sociedade de um modo geral é educação patrimonial, pois, como dizemos em nossa área de atuação, as pessoas só preservam aquilo que conhecem e identificam como sendo sua História, não importa que se trate de um sítio arqueológico pré-histórico, uma senzala ou um monumento aos imperadores.

O Museu da Cidade de São Paulo, órgão do Departamento do Patrimônio Histórico da Prefeitura do Município de São Paulo responsável pela administração do Monumento à Independência, foi alertado por nós sobre esses problemas, seja dos painéis, seja do cotidiano do local, já que passamos sete meses fazendo pesquisas na Cripta. Eles ficaram sensibilizados com a situação e estão providenciando a mudança na exposição do espaço museológico e também o restauro das estátuas de bronze e da área construída, principalmente com relação às infiltrações de água. Entretanto, preservação não é um trabalho apenas das autoridades governamentais, mas também de cada cidadão.

Figura-25-Região do frontão Independência ou Morte vista da parte interna do Monumento, onde podem ser observadas as marcas de infiltração de água nos tijolos, assim como problemas na preservação do bronze do frontão. Foto Valter D. Muniz (2012).

Figura-26- Detalhe da infiltração marcada nos tijolos da parede abaixo do frontão.
Vista da parede interna. Foto Valter D.Muniz (2012)

Figura-27- Marcas de infiltração de água na parede lateral do corredor do antigo acesso à Cripta.
Foto Valter D.Muniz (2012).

3.3 TRASLADOS DOS REMANESCENTES HUMANOS PARA SÃO PAULO

3.3.1 D. Leopoldina

Em 1911, já no período republicano, o Convento da Ajuda foi demolido para a construção da Cinelândia. Os restos mortais de D. Leopoldina, seus filhos João Carlos e Paula Mariana e um filho da Princesa Isabel foram trasladados para o Convento de Santo Antônio, no Largo da Carioca, no Rio de Janeiro (TESSITORI, 1999). Segundo informações obtidas no Convento, não havia uma carneira em que coubesse o caixão de Dona Leopoldina, por isso este ficou em um dos corredores no lado interno do cemitério até 1934, quando foi feito um mausoléu, com a ajuda do governo federal. Em 1954, os restos mortais da imperatriz foram trasladados para o Monumento à Independência, na cidade de São Paulo.

O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, órgão responsável pelo traslado, e a Prefeitura do Município de São Paulo abriram os caixões de Dona Leopoldina.

Na análise feita, relataram que o primeiro caixão era de pinho português. O segundo era de chumbo, com uma placa com o brasão imperial e uma caveira com duas tíbias cruzadas, simbolizando a morte; ambas as peças aparentavam ser de prata. Abaixo dessas placas, havia também as seguintes inscrições em latim:

“D.O.M
 H.C
 D.D
 Maria Leopoldina
 Austriae Archiductrix
 Et
 Brasiliae Imperactix
 Francisci Primi Imperatoris Austriae
 Carolotaeque augustie
 Filia
 Petri Primi Imperatoris
 AC
 Perpetui Brasliae Defensoris
 Uxor
 Om nium Virtuum
 Exemplum
 Post Se Relinquens
 Maxumo Populorum Planatu
 (In alternum lacrymandum Factum!)
 Flumine Januário
 III ID.Decembris

A .D .C.C .CXXVI
 Aetatis
 XXIX”
 (MAGALHÃES, 1959, p.260-261)

O D.O.M é a abreviatura de Deo Optimo Maximo que pode ser traduzido como: Deus Todo Poderoso, seguido das inscrições de títulos de nobreza, nome, nome do pai Francisco Primeiro da Áustria, esposa de Pedro Primeiro Imperador e Defensor Perpétuo do Brasil. Chama a Imperatriz de exemplo de virtudes e que deixa para trás um povo mergulhado em tristezas. Data da morte e idade: 11/12/1826, 29 anos ambos em algarismos romanos. (Ibid)

Encontramos nesse mesmo artigo uma referência com relação à parte do material associado, que foi feita por Everaldo Seixas Martinelli. O que podemos notar é que, após a abertura do caixão de chumbo, havia outro de cedro onde estava o corpo de Dona Leopoldina. Foi notada a presença de um manto branco sobre o corpo, deixando visíveis os sapatos. Havia a presença de um chapéu que ainda estava com restos de penacho imperial na cor verde. Ao lado, notou-se a presença de um pequeno ornamento dourado, que a equipe acreditou ser o travesseiro. Foi verificada a presença em grande quantidade de uma substância que, segundo a descrição, tratava-se de uma massa branco-amarelada, que se dividiu em pequenos pedaços. A impressão da equipe era que se tratava da cal. Essa mesma substância foi encontrada em uma divisão de madeira no sentido vertical do caixão, próximo aos pés. Um cetim branco-amarelado envolvia lateralmente ambos os sapatos e também havia um tecido espesso de cor escura, que eles acreditaram ser o manto imperial.

Foram realizadas cerimônias religiosas e, então, o caixão de madeira foi fechado, em seguida o de chumbo, este último soldado, já que a chave foi perdida pelo tempo. Logo depois, o caixão foi içado para o sarcófago de granito, na Cripta Imperial do Monumento à Independência (Revista IHGSP, 1959).

Porém, a história do traslado da imperatriz para o Monumento à Independência não foi tão simples. Da mesma forma que nós tivemos que proceder para a realização de nossas pesquisas hoje, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo teve que pedir permissões das autoridades dos governos federal, estadual e municipal, inclusive do Rio de Janeiro. Como os remanescentes humanos da imperatriz estavam sob a guarda da Igreja Católica, no Convento Santo de Antônio, no Rio de Janeiro, desde 1911, a permissão de autoridades eclesiásticas também se fez necessária.

O Instituto não encontrou problemas com as autoridades governamentais e nem com a Família Imperial. Tanto o príncipe D. Pedro Gastão quanto o príncipe D. Pedro Henrique exigiram que o local fosse consagrado e que fosse feita uma capela para a realização de missas, como mostram os anexos G e H deste trabalho.

O pedido de que as missas fossem realizadas ao menos uma vez por ano não é mais respeitado há décadas, e não existe mais nenhum crucifixo na Cripta. O príncipe D. Pedro Henrique (1909-1981) é pai dos príncipes D. Luís e D. Bertrand de Orleans e Bragança, e o príncipe D. Pedro Gastão (1913-2007) é pai do príncipe D. Pedro Carlos de Bourbon de Orleans e Bragança. A Família Imperial não fez objeções aos trabalhos do IHGSP, da mesma forma que seus descendentes hoje não objetaram ao nosso trabalho. Muito pelo contrário, assim que souberam de nossas intenções, sempre nos apoiaram e manifestaram interesse pela pesquisa.

Porém, em 1954, o IHGSP encontrou muita resistência da Igreja, que não aprovava o traslado da imperatriz para um local “laico”. Tivemos acesso aos documentos que estão nos arquivos do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Em 8 de outubro de 1954, o Dr. Dácio Pires Correia, diretor do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, enviou uma carta a Frei Ludovico Gomes Castro, responsável pela ordem religiosa que tinha a guarda dos remanescentes humanos da imperatriz D. Leopoldina. O Dr. Correia havia mandado o representante do IHGSP, Dr. Everaldo Seixas Martinelli, para encontrar Frei Heliodoro Mueller, ministro provincial da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil, para obter do religioso a autorização do traslado do corpo da imperatriz para São Paulo. Segundo o documento I anexado ao nosso trabalho, gentilmente cedido pelo IHGSP, a informação que o Instituto teve foi de que Frei Heliodoro estaria na cidade de Palmas, no Estado do Paraná. O Governo Federal autorizou que um avião da Força Aérea Brasileira auxiliasse o Instituto neste trabalho. Porém, quando o Doutor Martinelli chegou a Palmas, foi informado de que o religioso não estava mais na cidade e que havia ido para Chapecó, em Santa Catarina. Em Chapecó, disseram que teria ido para Erechim, no Rio Grande do Sul. Entretanto, Frei Heliodoro também não foi encontrado na cidade. Diante desses problemas, o Dr. Dácio resolveu escrever uma carta ao Frei Ludovico Gomes de Castro para que este autorizasse o traslado.

Em 9 de outubro, o arcebispo do Rio de Janeiro, D. Jaime, Cardeal Câmara, enviou uma declaração autorizando o traslado. Contudo, o religioso não escondeu seu descontentamento e reprovação ao ato. Essa carta também está anexada no anexo J.

Os despojos da imperatriz seguiram de trem para São Paulo, aonde chegaram em 12 de outubro de 1954. Foram recebidos com honras pelas autoridades governamentais e pelo príncipe D. Pedro Gastão, que também representou o primo, D. Pedro Henrique. O corpo foi recebido na Catedral da Sé, onde foi celebrada uma missa. Logo depois foi levado com honras militares para o Monumento à Independência.

O dia 12 de outubro pode ter sido também uma marca para essa cerimônia, já que a intenção da construção da Cripta Imperial e do próprio Monumento à Independência sempre foi abrigar os remanescentes humanos de D. Leopoldina e D. Pedro. Esse dia marca o aniversário do imperador D. Pedro I e também o de sua coroação, em 1822.

No dia 10 de outubro de 1954, às 16 horas, os remanescentes humanos da Imperatriz Dona Maria Leopoldina foram entregues pelo Convento Santo Antônio, no Rio de Janeiro à Municipalidade de São Paulo, para serem trasladados ao Mausoléu-Panteon da Cripta ou Capela do Monumento do Ipiranga.

3.3.2 Dom Pedro I

D. Pedro I, D. Pedro IV de Portugal ou, ainda, o duque de Bragança foi sepultado no Panteão dos Bragança, no Mosteiro de São Vicente de Fora, em Lisboa.

Durante o processo de embalsamamento do corpo, seu coração foi retirado e enviado à cidade do Porto, atendendo ao pedido do próprio D. Pedro, como forma de homenagear a cidade que, além de lhe ter sido fiel, era um símbolo de liberdade para Portugal. Após vários acordos reais e eclesiásticos, o coração só foi enviado para o Porto em fevereiro de 1835, onde está até os dias atuais em um vaso de prata dourada, envolto por um estojo forrado de veludo negro, na igreja de Nossa Senhora da Lapa (COUTINHO, 1975).

Na noite de 13 de agosto de 1971, o general Emílio Garrastazu Médici, então presidente da República, anunciou ao povo brasileiro, em rede nacional, o traslado do corpo do Imperador D. Pedro I para o Brasil, graças a um acordo com o almirante Américo Deus Rodrigues Thomaz, então presidente da República de Portugal (CORREA, 1972). O ato fez parte das comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil e também representou uma política de aproximação entre Brasil e Portugal. O traslado dos restos mortais do Imperador, ou “O Retorno do Imperador”, foi uma propaganda muito usada pela

ditadura militar. Entretanto, nada foi feito visando à preservação dos remanescentes humanos do monarca para as gerações futuras.

Figura-28- Ataúde de Dom Pedro I, ou Pedro IV, ainda em no Panteão dos Bragança, em São Vicente de Fora, Portugal momentos antes do traslado para o Brasil, em 1972.

Acervo pessoal Embaixador Massarani

Em 22 de abril de 1972, trazidos pelo navio Funchal, da Marinha Portuguesa, os restos mortais de D. Pedro I desembarcaram no Rio de Janeiro. O corpo foi acompanhado pelo presidente da República de Portugal, que fez a entrega oficial dos despojos ao presidente da República do Brasil no Monumento aos Pracinhas, no Aterro do Flamengo, Rio de Janeiro. Do Monumento, o ataúde seguiu para a Quinta da Boa Vista (ou Palácio São Cristóvão), antiga residência oficial do imperador, onde ficou por três dias para visitação pública. Depois, os despojos passaram pelas capitais do país, repetindo assim ações que D. Pedro teve enquanto Imperador de visitar as províncias, visando à união do Brasil. Em todas as capitais por onde o corpo de D. Pedro passou, foi recebido por honras militares e civis, além do carinho da população.

No dia 3 de setembro de 1972, os remanescentes humanos chegaram a São Paulo, onde foram colocados à visitação pública no Palácio dos Campos Elíseos. Ficaram no local até 6 de

setembro, quando foram levados para o Monumento à Independência em carro de combate do Exército Brasileiro, escoltados pelos Dragões da Independência. Na chegada ao Monumento, estavam presentes várias autoridades civis e militares, entre estes o presidente Médici e o primeiro-ministro de Portugal, Marcelo Caetano.

Cadetes das três Forças Armadas e um casal de estudantes universitários levaram a coroa imperial e outros símbolos do Império Brasileiro. A cerimônia contou ainda com aviões da Força Aérea Brasileira fazendo voos sobre o Monumento. Milhares de pessoas acompanharam as homenagens ao imperador.

O grande problema para a Prefeitura do Município de São Paulo foi que o ataúde com o corpo era grande demais e não cabia no sarcófago de granito da Cripta Imperial. Esse foi um problema que durou vários anos. Em 1975, a urna funerária ainda não havia sido depositada no sarcófago de granito, o que foi criticado até por autoridades portuguesas (COUTINHO, 1975). Mais uma vez, parece não ter havido preocupação com os remanescentes humanos, apenas com a figura ou o significado, com o personagem que representava e que fora usado como propaganda política.

Figura 29- Ataúde de D.Pedro I no centro da Capela Imperial do Monumento à Independência. Podemos observar os ornamentos religiosos no altar da Capela, além de outros artefatos que não se encontram mais no local. Foto acervo Embaixador E.Massarani.

3.3.3 Dona Amélia

Para o traslado dos remanescentes humanos da imperatriz D. Amélia, em 1982, foi formada uma comissão que incluía o então secretário da Cultura do Estado de São Paulo, Antônio Cunha Bueno, o secretário da Cultura do Município de São Paulo, Mario Chamie, o diretor do Museu Imperial, Prof. Lourenço Luiz Lacombe, o presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Sr. José Kanan Matta, a Sra. Amélia da Silva Pinto e o Dr. Emanuel von Launstein Massarani, assessor cultural da Secretaria de Estado da Cultura.

A ideia do traslado dos restos mortais da imperatriz para o Brasil surgiu após a exposição *Pedro e Amélia – Amor e Fidelidade*, realizada na Pinacoteca do Estado em 1979 para comemorar o aniversário de 150 anos do casamento dos imperadores (Jornal Folha de São Paulo, 16/1/1982, p.30 - Arquivo Pessoal).

O Embaixador Massarani foi para a Suécia, onde pesquisou os documentos deixados por D. Amélia que foram entregues para a irmã após a morte da imperatriz. Entre essas cartas, encontrou uma carta na qual D. Amélia demonstrou vontade de ser sepultada ao lado do marido D. Pedro I.

A comissão recebeu apoio do Governo Federal, que, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, conseguiu a permissão do governo português para o traslado. Como D. Pedro I e D. Amélia só tiveram uma filha, a princesa D. Maria Amélia, que também estava sepultada em São Vicente de Fora, as autoridades optaram por trasladar também para o Brasil o corpo da princesa.

Segundo os relatos do próprio Sr. Massarani para nós, houve muitas dificuldades para encontrar o túmulo da imperatriz no Panteão dos Bragança em São Vicente de Fora, pois o local fora quase abandonado pelas autoridades portuguesas por anos, devido principalmente às questões políticas que envolveram o próprio período de Salazar. Entretanto, em 1982, as o governo português e o próprio povo lusitano souberam se despedir com honra da duquesa de Bragança D. Amélia de Leuchtenberg, como mostram as imagens abaixo, doadas pelo Dr. Massarani.

A comitiva brasileira que foi buscar os remanescentes humanos da imperatriz era composta por aproximadamente 19 pessoas, entre membros do governo e técnicos que, junto com os portugueses, cuidaram da exumação de D. Amélia e de sua filha.

Figura-30- Túmulo de D. Amélia com a primeira urna funerária com os despojos da Imperatriz no Panteão dos Bragança, no Mosteiro São Vicente de Fora, em Lisboa. Foto Júlio Almeida.
Acervo pessoal Embaixador E. Massarani.

Figura-31 Os remanescentes humanos de D. Amélia e D. Maria Amélia já lacrados em suas novas urnas visando o traslado para o Brasil. A esquerda podemos observar os restos, acreditamos que seja das urnas antigas.
Foto Júlio Almeida. Acervo Embaixador E. Massarani

Figura-32- Cerimônia religiosa realizada na Abadia do Mosteiro São Vicente de Fora que marcou a despedida de Portugal aos remanescentes humanos da Duquesa de Bragança e sua filha.
Foto Júlio Almeida. Acervo Embaixador E. Massarani

Figura 33- Termo de entrega dos remanescentes humanos de D.Amélia e D.Maria Amélia.

Acervo pessoal Embaixador E.Massarani

Figura-34- Na saída da Abadia, o povo português rendeu suas homenagens à viúva e a filha de Pedro IV. Foto Júlio Almeida. Acervo Embaixador E.Massarani

Em 7 de abril de 1982, chegaram ao Rio de Janeiro em voo de carreira os despojos da imperatriz D. Amélia e de sua filha, a princesa D. Maria Amélia, embarcando em um avião da Força Aérea Brasileira até o Aeroporto de Congonhas, em São Paulo. Autoridades brasileiras e portuguesas, além de membros da Família Imperial do Brasil e parentes de D. Amélia que vieram da Alemanha, acompanharam as cerimônias.

Os ataúdes foram colocados em uma viatura de combate Urutu do Exército Brasileiro, recebendo honras militares das Forças Armadas e da Polícia Militar do Estado de São Paulo. O Exército enviou 40 cavalarianos dos Dragões da Independência e 30 homens do Batalhão dos Granadeiros do Imperador, atual Batalhão de Guardas Presidencial, também criado por D. Pedro I, para prestar honras para a imperatriz e sua filha. O cortejo seguiu pelas ruas da capital paulista até a Catedral da Sé, onde aconteceu uma missa solene, sendo saudado pela população. Depois, o corpo de D. Maria Amélia seguiu em carro do Corpo de Bombeiros da

Polícia Militar do Estado de São Paulo até o Mosteiro da Luz, onde aguardou o traslado para o Convento de Santo Antônio, no Rio de Janeiro. Já a urna de D. Amélia seguiu para o Monumento à Independência na viatura Urutu. Na chegada, o corpo da imperatriz foi saudado por salvas de artilharia e pela guarda de honra (Jornal Folha de São Paulo 7/4/1982 - Arquivo Pessoal).

O jornal Folha de São Paulo trouxe o depoimento do coronel João Cássio Martins de Sousa Santos, um dos responsáveis pelo traslado: “Os restos mortais de nossa segunda imperatriz não vão ficar em evidência, pois o Monumento é da Independência, da qual participaram d. Pedro 1º e a imperatriz Leopoldina. [...] “a urna vai ficar embutida atrás das paredes do mármore da capela, bem escondido” (Jornal Folha de São Paulo 7/4/1982, p.12-Arquivo Pessoal). Há também a informação no mesmo jornal de que os corpos estariam preservados. O nicho funerário de D.Amélia ficou pronto em agosto do mesmo ano, como mostra o anexo K deste trabalho, documento cedido pelo Embaixador Massarani.

Na segunda metade dos anos 1980, houve o traslado dos restos mortais de D. Leopoldina e de D. Pedro do Monumento à Independência para o Salão Nobre do Museu Paulista da Universidade de São Paulo, que também se localiza no Parque da Independência. Não sabemos a data exata, só que devem ter ficado no local aproximadamente por dois anos.

Figura-35- Traslado dos despojos de D.Pedro I e D.Leopoldina para o Museu Paulista da USP.

Segunda metade da década de 1980. Detalhe transporte da urna de D. Pedro. Fotos Augusto Antunes (GCM-São Paulo). Acervo Embaixador E.Massarani.

Figura-36 Ataúde de D.Leopoldina a esquerda coberto pela bandeira do Império. A urna de D.Pedro I coberta pela bandeira do Reino de Portugal e a de D.Leopoldina com a bandeira do Império do Brasil. Salão nobre do Museu Paulista da USP. Guarda de Honra formada por integrantes da Guarda Civil Metropolitana (GCM) de São Paulo. Foto Augusto Antunes (GCM-São Paulo). Acervo Embaixador E.Massarani

Pela farda usada pelos integrantes da Guarda Civil Metropolitana de São Paulo, criada em 1986, acreditamos que possa ter sido entre 1987/1988, retornando ao Monumento por volta de 1990, quando o próprio Parque da Independência passou por várias mudanças, inclusive com seu fechamento ao trânsito. Nesse período, a Prefeitura do Município de São Paulo criou o Destacamento da Independência, formado por homens e mulheres da Guarda Civil Metropolitana que eram responsáveis pela segurança do Parque da Independência. São esses homens e mulheres que fizeram a guarda de honra aos ataúdes dos imperadores no Salão Nobre do Museu Paulista, usando um braçal branco com o brasão imperial.

Segundo alguns relatos, entre eles o da arqueóloga Professora Doutora Margarida Andreatta, da Universidade de São Paulo, que acompanhou o traslado dos despojos para o Museu Paulista e o retorno para o Monumento, foi uma cerimônia marcada por honras civis, militares e religiosas. Os corpos chegaram ao Museu escoltados por soldados das Forças Armadas, cada um a bordo de um carro de combate do Exército. O caixão de D. Pedro estava coberto com a bandeira do Reino de Portugal, e o de Dona Leopoldina, com a bandeira do Império. O retorno ao Monumento foi feito também em carro de combate, acompanhado de militares e de três sacerdotes que faziam orações em latim, enquanto, canhões do Exército

instalados do outro lado do riacho davam salvas de tiros. As duas urnas estavam cobertas com bandeiras do Império do Brasil. O Destacamento da Guarda Metropolitana prestou honras e também houve a participação dos Dragões da Independência e da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

O Monumento permaneceu fechado até o retorno dos restos mortais.

Figura 37- Retorno dos despojos ao Monumento à Independência. A direita o féretro de D.Leopoldina sendo conduzido por militares a Capela Imperial pela entrada antiga. Ao fundo S.A. R.I. príncipe D. Gastão de Orleans e Bragança. Fotos Augusto Antunes (GCM-São Paulo).

Acervo Embaixador E.Massarani

4 MATERIAIS E MÉTODOS

4.1 PESQUISA

A base de nossa equipe é constituída pelos membros que fizeram os trabalhos de pesquisa no Mosteiro da Luz, nos anos de 2008 até 2010, pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP), ou seja, o hoje Professor Doutor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) arqueólogo Sérgio Francisco M. da Silva, o Professor Doutor Luiz Roberto Fontes, médico e biólogo, o também médico Wellyngton Sam Geraldi, e o odontoforense Herivelto de Deus Martins. Adicionalmente, tivemos o apoio da equipe da empresa Studio Sarasá Conservação e Restauro, que, além de prestar serviços de restauro para o Museu de Arte Sacra (Mosteiro da Luz), também trabalha para o Departamento do Patrimônio Histórico da Prefeitura de São Paulo (DPH) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

A ideia surgiu quando não tivemos sucesso no processo seletivo do MAE/USP no ano de 2009, ao apresentarmos um projeto sobre Egíptologia. Então optamos por desenvolver um outro projeto para o ano de 2010, dessa vez envolvendo a Arqueologia Histórica do Brasil e o Monumento à Independência, com base no trabalho que havíamos realizado para o curso de graduação em História. Sob a orientação da arqueóloga Profa. Dra. Dorath Pinto Uchoa, conseguimos ser aprovados no processo seletivo do MAE/USP em 2010.

Durante a fase de cursos para obtenção de créditos para o Mestrado, promovido pelo Programa de Pós-Graduação do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP), cursamos a disciplina ARQ-5036 - Técnicas Atômico-Nucleares não Destrutivas Aplicadas ao Estudo de Objetos Arqueológicos e de Arte, no segundo semestre do ano de 2010, ministrado pelo Prof. Dr. Carlos Appoloni, da Universidade Federal de Londrina (PR). Durante o curso, pudemos aprender sobre essas técnicas e conseguimos contato e apoio da Profa. Dra. Márcia de Almeida Rizzutto, do Instituto de Física da Universidade de São Paulo (IF/USP), responsável pelo Grupo de Física Aplicada com Aceleradores, coordenadora de arqueometria. Junto com a Professora Márcia, nós arquitetamos como poderiam ser desenvolvidos os métodos, com base na Arqueometria, para nosso trabalho de campo e laboratório.

Entretanto, tínhamos vários problemas, entre eles a garantia da segurança para os remanescentes humanos estudados e seu material associado, além da nossa própria segurança

e das pessoas que visitam o Monumento, já que não tínhamos informação sobre a abertura ou não das urnas funerárias nos traslados. Conseguimos contato com a Profa. Dra. Celina Lopes Duarte, do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN). Junto com o Mestre em Química Manoel Nunes Mori, também do IPEN, ela auxiliou-nos com as análises de cromatografia gasosa, garantindo assim a segurança para o trabalho de campo.

A Profa. Márcia e o médico Wellyngton entraram em contato com a pesquisadora Dra. Adriana Araujo Reis Menezes, do Laboratório de Fungos Dimórficos Patogênicos do Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade de São Paulo (ICB/USP).

Poucos dias após a abertura da urna de D. Leopoldina, o médico Wellyngton conseguiu contato com alguns membros da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP), que quiseram nos visitar na Cripta Imperial. Esses membros eram os Professores Doutores Paulo Hilario Nascimento Saldiva, que é Professor Titular do Departamento de Patologia, Carlos Augusto Pasqualucci, Diretor do Serviço de Verificação de Óbitos da Capital (SVO - SP), Edson Amaro Junior, Professor do Departamento de Radiologia, e o engenheiro Paulo Afonso Andre. Depois que puderam conhecer nosso trabalho, os colegas da FMUSP também abraçaram a pesquisa, ajudando-nos com exames de tomografia e com tratamento de preservação do corpo, no caso de D. Amélia. A colaboração da FMUSP envolveu as preocupações com o traslado dos remanescentes humanos para os exames de tomografia, quando contrataram uma empresa especializada em transporte de patrimônio histórico, além de estabelecer o mais adequado trajeto, estudado e traçado pelo engenheiro Paulo Afonso. Também se responsabilizaram pelas substituições de urnas funerárias.

A Diretora do Museu da Cidade de São Paulo, Sra. Regina Célia Ponte, e sua secretária, Marfísia Lancelotti, colocaram-nos em contato com o pesquisador Paulo Rezzutti, que, por sua vez, apresentou-nos a também pesquisadora Claudia T. Witte, junto com a historiógrafa Viviane Tessitore, do Centro de Documentação e Informação Científica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com quem já havíamos trabalhado no passado. Foi possível dessa forma uma troca de informações que envolveram inclusive fontes primárias.

Todas as instituições da Universidade de São Paulo envolvidas neste trabalho, assim como o Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares e a empresa Studio Sarasá e demais profissionais, participaram deste projeto de maneira voluntária, sem a cobrança de ônus, todos no âmbito da pesquisa interdisciplinar, ou seja, na troca de conhecimentos científicos.

4.2 PERMISSÕES

Junto com todo esse trabalho, havia a questão das permissões. Por uma questão de ética e respeito, já que há uma família, com descendentes envolvidos, procuramos primeiro a permissão da Família Imperial do Brasil. Conseguimos contato com o chefe da Casa Imperial, Sua Alteza Real e Imperial (S. A. R. I.) o príncipe D. Luís de Orleans e Bragança, filho de S. A. R. I. o príncipe D. Pedro Henrique. Após uma reunião com ele e seu irmão, S. A. R. I. o príncipe D. Bertrand, em São Paulo, na qual passamos os detalhes e as intenções de nosso trabalho, eles concederam-nos a permissão, até mesmo para retirada de amostras dos remanescentes humanos visando a exames, assinada por D. Luís em 2009 e reiterada pelo próprio príncipe em 2011 (SOUZA; BOTELHO, 1999).

Entramos em contato com S. A. R. I. o príncipe D. Pedro Carlos de Bourbon de Orleans e Bragança, filho de S. A. R. I. o príncipe D. Pedro Gastão, pouco antes do início dos trabalhos de campo. Enviamos a ele, que mora em Petrópolis, no Rio de Janeiro, nosso projeto, e felizmente conseguimos sua permissão e apoio ao nosso trabalho por um e-mail enviado em 13 de fevereiro de 2012. A Família Imperial do Brasil sempre soube a importância da Ciência, afinal, foram eles quem trouxeram as pesquisas científicas para o país, como já vimos acima, e seus descendentes mantêm essa tradição.

Após a permissão da família, buscamos a Prefeitura do Município de São Paulo, onde tivemos que prestar os mesmos esclarecimentos que havíamos prestado para os Orleans e Bragança. Afinal, o DPH é responsável pelo Monumento à Independência, ou seja, é seu trabalho zelar pelo patrimônio. Após realizar uma reunião no Monumento com membros da nossa equipe e analisar nossas propostas, inclusive a permissão da Família Imperial, o Sr. Walter Pires, diretor do DPH, concedeu-nos a autorização para o início dos trabalhos de campo.

Após o MAE/USP liberar o ofício ao IPHAN em 1 de novembro de 2011, entregamos pessoalmente estes documentos na Superintendência Regional do IPHAN em São Paulo no dia 4 de novembro. Em 5 de dezembro de 2011, é publicada no Diário Oficial da União a Portaria 37, Anexo III, página 51 dando a permissão do IPHAN ao início de nosso trabalho de campo. Todos estes procedimentos obedecem a Portaria *Sphan Nº 07 de 01 De Dezembro de 1988* (BASTOS; SOUZA, 2010).

Em virtude do final de ano e férias, os trabalhos de campo na Cripta Imperial do Monumento à Independência tiveram início em 23 de fevereiro de 2012.

4.3 TRABALHOS DE CAMPO

4.3.1 Imperatriz Dona Maria Leopoldina

Aproveitaremos esta primeira apresentação dos trabalhos de campo aplicados nos remanescentes humanos de D. Leopoldina para fornecer explicações básicas sobre alguns métodos e procedimentos usados neste trabalho de pesquisa. Alguns métodos foram mudados de um indivíduo para outro, em virtude de determinadas situações em que se encontravam, mas alguns procedimentos básicos foram mantidos nos três remanescentes humanos estudados (SCHIFFER; SKIBO, 1995).

A identificação das amostras foi feita da seguinte forma:

Sítio: MI (Monumento à Independência).

Indivíduo: DL para Dona Leopoldina, DP para Dom Pedro e DA para Dona Amélia.

Data da Coleta:

Localização: QA para Quadrante A (lado direito da urna) e QB para Quadrante B (lado esquerdo da urna).

Tipo de Material:

Os trabalhos de campo começaram em 23 de fevereiro de 2012. O Museu da Cidade de São Paulo publicou, em Diário Oficial do Município, o fechamento do Monumento por dez dias, uma vez que não sabíamos o que iríamos encontrar.

Desde 12 de fevereiro de 2012, dias antes do início dos trabalhos de campo, até o final dos nossos trabalhos na Capela Imperial, em 6 de setembro, colocamos um medidor de temperatura e umidade no local. Não foi notada uma diferença significativa em ambos. A média da temperatura ficou entre 22 °C e 26 °C, e a média da umidade, entre 54% e 65%. O ar condicionado ficou ligado quase todo o tempo, principalmente no período em que estavam sendo feitas as análises nos remanescentes humanos, mesmo no período noturno. Lembramos também que nesses meses houve mudanças na temperatura e umidade externas, contando com dias chuvosos e bastante frios. Nossa preocupação nesse aspecto foi observar essa variação não apenas para preservação dos corpos como também visando à segurança dos visitantes do espaço museológico.

O primeiro sarcófago aberto foi o da imperatriz D. Leopoldina. A sequência deu-se com base nas datas de óbitos e também pelo fato de ela ter sido a única que faleceu no Brasil, em 1826.

A primeira tarefa foi remover a tampa de granito, trabalho realizado pela empresa Stúdio Sarasá. Este trabalho foi realizado com a presença do Sr. Antônio Luis Ramos Sarasá Martin, proprietário da empresa. O Sr. Martin cuidou pessoalmente da supervisão das aberturas e fechamentos dos sarcófagos de D. Leopoldina e D. Pedro I.

Figura-38- Equipe do Studio Sarasá removendo tampa de granito do sarcófago de D.Leopoldina.

Foto Valter D.Muniz

Quando a tampa foi removida parcialmente, veio a primeira surpresa: a urna funerária com o corpo da imperatriz era recente, diferente da que foi descrita pelo IHGSP em 1954. Como não sabíamos nada sobre a mudança, ficamos preocupados, pois várias pessoas, inclusive do próprio meio acadêmico, haviam nos alertado de que poderia não haver nada no local. Foi nesse ponto que cometemos um erro. Abrimos por poucos centímetros a tampa do caixão para observar o que havia dentro. Só conseguimos visualizar tecidos enrolados. Esse procedimento foi um erro pois, o IPEN ainda não havia feito a coleta de material para as análises de cromatografia gasosa. Embora soubéssemos que se tratava de uma urna recente e que

difícilmente haveria algum tipo de contaminação, poderíamos ter comprometido as análises dos colegas da equipe da Profa. Celina.

Diante desse problema, avisamos o IPHAN em São Paulo e o Museu da Cidade, que também ficaram preocupados. Entramos em contato com a Família Imperial, e o príncipe D. Bertrand nos comunicou que pelo menos ele não sabia sobre uma mudança de urna, mas que esse fato não deveria interferir em nosso trabalho e que as pesquisas deveriam continuar nos remanescentes humanos de sua família. O príncipe aproveitou para confirmar a sua presença na abertura do ataúde da imperatriz, marcada para 27 de fevereiro, representando o irmão D. Luís, que estava impossibilitado de comparecer (SOUZA, BOTELHO, 1999).

Apesar desses contratemplos, a análise de cromatografia gasosa foi mantida, e as amostras, coletadas pela Dra. Celina e pelo Ms. Nunes em 24 de fevereiro. O objetivo dessa análise, segundo o relatório da Dra. Celina, era avaliar a presença de contaminantes orgânicos que pudessem ter se formado dentro do caixão da imperatriz D. Leopoldina. Para a coleta de gases dentro da urna funerária, utilizou-se a técnica de análise cromatográfica associada à espectrometria de massa.

O mesmo método foi usado também para as análises nos remanescentes humanos de D. Pedro I e D. Amélia. Mostramos, a seguir, como esse trabalho foi feito.

4.3.1.1 Coleta das Amostras: Cromatografia Gasosa

Para coleta dos gases, foram utilizados três cilindros de aço inox, apresentados na Figura 1, com capacidade de 7,62 dm³ (P1), 13,74 dm³ (C2) e 18,16 dm³ (C1), respectivamente, acoplados com válvula de escape e agulha especial para introdução no interior do caixão (Fig. 2). Esses cilindros foram evacuados antes da amostragem, e a válvula, mantida fechada. A agulha alcançou o interior através da junção da tampa com a parte inferior do caixão, e a válvula foi aberta e mantida por um minuto, sendo então fechada. Foram coletadas amostras na região da cabeça (C1 e C2) e na região dos pés (P1). Os cilindros foram transportados até o laboratório do IPEN para análise.

Figura 39 - Cilindros para coleta de gases na região dos pés (P1) e da cabeça (C1 e C2).

Imagem Relatório Dra. Celina.

Figura 40 - Cilindros com o sistema de agulhas, preparados para coleta de amostras de gases.

Imagem Relatório Dra. Celina

4.3.1.2 Análise Química Qualitativa

Para a análise qualitativa dos gases, foi utilizado um espectrômetro de massa associado a um cromatógrafo a gás, GC-MS, modelo QP500 da Shimadzu (Fig. 42), com as seguintes condições:

- Coluna capilar de sílica fundida DB5 (5% fenil-95% dimetil polissiloxano) apolar da J & W Scientific, Folsom, CA, USA, com 30 m de comprimento e 0,32 mm de diâmetro interno e com filme de 0,25 μm de espessura da fase estacionária;
- Hélio com grau de pureza 5,0 analítico como gás de arraste e pressão de 100kPa;

- Operação do detector de massa em modo impacto de elétron (EI), usando 1,50 kV de voltagem de ionização e temperatura de 250 °C;
- Temperatura da interface GCMS ajustada para 240 °C;
- Volume de injeção de 0,5 mL.

Foram realizadas análises de todos os cilindros antes da coleta de amostras para confirmar se não havia contaminação.

Figura 41 - Cromatógrafo a gás associado ao espectrômetro de massa.
Imagem Relatório Dra. Celina.

4.3.1.3 Resultado das Análises de Cromatografia Gasosa

Na Fig. 43 são apresentados os cromatogramas das amostras de ar dos cilindros antes da coleta da amostra de gases. Todos os cromatogramas apresentam um pico entre 1 e 2 minutos, que são provenientes de contaminação no gás de arraste (hélio) e não interferem nos resultados das análises.

Figura 42 - Cromatogramas das amostras de gases dos cilindros C1, C2 e P1 antes da coleta de amostras na cripta. Imagem Relatório Dra. Celina.

Na Fig. 44 são apresentados os cromatogramas realizados após a coleta dos gases com os três cilindros. Não foi detectada nenhuma variação nos cromatogramas, antes e após a coleta.

Figura 43 - Cromatogramas das amostras de gases dos cilindros C1, C2 e P1 após a coleta de amostras de gases na cripta. Imagem Relatório Dra. Celina.

Não foi detectado nenhum composto orgânico nas amostras coletadas e analisadas da forma descrita nesse relatório.

4.3.1.4 Abertura da urna funerária da imperatriz D. Leopoldina

Com base nessas informações, a abertura da urna da imperatriz D. Leopoldina foi realizada na manhã de 27 de fevereiro de 2012, na presença de S. A. R. I. o príncipe D. Bertrand de Orleans e Bragança, exercendo um direito como família, e sua assessoria, que se responsabilizou pela pequena cerimônia religiosa, da Profa. Dra. Nelly Candeias, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, e de representantes do Departamento do Patrimônio Histórico da Prefeitura do Município de São Paulo (SOUZA; BOTELHO, 1999).

Figura 44 - O direito a cerimônia religiosa antes dos trabalhos de pesquisas iniciarem, foi observado e respeitado nos três casos na Capela Imperial. Imagem mostra S.A.R.I o Príncipe D.Bertrand de Orleans e Bragança ao lado de um sacerdote e demais convidados da família e DPH. Foto Maurício Paiva.

O corpo da imperatriz estava em volta numa espécie de mortalha que acreditamos tenha sido feita com os tecidos que estavam presentes na urna antiga, pois, segundo os relatos do IHGSP feitos em 1954, o material encontrado por nós era semelhante. Os tecidos estavam envolvidos por duas correias ou cintos de poliéster que podem ter sido usados para a remoção do corpo da urna anterior para a atual. Procuramos fazer uma abertura nos tecidos, na tentativa de identificar o que havia no interior. Ao fazer isso, evidenciamos o crânio esqueletizado da imperatriz, o toucado e parte das vestes. O corpo estava quase todo coberto por sedimento, que acreditamos ser a cal usada em 1826 para procurar preservar os remanescentes humanos para os três dias de funeral.

Figura 45 - Despojos da Imperatriz D.Maria Leopoldina no interior do sarcófago de granito.
Foto Maurício Paiva.

Quando realizamos esse procedimento, percebemos que não houve intervenção no corpo, material associado ou sedimento presente junto aos remanescentes humanos, pois aparentemente estavam da forma como haviam sido descritos no relatório do IHGSP de 1954, como pode ser notado no croqui abaixo:

Figura 46 - Croqui urna de D.Leopoldina. Imagem feita por João Carlos Terassi desenhista do IF/USP.

4.3.1.5 Análises Fúngicas

O primeiro procedimento realizado por nós foi a coleta de amostras de fungos pelo médico Wellyngton, que foram encaminhadas à Dra. Adriana, do ICB/USP. O objetivo dessas análises foi a identificação de fungos, visando, principalmente, à segurança da equipe e também dos visitantes, pois o espaço museológico precisava ser aberto à visitação pública em poucos dias.

As análises foram processadas no Laboratório de Fungos Diamórficos Patogênicos do Instituto de Ciências Biomédicas II da Universidade de São Paulo, que é de responsabilidade do Prof. Dr. Carlos Palleschi Taborda.

Os dados foram copiados de acordo com o relatório que nos foi entregue, sem que houvesse alterações, inclusive na sequência adotada para determinar as figuras, da mesma forma que fizemos com o relatório do IPEN.

Identificação dos gêneros fúngicos de amostras do sarcófago de D. Leopoldina.

O material coletado com *swabs* estéreis em 27/02/12 foi semeado no mesmo dia, em duplicata, em placas de Petri com Meio Batata (*Potato Dextrose Agar* – Oxoid) e incubado à temperatura de 25 °C. Após crescimento, a identificação dos gêneros foi feita pelas características macroscópicas da colônia e, microscopicamente, por observação de um fragmento da colônia ao microscópio. Os fungos que não apresentaram estruturas de reprodução foram isolados em tubos de ágar Sabouraud dextrose para posterior observação da fase esporulante. Quando não houve evidência de fase esporulante, o fungo foi incluído na categoria de Fungos não Esporulantes.

As amostras foram retiradas das seguintes regiões (Fig.1):

- 1-Têmpora direita;
- 2- Lateral direita;
- 3- Tecido sapato;
- 4- Osso rádio antebraço direito;
- 5- Órbita esquerda;
- 6- Pé esquerdo;
- 7- Tíbia direita;
- 8- Mancha no granito, próximo ao caixão (Q-A).

Figura 47 - Tubos com as amostras retiradas para exame. Foto IF/USP.

4.3.1.6 Resultados das Análises Fúngicas

Após 10 dias, foi observado crescimento fúngico nas regiões da têmpora direita, órbita esquerda, tíbia direita e na mancha no granito (Fig. 49A, B, C e D). Os gêneros fúngicos identificados estão relacionados na tabela a seguir.

Locais	Nº de Colônias Analisadas	Fungos
1- Têmpora direita	4	FNE*
5- Órbita esquerda	2	FNE
7- Tíbia direita	4	FNE
8- Mancha granito	12	<i>Aspergillus</i> sp <i>Penicillium</i> sp <i>Rhodotorula</i> sp FNE

*FNE – fungo não esporulante

Figura 48A - Têmpora direita - Imagem ICB/USP

Figura 48B – Órbita esquerda - Imagem ICB/USP

Figura 48C – Tíbia direita - Imagem ICB/USP

Figura 48D – Mancha granito - Imagem ICB/USP

Após essas análises, foi feita uma inspeção na urna funerária de D. Leopoldina. Como esta apresentou bom estado de conservação, realizamos uma reunião com os professores da FMUSP, a Profa. Márcia Rizzutto, o engenheiro e pesquisador da FMUSP Paulo Afonso e o responsável pela empresa de transporte de patrimônio histórico, na qual ficou decidido que a tomografia seria feita antes da decapagem arqueológica, uma vez que, pelo estado da urna, não havia riscos de comprometimento para o registro arqueológico (deposição do corpo e material associado).

4.3.1.7 Decapagem e Inventário: Preservação do Material Associado

No dia 16 de março iniciamos as análises “in situ” nos remanescentes humanos da imperatriz e material associado utilizando a técnica de fluorescência de raios X (FRX em português ou ED-XRF em inglês) com material portátil de fácil manuseio. Este é composto por um tubo de RX de catodo de prata e um detector de RX conforme mostra a figura abaixo.

Figura 49-Aparelho FRX. Foto IF/USP

Figura 50- Análise feita 'in situ' nas vestes de D. Leopoldina. Foto Elizabeth Kajiya

Estes procedimentos foram realizados pela professora Márcia Rizzutto e sua equipe composta pela Doutora em Física Jessica Fleury Curado e pelo Mestre em Física Pedro Campos do IF/USP. O objetivo neste caso foi identificar materiais (elementos químicos) presentes nos diferentes artefatos, visando à preservação dos mesmos (FERRETTI,2008). Foi detectada por esta análise a presença de chumbo (PB) que deduzirmos ser da urna de chumbo que envolvia o caixão com o corpo, o que indica uma possível deterioração deste material e das próprias urnas de madeira devem ter sido a causa da substituição dos ataúdes na segunda metade dos anos 1980. O chumbo pode ter sido responsável pelo processo tafonômico que levou a mudança na coloração do manto, originalmente verde segundo as imagens da época.

O exame de tomografia nos despojos da imperatriz D. Maria Leopoldina foi realizado na noite de 19 de março de 2012. A Prefeitura e demais autoridades, incluindo a Família Imperial, foram avisados do traslado para o complexo do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (HC/FMUSP). O transporte e proteção dos remanescentes humanos foram realizados pela empresa especializada em transportes especiais e principalmente patrimônio histórico contratado pelos professores da FMUSP.

A segurança do transporte do Monumento à Independência até o HC e também do retorno foi feita por monitoramento, uma vez que todo esse trabalho estava sob “sigilo acadêmico”.

Não poderíamos correr o risco de uma escolta oficial feita pelas Polícias Militar e Civil do Estado de São Paulo, pois chamaria atenção, causando alarde. E, como sabemos que integrantes dessas corporações estão proibidos por lei de fazer trabalhos particulares, optamos pela contratação de dois seguranças civis, com trajas discretos, para o acompanhamento.

Figura 51-Traslado dos despojos da Imperatriz para o exame de tomografia.

Foto Maurício Paiva

Exames de tomografia são usados na Arqueologia em vários países do mundo. Eles fazem parte, assim como a fluorescência de raios X (FRX) e a reflectografia com infravermelho (IV) das técnicas de análises aplicadas na arqueometria. A tomografia é utilizada para exames nas múmias reais do Museu do Cairo, Egito, até mesmo na avaliação daquelas que ainda estão dentro dos sarcófagos (HAWASS; JANOT, 2008).

O procedimento realizado nos remanescentes humanos, não apenas de D.Leopoldina, mas também em D.Pedro I e D.Amélia chama-se Tomografia Computadorizada de Dupla Energia. O modelo foi o Discovery CT750 High Definition, e a técnica chama-se *Gemstone Spectral Imaging*.

Figura 52 e 53 -Tomografia D.Leopoldina. Dep. de Radiologia FMUSP.

Imagens captadas de filmagens, Valter D.Muniz

Figura 54 -Tomografia D.Leopoldina. Dep. de Radiologia FMUSP.

Imagens captadas de filmagens, Valter D.Muniz

Seu uso neste trabalho proporcionou-nos análises de imagens em separado, ou seja, pudemos analisar por camadas, em separado, corpo, material associado etc., como pode ser observados nas imagens abaixo:

Figura 55 - Tomografia nos remanescentes humanos de D.Leopoldina. Observamos o corpo e as partes brilhantes que correspondem aos metais das vestes.

Imagens do Dep. de Radiologia FMUSP.

Figura 56 e 57 - Detalhe de partes do tronco da Imperatriz. Na mesma reprodução a direita foi retirada a imagem do corpo, restando os detalhes das vestes, incluindo metais na região da cabeça que pertencem ao toucado. Se analisarmos estas duas imagens com mais cuidado, visualizamos os brincos de D.Leopoldina, em formatos ovais um em cada lado do crânio. No lado direito do corpo (Q-A) está um pouco mais afastado, próximo de metais das vestes. No lado esquerdo (Q-B) está mais próximo ao crânio. Imagens do Dep. de Radiologia FMUSP.

Acreditamos que foi a primeira ou uma das primeiras vezes que estas técnicas de tomografia, com este método citado acima, e também o imageamento com reflectância de infravermelho (IV) tenham sido usadas pela Arqueologia no Brasil.

Com o uso da técnica de fotografia IV conseguimos notar os detalhes nas vestes, ornadas com brocados em ouro e prata no manto, estes materiais foram identificados pela técnica FRX. Juntamente com a fotografia de luz visível, nos permitiu observar e registrar os detalhes desses brocados. Esse trabalho de imagens foi feito pela conservadora/restauradora e técnica do Grupo de pesquisa de Física Aplicada com Aceleradores do IF/USP Elizabeth Kajiya, sob supervisão da Professora Márcia Rizzutto.

Figura 59 e 59A - Fotos Luz Visível e Infravermelho. Detalhes dos brocados do manto.

Fotos 'in sito' Elizabeth Kajiya.

Conseguimos fazer uma pequena observação do manto da imperatriz no Microscópio Eletrônico de Varredura (M.E.V), com a colaboração da Profa. Miriam Garavelli (IC), pelo qual conseguimos observar mais detalhes do manto. Através desta técnica conseguimos análises altamente ampliadas, através de imagens com detalhes superficiais das amostras sem a destruição das mesmas. Esta mesma imagem pode ser analisada quimicamente. No caso desta análise que estamos mostrando, a intenção foi identificar possíveis processos tafonômicos e a detecção de possível material orgânico preservado. Além de analisar o revestimento de metais que compõem o manto da Imperatriz.

Figura 60 - Detalhe dos metais nas amostras de vestes (manto). Imagens Profa. Miriam Garavelli.
Imagens M.E.V

A confirmação de que a imperatriz foi sepultada com as vestes imperiais foi obtida quando fizemos a decapagem, ou seja, quando começamos a remoção dos sedimentos que cobriam o corpo, procurando evidenciá-lo, bem como o material associado, visando a analisar e registrar a deposição daqueles, para buscar, entre outras, informações sobre como e por que um determinado material foi colocado ou está desta ou daquela maneira, possíveis traslados etc. No caso de D. Leopoldina, pudemos observar melhor e discernir o vestido do manto. Também identificamos a faixa imperial que estava presa ao vestido por pequenos alfinetes, e não por medalhas ou outro artefato parecido, pois não notamos manchas no vestido branco, e o uso destes artefatos deixaria marcas. Localizamos um par de brincos, juntamente com a evidenciação de ornamentos de metal que faziam parte do toucado e que seriam facilmente confundidos com brincos em vários outros métodos. Já havíamos observado essa possibilidade de a imperatriz ter sido sepultada com esses trajes por meio das imagens da tomografia, principalmente pela separação de imagens, na qual conseguimos observar apenas as vestes, sem a urna e o corpo.

Figura 61 - Decapagem, localização do brinco lado direito (Q-A) e ornamentos do toucado.

Foto J. F. Curado

Figura 62 - Decapagem, localização do brinco lado esquerdo (Q-B) e ornamentos do toucado.

Foto J. F. Curado

Figura 63 - Par de brincos. Foto Beatriz Monteiro

Evidenciamos também os sapatos, com algumas decorações pequenas e delicadas e ainda nos pés de Dona Leopoldina, assim como as meias. Os sapatos eram baixos e sem salto.

Não foram encontradas luvas. É possível que tenham sido retiradas, pois havia a cerimônia do beija-mão, realizada por pouco tempo devido à preocupação com a decomposição do corpo.

O vestido era na cor branca com bordados em forma de folhas em verde na altura do peito. As mangas, de comprimento até a metade do úmero, eram fofas e trabalhadas com detalhes da flora brasileira. A barra verde era verde, com ornamentos que também lembravam a flora. Essas descrições combinam com a imagem feita por Debret em 1º de dezembro de 1822, na sagração de D. Pedro I, quando a imperatriz usou pela primeira vez o traje de gala (FRANCO,1974).

Figura 64 – Detalhes dos ornamentos do manto. Foto Valter D. Muniz.

Figura 65 – Bordado do vestido e faixa imperial.

Detalhe da espinha nasal. Foto Valter D. Muniz.

O estado de preservação das vestes era muito frágil, acreditamos inclusive que devido a ação da própria cal. Como conseguimos o exame da tomografia e as análises feitas pela equipe do IF/USP optamos por não realizar uma decapagem mais profunda, pois esta poderia comprometer seriamente material. Apenas procuramos evidenciar mais partes do corpo e material associado.

Figura 66 - Imagem da esquerda antes da decapagem. Da direita após o procedimento. A decapagem foi sutil para não comprometer a preservação frágil das vestes

Imagens Vitor Hugo Mori

Figura 67 - D.Leopoldina em traje de Imperatriz do Brasil, ao lado de D. Pedro I e filhos durante visita a casa dos Expostos. Simplicio de Sá, óleo s/tela, 1826. Mesmo vestido que foi sepultada em 14 de dezembro de 1826.

Tirada do livro D. Leopoldina cartas de uma imperatriz, São Paulo, Ed.Estação Liberdade.

(KANN; LIMA, 2006, p.164)

Figura 68 - Manga direita (Q-A) do vestido e uma fita que ficava abaixo do busto. Pode ser observada a epífise distal do úmero direito próximo a lateral da urna e a epífise proximal da ulna mais próximo da fita. Foto Valter D. Muniz.

Figura 69 - Parte do manto Imperial, indicando a fragilidade do material.
Foto Valter D. Muniz

Figura 70 - Ornamentos do toucado usado pela Imperatriz lado esquerdo (Q-B). Não localizamos evidências das penas, possivelmente decompostas pela ação da grande presença da cal. Observamos nesta foto no canto esquerdo ornamentos em fios metálicos. Foto Valter D. Muniz.

Foram localizados 31 fragmentos de madeira junto aos remanescentes humanos, que deduzimos ser da urna antiga devido ao estado de degradação em que se encontravam.

Figura 71 - Fragmentos de madeira encontrados no interior da urna. Peneira.

Foto Valter D.Muniz

Auxiliou-nos em algumas etapas da decapagem Flavio Tamogi Júnior, da Universidade de São Paulo, aluno da arqueóloga Professora Doutora Margarida D. Andreatta. A Profa. Margarida acompanhou nosso trabalho de campo.

Como há intenção do Museu da Cidade de São Paulo e da Família Imperial em fazer uma exposição para a população, na própria Capela ou Cripta Imperial do Monumento à Independência, de parte dos artefatos encontrados nas escavações feitas junto aos nos remanescentes humanos dos imperadores, preocupamo-nos ainda mais com a preservação e armazenamento desse material.

Apresentado pela equipe do IF/USP para a captação e produção das imagens para este trabalho, o Sr. Valter Diogo Muniz também é gemólogo, joalheiro e perito judicial do Estado de São Paulo. Analista de joias e obras de arte no âmbito judicial ofereceu o seu trabalho visando a desenvolver uma forma mais adequada de higienização, conservação e acondicionamento desses artefatos dentro dos padrões museológicos.

Um projeto foi apresentado e aprovado pela Família Imperial e pelo Museu da Cidade de São Paulo, mediante a apresentação de um laudo técnico de caracterização ao final do trabalho. Uma cópia deste foi entregue a Família Imperial, Museu da Cidade de São Paulo e Superintendência do IPHAN em São Paulo.

O trabalho foi feito com o auxílio da desenhista industrial Beatriz Teixeira Monteiro e da biomédica Roberta Marques Pinho, ambas peritas forenses. Após a inspeção individual, o par de brincos e um fragmento de manto, solicitado pelo Museu da Cidade de São Paulo para

exposição, foram higienizados e acondicionados por meio de técnicas periciais e museológicas com base na Norma Regulamentadora N° 6 (Equipamento de Proteção Individual), aprovada pela Portaria GM N° 3.214, de 8 de junho de 1978 - 06/07/78, última atualização Portaria N° 145, de janeiro de 2010 (Ministério do Trabalho).

O primeiro procedimento aplicado foi a eliminação das sujidades superficiais com o uso de materiais apropriados. Os artefatos, individualmente, passaram por limpeza mecânica e procedimentos de conservação e acondicionamento aplicados na museologia.

Equipamentos utilizados para os procedimentos:

- a) Balança Digital de Precisão (Sartorius);
- b) Microscópio Digital; Medidor de PH; Lupa 10X,20X;
- c) Luz Led;
- d) Luminária Luz Led / Lente 10X;
- e) Bandejas Esterilizadas;
- f) Mesa de Higienização;
- g) Máquinas Fotográficas Digitais;
- h) Instrumentos de Medição;
- i) EPIs (luvas estéreis e de algodão, máscaras, toucas e óculos de proteção, macacão, avental e botas).

Materiais Utilizados:

Higienização

- a) Água destilada;
- b) Pinças esterilizadas;
- c) Pincéis de cerdas macias (pelo de poney);
- d) Sabão Neutro (Detertec 7,Vetec);
- e) Tecido não tecido (TNT).

Conservação e Restauro:

- a) Cera Renaissance (British Museum);
- b) Neutral pH Adhesive Lineco.

Acondicionamento:

- a) Caixas de vidro incolor;
- b) Cartão Conservação Canson – (ISO 9706);
- c) Ethafoam – Espuma de Polietileno Expandido – EPE;

- d) Fita Dipla Face PH Neutro Lineco;
- e) Foam Board (Acid Free);
- f) Papel da Canson Acid Free;
- g) Papel Manteiga PH Neutro;
- h) Papel de Seda PH Neutro;
- i) Sílica Gel e Carvão Ativado (sachês);
- j) Tecido Não Tecido (TNT).

O acondicionamento dos artefatos foi feito em caixas individuais de vidro incolor contendo berços em espuma de polietileno expandido (EPE).

Figura 72 - Projeto do berço dos artefatos contendo as embalagens individuais. Desenho Beatriz Monteiro.

Laudo Técnico de Caracterização – texto acima.

Após a remoção das sujidades dos brincos da imperatriz, notamos a inscrição da letra “L” no reverso do brinco. Deduzimos é claro, que se trata do L de Leopoldina.

4.3.1.8 Fichas Técnicas

4.3.1.8.1 Brincos Dona Leopoldina

REGISTRO Nº	120913	DATA 13-09-2012
EQUIPE TÉCNICA	VALTER DIOGO MUNIZ (DRT 39240) BEATRIZ TEIXEIRA MONTEIRO (APEJESP 1307SP) ROBERTA MARQUES PINHO (CRBM 14848)	

IDENTIFICAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO DO BEM	BRINCO M02 E M03 (M05)
	SÍTIO: MONUMENTO Á INDEPENDÊNCIA (M.I.) DATA: 10/05/2012 ORIGEM: URNA DE D.LEOPOLDINA (D.L.) LOCALIZAÇÃO: LADO DIREITO E ESQUERDO DO CRÂNIO

IMAGEM LATERAL	IMAGEM REVERSO
----------------	----------------

Figura 73 – Foto Beatriz Monteiro

Figura 73A – Foto Beatriz Monteiro

DIMENSÕES

	PRECISA / APROXIMADA
ALTURA (CM)	1,70 cm	
LARGURA(CM)	1,02 cm	
DIÂMETRO (CM)	Parte central 0,70 cm	
CIRCUNFERÊNCIA (CM)	1,70 cm	
PESO (KG) - par	1,48 g (0,74 g - cada)	
ESPESSURA	0,30 cm	
FORMATO	Oval	

Figura 73B – Foto Beatriz Monteiro

CARACTERÍSTICAS

MATERIAL	Metal (IF-USP)			
TÉCNICA	CONFORMAÇÃO	☐ FUNDIDO	☐ FORJADO	☒ LAMINADO
		☐ ESTAMPADO	☒ DOBRADO	☐ TORCIDO
		☐ OUTRA		
	ORNAMENTAÇÃO	☒ POLIMENTO		
		☐ DOURAÇÃO		
		☒ GRAVAÇÃO	Letra “L”	
		☐ REPUXADO		
		☐ CINZELADO		
		☐ GRANULAÇÃO		
		☐ ESMALTAÇÃO		
		☒ GEMAS	Sintética ou não? (Análise IF - USP)	
	CONFEÇÃO	☒ MANUAL		
		☐ INDUSTRIAL		

ANTES DA HIGIENIZAÇÃO

Figura 73C – Foto Beatriz Monteiro

Figura 73D – Foto Beatriz Monteiro

TRATAMENTOS

HIGIENIZAÇÃO	
	■ REMOÇÃO DE SUJIDADES ADERIDAS AO OBJETO
	■ LIMPEZA MECÂNICA COM PINCEL MACIO (PELO DE PONEY)
	■ LIMPEZA MECÂNICA COM ÁGUA DESTILADA E SABÃO NEUTRO

ANTES DA HIGIENIZAÇÃO - ANVERSO	DEPOIS DA HIGIENIZAÇÃO - ANVERSO
---------------------------------	----------------------------------

Figura 73E e 73F – Foto Beatriz Monteiro

Figura 73G e 73H – Foto Beatriz Monteiro

CONSERVAÇÃO	
MATERIAL	CERA (RENAISSANCE MICRO – CRYSTALLINE WAX POLISH)
ESPECIFICAÇÕES	ESPECIAL PARA MUSEUS, RESTAURAÇÃO E PROTEÇÃO EM METAIS.

RESTAURO	
☐ PROVISÓRIO	
☐ DEFINITIVO	

ACONDICIONAMENTO

MATERIAL E ESPECIFICAÇÕES

Figura 73I – Foto Beatriz Monteiro

Artefato envolvido em espuma de polietileno expandido (EPE), contendo na parte inferior dois (02) sachês 1g - de sílica gel e carvão ativado, e na parte superior da espuma cartão conservação CANSON 2.4mm (400g/m²) Acid free - ISO 9706 acondicionados em caixa de vidro incolor.

A caixa de vidro contendo o artefato está acondicionada em berço de EPE revestido de Foam Board - Acid free na cor preta com suporte para duas unidades.

4.3.1.8.2 Vestes – Fragmento do Manto de Dona Leopoldina

REGISTRO Nº	1209132191	DATA 13-09-2012
-------------	------------	-----------------

EQUIPE TÉCNICA	VALTER DIOGO MUNIZ (DRT 39240) BEATRIZ TEIXEIRA MONTEIRO (APEJESP 1307SP) ROBERTA MARQUES PINHO (CRBM 14848)
----------------	--

IDENTIFICAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO DO BEM	TECIDO – VESTES DO MANTO DE DONA LEOPOLDINA SÍTIO: MONUMENTO Á INDEPENDÊNCIA (M.I.) DATA: 10/05/2012 ORIGEM: URNA DE D.LEOPOLDINA (D.L.) LOCALIZAÇÃO: QUADRANTE E / QUADRANTE A DA URNA

IMAGEM ANVERSO

Figura 74 – Foto Beatriz Monteiro

ACONDICIONAMENTO

MATERIAL E ESPECIFICAÇÕES	<p>Artefato histórico envolvido em papel manteiga, contendo na parte inferior dois (02) sachês 1g - de sílica gel e carvão ativado acondicionado em caixa de vidro incolor.</p> <p>A caixa de vidro contendo o artefato está acondicionada em berço de EPE revestido de Foam Board - Acid free na cor preta com suporte para duas unidades.</p>
----------------------------------	---

Figura 74A – Peças acondicionadas. Foto Beatriz Monteiro

..

Os brincos e a amostra de tecido do manto foram analisados com XRF, bem como, pela técnica PIXE (Indução de Emissão de Raios X por Partículas) no próprio acelerador do Laboratório de Análise de Materiais do Instituto de Física da USP (LAMFI/USP). Há muitas análises para serem processadas pela equipe da Profa. Márcia Rizzutto, para identificação dos diferentes materiais existentes de cujos resultados necessitamos para que seja desenvolvido um trabalho mais adequado. Entretanto, esse foi um trabalho provisório que, se houver continuidade e a preocupação com a manutenção, garantirá a preservação e conservação desses artefatos.

Esse mesmo método foi repetido com o material associado localizado junto aos remanescentes humanos do imperador D. Pedro. No caso da imperatriz D. Amélia, foram localizados brincos e um crucifixo entre as mãos. Porém nenhum material foi retirado de seus remanescentes humanos devido ao estado de preservação do corpo.

4.3.1.9 Análises dos Dados Médicos

O corpo está esqueletizado, desarticulado, mas mantém características anatômicas. Foram feitas medidas antropométricas por três observadores, os médicos John Robert Pires Davidson e Bruno Aragão e o Prof. Dr. Edson Amaro Jr. Essas medidas estão no anexo L. As análises antropométricas podem ser aplicadas em outros estudos similares.

Segundo o Prof. Dr. Sérgio Francisco (UFPE), que se baseou nos comprimentos máximos do úmero, rádio, ulna, fêmur, tíbia e fíbula a estatura aproximada da Imperatriz é entre 1,54m e 1,60m (KROGMAN, 1978).

Figura 75 -Esta imagem da tomografia foi feita visando as medidas antropométricas, usadas na busca da estatura aproximada de D.Leopoldina. Entretanto, escolhemos esta imagem, entre as outras feitas para concluir este processo, pois mostram que os dois fêmures estão íntegros, não havendo a presença de fraturas, como afirmam algumas lendas populares.

A avaliação odontológica feita pelo odontologista Herivelto de Deus Alves Martins. Com base na tomografia, foram sugeridas algumas doenças. Essa análise está no anexo M.

O que mais chama a atenção é a preservação da espinha nasal (nariz) da imperatriz, indicando possibilidades de traços delicados, que também levanta a hipótese do corpo ter sido

preservado por algum tempo, mesmo sem a aplicação de procedimentos de embalsamamentos aos remanescentes humanos em 1826, como mostra o anexo V. Essa preservação pode ter sido em decorrência de o corpo ter sido hermeticamente fechado em três caixões, sendo um deles uma placa de chumbo, impossibilitando ou até anulando o processo de decomposição. Identificamos nas imagens da tomografia áreas que poderiam ser partes preservadas do pulmão e do encéfalo. O Prof. Dr. Paulo Campo Carneiro, da equipe da FMUSP, fez a coleta de amostras desse material.

Houve também uma coleta de amostra por um membro da equipe do que poderia corresponder ao encéfalo. A retirada foi feita através de uma fratura (*post mortem*) na região temporal direita. Durante essa coleta, aconteceu o rompimento do osso, que foi restaurado com o uso de PVA, mesmo método usado pela equipe do MAE que fez os trabalhos no Mosteiro da Luz, sob orientação do Prof. Dr. Sérgio Francisco S. Monteiro da Silva.

Figura 76 - Imagem da restauração da fratura pós morte na região temporal direita. Observamos também ornamentos metálicos do toucado, assim como parte dele sobre o crânio. Notamos também pequenas colorações verdes, ainda preservados do toucado. Além da preservação da espinha nasal. Foto Valter D. Muniz

O material coletado foi entregue ao médico Wellyngton Sam Geraldi, que se comprometeu a encaminhá-lo ao Departamento de Patologia da FMUSP. Porém, segundo relatório do Dr. Wellyngton de 8 de julho de 2012, as amostras tanto do suposto fragmento de pulmão como do de encéfalo não apresentaram material orgânico. Por esse motivo, foram descartadas pelo Departamento de Patologia.

Foram retiradas outras amostras pela equipe da FMUSP: da região pélvica esquerda e da ulna esquerda, além de um osso do carpo (escafoide) visando a outros tipos de análises, que serão realizadas pelo Departamento de Patologia no futuro.

O traslado pelas ruas do Rio de Janeiro do Convento da Ajuda até o Convento Santo Antônio, feito em carruagem em 1911, pode ter comprometido a preservação. Da mesma maneira que a abertura abrupta realizada em 1954, quando houve o traslado para São Paulo, pode ter ocasionado um processo tafonômico entre a atmosfera do interior das urnas, uma vez que estavam lacradas desde 1826, e a atmosfera de 1954. Lembramos que em 1954 já se sabia dos efeitos dessas contaminações na Arqueologia, entretanto, não havia um método que pudesse ser usado para constatar esse processo tafonômico, por exemplo, a cromatografia gasosa que usamos neste trabalho. E a abertura da urna da imperatriz era necessária para cumprir os procedimentos burocráticos do traslado. Porém são apenas hipóteses, uma vez que não conseguimos respostas positivas com relação à presença de material orgânico nas análises das amostras coletadas, conforme narramos acima.

Não encontramos nenhuma fratura *ante mortem* ou *post morte*, como podemos observar nos fêmures direito e esquerdo, assim como no relatório feito pelo Prof. Edson Amaro Jr. do Departamento de Radiologia da FMUSP. Escolhemos, em particular, a análise dos fêmures da imperatriz porque há uma “lenda urbana” afirmando que a causa de sua morte teria sido complicações após uma fratura de fêmur sofrida em uma queda das escadarias da Quinta da Boa Vista durante uma discussão que terminou em agressões praticadas pelo imperador D. Pedro I. Há também anexado a este trabalho relatórios de nobres ao imperador informando que D. Leopoldina presidiu reuniões do Conselho de Estado. O mesmo documento fala em abatimento, mas não em fraturas ou ferimentos.

A morte da imperatriz D. Leopoldina é alvo de especulações desde 11 de dezembro de 1826, ou seja, desde quando ocorreu. Há bibliografias que mencionam que um “pontapé” dado por D. Pedro na barriga da esposa grávida poderia ser a causa do aborto e consequentemente da morte. Este dado está inclusive na publicação de Isabel Lustosa (2006) que está na bibliografia deste trabalho.

Porém encontramos um artigo publicado em 1973, de autoria do médico Odorino Breda Filho, publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, no qual o autor lança algumas hipóteses e descarta outras sobre a morte de D. Leopoldina com base nos boletins médicos publicados durante a enfermidade da imperatriz. Além dos demais documentos que estão em arquivos no Brasil e na Europa, essas informações parecem não

interessar aos autores que estudam e escrevem sobre esse assunto nestes 186 anos. Pensando nisso, apresentamos esse artigo e alguns boletins médicos que eram enviados a D. Pedro, todos anexados a este trabalho, ao Prof. Dr Luiz Roberto Fontes, médico legista, ginecologista e obstetra, além de biólogo e também membro de nossa equipe, para que analisasse os diagnósticos apresentados nesses documentos baseado nesta análise. Ele fez as seguintes considerações pertinentes.

Segundo o Prof. Fontes, o médico Breda fala em seu artigo sobre 14 evacuações biliosas, abundantes, com mau cheiro e farrapos, que pode significar um sangramento do intestino delgado.

O boletim do dia 30/11/1826 informa:

Desde o dia dezenove de novembro apareceram por vezes dores de cadeiras, e algumas evacuações mucosa-sanguinea pela via anterior [...] não haverem sinais de contração do útero evacuação tem se repetido moderadamente com intervalo de um até dois dias; e até o presente bem que todo não tenha cessado, não aparece ainda sinal de perda (BREDA,1973, p. 51).

O quadro clínico apresentado até então seria de ameaça de aborto. Deve-se fazer um comentário em relação ao procedimento de exploração (toques vaginais) feito à imperatriz pelo Conselheiro Cirurgião-Mor do Império. A questão da higiene em obstetrícia só foi estabelecida em 1848 pelo Dr. Ignaz Semmelweis, que, mesmo assim, teve que enfrentar muitas pressões dos colegas até que estes se convencessem da importância de simplesmente lavar as mãos antes de executar algum procedimento médico. Esse relato é importante não porque a possível ausência de higiene do médico do Império ao realizar algum procedimento possa ter causado o aborto da imperatriz, porque quando este aconteceu o quadro clínico já era grave, mas porque pode ter lhe causado alguma outra infecção uterina ou puerperal. A hipótese de septicemia puerperal foi também sugerida no livro da princesa Michael de KENT (2011), que está na bibliografia deste trabalho.

Em 2 de dezembro de 1826, houve o progresso do estado clínico para abortamento inevitável (colo uterino aberto), com mais sangramento, cólicas e saída de material ovular pela vagina, acompanhado, segundo o relatório em anexo a este trabalho enviado a D. Pedro, de febre e convulsões.

O boletim médico de 2 de dezembro de 1826 descreveu o aborto: “o feto [...] pareceu [...] que a cessação de sua vida era mui recente” (BREDA, 1973, p. 50), ou seja, óbito fetal recente ocorrido no processo de abortamento. Portanto, não ocorreu morte do concepto levando a abortamento, mas abortamento que acarretou a morte do concepto. Nesse caso, tanto o médico Dr. Luiz Roberto Fontes quanto o autor do artigo, Dr. Odorino BREDA FILHO (1973), concordam que o aborto não foi em consequência de um trauma sofrido por D. Leopoldina. Para que haja um abortamento causado por um trauma, é necessário que a força aplicada seja muito violenta, como nos dias atuais, por exemplo, um acidente de trânsito, no qual a vítima não só abortaria como sofreria hemorragia, entrando em óbito em questão de horas.

Lembramos que, segundo autores como Carlos OBERACKER (1973), D. Pedro partiu do Rio de Janeiro rumo à Cisplatina (Uruguai) em 23 de novembro de 1826, ou seja, 9 dias antes do aborto sofrido pela imperatriz (2/12/1826) e 18 dias antes de sua morte (11/12/1826).

Não se pode afirmar que o imperador nunca usou de violência contra a esposa, porém essa violência pode não ter sido o fator determinante que tenha causado a morte de D. Leopoldina.

No relatório de 6 de dezembro de 1826, enviado a D. Pedro, que está anexado a este trabalho (anexo C), notamos que foram aplicadas compressas à base de cânfora e éter na região da nuca da imperatriz. Nesse caso, era comum que os cabelos fossem cortados. Não encontramos evidência de cabelo, seja na decapagem, seja na tomografia. É possível também que os cabelos da imperatriz tenham sido afetados pela ação dos materiais usados na tentativa de preservação do corpo, ou seja, álcool e a própria cal, ou algum outro processo tafonômico.

O boletim de 9 de dezembro de 1826 afirma: “Os lóquios, que tinham parado no terceiro dia depois do parto deram início ontem [8/12/1826] de aparecer hoje [...] houve demonstração disso porque com efeito se vão manifestando” (BREDA, 1973, p. 50). Aparentemente, após três dias ocorreu recidiva do sangramento vaginal que havia cessado em 5/12/1826, entretanto, o boletim não relata sobre odor ou outra alteração, apenas sangramento, o que já mostra um indício da gravidade de uma possível coagulação intravascular disseminada, que é um distúrbio gravíssimo da coagulação sanguínea, compatível com o quadro clínico em estágio terminal de vida. O óbito da imperatriz ocorreu em 11/12/1826.

O Dr. Odorino BREDA Filho (1973) afirma que o diagnóstico mais provável seria infecção intestinal por *Salmonella*, que pode ser autolimitada para a maioria dos pacientes, mas, no caso de gestantes, torna-se um fator de risco evidentemente maior.

Por outro lado, não há menção a febre tifoide em nenhum dos documentos pesquisados da época, inclusive nos relatórios enviados ao imperador, e esta era uma doença muito conhecida pelos médicos do século XIX. Só encontramos menção à doença em DEBRET (1972), porém ele era pintor. Ou seja, há ainda muita controvérsia sobre a *causa mortis* de D. Leopoldina.

4.3.1.10 Encerramento dos Trabalhos nos Remanescentes Humanos da Imperatriz Dona Leopoldina

Todo o sedimento recolhido no processo de decapagem realizados na urna funerária da imperatriz D. Leopoldina foi colocado em sacos plásticos identificados e está junto à urna dentro do sarcófago de granito. Todo o sedimento foi peneirado.

Também retiramos uma pequena parte do tecido que cobria todo o corpo da imperatriz, para evidenciá-lo. Esse material também foi colocado em sacos plásticos e está identificado ao lado da urna funerária.

O sarcófago de granito que abriga o ataúde de D. Leopoldina é formado por cinco placas espessas de granito, unidas por travas de metal, cobertas por uma pesada tampa também de granito. Essas placas ficam sobre quatro estruturas de metal em forma de dragões, símbolo da Casa de Bragança. O granito mostra um desgaste, próprio do tempo, assim como o metal dos dragões, que mostra intenso processo de oxidação.

Quando encerramos nossos trabalhos nos remanescentes humanos da imperatriz, substituímos algumas travas de metal que estavam comprometidas pela ferrugem.

Como uma forma de prevenir contra a ação da umidade, foram passados nos encaixes das pedras de granito uma resina à base de poliéster ortoftática, talco industrial e pigmento inorgânico que são usadas em granitos, mármore etc. Esse trabalho foi realizado por uma empresa especializada em granito, com a permissão do Museu da Cidade e da Família Imperial. Os custos do trabalho e do material foram arcados por nós.

A tampa de granito, que deve pesar mais de uma tonelada, foi colocada sobre o sarcófago pela equipe da empresa Studio Sarasá e vedada com silicone.

Em 31 de março de 2012, a urna funerária de D. Leopoldina foi fechada na presença do casal Sra. Hayley Ribeiro de Barros Rocco e Sr. Osvaldo Rocco, que representaram a Família Imperial. Nessa ocasião, mostramos ao casal o par de brincos encontrados junto ao corpo da imperatriz, bem como o trabalho de decapagem, no qual evidenciamos os trajes e a faixa

imperial. Como forma simbólica de reconhecer o corpo e também de prestar uma homenagem, o casal pediu para que fosse estendida a bandeira do Império do Brasil sobre a urna. Depois fizeram uma breve oração em intenção a Sua Majestade, a imperatriz D. Maria Leopoldina de Habsburgo-Lorena.

Figura 77 - Antes de lacrar a urna, convidamos representantes da Casa Imperial do Brasil para verificação do corpo e material associado. Na foto vemos a presença do Sr.Osvaldo Rocco (com terno), esposo da Sra Hayley Rocco. Também a presença do Sr. Cesar A.Ambiel (irmão da pesquisadora). Foto Valter D.Muniz

4.4 DOM PEDRO I OU PEDRO IV

A abertura da tampa de granito do sarcófago do imperador D. Pedro I do Brasil, ou rei D. Pedro IV de Portugal, ou ainda duque de Bragança, como está nas inscrições de uma de suas urnas funerárias, ocorreu em 29 de março de 2012, enquanto finalizávamos os trabalhos nos remanescentes humanos de D. Leopoldina. Isso em virtude do curto tempo que tínhamos para finalizarmos os trabalhos de campo, principalmente pelo final de nossa bolsa de auxílio.

A equipe do Studio Sarasá fez a retirada da tampa. Quando visualizamos o ataúde do imperador, que ocupava quase toda a área interna do sarcófago de granito, tanto em altura (90 cm aproximadamente), quanto em largura (em torno de 88 cm), percebemos então que poderia se tratar de três caixões: madeira nobre (pinho), chumbo e madeira rudimentar, como era tradição da Igreja Católica Apostólica Romana, como também da realeza. Contudo, a presença das coroas do Império do Brasil e do Reino de Portugal fixada no ataúde poderia ser um indício de que o esquife era recente, pois em 1834, por questões ideológicas e políticas, isso não aconteceria. Entretanto, poderia fazer parte da ideologia de aproximação dos governos de Brasil e Portugal em 1972, até mesmo por questões políticas, já que ambos eram ditaduras.

Foi notada também a presença de um líquido no fundo do sarcófago de granito. Pedimos informação aos funcionários do Monumento à Independência, que disseram ter havido um problema hidráulico no local pouco tempo antes do início de nossos trabalhos e ser possível que um pouco de água tivesse penetrado no sarcófago. O Museu da Cidade confirmou a informação. Porém pedimos para a equipe da Profa. Celina, do IPEN, que colhesse material para análise, junto com as amostras de gases do interior da urna de D. Pedro. A equipe do IPEN fez as coletas e, com relação ao líquido, o resultado foi apenas água. Sobre as amostras gasosas que foram colhidas e analisadas com o mesmo procedimento usado para D. Leopoldina, o resultado também não identificou composto orgânico. Abrimos a tampa de madeira e encontramos uma placa metálica que parecia envolver o caixão. Era o chamado “caixão de chumbo”.

A Profa. Celina foi comunicada e, no dia seguinte, a equipe do IPEN estava no local para a segunda coleta, sempre usando o mesmo método. O resultado também foi o mesmo, ou seja, não foi encontrado composto orgânico.

Quando fomos observar a urna para abri-la, notamos que esta já havia sido cortada e encontramos o terceiro caixão, este de madeira rudimentar, apresentando um estado de

conservação muito comprometido. Observamos também que estava aberto. Mesmo assim, a equipe da Profa. Celina foi chamada e realizou os mesmos procedimentos das outras vezes, com os mesmos resultados. Isso era natural, pois a urna já havia sido aberta, provavelmente em 1972, ou seja, dificilmente seria encontrada qualquer anomalia nos resultados das análises, diferentemente de se estivesse lacrada desde 1834. Mesmo assim, optamos por manter as análises de cromatografia gasosa por questão de segurança não só do material arqueológico, mas nossa e das pessoas que visitam o Monumento à Independência e trabalham nele.

Com os resultados das análises do IPEN, a abertura do caixão ficou marcada para o dia 4 de abril de 2012, com representantes da Família Imperial e do Departamento do Patrimônio Histórico da Prefeitura do Município de São Paulo (DPH). Os príncipes D. Luís e D. Bertrand de Orleans e Bragança foram representados pelo Dr. Gustavo Cintra Prado, diretor secretário-geral do Pró-Monarquia, que compareceu com amigos da família. A pequena cerimônia religiosa foi feita por um sacerdote amigo dos príncipes, e a urna foi aberta.

O que encontramos foi uma situação não esperada, ou seja, uma proteção de espuma que abrigava um material acinzentado que parecia ser substrato misturado com vestes e fungos. Havia uma aglomeração maior desse material na parte esquerda do caixão e uma certa saliência na região onde deveria ser o tronco. Acreditamos que o corpo poderia estar em decúbito lateral direito. O crânio foi encontrado com a parte frontal voltada quase para o fundo da urna, com as vértebras cervicais na parte superior sobre o que parecia ser uma mistura de sedimento e vestes. Notamos a abertura da trepanação feita no processo de embalsamamento do imperador entre as regiões parietal e occipital. A cavidade estava repleta de sedimento e fragmentos de vestes. Uma medalha fragmentada foi evidenciada sobre o que nos parecia ser as costelas. Não conseguimos visualizar as pernas. Na região correspondente, havia um pouco de substrato escurecido, quase negro, e uma aglomeração maior desse material quase encostada na lateral esquerda do caixão.

A Profa. Márcia Rizzutto fez a coleta do material com *swabs* para as análises fúngicas a ser realizadas pela pesquisadora Dra. Adriana no ICB/USP.

O material coletado com *swabs* estéreis no dia 9, 10 e 16/04/12 foi semeado no mesmo dia da coleta, em duplicata, em placas de Petri com Meio Batata (*Potato Dextrose Agar – Oxoid*) e incubado à temperatura de 25 °C. Após crescimento, a identificação dos gêneros foi feita pelas características macroscópicas da colônia e, microscopicamente, por observação de um fragmento da colônia ao microscópio. Os fungos que não apresentaram estruturas de reprodução foram isolados em tubos de ágar Sabouraud dextrose para posterior observação da

fase esporulante. Quando não houve evidência de fase esporulante, o fungo foi incluído na categoria de Fungos não Esporulantes.

4.4.1 Método

Diante do problema com relação à deposição do corpo, uma reunião foi marcada com a participação das equipes da FMUSP, IF/USP e Studio Sarasá para avaliar o estado do caixão e como este poderia ser trasladado para o exame de tomografia.

Com o uso de correias dispostas em volta da placa ou caixão de chumbo, a equipe da Sarasá retirou as urnas (chumbo e madeira) do caixão maior, colocando-as sobre um suporte, onde poderíamos analisar as condições da urna interior que abrigava o corpo de D. Pedro I. Essa operação, em si, já representou um risco ao registro arqueológico da deposição. Fizemos algumas aberturas na placa de chumbo na tentativa de visualizar melhor as condições de conservação do caixão, que já apresentava problemas em sua estrutura lateral e em sua base (parte de baixo), com um fragmento de osso prensado entre as estruturas que estavam abrindo. Ainda assim, procuramos erguer um pouco a urna de madeira na tentativa de visualizar melhor as condições da estrutura, uma vez que esta deveria ser separada da placa de chumbo, uma vez que a tomografia é um exame feito em 360°, e o chumbo é um material isolante. Porém foi necessário erguer poucos centímetros para observarmos que a base do caixão estava muito comprometida. Alternativas foram apresentadas, entre elas a de colocar uma prancha de madeira na tentativa de dar sustentação à base. Contudo, como não sabíamos ao certo o estado dela, acreditamos que o risco era muito grande, principalmente com relação à segurança dos despojos e do material associado e ao comprometimento do registro da deposição.

Figura 78 - Cerimônia religiosa realizada antes da abertura da urna funerária que abrigava os remanescentes humanos de D. Pedro I. Foto Valter D. Muniz

Figuras 79 e 80 - Fotos dos despojos de D. Pedro, ainda com as proteções de espuma para o traslado para o Brasil, em 1972 indicando a presença de muito substrato e possíveis fungos, além das marcas de umidade.

Foto Valter D. Muniz

O objetivo desse trabalho foi manter para D. Pedro o mesmo método aplicado a D. Leopoldina, ou seja, fazer a tomografia antes da decapagem, o que seria realmente o mais indicado. Entretanto, no caso do imperador, as condições dos despojos eram muito diferentes do estado em que encontramos os dela. Dessa forma, no caso de D. Pedro I, foi realizada a decapagem antes da tomografia.

Figura 81- Fotografia que mostra a presença de sedimentos entre a parte externa da urna de madeira e a placa de chumbo que mostra o comprometiment da conservação do fundo da urna de madeira. Foto Valter D. Muniz

Figura 82 - Na região ds pés do lado direito da urna (Q-D-vide figura-87,pág.126), fizemos uma abertura na placa de chumbo para examinar a preservação da urna de madeira. Notamos que o comprometimento era sério. Aqui vemos um fragmento de osso preso entre as bases da urna, com uma parte para fora da mesma. Valter D.Muniz

Figura 83 -Após a retirada decapagem realizada para retirada dos remanescentes humanos, notamos a deterioração completa da base de madeira da urna. Como mostra esta imagem, há ausência desta estrutura de madeira, ou seja, o corpo já estava em contato com a placa de chumbo, protegido, apenas por uma camada de espuma que deveria pertencer à proteção para o traslado. Foto Valter D.Muniz

A Arqueologia, assim como toda Ciência, embora infelizmente não seja vista e menos ainda respeitada como Ciência por alguns, possui também seus métodos e teorias. O

arqueólogo muitas vezes encontra situações em que são necessárias mudanças ou adaptações desses métodos (SCHIFFER, 1972; 1995). Nosso objetivo com a preservação desse registro era, além de preservar o material, que é um Patrimônio Histórico, entender como e por que o corpo ficou ou foi depositado daquela forma, uma vez que houve honras prestadas a D. Pedro no presente, mas também muito ressentimento no passado. No estado em que encontramos seus remanescentes humanos, entendemos o quanto a figura dele foi usada por dois governos bem pouco democráticos, mas com necessidade de “propaganda”. Ou seja, procurar entender o comportamento humano, no caso das sociedades lusitanas e brasileiras na História, dentro de um contexto dessa deposição feita no século XX, ou na forma como esses remanescentes humanos foram sepultados no século XIX, buscando o conhecimento de sentimentos e identidades (HODDER, 1999).

4.4.2 Caixões

Figura 84-Tampa de pinho da primeira urna de D.Pedro. No lado direito da urna a coroa do Império do Brasil e lado esquerdo a coroa do Reino de Portugal. Foto Pedro H.O.V.Campos

Antes do início do processo de decapagem, a equipe do IF/USP fez algumas análises FRX, pelas quais procurávamos informações sobre processos tafonômicos. Enquanto isso, analisamos os caixões, pois, apesar de a proteção de espuma feita para a viagem indicar que o corpo havia saído de Portugal com aquela deposição, pretendemos eliminar as possíveis hipóteses de algum acidente sofrido com os despojos durante o traslado para o Brasil e as viagens pelas capitais do país antes de chegar ao Monumento à Independência, em setembro de 1972.

O caixão de pinho português, ao contrário da urna que abrigou o corpo, resistiu bem às viagens e à umidade. Apenas um pequeno artefato de metal que orna sua lateral havia se soltado. Sua estrutura não mostrava qualquer sinal de deterioração e menos ainda de fortes impactos, apesar dos anos que passou fora do sarcófago de granito, no centro da Capela Imperial do Monumento à Independência e das dificuldades que ocorreram para ser “encaixada” no sarcófago, já que encontramos marcas de fissuras nas laterais do granito. Verificamos seu ótimo acabamento, com a parte interna da tampa envernizada, com o selo do fabricante de Lisboa, o que mostrou realmente tratar-se de uma urna de 1972.

Porém um fato no mínimo inusitado aconteceu. Encontramos no fundo desse caixão cartões de visita, ou simplesmente pequenos papéis cortados em forma de cartões de visita com dados completos, como profissão e endereço, ou simplesmente com nome. Não havia em nenhum dos cartões qualquer mensagem direcionada ao imperador morto. Deduzimos que essas pessoas apenas quisessem registrar sua visita ao antigo soberano. Ao todo, foram encontrados 24 desses artefatos, alguns de Portugal outros de algumas capitais brasileiras por onde os despojos de D. Pedro I passaram. Todo esse material resistiu ao tempo e à umidade. É possível que tenha sido introduzido na urna pelo espaço das aberturas, já que o caixão não estava lacrado e havia duas fechaduras, uma no lado da cabeça e outra nos pés.

Figura 85 - Fotografia mostrando os cartões no interior da primeira urna de D. Pedro. Foto Valter D. Muniz

Por motivos éticos e em respeito a essas pessoas e suas famílias, não revelaremos as identidades, neste trabalho ou em qualquer outro relacionado a esse tema no futuro. Apenas comunicamos o achado para registrar os artefatos encontrados junto aos remanescentes humanos de Dom Pedro I.

Encontramos 30 fragmentos de madeira, que deduzimos ser da urna antiga. Alguns apresentam tamanhos relativamente grandes, diferentes dos encontrados na urna de D. Leopoldina. Aqui encontramos outro obstáculo para determinar o que seria fragmento da urna

anterior e da urna atual, uma vez que esta estava comprometida. Entretanto, a coloração, a forma de deterioração e a espessura da madeira apresentavam diferenças. Foi esse o embasamento que tivemos para fazermos a classificação, ou seja, tipológica.

Figura 86 - Fragmentos de madeira. Foto Valter D.Muniz

Já o caixão ou placa de chumbo trazia as seguintes inscrições: D.O.M., sigla para *Deo Optimo Maximo*, que pode ser traduzido como: Deus Todo Poderoso. Abaixo, Rei de Portugal e Algarves, Primeiro Imperador do Brasil; Duque de Bragança. João VI, Líder Comandante-em-Chefe e Filho de Rei Para Reivindicar o Direito da Liberdade do País e Especialmente o Direito de Reinar de Maria II. Data do óbito 24 de setembro de 1834 e idade 36 anos, ambos em algarismos romanos (Ibid).

A placa com essa inscrição foi fixada com uma massa, como podemos observar abaixo:

Figura 87 - Parte superior da placa de chumbo que envolvia a urna de madeira com os remanescentes humanos de D.Pedro. Aqui mostramos a identificação com o nome e títulos e data do óbito. Fotos Valter D.Muniz

Figura 88 - Detalhes de marcas de solda e a presença de uma ‘massa’ que pode indicar que esta placa pode ter sido removida de uma outra, da original por algum motivo, sendo fixada nesta que encontramos. Com base nas marcas de solda notamos obviamente que esta placa já foi aberta anteriormente, já que em 1834, não havia ainda este tipo de lacre. Fotos Valter D.Muniz

Figura 89 - Brasão do Reino de Portugal fixado da mesma forma que indicamos para placa de identificação de D.Pedro, ou seja, com a ‘massa’. Foto Valter D.Muniz

Da mesma forma foram fixados o brasão do Reino de Portugal e os demais selos, inclusive a caveira, simbolizando a morte. É difícil dizer se isso foi feito dessa forma em 1834, ou se foram retirados de outra urna de chumbo e fixados nesta. Encontramos marcas de solda, técnica que não existia em 1834, e lembramos que encontramos a placa ou caixão de chumbo já cortado, ou seja, é possível que ele tenha sido aberto pelo menos uma vez antes do traslado para o Brasil, mas não sabemos dizer quando, onde ou por quê.

Análises de FRX no caixão de chumbo e nos vários pontos de solda podem evidenciar as ligas características deste material bem como se há diferenças entre as soldas encontradas. Estas medidas foram realizadas nos diversos artefatos tanto antes, durante e após o processo de decapagem, inclusive nos remanescentes humanos.

4.4.3 Decapagem

A decapagem teve início em 13 de abril de 2012. Recebemos a colaboração em algumas etapas do odontologista Herivelto e do aluno especial do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP) Glauco Constantino Perez. O curto tempo obrigou-nos a usar uma metodologia de salvamento, ou da Arqueologia Preventiva.

Para esta etapa, optamos por dividir o caixão em quatro quadrantes: Q-A (lado direito região da cabeça); Q-B (lado esquerdo próximo da cabeça); Q-C (lado direito abaixo da metade do caixão); Q-D (lado esquerdo abaixo da metade do caixão).

Figura 90 - Croqui. Imagem de João Carlos Terassi, desenhista IF/USP.

As identificações das amostras continuaram obedecendo ao padrão de sítio, tipo de material, data e indivíduo, identificado pela sigla DP, de D. Pedro.

Os remanescentes humanos e o substrato que o cobria não estavam de forma uniforme. Procuramos evidenciar o corpo e o material associado o máximo possível, só começando a retirada deste quando não havia mais sustentação para ele.

O primeiro artefato evidenciado foi a placa da Ordem Militar (portuguesa) da Torre e Espada, identificação feita com ajuda do Professor Marcus Noronha Costa, do IHGSP. O material foi localizado entre Q-A e Q-B, fragmentado, sobre sedimentos e fragmentos de vestes, algumas até indicando decomposição, e possivelmente sobre as costelas do lado esquerdo. Lembramos que acreditávamos, até o momento, aparentemente, que o corpo estava em decúbito lateral direito.

Quando procuramos evidenciar o crânio, notamos que a mandíbula encontrava-se na região parietal superior, com o mento voltado para cima, já no Q-B.

Os fragmentos de tecidos das vestes apresentavam cores escuras. Algumas vestes com ornamentos em fios de ouro apresentavam uma coloração marrom. E havia ainda algumas com tonalidades de cores claras que, porém, sofreram processo tafonômico do substrato e da unidade, adquirindo um tom mais escurecido. A espessura apresentou variações entre grossas e finas. Algumas indicavam tipos de forração, seja das vestes do imperador, seja da urna anterior.

Figura 91 - Fragmentos de vestes. Foto Valter D. Muniz

Os ornamentos de ombro, ou galões, estavam fragmentados, com suas partes espalhadas entre os quadrantes A e B, inclusive na parte interna do crânio, na cavidade feita pela trepanação. Entre esses artefatos metálicos que deveriam fazer parte dos ornamentos de ombro, encontramos pequenas coroas, que acreditamos ser do Reino de Portugal, com base em suas características, que apresentavam oxidação. Também na parte interna do crânio, encontramos fragmentos de vestes e muito substrato, até mesmo incrustado nas paredes internas do crânio.

Figura 92 - Fragmentos dos ornamentos de galões (ornamentos de ombro). Foto Valter D.Muniz

Nos quadrantes C e D, a coloração dos sedimentos era bem escura, quase enegrecida. Deduzimos ser devido à decomposição das botas, pois encontramos fragmentos de couro e pelica no local, além de dois saltos e um par de esporas fragmentadas também apresentando oxidação. Em Q-C e Q-D, foram evidenciados, de forma esparsa, ossos e falanges tarsianas, também escurecidas. Acreditamos que seja devido à decomposição da bota, pois encontramos falanges tarsianas proximais aderidas ao couro (ROBERTS; MANCHESTER, 2005).

Figura 93 - Par de solas de botas. Foto Valter D.Muniz

Figura 94 - Falanges tarsianas aderidas ao couro. Foto Valter D. Muniz

As patelas foram localizadas no Q-A. Já os fêmures, tíbias e fíbulas foram evidenciados no Q-B, uns sobre os outros, encostados à lateral do caixão. Até as patelas apresentavam processo tafonômico pela ação da decomposição das botas de couro, inclusive as epífises distais dos fêmures. Foram evidenciados também fragmentos muito pequenos, em estágio precário de preservação, das calças e roupas de baixo, que aparentavam ter cor branca, mas também estavam com a coloração comprometida pela ação do couro e também do sedimento. Foram evidenciados pequenos botões, encapados com um tecido de coloração aparentemente verde com fios de ouro.

A região pélvica, com a parte do lado direito apoiada em sedimentos no Q-A, havia sofrido um giro aproximado de 180°. Próximo a essa região, também no Q-A, foram evidenciados a medalha da Banda das Três Ordens, outra ordem militar de cavalaria portuguesa e o cinturão, que apresenta ser composto de estruturas (ligas) metálicas.

Nos quadrantes A e B, foram encontrados botões maiores também com o brasão do Reino de Portugal. Alguns foram localizados entre as primeiras costelas do lado esquerdo, no Q-B, onde também evidenciamos outra comenda cujo nome é Tosão de Ouro, usada geralmente por soberanos e herdeiros diretos ao trono.

Notamos a presença de um material semelhante a serragem entre as costelas, de ambos os lados, que deduzimos ter sido usada no processo de embalsamamento como forma de sustentação para esses ossos, pois, além de ser um procedimento comum uma vez que os pulmões eram retirados, D. Pedro I já possuía a ausência de um, pois faleceu de tuberculose.

Também em Q-B, na lateral do caixão, foi evidenciado um artefato metálico fragmentado. Sua outra parte foi localizada próxima às vértebras cervicais, entre Q-A e Q-B, pouco abaixo da placa da Ordem da Torre e Espada. Esse artefato possui duas lanças entrelaçadas, uma característica de identificação das Armas de Cavalaria. A Família Imperial acredita que não se trata de uma comenda, mas de um feixe da túnica. Baseado nesse artefato, nas botas, nas

comendas relacionadas a ordens de cavalaria e nas esporas, deduziu que Dom Pedro foi sepultado com vestes de oficial cavalariano, ou seja, da Arma de Cavalaria.

Nenhuma ordem brasileira foi encontrada junto com os remanescentes humanos do imperador. Nem mesmo a Ordem da Rosa, criada por ele em 1829 para homenagear a imperatriz D. Amélia. O livro de Ligia Lemos TORRES (1949), biógrafa de D. Amélia, que está na bibliografia deste trabalho, fala dos problemas políticos e até ingratidão por parte dos brasileiros que o levaram a abdicar em 7 de abril de 1831. Com base nos estudos que fizemos sobre a vida do Imperador, acreditamos também que ressentimentos tenham afetado não só o lado emocional de D. Pedro como também o de D. Amélia com relação ao Brasil, uma vez que a viúva duquesa de Bragança, apesar de amar os filhos de D. Pedro que ficaram no Brasil e dedicar boa parte da vida a eles, aparentemente não demonstrou vontade de voltar ao país nos seus quase 40 anos como viúva.

Esta pode ter sido uma das razões pela qual nenhuma comenda brasileira tenha sido encontrada junto aos remanescentes humanos dele, já que os últimos anos de sua vida foram inteiramente dedicados a Portugal e ao governo de sua filha, a rainha D. Maria II. D. Pedro, como duque de Bragança, ou Rei Soldado, encontrou até mesmo a lealdade dos cidadãos da cidade do Porto para quem deixou seu coração (TORRES, 1949). A hipótese de alguma comenda brasileira ter sido colocada junto ao corpo e depois retirada não nos parece plausível, uma vez que todas as que foram encontradas com o corpo eram de origem portuguesa, assim como a farda com que o duque foi sepultado. Lembramos que a placa da Ordem da Torre e Espada estava, relativamente, à vista, ou seja, sobre o corpo, quando a localizamos.

Evidenciamos no Q-B alguns fragmentos de costelas do lado direito, com marcas de corte e até quebras *post mortem* (ROBERTS; MABCHESTER, 2005). Deduzimos que os cortes foram feitos para retirada do coração do duque de Bragança, atendendo ao seu último desejo. O manúbrio foi evidenciado abaixo da região do tronco, na base do caixão, no Q-A no lado esquerdo do esterno, e ambos estavam intactos (WHITE; FOLKERS, 2005). As vértebras foram encontradas também desarticuladas, sendo que uma lombar e duas torácicas estavam sem o corpus vertebral, que não foram encontrados, indicando fratura *post mortem*.

O úmero, a escápula e a clavícula direitos foram localizados próximo à região do tórax, junto ao fundo da urna Q-A. O rádio e a ulna direitos estavam no Q-A encostados à lateral do caixão. Ossos e falanges carpianas direitos foram encontradas de maneira esparsa próximo ao rádio e à ulna. Porém algumas falanges distais só foram localizadas ao se peneirar os

sedimentos. Encontramos tecido fragmentado, que deduzimos ser da camisa, pois era de espessura fina com bordados em verde.

O úmero, a ulna e o rádio esquerdos foram encontrados no Q-B, encostados à lateral do caixão. Alguns ossos carpianos e falanges foram localizados próximo, porém outros só foram encontrados na peneira. A clavícula e a escápula do lado esquerdo estavam ainda articuladas junto com as costelas.

As escápulas, algumas costelas, as clavículas e até a pelve apresentaram uma alteração em sua coloração. Os exames de FRX feitos pela equipe do IF/USP indicaram picos de prata e cobre. Havia ornamentos em prata nas vestes e também em ouro. O cobre faz parte da liga desses metais e, uma vez oxidado, apresenta uma tonalidade parecida com a que encontramos em parte do esqueleto. Deduzimos que esse tenha sido o processo tafonômico que afetou parte do corpo de D. Pedro I. Há também a possibilidade de contaminação de pigmentos das vestes. Porém não encontramos nenhum tecido que apresentasse uma perda de pigmentos, principalmente nessas proporções. Há também produtos usados em embalsamamento que são à base de cobre. Contudo, essa substância só começou a ser usada no final do século XIX, e D. Pedro faleceu em 1834.

No processo de decapagem, foram notadas as ausências da quarta e quinta falanges carpianas mediais – mão direita, da quinta falange carpiana distal – mão direita e da quarta falange carpiana distal – mão esquerda. Ausentes também a segunda, terceira e quarta falanges tarsianas mediais, segunda, terceira, quarta e quinta falanges distais – pé direito, terceira, quarta e quinta falanges mediais e segunda, terceira, quarta e quinta falanges distais – pé esquerdo.

Dois ossos carpianos foram coletados para análises futuras na FMUSP (trapezoide-esquerdo e triquetrum-direito) (WHITE; FOLKENS, 2005).

Foi coletado ainda material para exames entomológicos, realizados pela entomóloga Erika Cristina D.Carvalho, do Instituto Oscar Freire, em São Paulo. Os resultados foram negativos para presença de insetos.

Com a ajuda de pessoas ligadas à Família Imperial, conseguimos contato em julho de 2012 com o embaixador brasileiro Paulo Fernando Telles Ribeiro, que mora na cidade do Rio de Janeiro. O embaixador forneceu-nos um relato que lhe fora passado por seu colega diplomata Jorge Saltarelli Jr. (já falecido), que em 1972 ocupou o cargo de segundo-secretário da Embaixada do Brasil em Lisboa e, por esse motivo, testemunhou a exumação visando ao

traslado para o Brasil dos remanescentes humanos do imperador D. Pedro I no Mosteiro de São Vicente de Fora, em Lisboa. Colocamos abaixo a narrativa do Embaixador Paulo Ribeiro:

“O colega Dr. Jorge contou-me que esteve presente à cerimônia e presenciou a abertura da urna contendo os despojos do imperador. Disse-me que ficou surpreso com o mau estado dos restos mortais, que mal se reconheciam em meio à quantidade de pó em que se encontravam. Para ele, foi possível distinguir um par de botas de cano alto, condecorações e uns poucos ossos, entre eles o fêmur. Verificada a impossibilidade de se transportar aqueles restos em sua integralidade para a nova urna reservada ao transporte para o Brasil, optou-se por solicitar aos encarregados do Panteão que providenciassem um lençol e para ele se verteu o conteúdo da urna original.”

Sobre esse relato, acreditamos que a causa da desarticulação dos despojos do Imperador tenha sido essas mencionadas acima. A ausência das botas, no caso de nosso relatório, pode ter sido causada pelo processo tafonômico da umidade, no qual o couro fragmentou-se. Esse problema de umidade foi enfrentado também no próprio Monumento à Independência por muitos anos.

Figura 95 – Retirada do crânio. Foto Valter D. Muniz.

Figura 96 – Crânio de D. Pedro I. Foto Valter D. Muniz.

Aproximadamente 20 quilos de substrato foram retirados da urna funerária de D. Pedro I. Esse material foi peneirado e está em sacos plásticos identificados dentro do sarcófago de granito, ao lado do ataúde do imperador. Há nestes sacos também fragmentos de vestes que não foram aproveitados por nós como amostras.

Análises realizadas com a ajuda do pesquisador sênior Dr. Fernando Augusto Saraiva, do Instituto de Geociências da Universidade de São Paulo, detectaram presença de carbonato no substrato coletado no interior da urna. Segundo o Dr. Fernando, o solo da região da cidade do Porto, em Portugal, é rico nesse material. Como a presença desse substrato foi encontrada em todo o caixão, é possível que o colchão da urna original de D. Pedro fosse composto do solo dessa cidade, como forma de homenagear o duque de Bragança, ou D. Pedro IV. Fato semelhante ocorreu quando D. Pedro II faleceu, no final do século XIX. O Imperador deposto do Brasil pediu que um pouco de terra brasileira fosse colocada dentro do travesseiro de seu caixão.

A forma como encontramos os remanescentes humanos de D. Pedro demonstram todo um período de negligência histórica, vivido por Portugal após o golpe militar de 1926 que durou até 1974. Se o país pode contar com uma expansão importante no século XIX, tendo Lisboa como sede da IX Assembleia da Associação Internacional de Antropologia e Arqueologia, em 1880, Portugal passou 48 anos de atraso no século XX (SOUZA,2010). Assim como toda ditadura, inclusive as brasileiras, seu interesse é ter uma história reescrita com fatos e símbolos que convém aos que estão no poder. Aquilo que não pode ser destruído, como é o caso de alguns monumentos e outros tipos de construções, são deixados no esquecimento e abandono (BASTOS,2010).

O que observamos com nosso trabalho, é que o abandono e descaso com o patrimônio e a memória não está apenas restrito a minorias étnicas ou sociais que são quase sempre marginalizadas. Nosso problema aqui diz respeito à realeza portuguesa e brasileira seja por questões políticas, econômicas ou preconceitos acadêmicos foram e porque não dizer: estão colocados à margem da história. Não há, por exemplo, muitos trabalhos acadêmicos sobre estes personagens no Brasil. Menos ainda, respeito por muito patrimônio que eles nos deixaram, como podemos notar em 7 meses de pesquisas no Monumento à Independência.

O Panteão dos Bragança, localizado no Mosteiro São Vicente de Fora, em Lisboa, é o mausoléu da família real portuguesa, ou seja, um símbolo da monarquia lusitana derrubada no início de século XX. Acreditamos que a ausência de respeito nada tenha a ver com ele, pois conhecemos e admiramos a participação do Mosteiro na luta contra a ditadura lusitana no

século XX. E ainda menos tem a ver com o povo português ou o brasileiro da época, mas sim com os governos de Portugal e Brasil em 1972, duas típicas e lamentáveis ditaduras.

4.4.4 Análise de dados médicos

O esqueleto foi colocado em uma caixa feita pela equipe da Sarasá para o exame da tomografia, com o mínimo de pequenos pregos, facilitando a leitura do exame. Também não foi feita a limpeza dos ossos, visando à identificação de possíveis indicações de materiais preservados. Os ossos não foram colocados de forma anatômica devido à falta de tempo e espaço.

O exame foi realizado em 19 de abril de 2012, com os mesmos procedimentos usados para D. Leopoldina.

Sabemos que D. Pedro I sofreu uma queda a cavalo em 1823, batendo as costas de maneira violenta em “barro seco”. Nesse acidente, ele sofreu::

- a) Fratura direta na sétima costela tornal do lado direito, no ponto de reunião do seu terço médio com o posterior;
- b) Fratura indireta na terceira costela esternal do lado esquerdo, compreendendo o seu terço anterior;
- c) Diástase incompleta na extremidade esternal da clavícula esquerda (RAFFARD, 1899).

Esses boletins médicos foram assinados pelo cirurgião da Imperial Câmara e assistente à Sua Majestade o Imperador, Domingos Ribeiro dos Guimarães Peixoto, em 7 de agosto de 1823 (RAFFARD, 1899).

Já em 1829, houve outro acidente, dessa vez com carruagem, segundo a publicação do jornal *Aurora Fluminense* de quarta-feira, 9 de dezembro de 1829, número 276, p. 1.158, sem indicação do autor, cedido pelo pesquisador Paulo Rezzutti. O boletim cita duas costelas fraturadas, mas não há uma descrição mais detalhada como no artigo de 1823.

Com base nessas informações pedimos ao Prof. Dr. Edson Amaro, da FMUSP, que nos ajudasse a identificar essas lesões.

Não identificamos lesão nas clavículas tanto na tomografia quanto nas análises feitas na decapagem, mas encontramos sinais de lesões *ante mortem* que poderiam, segundo nossa análise, podem ter sido causadas por algum trauma na primeira costela do lado esquerdo

(ROBERTS; MANCHESTER, 2005). Consultamos os Professores Edson e Luiz Fontes, que também afirmaram acreditar que possa ter havido um equívoco no diagnóstico de 1823, o que seria, segundo os dois médicos, normal, pois há uma proximidade grande entre as clavículas e as primeiras costelas. Como não existiam exames radiológicos na época, é possível e aceitável que houvesse esse erro, já que basicamente os médicos faziam um diagnóstico de apalpamento do local.

Figura 97 - Fotografias da primeira costela, mostrando lesões. Foto Valter D.Muniz.

Figura 98 - Imagens da tomografia das clavículas para mensuração, podemos observar que estão integras, sem indícios de lesões.

Também foi identificado por nós, na decapagem, e pelo Dr. Edson Amaro Junior e equipe as costelas com marcas de lesões provocadas para a retirada do coração durante o processo de embalsamamento.

Figura 99 - Fragmento de costela, indicando uma pequena marca de quebra e marcas de cortes pós-mortem que podem ter sido feitos n processo de retirada do coração, durante o embalsamamento.

Foto Valter D.Muniz

Figura 100 - Fragmento de costela mostrando também marcas de cortes que acreditamos também terem sido produzidos no processo de retirada do coração. Foto Valter D.Muniz

A respeito dos fragmentos de costelas que encontramos com marcas post mortem de instrumento cortante, é possível que este procedimento não tenha sido realizado apenas para retirada do coração de Dom Pedro, mas também como parte do processo de embalsamamento aplicado aos remanescentes humanos do Imperador. Encontramos uma publicação do século XVIII, ano de 1761, de Antônio Gomes LOURENÇO, chamada *Tratado de embalsamamento de cadáveres*, que mostra quatro métodos de embalsamamento usados em Portugal visando à preservação de restos humanos, que poderiam variar de acordo com o tempo desejado para retardar a decomposição. Com base na descrição desses métodos e na forma que encontramos partes do corpo do Imperador, principalmente pela trepanação e marcas nas costelas, deduzimos que o método escolhido tenha sido o primeiro mencionado. Isso porque a incisão encontrada na trepanação feita em D. Pedro foi na região parietal, próxima à occipital, e na descrição do método consta: “[...] na parte superior, e media dos dous ossos parietaes, até pôr

patente o crâneo, no qual fará hum orifício com hum trepano (que se fará breve) e rompendo-se as membranas do cérebro com canivete [...]” (LOURENÇO, 1761, p. 320).

Figuras 101 e 102 - Imagens da Tomografia indicando a área da trepanação feita no processo de embalsamamento.

Em relação às costelas, o autor descreve o seguinte procedimento: “Na cavidade do peito entre a quarta, e quinta costéla, contando de baxo para sina na parte anterior tres dedos afastado do osso externo se fará huma incizão penetrante de cada parte, por forma que caiba livremente hum dedo” (LOURENÇO, 1761, p. 319). Depois o corpo era colocado em posição de decúbito ventral, expelindo os líquidos. Após esse processo, era novamente colocado em decúbito dorsal para ser aplicado nas cavidades espírito de vinho ou tinturas à base de mirra, canela etc. As incisões eram cobertas com emplastros quentes, nesse caso devido à preocupação com odores exalados pelo cadáver (LOURENÇO, 1761).

A tomografia não detectou sinais de tecidos orgânicos preservados nos remanescentes humanos do Imperador D. Pedro I.

Da mesma forma que ocorreu com a Imperatriz D. Maria Leopoldina, foram feitas mensurações no corpo de D. Pedro, com os mesmos observadores, os médicos John Robert Pires Davidson, Bruno Aragão e Prof. Dr. Edson Amaro Júnior. Os métodos utilizados também foram os mesmos usados para a imperatriz, ou seja, comprimento máximo de úmero, rádio, ulna, fêmur, tíbia e fíbula, sob orientação do Prof. Dr. Sérgio Francisco S.M. da Silva, da UFPE. Com base nesses dados, a estatura de D. Pedro I era entre 1,66 m e 1,73 m. Estes dados estão no anexo N.

Foram feitas análises odontológicas pelo odontologista Herivelto de Deus Alves Martins que estão no anexo O, com base na tomografia.

4.4.5 Preservação dos remanescentes humanos de Dom Pedro I e material associado

Após o exame de tomografia, foi feita a limpeza a seco dos remanescentes humanos do imperador com o uso de pincéis. Depois desse procedimento, o corpo foi colocado em uma nova urna de madeira rudimentar, observando assim a tradição. Essa urna, doada pelo Prof. Carlos Augusto Pasqualucci, em nome do Serviço de Verificação de Óbitos da Capital da Universidade de São Paulo, foi envernizada externamente, visando a uma proteção contra umidade. Observando a religiosidade da Família Imperial, também foi colocado na tampa da urna um crucifixo, com a aprovação dos parentes e do Museu da Cidade de São Paulo.

Também visando à preservação dos remanescentes humanos, a urna foi forrada com um tecido de puro linho branco, seguindo as recomendações do Prof. Sérgio Francisco. Os ossos foram colocados e cobertos pelo linho. Essa urna foi colocada na urna maior de 1972.

Figuras 103 e 104 - Remanescentes humanos e D.Pedro sendo colocados em tecido de linho branco, já na nova urna que substituiu a que estava comprometida. Esta urna foi colocada dentro do ataúde de pinho português que trouxe o corpo de Portugal em 1972. Imagens Vitor Hugo Mori

Figura 105 - O corpo de D.Pedro I na urna e a mesma com a tampa já lacrada. Imagens de Vitor Hugo Mori

A capa de chumbo foi removida. Sabemos que esse material é usado como anti bactericida. Entretanto, o estado de conservação dessa urna não permitia que fosse reutilizada.

A parte com as inscrições foi entregue ao Museu da Cidade de São Paulo, órgão da Prefeitura do Município de São Paulo que administra o Monumento à Independência. O fechamento da urna funerária do imperador D. Pedro I deu-se em 21 de maio de 2012, na presença de S.A.R.I., o príncipe D. Bertrand de Orleans e Bragança, e outras pessoas ligadas à Família Imperial do Brasil.

4.4.6 Inventário e Tratamento dos Artefatos Coletados para Exposição

Atendendo à solicitação da Família Imperial e da Prefeitura, foram coletados alguns materiais associados para exposição futura. Todos os artefatos receberam os mesmos tratamentos aplicados aos encontrados com D. Leopoldina. Esse procedimento também foi feito pela equipe do CENINPER – Centro de Inteligência Pericial, em forma de colaboração científica, sem que houvesse cobrança de ônus, seja para nós, Família Imperial ou Prefeitura do Município de São Paulo.

Diferentemente do quadro de D. Leopoldina, as vestes de Dom Pedro I estavam fragmentadas, como já descrevemos.

Sobre as medalhas, a primeira encontrada trata-se da placa comenda da Torre e Espada, ou Banda da Ordem da Torre e Espada. O artefato em formato maior é a placa ou distintivo da ordem, por isso não possui dupla face. Essa placa corresponde ao título de Grão-Mestre.

Figura 106 - Placa da Ordem da Torre e Espada ainda sobre os despojos. Foto Valter D.Muniz

Trata-se de uma ordem militar criada pelo então príncipe regente D. João em 1808 e reformada por D. Pedro, então duque de Bragança, em 1832. Na medalha menor, que apresenta dupla face ou verso e reverso, observamos um reflexo da reforma feita por D. Pedro, já que apresenta em um lado a torre e a espada, símbolos da ordem, e no reverso a Carta Constitucional, que simboliza os ideais defendidos pelo duque de Bragança.

Figura 107 - Momento em que evidenciamos a comenda (medalha menor) da Ordem da Torre e Espada entre os sedimentos (Q-A próximo ao Q-C), no processo de decapagem.

Foto Valter D. Muniz.

Apesar de ter sido o autor dessas reformas, D. Pedro não condecorou a si mesmo com ela. Em setembro de 1834, dias antes da morte do pai, foi a rainha de Portugal, D. Maria II quem deu a comenda e o título de Grão-Mestre a ele, por isso encontramos também a placa.

A comenda das Três Ordens Militares, ou Banda das Três Ordens, foi reformada pela rainha de Portugal D. Maria I, avó de D. Pedro, no final do século XVIII. A rainha uniu as ordens de São Bento de Avis e Santiago da Espada e ainda introduziu o Coração de Jesus.

Já o Tosão de Ouro possui várias vertentes na Europa. D. Pedro poderia ter recebido a comenda espanhola, por ser filho de D. Carlota Joaquina da Espanha, e também a da Áustria, por ter se casado com D. Leopoldina. É difícil identificar a origem dessa comenda com base nas iconografias, pois tanto D. Pedro como o pai, o rei D. João VI, são representados em retratos om ela em formatos diferentes. Não é possível, então, deduzir se essas formas de inscrições poderiam ser relacionadas com a origem da ordem, uma forma de representar alguma hierarquia ou então uma opção do pintor responsável pela obra, uma vez que em 1834 ainda não havia a fotografia. Há também a hipótese de essa medalha poder ser representada de outras formas, dependendo do gosto do dono.

De qualquer maneira, e não importando a vertente, a comenda do Tosão de Ouro só é usada por soberanos ou herdeiros diretos ao trono. Dessa forma, acreditamos que o fato de a encontrarmos junto com os restos mortais de D. Pedro pode ser usado até mesmo como forma de identificação do corpo para aqueles que ainda possam ter alguma dúvida.

Figura 108 - Tosão de ouro, evidenciado no Q-A, entre as costelas. Acima da costela pode ser notada a presença de um dos botões da túnica. Foto Valter D. Muniz.

Localizamos, além das medalhas, um prendedor (provavelmente da túnica) fragmentado em duas partes, duas réplicas da coroa do Reino de Portugal (provavelmente ornamento dos galões de ombro), um par de esporas fragmentadas, um par de abotoaduras. Botões de vários modelos foram também localizados, tanto na decapagem como na peneira. Entre eles, seis em tamanho grande e de estrutura metálica com o brasão do Reino de Portugal. Apesar de apresentarem oxidação, é possível observar-se em alguns deles a presença do que poderia ser uma “capa” feita com folhas de ouro. Por esses motivos, deduzimos que esses botões sejam da túnica de D. Pedro, mais um indício de que ele foi sepultado com honras portuguesas e não brasileiras. Ou seja, foi sepultado como D. Pedro IV, duque de Bragança ou simplesmente, como era de seu desejo, um general de Sua Majestade Real, a rainha D. Maria II de Portugal, sua filha.

Também foram encontrados 48 botões menores, de formação mais rudimentar. Alguns apresentam indícios de serem fundidos. É possível que tenham sido fixados na roupa com fios de ouro, uma vez que encontramos a presença deste material junto com eles. Porém apresentam uma composição mais comum, sem nenhum indício de revestimentos. Deduzimos que nesse caso trata-se de botões da camisa, calça e até mesmo roupa de baixo, principalmente pelo grande número deste tipo de artefato localizado.

Foi também localizado o cinto do imperador. Este estava no local esperado, ou seja, na região pélvica (cintura). O material aparenta ter sido revestido com alguns metais, é possível que entre eles prata. É muito similar a partes do toucado encontrado com D. Leopoldina. Porém apresenta um estado de preservação comprometido, acreditamos que devido à ação do tempo, do solo encontrado junto ao corpo e, é claro, da umidade.

Todo este material encontrado foi medido pela técnica FXR e PIXE e estão sendo analisados sistematicamente para evidenciar as ligas metálicas presentes, sempre visando a preservação do Patrimônio Histórico Nacional.

Todos esses artefatos, bem como aqueles encontrados junto aos remanescentes humanos da Imperatriz D. Leopoldina, foram entregues com o Laudo Técnico de Caracterização e Acondicionamento emitido pelo Perito Forense Valter Diogo Muniz e equipe CENINPER ao Museu da Cidade de São Paulo, na pessoa de sua diretora, a Sra. Regina Célia Ponte, com o conhecimento da Chefia da Casa Imperial do Brasil e da Superintendência do IPHAN em São Paulo.

4.4.7. Fichas Técnicas

4.4.7.1 Comenda Tosão de Ouro

REGISTRO Nº	1209133688	DATA 13-09-2012
-------------	------------	-----------------

EQUIPE TÉCNICA	VALTER DIOGO MUNIZ (DRT 39240) BEATRIZ TEIXEIRA MONTEIRO (APEJESP 1307SP) ROBERTA MARQUES PINHO (CRBM 14848)
----------------	--

IDENTIFICAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO DO BEM	TOSÃO DE OURO
	SÍTIO: MONUMENTO À INDEPENDÊNCIA (M.I.) DATA: 19/04/2012 ORIGEM: URNA DE D.PEDRO I (D.P.) LOCALIZAÇÃO: ABAIXO ÚMERO ESQUERDO

Figura 109 – Foto Beatriz Monteiro

Figura 109A – Foto Beatriz Monteiro

DIMENSÕES

ANVERSO	PRECISA / APROXIMADA	
ALTURA (CM)	11,70 cm	
LARGURA (CM)	Bloco superior 4,16 cm Bloco médio 6,42 cm Bloco inferior 3,31 cm	
DIÂMETRO DO CÍRCULO AZUL (CM)	1,20 CM no anverso e 1,22 cm no reverso	
PESO (KG)	94,42 g	
ESPESSURA	Bloco superior 2,10 cm Bloco médio 1,80 cm Bloco inferior 0,90 cm	
FORMATO	Irregular	

Figura 109B – Foto Beatriz Monteiro

CARACTERÍSTICAS

MATERIAL	Metal (IF-USP)			
TÉCNICA	CONFORMAÇÃO	☒ FUNDIDO	☐ FORJADO	☒ LAMINADO
		☐ ESTAMPADO	☒ DOBRADO	☒ TORCIDO
		☒ ENTALHADO	☐ OUTRA	
	ORNAMENTAÇÃO	☒ POLIMENTO		
		☒ DOURAÇÃO		
		☐ GRAVAÇÃO		
		☐ REPUXADO		
		☐ CINZELADO		
		☐ GRANULAÇÃO		
		☒ ESMALTAÇÃO		
		☐ GEMAS		
	CONFECÇÃO	☒ MANUAL		
		☐ INDUSTRIAL		

SISTEMA CONSTRUTIVO

PEÇA	☐ EM BLOCO ÚNICO	
	☒ EM PARTES	03
	DESCRIÇÃO DAS PARTES	Bloco superior - metal e esmaltação Bloco médio - metal e esmaltação Bloco inferior - metal.

JUNÇÕES	☒ ENCAIXADAS	☒ SOLDADAS
	☐ PARAFUSADAS	☐ COSTURADAS
	☒ REBITADAS	

DESCRIÇÃO DO BEM	COMENDA TOSÃO DE OURO
MARCAS E INSCRIÇÕES	Bloco inferior - figura representativa (carneiro)

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

CAMADA SUPERFICIAL	☐ VERNIZ	☐ CERA
	☐ TINTA	☒ NÃO HÁ

DANOS	☒ AMASSADO	☒ ABRASÃO	☒ ARRANHÃO (Moderado)
	☒ BURACO	☐ CORPO ESTRANHO	☐ PERDA DE PARTES
	☒ ESMAECIMENTO	☒ FRATURAS	☐ RACHADURAS
	☒ MANCHAS	☒ OXIDAÇÃO	☐ OUTROS
	☒ PARTES	☒ QUEBRADIÇO	
	☒ SUJIDADES	☒ MATERIAL FRAGILIZADO	

CORROSÃO	☐ UNIFORME	☒ PARCIAL (Pino, argolas e presilha - central/interior)
----------	-----------------------------------	---

ANTES DA HIGIENIZAÇÃO - ANVERSO

ANTES DA HIGIENIZAÇÃO - REVERSO

Figura 109C e D - Foto Beatriz Monteiro

Figura 109E – Foto Beatriz Monteiro

As imagens revelam o estado do artefato no recebimento.

TRATAMENTOS

HIGIENIZAÇÃO	
	■ REMOÇÃO DE SUJIDADES ADERIDAS AO OBJETO
	■ LIMPEZA MECÂNICA COM PINCEL MACIO (PELO DE PONEY)
	■ LIMPEZA MECÂNICA COM ÁGUA DESTILADA COM SABÃO NEUTRO

Figuras 109 F e G – Foto Beatriz Monteiro

Figuras 109 H e I – Foto Beatriz Monteiro

CONSERVAÇÃO	
MATERIAL	CERA (RENAISSANCE MICRO – CRYSTALLINE WAX POLISH)
ESPECIFICAÇÕES	ESPECIAL PARA MUSEUS, RESTAURAÇÃO E PROTEÇÃO EM METAIS.
RESTAURO	
■ PROVISÓRIO	MATERIAL CERA (RENAISSANCE MICRO – CRYSTALLINE WAX POLISH).
□ DEFINITIVO	APLICAÇÃO DA CERA NA PEÇA SOLTA (CIRCULO AZUL)

ACONDICIONAMENTO

MATERIAL E ESPECIFICAÇÕES

Artefato envolvido em espuma de polietileno expandido (EPE), contendo na parte inferior dois (02) sachês 1g - de sílica gel e carvão ativado, e na parte superior da espuma cartão conservação CANSON 2.4mm (400g/m²) Acid free - ISO 9706 acondicionados em caixa de vidro incolor.

A caixa de vidro contendo o artefato está acondicionada em berço de EPE revestido de Foam Board - Acid free na cor preta com suporte para quatro unidades.

Figura 109 J – Peça acondicionada. Foto Beatriz Monteiro

4.4.7.2 Comenda da Ordem da Torre Espada (pequena)

REGISTRO Nº	1209133688	DATA 13-09-2012
EQUIPE TÉCNICA	VALTER DIOGO MUNIZ (DRT 39240) BEATRIZ TEIXEIRA MONTEIRO (APEJESP 1307SP) ROBERTA MARQUES PINHO (CRBM 14848)	

IDENTIFICAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO DO BEM	COMENDA TORRE ESPADA PEQUENA
	SÍTIO: MONUMENTO Á INDEPENDÊNCIA (M.I.) DATA: 16/04/2012 ORIGEM: URNA DE D.PEDRO I (D.P.) LOCALIZAÇÃO: QUADRANTE A LADO DIREITO DO CAIXÃO - ABDOMEN

Figura 110 – Foto Beatriz Monteiro

Figura 110A – Foto Beatriz Monteiro

DIMENSÕES

	PRECISA / APROXIMADA
ALTURA (CM)	6,35 cm
LARGURA(CM)	3,88 / 4,0 cm
DIÂMETRO (CM)	3,82 E 3,9cm / 3,80 E 3,90cm
CIRCUNFERÊNCIA (CM)	Maior 3,20cm e Menor 1,82cm
PESO (KG)	19,70 g
ESPESSURA	0,62 cm
FORMATO	Redondo, oval, retangular e estrela

Figura 110B – Foto BTM

CARACTERÍSTICAS

MATERIAL	Metal (IF-USP)			
TÉCNICA	CONFORMAÇÃO	☒ FUNDIDO	☐ FORJADO	☒ LAMINADO
		☒ ESTAMPADO	☒ DOBRADO	☐ TORCIDO
		☒ OUTRA - Entalhado (técnica buril)		
	ORNAMENTAÇÃO	☒ POLIMENTO		
		☒ DOURAÇÃO		
		☒ GRAVAÇÃO		
		☐ REPUXADO		
		☐ CINZELADO		
		☐ GRANULAÇÃO		
☒ ESMALTAÇÃO				
☐ GEMAS				
CONFECÇÃO	☒ MANUAL			
	☐ INDUSTRIAL			

SISTEMA CONSTRUTIVO

PEÇA	☐ EM BLOCO ÚNICO	
	☒ EM PARTES	
	DESCRIÇÃO DAS PARTES	Argola, torre, estrela, central livro, central espada, guirlanda, estampa dizeres anverso e reverso.

JUNÇÕES	☒ ENCAIXADAS	Central livro e central espada
	☐ PARAFUSADAS	
	☒ REBITADAS	
	☒ SOLDADAS	Guirlanda, torre e estrela.
	☐ COSTURADAS	
	☐ NÃO HÁ	

DESCRIÇÃO DO BEM	COMENDA TORRE ESPADA PEQUENA
MARCAS E INSCRIÇÕES	Lado espada - VALOR, LEALDADE E MÉRITO Lado livro - PELO REI E PELA LEI

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

ANTES DA HIGIENIZAÇÃO

Figuras 110C e D – Foto Beatriz Monteiro

As imagens revelam o estado do artefato no recebimento.

CAMADA SUPERFICIAL	☐ VERNIZ	☐ CERA
	☐ TINTA	☒ NÃO HÁ

DANOS	☐ AMASSADO	☒ ABRASÃO	☒ ARRANHÃO (Moderado)
	☐ BURACO	☐ CORPO ESTRANHO	☐ PERDA DE PARTES
	☒ ESMAECIMENTO	☐ FRATURAS	☐ RACHADURAS
	☒ MANCHAS	☒ OXIDAÇÃO	☐ OUTROS
	☐ PARTES	☐ QUEBRADIÇO	
	☒ SUJIDADES	☒ MATERIAL FRAGILIZADO	

CORROSÃO	☐ UNIFORME	☒ PARCIAL
-----------------	-----------------------------------	---

TRATAMENTOS

HIGIENIZAÇÃO	
	☒ REMOÇÃO DE SUJIDADES ADERIDAS AO OBJETO
	☒ LIMPEZA MECÂNICA COM PINCEL MACIO (PELO DE PONEY)
	☒ LIMPEZA MECÂNICA COM ÁGUA DESTILADA COM SABÃO NEUTRO

ANTES DA HIGIENIZAÇÃO - ANVERSO

DEPOIS DA HIGIENIZAÇÃO - ANVERSO

Figuras 110E e F – Foto Beatriz Monteiro

ANTES DA HIGIENIZAÇÃO - REVERSO

DEPOIS DA HIGIENIZAÇÃO - REVERSO

Figuras 110G e H – Foto Beatriz Monteiro

CONSERVAÇÃO

MATERIAL	CERA (RENAISSANCE MICRO – CRYSTALLINE WAX POLISH)
ESPECIFICAÇÕES	ESPECIAL PARA MUSEUS, RESTAURAÇÃO E PROTEÇÃO EM METAIS.

RESTAURO

☐ PROVISÓRIO	
☐ DEFINITIVO	

ACONDICIONAMENTO

MATERIAL E ESPECIFICAÇÕES

Figura 100 I – Foto Beatriz Monteiro
Peça acondicionada

Artefato envolvido em espuma de polietileno expandido (EPE), contendo na parte inferior dois (02) sachês 1g - de sílica gel e carvão ativado, e na parte superior da espuma cartão conservação CANSON 2.4mm (400g/m²) Acid free - ISO 9706 acondicionados em caixa de vidro incolor.

A caixa de vidro contendo o artefato está acondicionada em berço de EPE revestido de Foam Board - Acid free na cor preta com suporte para quatro unidades.

4.4.7.3 Placa Comenda da Ordem da Torre Espada (grande)

REGISTRO Nº	1209133744	DATA 13-09-2012
EQUIPE TÉCNICA	VALTER DIOGO MUNIZ (DRT 39240) BEATRIZ TEIXEIRA MONTEIRO (APEJESP 1307SP) ROBERTA MARQUES PINHO (CRBM 14848)	

IDENTIFICAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO DO BEM	PLACA TORRE ESPADA GRANDE
	SÍTIO: MONUMENTO Á INDEPENDÊNCIA (M.I.) DATA: 16/04/2012 ORIGEM: URNA DE D.PEDRO I (D.P.) LOCALIZAÇÃO: QUADRANTE B - LADO ESQUERDO

Figura 111 – Foto Beatriz Monteiro

Figura 111A – Foto Beatriz Monteiro

DIMENSÕES

	PRECISA / APROXIMADA
ALTURA (CM)	8,72 cm	
LARGURA(CM)	7,36 cm / 7,40 cm	
DIÂMETRO (CM)	Externo malha traseira 7 cm	
CIRCUNFERÊNCIA (CM)	Maior- 7,36 cm/Menor- 3,73cm	
PESO (KG)	41,12 g	
ESPESSURA	0,65 cm	
FORMATO	Retangular	

Figura 111B – Foto Beatriz Monteiro

CARACTERÍSTICAS

MATERIAL	Metal (IF-USP)			
TÉCNICA	CONFORMAÇÃO	☒ FUNDIDO	☐ FORJADO	☒ LAMINADO
		☐ ESTAMPADO	☒ DOBRADO	☐ TORCIDO
		☒ OUTRA - Entalhado (técnica buril)		
	ORNAMENTAÇÃO	☒ POLIMENTO		
		☐ DOURAÇÃO		
		☒ GRAVAÇÃO		
		☐ REPUXADO		
		☐ CINZELADO		
		☐ GRANULAÇÃO		
		☒ ESMALTAÇÃO		
		☐ GEMAS		
	CONFECÇÃO	☒ MANUAL		
		☐ INDUSTRIAL		

SISTEMA CONSTRUTIVO

PEÇA	☐ EM BLOCO ÚNICO	
	☒ EM PARTES	
	DESCRIÇÃO DAS PARTES	Corpo superior- Torre (1) estrela (2) Corpo inferior (manual) - Centro caixa/ Centro espada
JUNÇÕES	☒ ENCAIXADAS	
	☐ PARAFUSADAS	
	☐ REBITADAS	
	☒ SOLDADAS	
	☐ COSTURADAS	
	☐ NÃO HÁ	
DESCRIÇÃO DO BEM	PLACA COMENDA TORRE E ESPADA (GRANDE)	
MARCAS E INSCRIÇÕES	Lado frente - VALOR, LIBERDADE E MÉRITO. Lado verso - não consta nenhuma inscrição; cavalete e fecho.	

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

Figura 111C – Foto Beatriz Monteiro

Figura 111D – Foto Beatriz Monteiro

As imagens revelam o estado do artefato no recebimento.

CAMADA SUPERFICIAL	☐ VERNIZ	☐ CERA
	☐ TINTA	☒ NÃO HÁ

DANOS	☒ AMASSADO	☒ ABRASÃO	☒ ARRANHÃO (Moderado)
	☒ BURACO	☐ CORPO ESTRANHO	☒ PERDA DE PARTES
	☒ ESMAECIMENTO	☒ FRATURAS	☒ RACHADURAS
	☒ MANCHAS	☒ OXIDAÇÃO	☐ OUTROS
	☒ PARTES	☒ QUEBRADIÇO	
	☒ SUJIDADES	☒ MATERIAL FRAGILIZADO	

CORROSÃO	☒ UNIFORME	☐ PARCIAL
----------	--	----------------------------------

TRATAMENTOS

HIGIENIZAÇÃO	
	■ REMOÇÃO DE SUJIDADES ADERIDAS AO OBJETO
	■ LIMPEZA MECÂNICA COM PINCEL MACIO (PELO DE PONEY)
	■ LIMPEZA MECÂNICA COM ÁGUA DESTILADA COM SABÃO NEUTRO

ANTES DA HIGIENIZAÇÃO - ANVERSO	DEPOIS DA HIGIENIZAÇÃO - ANVERSO
---------------------------------	----------------------------------

Figura 111E – Foto Beatriz Monteiro

Figura 111F – Foto Beatriz Monteiro

ANTES DA HIGIENIZAÇÃO - REVERSO	DEPOIS DA HIGIENIZAÇÃO - REVERSO
---------------------------------	----------------------------------

Figura 111G e 111H – Fotos Beatriz Monteiro

CONSERVAÇÃO	
MATERIAL	CERA (RENAISSANCE MICRO – CRYSTALLINE WAX POLISH)
ESPECIFICAÇÕES	ESPECIAL PARA MUSEUS, RESTAURAÇÃO E PROTEÇÃO EM METAIS.

RESTAURO	
☒ PROVISÓRIO	MATERIAL CERA (RENAISSANCE MICRO – CRYSTALLINE WAX POLISH).
☐ DEFINITIVO	MATERIAL APLICADO NAS PARTES SOLTAS. MÉTODO PROVISÓRIO.

ACONDICIONAMENTO

MATERIAL E ESPECIFICAÇÕES	<p>Artefato envolvido em espuma de polietileno expandido (EPE), contendo na parte inferior dois (02) sachês 1g - de sílica gel e carvão ativado, e na parte superior da espuma cartão conservação CANSON 2.4mm (400g/m²) Acid free - ISO 9706 acondicionados em caixa de vidro incolor.</p> <p>A caixa de vidro contendo o artefato está acondicionada em berço de EPE revestido de Foam Board – Acid free na cor preta com suporte para quatro unidades.</p>
---------------------------	--

Figura 111 I – Foto Beatriz Monteiro. Peça acondicionada.

4.4.7.4 Comenda Banda das Três Ordens

REGISTRO Nº	1209133634	DATA	13-09-2012
EQUIPE TÉCNICA	VALTER DIOGO MUNIZ (DRT 39240) BEATRIZ TEIXEIRA MONTEIRO (APEJESP 1307SP) ROBERTA MARQUES PINHO (CRBM 14848)		

IDENTIFICAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO DO BEM	BANDA DAS TRÊS ORDENS
	SÍTIO: MONUMENTO Á INDEPENDÊNCIA (M.I.) DATA: 18/04/2012 ORIGEM: URNA DE D.PEDRO I (D.P.) LOCALIZAÇÃO: PRÓXIMO A REGIÃO PÉLVICA DIREITA

Figura 112 – Foto Beatriz Monteiro

Figura 112A – Foto Beatriz Monteiro

DIMENSÕES

	PRECISA / APROXIMADA
ALTURA (CM)	7,93 cm	
LARGURA(CM)	4,65 cm (sem argola) e 6,50 (com argola)	
DIÂMETRO (CM)	4,65 cm e 5,90 cm	
CIRCUNFERÊNCIA (CM)	4,65 cm e 5,90 cm	
PESO (KG)	30,35 g	
ESPESSURA	0,90 cm	
FORMATO	Oval	

Figura 112B – Foto Beatriz Monteiro

CARACTERÍSTICAS

MATERIAL	Metal (IF-USP)			
TÉCNICA	CONFORMAÇÃO	☒ FUNDIDO	☐ FORJADO	☒ LAMINADO
		☒ ESTAMPADO	☒ DOBRADO	☒ TORCIDO
		☒ OUTRA - Material desconhecido		
	ORNAMENTAÇÃO	☒ POLIMENTO		
		☒ DOURAÇÃO		
		☐ GRAVAÇÃO		
		☒ REPUXADO		
		☐ CINZELADO		
		☐ GRANULAÇÃO		
		☒ ESMALTAÇÃO		
		☐ GEMAS		
	CONFECÇÃO	☒ MANUAL		
		☐ INDUSTRIAL		

SISTEMA CONSTRUTIVO

PEÇA	☐ EM BLOCO ÚNICO	
	☒ EM PARTES	
	DESCRIÇÃO DAS PARTES	Argola base, caixa contendo material branco com material incrustado.

JUNÇÕES	☒ ENCAIXADAS	
	☐ PARAFUSADAS	
	☒ REBITADAS	
	☒ SOLDADAS	
	☐ COSTURADAS	
	☐ NÃO HÁ	

DESCRIÇÃO DO BEM	COMENDA BANDA DAS TRÊS ORDENS
MARCAS E INSCRIÇÕES	Não consta.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

ANTES DA HIGIENIZAÇÃO

Figuras 112C e D – Foto Beatriz Monteiro

CAMADA SUPERFICIAL	☐ VERNIZ	☐ CERA
	☐ TINTA	☒ NÃO HÁ

DANOS	☒ AMASSADO	☒ ABRASÃO	☒ ARRANHÃO (Moderado)
	☒ BURACO	☒ CORPO ESTRANHO	☒ PERDA DE PARTES
	☒ ESMAECIMENTO	☒ FRATURAS	☒ RACHADURAS
	☒ MANCHAS	☒ OXIDAÇÃO	☐ OUTROS
	☒ PARTES	☒ QUEBRADIÇO	
	☒ SUJIDADES	☒ MATERIAL FRAGILIZADO	

CORROSÃO	☒ UNIFORME	☐ PARCIAL
-----------------	--	----------------------------------

TRATAMENTOS

HIGIENIZAÇÃO	
	☒ REMOÇÃO DE SUJIDADES ADERIDAS AO OBJETO
	☒ LIMPEZA MECÂNICA COM PINCEL MACIO (PELO DE PONEY)
	☒ LIMPEZA MECÂNICA COM ÁGUA DESTILADA COM SABÃO NEUTRO

ANTES DA HIGIENIZAÇÃO - ANVERSO

Figura 112E – Foto Beatriz Monteiro

DEPOIS DA HIGIENIZAÇÃO - ANVERSO

Figura 112F – Foto Beatriz Monteiro

ANTES DA HIGIENIZAÇÃO - REVERSO

DEPOIS DA HIGIENIZAÇÃO - REVERSO

Figuras 112G e H – Foto Beatriz Monteiro

CONSERVAÇÃO

MATERIAL	CERA (RENAISSANCE MICRO – CRYSTALLINE WAX POLISH)
ESPECIFICAÇÕES	ESPECIAL PARA MUSEUS, RESTAURAÇÃO E PROTEÇÃO EM METAIS.

RESTAURO

☒ PROVISÓRIO	MATERIAL CERA (RENAISSANCE MICRO – CRYSTALLINE WAX POLISH).
☐ DEFINITIVO	

ACONDICIONAMENTO

MATERIAL E ESPECIFICAÇÕES

Foto 112 I. Peça acondicionada.
Foto Beatriz Monteiro

Artefato envolvido em espuma de polietileno expandido (EPE), contendo na parte inferior dois (02) sachês 1g - de sílica gel e carvão ativado, e na parte superior da espuma cartão conservação CANSON 2.4mm (400g/m²) Acid free - ISO 9706 acondicionados em caixa de vidro incolor.

A caixa de vidro contendo o artefato está acondicionada em berço de EPE revestido de Foam Board - Acid free na cor preta com suporte para quatro unidades.

4.4.7.5 Coroa do Reino de Portugal (Galões) - M11

REGISTRO Nº	1209133609	DATA 13-09-2012
EQUIPE TÉCNICA	VALTER DIOGO MUNIZ (DRT 39240) BEATRIZ TEIXEIRA MONTEIRO (APEJESP 1307SP) ROBERTA MARQUES PINHO (CRBM 14848)	

IDENTIFICAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO DO BEM	COROA DO REINO DE PORTUGAL (GALÕES)
	SÍTIO: MONUMENTO Á INDEPENDÊNCIA (M.I.) DATA: 17/04/2012 ORIGEM: URNA DE D.PEDRO I (D.P.) LOCALIZAÇÃO: REGIÃO DO CRÂNIO

IMAGEM ANVERSO	IMAGEM REVERSO
----------------	----------------

Figura 113 – Foto Beatriz Monteiro

Figura 113A – Foto Beatriz Monteiro

DIMENSÕES	
-----------	--

	PRECISA / APROXIMADA	
ALTURA (CM)	3,0 cm	
LARGURA (CM)	3,75 cm	
PESO (KG)	11,27g	
ESPESSURA	0,49 cm	
FORMATO	Irregular	

Figura 113B – Foto Beatriz Monteiro

ANTES DA HIGIENIZAÇÃO - ANVERSO

Figura 113C – Foto Beatriz Monteiro

DEPOIS DA HIGIENIZAÇÃO - ANVERSO

Figura 113C – Foto Beatriz Monteiro

ANTES DA HIGIENIZAÇÃO - REVERSO

Figura 113D – Foto Beatriz Monteiro

DEPOIS DA HIGIENIZAÇÃO - REVERSO

Figura 113D – Foto Beatriz Monteiro

4.4.7.6 Coroa do Reino de Portugal (Galões) - M12

REGISTRO Nº	1209133609	DATA 13-09-2012
-------------	------------	-----------------

EQUIPE TÉCNICA	VALTER DIOGO MUNIZ (DRT 39240) BEATRIZ TEIXEIRA MONTEIRO (APEJESP 1307SP) ROBERTA MARQUES PINHO (CRBM 14848)
----------------	--

IDENTIFICAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO DO BEM	COROA M12
	SÍTIO: MONUMENTO Á INDEPENDÊNCIA (M.I.) DATA: 16/04/2012 ORIGEM: URNA DE D.PEDRO I (D.P.) LOCALIZAÇÃO: PRÓXIMA PARTE SUPERIOR DO CAIXÃO

Figura 114 – Foto Beatriz Monteiro

Figura 114A – Foto Beatriz Monteiro

DIMENSÕES	
	PRECISA / APROXIMADA
ALTURA (CM)	3,1 cm
LARGURA(CM)	3,70 cm
PESO (KG)	11,16g
ESPESSURA	0,49 cm
FORMATO	Irregular

Figura 114B – Foto Beatriz Monteiro

ANTES DA HIGIENIZAÇÃO - ANVERSO

Figura 114C – Foto Beatriz Monteiro

DEPOIS DA HIGIENIZAÇÃO - ANVERSO

Figura 114D – Foto Beatriz Monteiro

ANTES DA HIGIENIZAÇÃO - REVERSO

Figura 114E – Foto Beatriz Monteiro

DEPOIS DA HIGIENIZAÇÃO - REVERSO

Figura 114F – Foto Beatriz Monteiro

CONSERVAÇÃO

MATERIAL	CERA (RENAISSANCE MICRO - CRYSTALLINE WAX POLISH)
ESPECIFICAÇÕES	ESPECIAL PARA MUSEUS, RESTAURAÇÃO E PROTEÇÃO EM METAIS.

RESTAURO

☐ PROVISÓRIO	
☐ DEFINITIVO	

ACONDICIONAMENTO

MATERIAL E ESPECIFICAÇÕES

Figura 114G – Foto Beatriz Monteiro. Peças acondicionadas

Artefato envolvido em espuma de polietileno expandido (EPE), contendo na parte inferior dois (02) sachês 1g - de sílica gel e carvão ativado, e na parte superior da espuma cartão conservação CANSON 2.4mm (400g/m²) Acid free - ISO 9706 acondicionados em caixa de vidro incolor.

A caixa de vidro contendo o artefato está acondicionada em berço de EPE revestido de Foam Board - Acid free na cor preta com suporte para quatro unidades.

4.4.7.7 Prendedor – (Túnica) M13 e M29

REGISTRO Nº	1209133627	DATA 13-09-2012
-------------	------------	-----------------

EQUIPE TÉCNICA	VALTER DIOGO MUNIZ (DRT 39240) BEATRIZ TEIXEIRA MONTEIRO (APEJESP 1307SP) ROBERTA MARQUES PINHO (CRBM 14848)
----------------	--

IDENTIFICAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO DO BEM	PRENDEDOR (M13)
	SÍTIO: MONUMENTO Á INDEPENDÊNCIA (M.I.) DATA: 16/04/2012 ORIGEM: URNA DE D.PEDRO I (D.P.) LOCALIZAÇÃO: ACIMA DA REGIÃO TORÁCICA

DIMENSÕES	
M13	PRECISA / APROXIMADA
ALTURA (CM)	7,90 cm
LARGURA(CM)	3,40 cm
PESO (KG)	11,22 G
ESPESSURA	0,35 cm
FORMATO	Irregular

Figura 115 – Foto Beatriz Monteiro.

M29	PRECISA / APROXIMADA
ALTURA (CM)	7,40 cm
LARGURA(CM)	3,5 cm
PESO (KG)	11,89 g
ESPESSURA	0,32 cm
FORMATO	Irregular

Figura 115A – Foto Beatriz Monteiro.

ACONDICIONAMENTO

MATERIAL E ESPECIFICAÇÕES	<p>Artefato envolvido em espuma de polietileno expandido (EPE), contendo na parte inferior dois (02) sachês 1g - de sílica gel e carvão ativado, e na parte superior da espuma cartão conservação CANSON 2.4mm (400g/m²) Acid free - ISO 9706 acondicionados em caixa de vidro incolor.</p> <p>A caixa de vidro contendo o artefato está acondicionada em berço de EPE revestido de Foam Board - Acid free na cor preta com suporte para quatro unidades.</p>
----------------------------------	--

Figura 115A – Foto Beatriz Monteiro. Peças acondicionadas.

4.4.7.8 Abotoaduras – M04 e M01

REGISTRO Nº	1209130458	DATA 13-09-2012
EQUIPE TÉCNICA	VALTER DIOGO MUNIZ (DRT 39240) BEATRIZ TEIXEIRA MONTEIRO (APEJESP 1307SP) ROBERTA MARQUES PINHO (CRBM 14848)	

IDENTIFICAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO DO BEM	ABOTOADURA (M04)
	SÍTIO: MONUMENTO Á INDEPENDÊNCIA (M.I.) DATA: 17/04/2012 ORIGEM: URNA DE D.PEDRO I (D.P.) LOCALIZAÇÃO: PROXIMO PELVE ESQUERDA
IDENTIFICAÇÃO DO BEM	ABOTOADURA (M01)
	SÍTIO: MONUMENTO IPIRANGA (M.I.) DATA: 12/04/2012 ORIGEM: URNA DE D.PEDRO I (D.P.) LOCALIZAÇÃO: PROXIMO A REGIÃO DO OSSO RÁDIO

IMAGEM ANVERSO	IMAGEM REVERSO
----------------	----------------

Figura 116 – Foto Beatriz Monteiro.

M04

M01

Figura 116A – Foto Beatriz Monteiro.

M04

M01

DIMENSÕES

M04	PRECISA / APROXIMADA
ALTURA (CM)	1,5 cm	
LARGURA(CM)	1,12 cm	
PESO (KG)	4,31 g	
ESPESSURA	0,61 cm	
FORMATO	Oval	

Figura 116B – Foto Beatriz Monteiro.

M01	PRECISA / APROXIMADA
ALTURA (CM)	1,5 cm	
LARGURA(CM)	1,12 cm	
PESO (KG)	4,17 g	
ESPESSURA	0,61 cm	
FORMATO	Oval	

Figura 116C – Foto Beatriz Monteiro.

ACONDICIONAMENTO

MATERIAL E ESPECIFICAÇÕES	<p>Artefato envolvido em espuma de polietileno expandido (EPE), contendo na parte inferior dois (02) sachês 1g - de sílica gel e carvão ativado, e na parte superior da espuma cartão conservação CANSON 2.4mm (400g/m²) Acid free - ISO 9706 acondicionados em caixa de vidro incolor.</p> <p>A caixa de vidro contendo o artefato está acondicionada em berço de EPE revestido de Foam Board - Acid free na cor preta com suporte para quatro unidades.</p>

Figura 116D. Peças acondicionadas.
Foto Beatriz Monteiro.

4.4.7.9 Esporas (M04 e M19)

REGISTRO Nº	1209133670	DATA 13-09-2012
--------------------	------------	------------------------

EQUIPE TÉCNICA	VALTER DIOGO MUNIZ (DRT 39240) BEATRIZ TEIXEIRA MONTEIRO (APEJESP 1307SP) ROBERTA MARQUES PINHO (CRBM 14848)
-----------------------	--

IDENTIFICAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO DO BEM	ESPORA (M04 E M19)
	SÍTIO: MONUMENTO Á INDEPENDÊNCIA (M.I.) DATA: 17/04/2012 ORIGEM: URNA DE D.PEDRO I (D.P.) LOCALIZAÇÃO: QUADRANTE D. REGIÃO INFERIOR DA URNA

DIMENSÕES	
-----------	--

M04	PRECISA / APROXIMADA	
ALTURA (CM)	Arco 5,65cm (maior)/ 3,10cm (menor)	
PESO (KG)	25,14 g	
FORMATO	irregular	

M19	PRECISA / APROXIMADA	
ALTURA (CM)	5,0 cm	
LARGURA(CM)	2,10 cm (base) / 2,0 cm (estrela)	
PESO (KG)	16,21 g	
ESPESSURA	0,5 cm (estrela) 0,80 cm (espiga)	

ACONDICIONAMENTO

MATERIAL E ESPECIFICAÇÕES

Artefato envolvido em espuma de polietileno expandido (EPE), contendo na parte inferior dois (02) sachês 1g - de sílica gel e carvão ativado, e na parte superior da espuma cartão conservação CANSON 2.4mm (400g/m²) Acid free - ISO 9706 acondicionados em caixa de vidro incolor.

A caixa de vidro contendo o artefato está acondicionada em berço de EPE revestido de Foam Board - Acid free na cor preta com suporte para quatro unidades.

Figura 117 – Foto Beatriz Monteiro.

4.4.7.10 Botões com Brasão do Reino de Portugal

4.4.7.10.1 Botão M05

REGISTRO Nº	1209133529	DATA 13-09-2012
EQUIPE TÉCNICA	VALTER DIOGO MUNIZ (DRT 39240) BEATRIZ TEIXEIRA MONTEIRO (APEJESP 1307SP) ROBERTA MARQUES PINHO (CRBM 14848)	

IDENTIFICAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO DO BEM	BOTÃO COM BRASÃO DO REINO DE PORTUGAL (M05)
	SÍTIO: MONUMENTO Á INDEPENDÊNCIA (M.I.) DATA: 17/04/2012 ORIGEM: URNA DE D.PEDRO I (D.P.) LOCALIZAÇÃO: PENEIRA

IMAGEM ANVERSO	IMAGEM REVERSO

Figura 118 – Foto Beatriz Monteiro.

Figura 118A – Foto Beatriz Monteiro.

DIMENSÕES

	PRECISA / APROXIMADA
DIÂMETRO (CM)	2,52 cm
PESO (KG)	4,78 g
ESPESSURA	2,30 mm
FORMATO	REDONDO

Figura 118B – Foto Beatriz Monteiro.

Figura 118B – Foto Beatriz Monteiro.

4.4.7.10.2 Botão M06

REGISTRO Nº	1209133521	DATA 13-09-2012
EQUIPE TÉCNICA	VALTER DIOGO MUNIZ (DRT 39240) BEATRIZ TEIXEIRA MONTEIRO (APEJESP 1307SP) ROBERTA MARQUES PINHO (CRBM 14848)	

IDENTIFICAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO DO BEM	BOTÃO COM BRASÃO DO REINO DE PORTUGAL (M06)
	SÍTIO: MONUMENTO Á INDEPENDÊNCIA (M.I.) DATA: 17/04/2012 ORIGEM: URNA DE D.PEDRO I (D.P.) LOCALIZAÇÃO: PRÓXIMO A 1ª COSTELA

IMAGEM ANVERSO	IMAGEM REVERSO

Figura 119 – Foto Beatriz Monteiro.

Figura 119A – Foto Beatriz Monteiro.

DIMENSÕES	
	PRECISA / APROXIMADA
DIÂMETRO (CM)	2,52 cm
PESO (KG)	5,50 g
ESPESSURA	1,70 mm
FORMATO	Círculo

Figura 119B – Foto Beatriz Monteiro.

4.4.7.10.3 Botão M07

REGISTRO Nº	1209133521	DATA 13-09-2012
-------------	------------	-----------------

EQUIPE TÉCNICA	VALTER DIOGO MUNIZ (DRT 39240) BEATRIZ TEIXEIRA MONTEIRO (APEJESP 1307SP) ROBERTA MARQUES PINHO (CRBM 14848)
----------------	--

IDENTIFICAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO DO BEM	BOTÃO (M07)
	SÍTIO: MONUMENTO Á INDEPENDÊNCIA (M.I.) DATA: 17/04/2012 ORIGEM: URNA DE D.PEDRO I (D.P.) LOCALIZAÇÃO: PENEIRA

Figura 120 – Foto Beatriz Monteiro.

Figura 120A – Foto Beatriz Monteiro.

DIMENSÕES	
	PRECISA / APROXIMADA
DIÂMETRO (CM)	2,52 cm
PESO (KG)	5,30 g
ESPESSURA	1,80 mm
FORMATO	Círculo

Figura 120B –
Foto Beatriz Monteiro.

Figura 120B – Foto Beatriz Monteiro.

4.4.7.10.4 Botão M08

REGISTRO Nº	1209133544	DATA 13-09-2012
-------------	------------	-----------------

EQUIPE TÉCNICA	VALTER DIOGO MUNIZ (DRT 39240) BEATRIZ TEIXEIRA MONTEIRO (APEJESP 1307SP) ROBERTA MARQUES PINHO (CRBM 14848)
----------------	--

IDENTIFICAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO DO BEM	BOTÃO (M)
	SÍTIO: MONUMENTO Á INDEPENDÊNCIA (M.I.) DATA: 17/04/2012 ORIGEM: URNA DE D.PEDRO I (D.P.) LOCALIZAÇÃO: PENEIRA

Figura 121 – Foto Beatriz Monteiro.

Figura 121A – Foto Beatriz Monteiro.

DIMENSÕES	
	PRECISA / APROXIMADA
DIÂMETRO (CM)	2,52 cm
PESO (KG)	6,09 g
ESPESSURA	1,80 mm
FORMATO	Círculo

Figura 121B – Foto Beatriz Monteiro.

Figura 121B – Foto Beatriz Monteiro.

4.4.7.10.5 Botão M09

REGISTRO Nº	1209133541	DATA 13-09-2012
-------------	------------	-----------------

EQUIPE TÉCNICA	VALTER DIOGO MUNIZ (DRT 39240) BEATRIZ TEIXEIRA MONTEIRO (APEJESP 1307SP) ROBERTA MARQUES PINHO (CRBM 14848)
----------------	--

IDENTIFICAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO DO BEM	BOTÃO (M09)
	SÍTIO: MONUMENTO Á INDEPENDÊNCIA (M.I.) DATA: 17/04/2012 ORIGEM: URNA DE D.PEDRO I (D.P.) LOCALIZAÇÃO: PENEIRA

IMAGEM ANVERSO	IMAGEM REVERSO

Figura 122 – Foto Beatriz Monteiro.

Figura 122A – Foto Beatriz Monteiro.

DIMENSÕES	
	PRECISA / APROXIMADA
DIÂMETRO (CM)	2,52 cm
PESO (KG)	4,20 g
ESPESSURA	1,90 mm
FORMATO	Círculo

Figura 122B – Foto Beatriz Monteiro

4.4.7.10.6 Botão M10

REGISTRO Nº	120913	DATA 13-09-2012
-------------	--------	-----------------

EQUIPE TÉCNICA	VALTER DIOGO MUNIZ (DRT 39240) BEATRIZ TEIXEIRA MONTEIRO (APEJESP 1307SP) ROBERTA MARQUES PINHO (CRBM 14848)
----------------	--

IDENTIFICAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO DO BEM	BOTÃO (M10)
	SÍTIO: MONUMENTO Á INDEPENDÊNCIA (M.I.) DATA: 17/04/2012 ORIGEM: URNA DE D.PEDRO I (D.P.) LOCALIZAÇÃO: PENEIRA

Figura 123 – Foto Beatriz Monteiro

Figura 123 A – Foto Beatriz Monteiro

DIMENSÕES

	PRECISA / APROXIMADA
DIÂMETRO (CM)	2,60 cm
PESO (KG)	3,27 g
ESPESSURA	1,80 mm
FORMATO	Círculo

Figura 123B – Foto Beatriz Monteiro

Figura 123B – Foto Beatriz Monteiro

CONSERVAÇÃO

MATERIAL	CERA (RENAISSANCE MICRO - CRYSTALLINE WAX POLISH)
ESPECIFICAÇÕES	ESPECIAL PARA MUSEUS, RESTAURAÇÃO E PROTEÇÃO EM METAIS.

RESTAURO

☒ PROVISÓRIO	CERA (RENAISSANCE MICRO - CRYSTALLINE WAX POLISH).
☐ DEFINITIVO	

ACONDICIONAMENTO

MATERIAL E ESPECIFICAÇÕES	<p>Artefato envolvido em espuma de polietileno expandido (EPE), contendo na parte inferior dois (02) sachês 1g - de sílica gel e carvão ativado, e na parte superior da espuma cartão conservação CANSON 2.4mm (400g/m²) Acid free - ISO 9706 acondicionados em caixa de vidro incolor.</p> <p>A caixa de vidro contendo o artefato está acondicionada em berço de EPE revestido de Foam Board - Acid free na cor preta com suporte para quatro unidades.</p>
----------------------------------	--

Figura 123C – Foto Beatriz Monteiro

4.4.7.10.7 Botões

REGISTRO Nº	1209132366	DATA 13-09-2012
-------------	------------	-----------------

EQUIPE TÉCNICA	VALTER DIOGO MUNIZ (DRT 39240) BEATRIZ TEIXEIRA MONTEIRO (APEJESP 1307SP) ROBERTA MARQUES PINHO (CRBM 14848)
----------------	--

IDENTIFICAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO DO BEM	BOTÕES
	SÍTIO: MONUMENTO Á INDEPENDÊNCIA (M.I.) DATA: 17/04/2012 ORIGEM: URNA DE D. PEDRO I. (D.P.) LOCALIZAÇÃO: PENEIRA

Figura 124 – Foto Beatriz Monteiro

Figura 124A – Foto Beatriz Monteiro

Figura 124B – Foto Beatriz Monteiro

Figura 124C – Foto Beatriz Monteiro

CARACTERÍSTICAS

MATERIAL	Metal (IF-USP)			
ÉCNICA	CONFORMAÇÃO	☒ FUNDIDO	☐ FORJADO	☐ LAMINADO
		☐ ESTAMPADO	☐ DOBRADO	☐ TORCIDO
		☐ OUTRA		
	ORNAMENTAÇÃO	☐ POLIMENTO		
		☐ DOURAÇÃO		
		☐ GRAVAÇÃO		
		☐ REPUXADO		
		☐ CINZELADO		
		☐ GRANULAÇÃO		
		☐ ESMALTAÇÃO		
☐ GEMAS				
CONFECCÃO	☐ MANUAL			
	☐ INDUSTRIAL			

SISTEMA CONSTRUTIVO

PEÇA	☒ EM BLOCO ÚNICO	PEÇAS INDIVIDUAIS
	☐ EM PARTES	
	DESCRIÇÃO DAS PARTES	

JUNÇÕES	☐ ENCAIXADAS	
	☐ PARAFUSADAS	
	☐ REBITADAS	
	☐ SOLDADAS	
	☐ COSTURADAS	
	☒ NÃO HÁ	

DESCRIÇÃO DO BEM	BOTÕES
MARCAS E INSCRIÇÕES	NÃO IDENTIFICADO

CONSERVAÇÃO	
MATERIAL	CERA (RENAISSANCE MICRO - CRYSTALLINE WAX POLISH)
ESPECIFICAÇÕES	ESPECIAL PARA MUSEUS, RESTAURAÇÃO E PROTEÇÃO EM METAIS.

RESTAURO	
☐ PROVISÓRIO	
☐ DEFINITIVO	

ACONDICIONAMENTO

MATERIAL E ESPECIFICAÇÕES	<p>Artefato envolvido em espuma de polietileno expandido (EPE), contendo na parte inferior dois (02) sachês 1g - de sílica gel e carvão ativado, e na parte superior da espuma cartão conservação CANSON 2.4mm (400g/m²) Acid free - ISO 9706 acondicionados em caixa de vidro incolor.</p> <p>A caixa de vidro contendo o artefato está acondicionada em berço de EPE revestido de Foam Board - Acid free na cor preta com suporte para quatro unidades.</p>
---------------------------	--

Figuras 124D e E – Foto Beatriz Monteiro. Peças acondicionadas.

REGISTRO Nº	1209132366	DATA 13-09-2012
-------------	------------	-----------------

EQUIPE TÉCNICA	VALTER DIOGO MUNIZ (DRT 39240) BEATRIZ TEIXEIRA MONTEIRO (APEJESP 1307SP) ROBERTA MARQUES PINHO (CRBM 14848)
----------------	--

IDENTIFICAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO DO BEM	BOTÕES
	SÍTIO: MONUMENTO Á INDEPENDÊNCIA (M.I.) DATA: 17/04/2012 ORIGEM: URNA DE D. PEDRO I. (D.P.) LOCALIZAÇÃO: PENEIRA

IMAGEM ANVERSO	IMAGEM REVERSO

Figura 125 – Foto Beatriz Monteiro

Figura 125A – Foto Beatriz Monteiro

ACONDICIONAMENTO

MATERIAL E ESPECIFICAÇÕES Figura 125B – Foto Beatriz Monteiro.
Peças acondicionadas.

Artefato envolvido em espuma de polietileno expandido (EPE), contendo na parte inferior dois (02) sachês 1g - de sílica gel e carvão ativado, e na parte superior da espuma cartão conservação CANSON 2.4mm (400g/m²) Acid free - ISO 9706 acondicionados em caixa de vidro incolor.

A caixa de vidro contendo o artefato está acondicionada em berço de EPE revestido de Foam Board - Acid free na cor preta com suporte para quatro unidades.

4.5 IMPERATRIZ D. AMÉLIA

Figura 126 - Abertura feita para localizar o nicho onde estava o corpo da Imperatriz D. Amélia.

Foto Valter D. Muniz

Passada a euforia do início dos trabalhos e principalmente das pesquisas realizadas nos remanescentes humanos do Imperador D. Pedro I, começou a busca pelos remanescentes humanos de D. Amélia. Ouvimos por parte de várias pessoas, de fora e de dentro de nossa equipe, as perguntas: “Qual a importância de D. Amélia?”; ou “Por que ou para que toda essa busca por ela?” Assim, concluímos que Claudia Witte, pesquisadora e biógrafa de D. Amélia, estava certa quando, a um de seus artigos sobre a segunda esposa de D. Pedro I, deu o título de *A imperatriz esquecida* (WITTE, 2010). Algumas pessoas chegavam a nos perguntar se era verdade que D. Amélia era amante de D. Pedro. Até seu nome foi escrito de maneira errada em um dos painéis da exposição no Monumento à Independência. Diante desse quadro no mínimo preocupante sobre o conhecimento de nossa História, o trabalho sobre a segunda imperatriz do Brasil tornou-se ainda mais importante. Além disso, aqueles que tiveram acesso ao nosso projeto sabiam que os remanescentes humanos de D. Amélia eram nossa maior preocupação, pois deveriam estar em algum local nas paredes da Cripta Imperial, ou seja, vulneráveis à ação da umidade.

Porém sabíamos que o DPH pediria uma informação exata de onde estariam os remanescentes humanos antes de dar a autorização para quebrarmos alguma parte da Cripta.

Esse procedimento era aceitável, apesar de eles mesmos não saberem onde o corpo da Imperatriz havia sido depositado, uma vez que não há indicações na planta da Cripta passada pelo departamento, como podemos observar no anexo P.

Tentamos localizá-la com métodos como radar de penetração, ou georradar. Infelizmente, não houve sucesso. A própria análise feita com o uso desse método mostrou uma concentração grande de entulho e ferro, além de galerias formadas pela infiltração de água e a coluna de sustentação do Monumento prejudicaram muito as leituras dos equipamentos. Além disso, atrás da laje de granito havia uma parede com duas camadas de tijolos, bem como uma infiltração de água muito grande. Quando escavamos buscando o caixão da Imperatriz, notamos que o substrato era argiloso e estava muito úmido e denso, podendo produzir falsas leituras nos equipamentos. Não localizamos os remanescentes humanos de D. Amélia no local onde o aparelho havia captado uma anomalia. Nós também nos enganamos, pois fizemos uma pequena perfuração no local por onde passamos uma sonda até cerca de 70 cm parede adentro. Detectamos um artefato que poderia ser parte do caixão. Na verdade, a escavação, que fizemos após aprovação do DPH, revelou que se tratava apenas de uma pequena pedra, com muito substrato e umidade.

Essa escavação foi feita no indicado pelo georradar no sentido horizontal, formando um retângulo avançando aproximadamente 1 m parede adentro e para baixo, a cerca de 85 cm do chão, pois, com base na leitura do equipamento, só havia substrato acima, e tínhamos um possível desabamento. Tivemos também nesse período uma informação equivocada fornecida por duas técnicas do DPH sobre a localização dos remanescentes humanos de D. Amélia.

Quando conversamos com o embaixador Paulo Ribeiro, o mesmo que nos forneceu as informações sobre a exumação de D. Pedro I, falamos sobre nossas dificuldades em localizar os remanescentes humanos de D. Amélia. O embaixador então passou-nos o contato de um colega também embaixador, Emanuel von Lauenstein Massarani, hoje superintendente de Patrimônio Cultural da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e presidente do Instituto de Recuperação do Patrimônio Histórico do Estado de São Paulo. O Sr. Massarani que também é historiador, fez parte da comissão responsável pelo traslado da imperatriz em 1982.

Marcamos uma reunião com ele, na qual pudemos expor nosso trabalho e dificuldades em encontrar d. Amélia. Para nosso espanto, o embaixador afirmou que o corpo estava atrás da placa que continha a inscrição com seu nome. Com base nas informações que fornecemos de onde estávamos escavando, ele fez, sem dificuldade, um esboço do local onde estava o

ataúde, pois fora um dos responsáveis pela construção do nicho onde ele fora depositado na segunda metade da década de 1980. No esboço, o sr. Massarani recomendou que escavássemos acima de onde estávamos até encontrarmos uma laje não muito espessa. A urna funerária com o corpo da Imperatriz estaria sobre essa laje, à direita do local que estávamos escavando, parcialmente atrás de uma da coluna de sustentação do Monumento.

Porém tínhamos que confirmar essas informações, ou seja, devíamos escavar. Para isso, pedimos novamente o apoio do Studio Sarasá, que nos enviou equipamentos e mais um de seus funcionários, Adriano Augusto S. Rocha, pois Célio Júnior esteve sempre conosco e já havia se transformado em um “auxiliar de arqueologia” de seus funcionários. A empresa enviou também mais equipamentos.

Conseguimos a colaboração do pesquisador Paulo Rezzutti, que, além de biógrafo de Domitila de Castro Canto e Melo (Marquesa de Santos), é também arquiteto. Isso foi muito importante, pois era um trabalho muito arriscado, uma vez que os dados que tínhamos até então informavam apenas a presença de sedimentos no local. Antes de fazermos uma escavação efetiva, realizamos mais uma prospecção do local e introduzimos um artefato de metal na tentativa de detectar a presença da laje, que foi encontrada aproximadamente uns 20 cm acima de onde estávamos. Procedemos então à escavação expondo ao máximo a laje, escorando-a com pontaletes.

A área da coluna foi evidenciada, a terra e o entulho foram retirados. Abrimos um espaço atrás da coluna para facilitar a escavação. Encontramos uma parede de blocos, que, ao ser quebrada, finalmente permitiu visualizar a urna funerária da Imperatriz. Mesmo com o pouco espaço que tínhamos, foi possível notar a umidade nela. As informações do embaixador Massarani estavam corretas.

Figura 127 - Localização do ataúde da Imperatriz. Foto Valter D.Muniz

Deduzimos que a presença desta coluna também deve ter causado interferência nas análises do georradar, pois os dados que tivemos do local só indicavam substrato.

O problema agora era retirar a urna do nicho, uma vez que não estávamos no sentido horizontal a ela e sim abaixo. O ataúde pesava mais de 200 quilos e tinha 1,80 m de comprimento.

O Museu da Cidade e a Família Imperial foram imediatamente avisados, bem como a Profa. Celina, do IPEN. Marcamos a retirada do ataúde da parede para a segunda-feira, 23 de julho de 2012. As coletas das amostras da Profa. Celina deveriam iniciar em 24 de julho, e, se não houvesse anomalias nos exames das amostras, a urna seria aberta em 26 de julho de 2012. Tínhamos muito pouco tempo para fazer as análises e entregar a Cripta à Prefeitura, além de o benefício de nossa bolsa estar acabando.

Para que isso acontecesse, marcamos o início dos trabalhos para retirada do ataúde para às 7 horas da manhã do dia 23 de julho, com a presença de Paulo Rezzutti, Valter Diogo Muniz, Célio Junior e Adriano Augusto S. Rocha, da Sarasá. Só sairíamos da Cripta após a retirada da urna da Imperatriz. Nesse momento, não éramos nós ou este ou aquele grupo, mas éramos “Nós”, um único grupo de cinco pessoas totalmente comprometido com um trabalho.

Um dos problemas que tivemos na retirada do ataúde foi a localização de uma das colunas de sustentação do Monumento, que nos obrigou a retirar a urna na diagonal. Ainda, a saída

estava 1,13 m abaixo da laje que sustentava o ataúde. Este, apesar da umidade, estava em bom estado de preservação, o que facilitou um pouco o trabalho.

Às 18 horas, após a retirada de parte da laje onde estava a urna, de três fileiras de blocos da parte da frente e de duas da lateral esquerda e do desbaste das paredes da Cripta por onde o ataúde deveria passar, foi montada uma rampa para que a urna pudesse chegar até o chão da Capela Imperial. A operação estendeu-se por mais de uma hora e meia, pois longas paradas foram feitas para verificar as condições da urna e da estrutura montada para sua retirada, com alguns ajustes e desbastes feitos nas paredes.

Entre 19h30 e 20 horas do dia 23 de julho de 2012, a urna funerária da segunda imperatriz do Brasil, D. Amélia, foi retirada por nós e colocada, com a ajuda de funcionários do Monumento, no centro da Capela Imperial, entre os sarcófagos de D. Leopoldina e de D. Pedro I, no mesmo local que ocupou quando chegou ao Monumento à Independência, em 1982.

Figura 128 - Retirada da urna de D. Amélia. Imagem (filmagem) Valter D. Muniz.

(Da esquerda para a direita Valdirene Ambiel, Célio Junior, Paulo Rezzutti e Valter Muniz).

É importante registrar o apoio, respeito e interesse de todos os funcionários do Monumento à Independência ao nosso trabalho, não só nesse dia, mas durante os sete meses que ficamos no local.

Abaixo está o desenho feito por Paulo Rezzutti, no qual podem ser observados os procedimentos e a localização, bem como o comprimento e a largura do caixão de D. Amélia.

Figura 129 – Desenho de Paulo Rezzutti

O túmulo (nicho) onde estava o féretro com os remanescentes humanos de D. Amélia foi bem construído, com blocos revestidos, e estava vedado na parte de cima e não pela frente, onde está a pedra de granito com os dados da imperatriz.

Segundo o arquiteto Paulo Rezzutti, o túmulo foi escavado originalmente onde hoje se encontra o espaço museológico sobre a Cripta ou Capela Imperial. Esse espaço museológico foi construído no final dos anos de 1990 e inaugurado no início dos anos 2000. Quando o túmulo de D. Amélia foi construído, na década de 1980, esse espaço não existia, o que

permitia com certa facilidade a remoção de terra suficiente para tal construção. Isso não quer dizer que tenha sido fácil essa construção. Hoje, para se conseguir chegar à entrada original desse túmulo, seria necessário quebrar 2 m² de piso do espaço museológico e remover cerca de 4,5 m³ de substrato e entulho para chegar até as tampas que foram colocadas para vedar o local onde estava o féretro. Ou seja, não houve preocupação por parte dos responsáveis pela construção do espaço museológico em manter aberto um acesso para ele. Pior ainda, nem assinalaram o local exato da inumação na planta da Cripta. Paulo Rezzutti sugere que é possível as caixas de inspeção e talvez de fiação terem sido construídas acima do local, obstruindo ainda mais o acesso ao túmulo.

Todas essas informações foram transmitidas para o Departamento do Patrimônio Histórico da Prefeitura do Município de São Paulo.

4.5.1 Abertura da Urna: Análises e Cuidados

Nos dias 24, 25 e manhã de 26 de julho de 2012, foram coletadas as amostras para os exames de cromatografia gasosa pela Profa. Celina e o Ms. Nunes, pois o corpo de D. Amélia também estava dentro de três urnas: madeira, chumbo e madeira rudimentar, assim como D. Pedro. Porém já sabíamos que também não eram as originais, pois o Sr. Massarani já havia nos comunicado sobre a troca de todas elas em 1982 para o traslado. Ele cedeu-nos também fotos da exumação e das cerimônias em Portugal.

Porém, quando se seguiram a abertura das urnas, notamos, cada vez mais forte, um odor de cânfora. Após cortarmos a placa de chumbo, que estava soldada, observamos a presença de um pouco de pó branco sobre a urna de madeira onde estava o corpo. A Profa. Celina, do IPEN, também coletou amostras desse sedimento para análises em laboratório. O resultado foi que deveria ser algo similar a talco. Assim como as amostras gasosas, nada que oferecesse algum risco.

Assim, a cerimônia religiosa de abertura da urna funerária de D. Amélia foi mantida para a tarde de 26 de julho, na presença de S.A.R.I., o Príncipe D. Bertrand, e do diretor do Museu Imperial, Prof. Maurício Vicente Ferreira Júnior.

Nosso trabalho começou cinco dias antes do aniversário de 200 anos da imperatriz, em 31 de julho. Quando retiramos a tampa de madeira, havia duas mantas sobre o corpo. Ao retirarmos essas mantas, vimos que o corpo da segunda imperatriz do Brasil estava

preservado. A cútis estava escurecida, provavelmente pela ação de alguma substância usada no embalsamamento ou reembalsamento, pois observamos uma marca pequena e estreita que indicava uma cútis clara no pescoço, pouco abaixo do queixo.

Figura 130 - Abertura da urna de D.Amélia. Retirada das mantas. Presente Sra.Claudia T.Witte, biógrafa da imperatriz. Foto Valter D.Muniz

Cabelos, sobrancelhas, cílios etc., podiam ser notados, assim como unhas das mãos.

As vestes estavam de acordo com o documento escrito em 29 de janeiro de 1873, dia do enterro de D. Amélia, que está na Torre do Tombo em Portugal, e nos foi transmitido pela pesquisadora Claudia Witte. A Imperatriz foi sepultada com um vestido preto de seda liso, com colarinhos e punhos em renda branca. Na cabeça, uma touca branca bordada, um crucifixo nas mãos, meias brancas e sapatos pretos sem enfeites. Parte das vestes que indicam cor branca também estavam escurecidas, contudo, é difícil dizer se em virtude do processo de embalsamamento feito em 1873 ou se em 1982, pois, segundo esse mesmo documento da Torre do Tombo, o ataúde foi forrado com veludo preto. Isso pode indicar um possível processo tafonômico (Torre do Tombo-E-Gaveta 16 maço3 Doc 47). A Imperatriz usava um pequeno par de brincos, também escurecidos, mas ainda presos as orelhas, e um crucifixo entre as mãos. Esses dados também estão de acordo com o relatório da Torre do Tombo citado acima.

Figura 131 - Imagem da tomografia mostrando com detalhes as mãos preservadas da imperatriz, inclusive com a presença das unhas, segurando o crucifixo. Podemos observar também os detalhes das vestes mostrando a variação na espessura e coloração dos tecidos. As mangas são mais finas e indicam uma coloração clara que não conseguimos observar a olho nu. Estes dados evidenciados por esta imagem de tomografia estão de acordo com as informações descritas acima do documento da Torre do Tombo.

Notamos que a espuma que fez parte da proteção interna dos remanescentes humanos para o traslado, assim como as mantas que cobriam o corpo, estavam úmidas, e o odor de cânfora vinha desse material. A umidade aqui não era ligada à Cripta, mas ao processo de reembalsamamento aplicado aos remanescentes humanos de D. Amélia.

Há controvérsias sobre as vestes usadas pela Imperatriz. Alguns falam que se trata de um hábito ligado a alguma ordem terceira (ordem religiosa composta por laicos). Enquanto outros afirmam que era o luto usado por ela após a morte de D. Pedro. Muitas monarcas viúvas usaram luto por toda vida, entre elas, Maria Tereza da Áustria. Esse costume ainda é mantido por algumas famílias tradicionais.

No testamento deixado pela imperatriz ou duquesa de Bragança, ela pedia:

[...] que seu enterro seja o mais simples possível; que não haja oração fúnebre; que seu caixão seja colocado em S. Vicente, junto dos de S. M. o Senhor Dom Pedro IV e da Princesa Dona Maria Amélia [...] não quer que seja embalsamado [...] sendo vestido de preto e com um véu sobre o rosto, e roga se lhe não faça autópsia (Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, v.XLI, 2º Semestre, 1942, p.372).

O problema é que o testamento da Imperatriz só foi aberto em 4 de fevereiro de 1873, seis dias após seu sepultamento.

Assim que descobrimos que o corpo estava preservado, buscamos auxílio do Prof. Sérgio Francisco, da UFPE, sobre como deveríamos proceder para preservação. Ele sugeriu que fosse evitada a exposição dos remanescentes humanos à luz forte e a determinados tipos de radiações, que foi prontamente atendido, ao mesmo tempo sugerimos que a equipe da Profa. Márcia, do IF/USP, não usasse luzes muito fortes. Como não havia detalhes nas vestes da imperatriz, deduzimos que análises de IR não seriam necessárias. Apenas solicitamos que fossem feitas algumas análises de ED-XRF, na tentativa de descobrirmos alguns processos tafonômicos no corpo.

Sabemos que com o simples fato de abrir as urnas pode contaminar os remanescentes humanos e material associado. Por mais cuidado que se tenha, algo, visível ou não, sofre alteração. É por isso que devemos saber exatamente que tipo de informações queremos, pois um dos principais objetivos da arqueologia e deste trabalho é a preservação (HAWASS; JANOT, 2005; HODDER, 1999).

Se em 1972, no traslado dos remanescentes humanos de D. Pedro I ou Pedro IV, de Portugal para o Brasil houve uma ausência de ética e até preparo técnico por parte dos governos de Portugal e do Brasil para com os remanescentes humanos do Duque de Bragança e Imperador Constitucional do Brasil, o mesmo não aconteceu dez anos mais tarde, em 1982, no traslado dos despojos da Duquesa de Bragança e segunda Imperatriz do Brasil, no qual foram unidos protocolo cerimonial e respeito junto com conhecimento científico e ética, mostrando preocupação e respeito com o patrimônio, graças à abertura política iniciada em 1974 em Portugal, com o fim da ditadura (SOUZA, 2010). E também com o ‘início da abertura política no Brasil’ exatamente no final da década de 1970, marcando o começo do fim da ditadura militar brasileira.

A entomóloga Erika Cristina D.Carvalho, do Instituto Oscar Freire, analisou o material coletado para entomologia. Nenhum sinal de insetos ou outros agentes foi identificado. Havia apenas pequenos e poucos remanescentes de vegetais, provavelmente flores da urna anterior.

Figura 132 - Momento da realização do exame de tomografia. Dep.de Radiologia FMUSP.

Foto Valter D.Muniz.

Não foi necessária a decapagem, pois o corpo estava limpo, totalmente exposto. Apenas um artefato foi localizado na região das pernas, que acreditamos ser madeira da urna antiga. Havia apenas pequenos e poucos remanescentes de vegetais, provavelmente flores da urna anterior.

Foi notada a ação de cupins de solo, tanto no nicho funerário, como em partes do primeiro ataúde. Mas estes não chegaram a perfurar a urna de madeira ou ter contato com a placa de chumbo e menos ainda ter contato com o corpo. Porém, optamos pela substituição das mesmas.

Foram coletadas amostras para as análises fúngicas pela Dra. Adriana no ICB/USP. Os fungos que não apresentaram estruturas de reprodução foram isolados em tubos de ágar Sabouraud dextrose para posterior observação da fase esporulante. Quando não houve evidência de fase esporulante, o fungo foi incluído na categoria de Fungos não Esporulantes.

A tomografia foi marcada para o dia 9 de agosto de 2012. A urna em que estavam os remanescentes humanos de D. Amélia apresentava um bom estado de preservação, mas percebemos que uma das madeiras da base estava se soltando. Então, optamos por colocá-lo dentro da urna em que transportamos D. Pedro I, anteriormente para o exame de tomografia só como medida de segurança. Forramos também o fundo desta urna com espuma para amortecer ao máximo os impactos do trajeto até a FMUSP.

Figura 133 - Imagens do exame de tomografia mostrando o corpo inteiro de D. Amélia, com as pernas levemente fletidas.

Os resultados da tomografia nos remanescentes humanos de D. Amélia foram ainda mais surpreendentes do que a descoberta do corpo preservado, já que ela estava com os órgãos internos, como encéfalo, útero etc., bem conservados. Calcificações foram observadas no útero, pelos professores da FMUSP. O Prof. Fontes acredita ser um achado normal para uma mulher de 60 anos, idade em que a Imperatriz faleceu, causados pelos processos da menopausa.

Assim como no caso de D. Pedro I e D. Leopoldina, realizamos as mensurações dos ossos longos de D. Amélia visando a encontrar a estatura da imperatriz, como mostra o anexo Q, também com o mesmo método aplicado, sob a observação dos médicos, John Robert Pires Davidson e Bruno Aragão e do Prof. Edson Amaro Júnior, sob a orientação do Prof. Sérgio Francisco, da UFPE. O resultado aproximado foi entre 1,60 m e 1,66 m de altura (KROGMAN, 1978).

O odontologista Herivelto de D.Martins fez, da mesma forma que nos casos de D.Leopoldina e D.Pedro, as análises odontológicas em D.Amélia que estão no anexo R.

Com a ajuda da tomografia, conseguimos retirar uma amostra do encéfalo utilizando como base o método de trepanação egípcio, usado nos processos de mumificação há mais de três mil atrás (JANOT; HAWASS, 2005). Só que, no caso da Imperatriz foi feita uma pequena abertura para retirada de uma amostra minúscula, que será examinada, junto com um osso do carpo, no futuro. Esses dois procedimentos foram realizados pelos Profs. Drs. Luiz Fernando Ferraz da Silva, Edson Amaro Júnior e Carlos Augusto Pasqualucci, da FMUSP.

Figura 134 - Imagem do encéfalo preservado da imperatriz, capturada pelo processo que podemos chamar de ‘autópsia virtual’, realizado pelo Prof. Associado Edson Amaro Jr. Coordenador Neuroimagem Funcional do Dep.Radiologia da FMUSP. O Prof. Edson é o responsável por todos os exames de tomografia mostrados neste trabalho.

No tratado de embalsamamentos do século XVII, o autor fala que era possível o embalsamamento do corpo sem a remoção dos órgãos internos, com injeções de substâncias, mas não recomenda o processo devido à ação da umidade (LOURENÇO, 1761). Há a hipótese apontada pelo Prof. Pasqualucci de que foi usado o método clássico de embalsamamento espanhol.

Sabemos que, no caso de D. Leopoldina, havia uma tradição que não permitia o embalsamamento de corpos femininos, mas que os médicos da época aplicaram um tratamento para inibir ao máximo a decomposição até o final dos funerais, que duraram, assim como os de D. Amélia, três dias. No caso de D. Leopoldina, foram feitas incisões e aplicações de substâncias. Como o corpo está esqueletizado, não tivemos como verificar. Mas no caso de

D. Amélia notamos que foi feita pelo menos uma incisão na lateral esquerda do pescoço. É possível que tenha sido um local usado para injetar substâncias, da mesma forma que podem ter feito o mesmo procedimento pelas veias da primeira Imperatriz.

Figura 135 - Incisão na região do pescoço, lado direito. Acreditamos que tenha sido feita para introdução de substância para o processo de preservação do corpo para os funerais, em 1873. Foto Valter D. Muniz

Como deveríamos efetuar a mudança de urnas na Crípta, o Professor Pasqualucci acreditou ser conveniente passar um lençol na parte de baixo do corpo usando o mesmo método aplicado para pacientes politraumatizados.

Figura 136- Procedimento realizado para mudar o corpo de uma urna para outra.

Foto Beatriz Monteiro

4.5.2 Preservação

Ainda na FMUSP, notamos que houve um aumento na proliferação de fungos. Tivemos uma preocupação com relação a esse fato, que poderia ter sido causado pelo contato com nossa atmosfera. Deu a impressão que enquanto o produto que estava na urna secava, mais aumentava a ação desses agentes, que depois foram examinados pela Dra. Adriana do ICB/USP e não mostraram riscos.

Pensando nesse problema o Professor Pasqualucci optou pelo uso do método espanhol de embalsamamento para o reembalsamento da Imperatriz, por acreditar que seria o método similar ao que poderia ter sido usado inicialmente e ainda por inibir a ação de microorganismos, procurando preservar assim os remanescentes humanos.

Em 10 de agosto de 2012, foi enviada à Cripta do Monumento à Independência uma equipe do Serviço de Verificação de Óbitos da Capital, sob a orientação do Professor Pasqualucci. Essa equipe era composta pelo técnico em autópsia Marcos Antônio Ferraz de Campos, o auxiliar em autópsia José Carlos Domingos da Silva e pelo Sr. Jacir Antônio da Silva, que foi o responsável pelo fechamento da urna.

Como não são mais usadas urnas de chumbo, o corpo de D. Amélia foi colocado em uma urna de zinco, dentro de outra de madeira. Esse é o padrão usado hoje no país, principalmente em casos de longos traslados, visando à preservação dos remanescentes humanos.

Usando o método espanhol, a equipe fez a mistura de um quilo de carvão vegetal, 500 gramas de naftalina e 500 gramas de cânfora e 300 gramas de manganato de potássio. Em separado, foram misturados os líquidos, dois litros e meio de álcool a 92%, dois litros de formol e 500 gramas de timol.

Depois que todas as misturas entre sólidos e líquidos foi feita separadamente, os sólidos foram misturados com serragem e colocados dentro do colchonete sobre o qual, mais tarde repousou os remanescentes humanos da Imperatriz. Depois foi aplicado os líquidos sobre esse colchonete por toda a urna funerária. Após esse procedimento, o corpo foi depositado no ataúde, obedecendo também às recomendações do Professor Pasqualucci.

Foi aplicada nas partes visíveis do corpo: face, pescoço, mãos e pés, uma substância à base de timol, álcool, ácido benzóico e formol. A aplicação foi realizada passando uma gaze úmida com o material sobre a pele, inclusive nas partes afetadas pelos fungos. Logo depois, foi passada uma gaze seca para retirar o excesso. Esse procedimento também visou à preservação

dos remanescentes humanos e à inibição de ações dos microorganismos. O resto do corpo estava com as vestes, que absorveriam as substâncias já aplicadas na urna.

Figuras 137 - Aplicação das substâncias na região do rosto para o processo de reembalsamento dos remanescentes humanos de D.Amélia, visando à preservação dos mesmos.

Foto Beatriz Monteiro.

Figura 138 - Mesmo processo, esta fotografia mostra a aplicação sendo realizada na região dos pés. Foto Beatriz Monteiro.

Depois dessa etapa, a urna foi lacrada com solda líquida e apenas aquecida, como pode ser observado nas imagens abaixo. Aparentemente, foi o mesmo método usado para lacrar a urna de chumbo em 1982, como mostram também as fotos.

Figura 139 - Fotografia do momento em que a placa de chumbo era lacrada com o uso de solda, em Portugal, 1982, para o traslado de D. Amélia para o Brasil.

Acervo pessoal Embaixador E.Massarani

Figura 140 – Jacir lacra com solda a urna de zinco, realizado em 2012, na Capela Imperial do Monumento à Independência, em São Paulo, pela equipe do S.V.O-da Capital.

Foto Beatriz Monteiro.

A urna conta com um visor, pelo qual podemos acompanhar semanalmente o estado dos remanescentes humanos com a permissão do DPH e do Museu da Cidade de São Paulo. Até agora, mais de dois meses após a aplicação desse método, não há sinais da ação de fungos ou qualquer outro microorganismo que afetaria a preservação do corpo.

Nenhum artefato foi retirado para exposição. Foram coletadas apenas amostras para análises futuras.

4.5.3 Túmulo Provisório

Não apenas pela nossa intervenção ao remover os remanescentes humanos da Imperatriz do túmulo onde estava, mas também com base nas informações passadas pelo arquiteto Paulo Rezzutti, que, com base em análises feitas no local, observou a impossibilidade de acesso ao túmulo, o que tornaria nosso monitoramento para preservação do corpo impossível, fizemos um projeto com a ajuda dos arquitetos e engenheiros Alfredo Cunha e Bruno Sandin, que também nos ajudaram sem ônus. Esse projeto foi apresentado à Família Imperial e ao Departamento do Patrimônio Histórico da Prefeitura do Município de São Paulo.

Com o auxílio da empresa Studio Sarasá, uma novo “nicho”, com paredes de blocos revestidos com pedriscos e material antiumidade. No chão, foi feita uma proteção como laje, e parte da laje que era o chão da antiga gaveta foi aproveitada como teto.

Figura 141 - Preenchimento dos blocos das paredes do novo nicho feito para abrigar os remanescentes humanos da Imperatriz. Na imagem o Sr. Manoel Casimiro dos Santos. Foto Valter D. Muniz

Figura 142 - Visão da parte interna do novo nicho. A construção deste espaço foi feita pela empresa Estúdio Sarasá, sob a supervisão ds engenheiros civis Alfredo Cunha e Bruno Sandin. Foto Valter D. Muniz.

O ataúde está sobre uma prancha com rodas para facilitar a remoção para a nossa vistoria semanal. Foi colocada uma pedra de granito da mesma cor que a anterior, só que removível. Como em todo o nosso trabalho, tivemos a colaboração financeira de amigos, no caso desta etapa do trabalho, do colega historiador Otávio Carpi.

Figura 143 -Enquanto o novo nicho era construído, o ataúde cm o corpo da Imperatriz ficou no centro da Capela Imperial, no Monumento a Independência que continuava interditada ao público.

Durante este período S.A.R.I o Príncipe D.Bertrand de Orleans e Bragança nos pediu para que a urna fosse coberta com a bandeira do Império do Brasil, trazida por eles. Na foto vemos o Príncipe ajudando a colocar a bandeira sobre a urna. Foto Cesar Alfredo Ambiel.

É uma sepultura provisória porque, segundo os engenheiros e arquitetos, o que foi feito foi apenas um trabalho para que o caixão não ficasse fora de um túmulo, também em virtude do curto tempo que tínhamos para entregar a Cripta e de nossa falta de recursos financeiros. Mas o local, como já foi observado acima, necessita de outros cuidados e revestimentos, além de equipamentos para que o monitoramento seja feito de maneira adequada. Quem nos auxilia nesse trabalho é o Professor Doutor Carlos Augusto Pasqualucci, do S.V.O/Capital.

Figura 144 - Urna de D.Amélia no interior do novo nicho, localizado abaixo da placa de granito com a inscrição d nome da Imperatriz. O local é lacrado com ma placa de granito móvel que é retirada com o auxilio de duas ventosas para o acompanhamento semanal realizado por nós.

Foto Valter D. Muniz

Figura 145 e 146 – Tampa do nicho e nicho de D.Amélia lacrado.

Foto Valter D. Muniz.

5. RESULTADOS OBTIDOS

Uma das principais questões levantadas por este trabalho era esclarecer se os remanescentes humanos dos imperadores estavam ou não depositados na Cripta ou Capela Imperial do Monumento à Independência. Esta primeira resposta é sim, eles estão lá.

Por se tratar de três enterramentos diferentes, feitos em épocas e locais diferentes e ainda pelos traslados sofridos, já esperávamos encontrar e ter que usar técnicas diferentes para as análises.

Hoje sabemos que as urnas da imperatriz D.Maria Leopoldina foram substituídas na segunda metade da década de 1980. Porém, não conseguimos descobrir o que foi feito deste material, que aparentemente pelas análises feitas até agora pela técnica FRX este deveria estar com sua estrutura comprometida, pois os resultados destas análises indicam presença de chumbo (Pb) nas vestes e tecidos que envolvem o corpo que devem ser provenientes da urna ou placa de chumbo. Por que outro dado importante que descobrimos é exatamente sobre o chamado ‘caixão de chumbo’ que na verdade é uma placa que envolvia a urna de madeira que abrigava os remanescentes humanos. Deduzimos isso com base nas placas encontradas na urna de D.Pedro e D.Amélia, apesar de terem sido substituídas para os traslados no século XX.

Não podemos afirmar, sobre a causa da morte da imperatriz. Mas, com base nos dados encontrado em documentos da época e com a ajuda do professor Luiz Fontes podemos deduzir do que ela não morreu, ou seja, as questões levantadas sobre uma agressão física, um pontapé, como é reproduzido por alguns autores até hoje, parece não ter sido a causa. Uma vez que do tempo da partida do imperador 23/11/1826, até o aborto sofrido por ela em 2/12/1826 é um intervalo muito grande para que a suposta violência física praticada pelo imperador possa de algum modo, ter sido a causa do ocorrido. Ainda sobre este fato, encontramos documentos da época que falam sobre sua presença em reuniões de Estado, uma vez que ela assumia o governo na ausência do marido. Estes documentos falam inclusive de um abatimento, porém, há relatos já publicados sobre uma carta da imperatriz ao pai, onde ela reclama de febre biliar, cerca de um mês antes do ocorrido.

Existe também uma lenda popular que afirma uma suposta fratura de fêmur, após ter sido jogada ou ter tropeçado nas escadarias da Quinta da Boa Vista (Museu Nacional), após uma briga com Dom Pedro. Se a briga aconteceu ou não, nós não podemos afirmar. Entretanto, as imagens da tomografia realizada no corpo da imperatriz não indicam fraturas ante morte, como mostramos neste trabalho. Mesmo entre as perdas odontológicas, apenas uma foi

durante a vida. O que deduzimos com base nestes estudos é que a causa mortis não foi em função de violência física. Porém, não podemos afirmar que estas violências não aconteciam, apenas que não causaram fraturas.

Já as vestes, sabemos agora que ela foi sepultada com as vestes oficiais de imperatriz do Brasil. Este vestido, mato e toucado foi reproduzido por Debret na época, pois era o único traje de gala que D.Leopoldina possuía talvez por isso o luxo. Não há marcas que indiquem que ela foi sepultada com alguma comenda. A faixa Imperial está presa ao vestido por pequenos alfinetes, com a preservação comprometida, apresentam oxidação. Os sapatos estilo sapatilhas, não possuem saltos, foram ornados pequenos bordados. Encontramos também as meias. O vestido era na cor branca, com bordados de folhas na região do peito, com mangas curtas e fofas com alguns ornamentos. A barra aparentava ser verde, também indicando brocados. Não encontramos evidências sobre o penacho do toucado, mas este trazia as características das iconografias. Havia a armação e por baixo um material preservado em verde e alguns ornamentos metálicos, que segundo as análises do FRX eram de prata. Estes artefatos foram registrados pela tomografia realizada na FMUSP.

Um par de brincos, de estrutura simples, foi encontrado, trazendo em sua parte interna a letra “L”. Deduzimos com base na comparação entre as iconografias da época e o material associado encontrado junto ao corpo que realmente trata-se dos despojos de Sua Majestade Imperial a Imperatriz D.Maria Leopoldina de Habsburgo-Lorena, primeira esposa de D.Pedro I.

No caso dos remanescentes humanos de D.Pedro I, encontramos uma urna de pinho português que deduzimos não ser de 1834. Isto porque traz as coroas do Reino de Portugal e do Império do Brasil, fato que não aconteceria na época da morte do monarca, por questões políticas, e segundo vimos ao analisar o final de sua vida, é possível que também sentimentais.

A placa ou caixão de chumbo fazia menção aos títulos de D.Pedro, inclusive, os títulos brasileiros. Porém, é possível que neste caso fosse mencionado todos os dados e títulos do morto, mesmo em 1834.

O corpo estava depositado de forma totalmente desarticulada, com fragmentos de vestes espalhados pela urna. Inclusive na área de trepanação. A identificação deste procedimento nos indicou que o corpo havia sido embalsamado, dentro dos padrões portugueses da época, onde havia um método estipulado para o número de dias que duraria os funerais.

Foi detectada a presença de substrato, que segundo análises feitas pelo Dr.Fernando A.Saraiva do Instituto de Geociências da USP apresenta características do solo da Cidade do Porto.

Acreditamos, então que este substrato poderia fazer parte do colchonete da antiga urna de D.Pedro, pois a ligação do duque com a cidade portuguesa era muito grande e esta pode ter sido uma forma de homenagear o 'Rei Soldado'. Com o tempo, o tecido do colchonete pode ter se deteriorado. Quando houve a mudança de urna para o traslado, este material ficou por cima dos despojos.

Processos tafonômicos foram identificados em parte dos ossos pela análise de FRX. Houve uma mudança de coloração em parte do corpo, causado, deduzimos pela decomposição das vestes. As análises mostraram muita presença de prata e cobre, tanto nos ossos com essa anomalia, como nas vestes e outros materiais oxidados. A prata possui cobre em sua liga. Este material sob a ação do tempo e possível umidade pode ter oxidado liberando o cobre, pois acreditamos, inclusive com base na declaração do diplomata que está no texto acima, que este corpo possa ter sofrido a ação de umidade, inclusive em Portugal devido aos problemas políticos enfrentados pelo país por anos no século XX. O cobre oxidado produz a mesma coloração observada por nós em algumas partes do esqueleto de D.Pedro.

A umidade também foi a causa pela decomposição das botas de couro de D.Pedro, assim como toda suas vestes, pois só encontramos fragmentos, inclusive dos galões.

Encontramos costelas com marcas de fraturas que quando foram comparadas com os registros de fraturas sofridas por D.Pedro no Brasil, na maioria das vezes esteve de acordo com os dados das fontes históricas. Contudo, há um dado nos registros que afirmam uma fratura de clavícula. Porém, não encontramos anomalias em ambas, mas sim, fratura na primeira costela, ou seja, para os médicos da época seria impossível afirmar com exatidão onde teria sido a lesão, pois não havia exames radiológicos e não se costumava fazer muitas cirurgias, principalmente nestes casos. Em outras palavras, foi um equívoco aceitável.

Também evidenciamos costelas com marcas de corte pós morte. Algumas com pequenas fissuras que demonstram um esforço para quebrar. Deduzimos que este procedimento tenha feito parte do processo de embalsamamento de D.Pedro, onde provavelmente foi removido seu coração que é preservado até hoje na Igreja da Lapa, na Cidade do Porto.

Outra forma de fazer esta remoção seria uma incisão no externo e até mesmo manúbrio, mas ambos foram evidenciados íntegros. Através das costelas era realmente um acesso mais fácil ao coração.

Encontramos também serragem na parte interna das costelas, procedimento normal em processos de embalsamamento na época que visava a remoção de órgãos que pudessem trazer umidade ao corpo.

Quase todos os ossos do esqueleto foram localizados, apenas algumas falanges estão ausentes.

Sobre o material associado encontrado junto ao corpo, além da deterioração das vestes, encontramos fragmentos dos galões, esporas, botões simples e com o brasão do Reino de Portugal, além das comendas.

Entre estas comendas, duas se destacam para nós, no que se refere a uma possível dúvida sobre a identidade do corpo. A primeira é a Ordem da Torre e Espada, pois sabemos que foi uma condecoração dada a Dom Pedro pela filha, a rainha Maria II de Portugal dias antes do falecimento do então Duque de Bragança Dom Pedro, em setembro de 1834. Encontramos a placa e a comenda que estão de acordo com os dados sobre a hierarquia da ordem. A outra e também de significado importante é o Tosão de Ouro que apesar de várias vertentes na Europa só é usado por soberanos ou herdeiros direto ao trono.

Com base nos dados históricos das fraturas e com as comendas encontradas, acreditamos que não há dúvidas de que seja os despojos de S.M.I.R o Imperador Dom Pedro I do Brasil, Rei Pedro IV de Portugal ou Duque de Bragança.

Com a permissão da Chefia da Casa Imperial do Brasil, nós coletamos amostra do tecido do manto de D.Leopoldina e os brincos. Junto com as comendas, botões e esporas de D.Pedro I, pois há a intenção de uma exposição para população. Com base nos dados passados pela equipe do IF/USP foi feita a higienização e acondicionamento provisório destes artefatos, garantindo a preservação temporária dos mesmos, pois são necessários resultados de outras análises. Mesmo porque há necessidade de um acompanhamento e manutenção das caixas que guardam hoje este material.

Já os remanescentes humanos da imperatriz D.Amélia, segunda esposa de Dom Pedro I, foram sempre nossa maior preocupação com relação a sua preservação, uma vez que foi depositado em um nicho nas paredes úmidas da Cripta ou Capela Imperial. Entretanto, seus ataúdes, trocados para o traslado em 1982, resistiram muito bem a umidade, embora, o nicho também tenha sido bem acabado, o que garantiu a preservação do corpo da imperatriz.

D.Amélia está com seu corpo preservado e pelos dados exibidos pela tomografia, a preservação também é interna, uma vez que foi registrada a presença dos órgãos internos: encéfalo, útero etc., com mostramos neste trabalho.

O corpo e material associado estão da mesma forma com que foi descrito, em 1873, quando a imperatriz ou duquesa de Bragança faleceu, ou seja, com vestes simples negras, pois após a

morte de D.Pedro ela foi retratada assim, e um par de brincos ainda presos às orelhas, além de um crucifixo entre as mãos.

Os remanescentes humanos de D.Amélia mostram algumas doenças ósseas que podem ter prejudicado sua locomoção no final da vida. O útero mostra um problema que pode ter sido reflexo da idade de 60 anos.

Por estar mumificada, D.Amélia necessitou de uma atenção maior de nossa parte, pois juntamente com a equipe do S.V.O da Capital realizamos um processo de reembalsamento. Sabemos dos riscos, pois não há ainda como definir qual o processo usado na época, ou em 1982. Porém, deveríamos fazer algo para preservação e com base na forma que estava o corpo, o odor de cânfora que exalava, acreditamos que o procedimento usado, em 1982, possa ter sido o método espanhol e foi este o aplicado agora. Até hoje fazemos o acompanhamento semanal dos remanescentes humanos de D.Amélia que não há sinal da ação de microorganismos. Lembramos que as urnas foram substituídas. O corpo está em um colchonete devidamente preparado, dentro de uma urna de zinco que foi soldada. A urna externa é de madeira.

Um novo e provisório nicho foi construído, visando um acesso mais adequado para o acompanhamento do estado de preservação dos despojos da imperatriz e uma tentativa de conter a umidade.

O simples fato de ter agora a certeza de que os corpos dos imperadores estão realmente no local, pode mudar a forma com que o Monumento à Independência, pois saber e conhecer o que há em dentro de um Patrimônio Histórico pode trazer a questão da memória, a identificação com o local. Não é só um edifício estranho que possui um sanitário público.

Procuramos trabalhar em conjunto com os funcionários do Monumento, que nos confessaram o fato de nem eles mesmos acreditarem na presença dos corpos ali, mas agora, toda a construção, cada estátua parece fazer um sentido diferente, afinal, como eles mesmos gritaram quando abrimos a urna de D.Pedro: “O Pedrão está aqui!”

Pedimos para os funcionários do Monumento desde o início dos nossos trabalhos que não divulgassem nada do que estava sendo feito, pois havia e ainda há a questão do sigilo. Porém, sabemos que principalmente os educadores não podem mais passar informações erradas. Portanto, conversamos com eles e dissemos que não falassem mais em “cinzas dos imperadores” e que se houvesse alguma indagação sobre a veracidade dos fatos dos corpos estarem ali, que eles poderiam afirmar que realmente eram os despojos dos imperadores que estavam ali, com base em pesquisas feitas recentemente e que logo seria divulgado.

Nós mesmos pudemos presenciar a reação de espanto e emoção de algumas pessoas que visitaram o local quando falamos que sim os corpos estavam depositados na Cripta.

Todo um trabalho de educação patrimonial será desenvolvido por nós e apresentado ao IPHAN e DPH, com algumas imagens dos artefatos e é claro, muito da história dos imperadores que mostramos neste trabalho. Parte desta história já foi repassada aos educadores do Monumento, como por exemplo, a correção do nome de D.Amélia e que não, ela não era amante de D. Pedro I, mas sim sua segunda esposa.

Os artefatos que foram higienizados e acondicionados já estão prontos para serem exibidos a população. Haverá também novos painéis na exposição convidando os visitantes a uma viagem ao Brasil do início do século XIX.

Figura 147 – Sede do Museu da Cidade de São Paulo, Solar da Marquesa de Santos. Entrega dos Artefatos. Da esquerda para direita Marfisia Lancelotti, Valdirene do Carmo Ambiel, Valter Diogo Muniz e Regina Ponte. Foto Beatriz Monteiro.

Este trabalho foi documentado na forma de fotos e áudio e vídeo para elaboração de filme institucional e documentário.

Figura 148 – Filmagem da abertura da urna funerária de D. Pedro I. Foto Beatriz Monteiro.

6. CONCLUSÃO

Nosso primeiro objetivo neste trabalho foi pesquisar a vida dos três personagens que estão sepultados no Monumento à Independência, em São Paulo. Contextualizá-los dentro da história do Brasil e Europa no século XIX. Desde o ambiente familiar, valores e educação e um resumo do que acontecia no mundo ao redor destas pessoas.

Para isso, coletamos informações bibliográficas e também em fontes primárias, sendo que algumas estão anexadas a este trabalho. Com estas informações pudemos observar que a historiografia passou vários anos apenas reproduzindo o que havia nas bibliografias, inclusive nos baseando em boatos e lendas, que de tanto serem reproduzidas, ganharam força de realidade. O estudo e interpretação das fontes primárias foi quase abandonado. Bibliografias recentes apenas apontam para interpretações e reproduções feitas no passado, sem que seja lançado novas dúvidas e respostas para as mesmas.

Estamos nos referindo, principalmente a questão de D.Leopoldina. Sempre foi notório que ela possuía uma formação educacional e familiar mais adequada que a de D.Pedro I. O fato de ser uma Habsburgo, sobrinha em segundo grau da Rainha da França Maria Antonieta, morta pela Revolução Francesa, e de ter vivido as invasões napoleônicas em seu país, a Áustria no início do século XIX, pode ter feito com que a Primeira Imperatriz do Brasil tivesse mais sensibilidade com acontecimentos naquele Brasil das primeiras décadas do século XIX.

Sua paixão pelas chamadas ciências naturais na época, fizeram com que seu casamento trouxesse o primeiro ‘retrato’ do que era aquele Brasil, além de sua fauna e flora, sua população, seus costumes e tradições.

A Missão Austríaca foi a primeira pesquisa com embasamentos científicos desenvolvida no Brasil, e não está errado dizer que tenha sido uma pesquisa interdisciplinar ou multidisciplinar. Apesar de contar no início com a participação apenas de europeus, estes lançaram bases para demais pesquisas científicas no país e para formação de cientistas brasileiros no decorrer do século XIX. Após a Proclamação da Independência, coube aos geógrafos da missão auxiliar, inclusive, na demarcação do território brasileiro. Entretanto, Pedro vinha de uma família tumultuada. Os problemas conjugais e disputas políticas entre D. João e D. Carlota Joaquina afetaram diretamente os filhos, principalmente Dom Pedro e D.Miguel.

Como a Família Real chegou ao Brasil em 1808, D.João teve que inserir toda ‘máquina’ política, administrativa e principalmente educacional na então colônia portuguesa, ou seja,

desta forma foi impossível que seus filhos tivessem uma formação como a de D.Leopoldina na Áustria. Porém, isto não quer dizer que D.Pedro e seus irmãos não tivessem formação educacional. D.Pedro foi o responsável pela compra do acervo da Biblioteca de Lisboa, trazido pela Família Real em 1808. Este material hoje forma grande parte do acervo da Biblioteca Nacional.

D.Pedro não foi um marido fiel, muito pelo contrário. Mas isso era esperado na época, pois os casamentos entre a realeza eram apenas acordos de Estado. Quando ele e D.Leopoldina se conheceram, já estavam casados. O mesmo aconteceu com D.Amélia, em 1829. Entretanto, seu envolvimento com a Sra. Domitila de Castro Canto e Melo foi um escândalo, pois o Imperador assumiu a amante publicamente, levando a Imperatriz Leopoldina a constrangimentos.

Boatos de violência física praticados pelo Imperador contra a esposa, fizeram com que dúvidas sobre a morte da Imperatriz em 1826 recaíssem sobre ele. Estes boatos persistem na bibliografia sobre o assunto até os dias atuais.

Com base nos estudos realizados em documentos da época, no exame de tomografia computadorizada que os remanescentes humanos da Imperatriz foram submetidos e com auxílio do Prof. Luiz Roberto Fontes, médico ginecologista e obstetra, chegamos a conclusão que uma suposta violência física pode não ter causado a morte da imperatriz, como é reproduzido em algumas bibliografias que falam sobre os imperadores do Brasil.

Apesar de não ter sido o que podemos chamar de bom marido para D.Leopoldina, ele sempre foi um bom pai, reconhecendo inclusive alguns filhos fora do casamento. O acordo de casamento entre a filha Maria da Glória (Maria II de Portugal), então com 7 anos de idade, em 1826, com o irmão de D.Pedro, D.Miguel, este com 24 anos, era uma prática comum para a realeza na época, como já afirmamos acima.

Sobre as decisões políticas tomadas por ele, tanto no Brasil como em Portugal, são um tanto quanto controversas e merecem um estudo mais aprofundado.

A figura da II Imperatriz do Brasil D.Amélia de Beauharnais-Leuchtenberg, segunda esposa de D.Pedro é muito pouco conhecida no Brasil, devido principalmente ao curto tempo que passou no país, de 1829 até 1831, quando voltou para Europa junto com D.Pedro após a abdicação deste.

No Brasil, ela foi responsável pela introdução de um protocolo na corte brasileira, além do banimento da Sra. D. Domitila de Castro do mesmo.

Já na Europa, auxiliou o marido nas questões que envolveram a guerra contra D.Miguel.

Dona Amélia não poderia ser chamada de ‘nobre de primeira linhagem’, apesar de sua mãe ser irmã do Rei da Baviera, seu pai era filho adotivo do ex-imperador francês Napoleão Bonaparte. Porém, acreditamos que a dedicação de D.Amélia à caridade, principalmente com a contribuição a um orfanato de Munique e a criação de um hospital para tuberculosos na Ilha da Madeira fez com que a história de vida da Imperatriz também nobre. Dona Amélia nunca foi Rainha de Portugal, quando a Revolução Constitucionalista terminou ela era apenas a Duquesa de Bragança, ou seja, nesta época era comum que as soberanas se preocupassem com as questões de caridade. Entretanto, D.Amélia não se importou com isso. Suas obras de caridade são mantidas até hoje. O que fizemos aqui foi mostrar um pouco do trabalho desta mulher e apresentá-la ao Brasil do século XXI.

Quando estudamos sobre o Monumento à Independência, buscamos mostrar um pouco sobre o valor simbólico do local, desde 7 de setembro de 1822, para os brasileiros, embora, este passe nos dias atuais por um certo esquecimento e abandono por parte das autoridades e de alguns setores da sociedade.

As dificuldades para sua construção desde o século XIX, mostrando um pouco sobre a cidade de São Paulo neste período, e é claro da história do próprio bairro do Ipiranga, até a conclusão da obra no século XX.

Apontamos problemas e sugerimos algumas soluções que não dependem apenas de nós e nem das autoridades, mas da própria sociedade como um todo.

Outro assunto que é pouco abordado pela historiografia sobre os imperadores do Brasil, é a questão dos traslados dos remanescentes humanos para o Monumento em São Paulo. Encontramos alguns documentos que revelam todos os trâmites entre o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, órgão responsável pelo traslado dos despojos de D.Leopoldina, em 1954, para a Cripta ou Capela Imperial. Estes documentos revelam os problemas entre o IHGSP e o Convento Santo Antônio, onde estavam depositados os restos mortais da Imperatriz, na cidade do Rio de Janeiro. O que concluímos, com base nestes documentos, é que o traslado não foi uma operação tão fácil, e tampouco amigável.

Há também as referências com relação aos acordos feitos entre o IHGSP e os membros da Família Imperial, onde podemos observar o porquê das questões de nomenclatura, ou seja, se seria Capela ou Cripta, pois havia as condições que foram colocadas pela família e até pouco tempo atrás, eram obedecidas pelas autoridades.

No caso do traslado dos despojos de D.Pedro de Portugal para o Brasil apontamos as questões políticas envolvidas entre os dois países em 1972.

Já o traslado dos remanescentes humanos de D.Amélia, toda questão cultural envolvida, com a formação de comissões pelas autoridades governamentais.

Para os trabalhos de campo realizados nos remanescentes humanos que estão depositados na Cripta ou Capela Imperial do Monumento à Independência, tivemos que obter as permissões da Família Imperial, IPHAN e DPH. Para conseguirmos estas permissões, tínhamos que garantir, antes de tudo, a segurança dos remanescentes humanos e material associado, além é claro dos membros da equipe de campo e dos trabalhadores e visitantes do Monumento. Neste caso, nossa primeira preocupação foi procurar quem poderia nos fornecer dados que pudessem nos auxiliar neste sentido, já que até então, não sabíamos que as urnas já haviam sido abertas no século XX. Mesmo após termos a consciência deste fato, saber os tipos de gases que poderiam estar nas urnas, assim como quais seus efeitos para os artefatos e remanescentes humanos e demais pessoas envolvidas com o cotidiano do Monumento continuava sendo importante.

Conseguimos o apoio da Profa. Celina L.Duarte do IPEN, que junto com o Ms.Nunes foram os responsáveis pelas análises de cromatografia gasosa, que garantiram a segurança de todos.

Nossa outra preocupação era para que todo o trabalho feito no local não prejudicasse os sarcófagos etc., contamos então com a ajuda da equipe da empresa Studio Sarasá, sob a supervisão do Sr. Antônio Luiz Ramos Sarasá Martin. Esta equipe é responsável por vários trabalhos de preservação e restauro, tanto do IPHAN como do DPH.

Para as análises dos artefatos e remanescentes humanos, tivemos a colaboração da Profa. Márcia A. Rizzutto do Instituto de Física da USP e dos Profs. Paulo H. Saldiva, Carlos A. Pasqualucci, Edson Amaro Jr. e Luis Fernando F.da Silva da Faculdade de Medicina da USP. Além dos pesquisadores Dr. Fernando A. Saraiva do Instituto de Geociências da USP e Dra.Adriana A.R. Menezes do Instituto de Ciências Biológicas da USP. A entomóloga Erika Cristina D. Carvalho do Instituto Oscar Freire e do gemólogo e perito forense Valter D. Muniz do CENINPER, dos pesquisadores Paulo Rezzutti e Claudia T Witte. Fora as colaborações do Prof. Sérgio F.S. Monteiro da Silva, arqueólogo da Universidade Federal de Pernambuco, o odontologista Herivelto de D.A.Martins, e dos médicos Wellyngton S.Geraldi e do Prof. Luiz R.Fontes que formaram junto conosco uma equipe multidisciplinar nas pesquisas nos remanescentes humanos e material associado dos primeiros Imperadores do Brasil.

Conseguimos, por exemplo, desmistificar a questão da morte da Imperatriz Leopoldina. Entretanto, ainda não podemos afirmar sua causa mortis e nem podemos afirmar que ela não sofria violência física, mas podemos afirmar que a Imperatriz não sofreu fraturas. E que foram sugeridos alguns problemas odontológicos que também não tem qualquer ligação com violência.

Pudemos observar detalhes do seu vestido imperial, traje de gala o qual ela foi inumada em 1826, incluindo também a simplicidade de seus brincos.

Com D.Pedro nos revelou uma questão muito triste, devido a forma com que encontramos seus remanescentes humanos. Apesar de encontramos apenas fragmentos de suas vestes, conseguimos visualizá-las um pouco e obter respostas sobre processos tafonômicos em parte de seus ossos.

Encontramos somente comendas portuguesas junto ao corpo, bem como botões com brasões do Reino de Portugal, não havia nada que o ligasse ao Brasil, o que poderia indicar os problemas que ele enfrentou no Brasil três anos antes de sua morte, em 1834. Estas comendas, botões e demais artefatos receberam tratamento provisório de higienização e acondicionamento visando sua preservação. Este material foi entregue ao Museu da Cidade de São Paulo, órgão ligado ao DPH, com a permissão da Chefia da casa Imperial do Brasil que sede este material, junto aos brincos e fragmento do manto de D.Leopoldina à Prefeitura do Município de São Paulo para que seja exposto à população.

No caso de D.Amélia, o corpo da Imperatriz estava preservado e como mostrou o exame de tomografia, seu corpo também estava com todos os órgãos internos conservados, mostrando que o tratamento aplicado aos remanescentes humanos em 1982, por portugueses e brasileiros foi muito bem realizado.

Entretanto, tivemos vários problemas para localizar o nicho que abrigava seu corpo, pois não tivemos informações concretas. Tivemos que buscar informações com pessoas que participaram do processo de traslado em 1982.

Todos os remanescentes humanos receberam tratamento adequado para sua preservação. No caso dos despojos de D.Amélia estamos fazendo monitoramento semanal. Embora o corpo esteja lacrado, há um visor onde podemos observar possíveis ações de microorganismos, e também a ação de cupins de solo que podem prejudicar a estrutura do ataúde.

No caso de D.Pedro e D.Leopoldina não é necessário um acompanhamento semanal, uma vez que as urnas estão nos sarcófagos de granito. Porém, é importante um monitoramento, principalmente pelo fato dos sarcófagos apresentarem desgastes. Se não houver maiores

problemas na estrutura do granito, o acompanhamento da preservação dos corpos pode ser realizado semestralmente. No momento, nós temos a permissão do DPH e da Família Imperial para este trabalho.

O objetivo deste trabalho e de todos que dele participaram é a preservação do patrimônio e da memória nacional do Brasil.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Aracy A. **Artes plásticas na Semana de 22**. São Paulo: 34, 1998.
- AMARAL, Sonia Guarita (org.) **O Brasil como império**. São Paulo: Nacional, 2009.
- ASMA, S. T. **Stuffed animals and pickled heads**. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- ASSUNÇÃO, Paulo de. **São Paulo Imperial: a cidade em transformação**. São Paulo: Arké, 2004.
- BRAGANÇA, Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e. **A Princesa Flor Dona Maria Amélia: a filha mais linda de D. Pedro I do Brasil e IV do nome em Portugal**. Funchal: Direção Regional de Assuntos Culturais, 2009.
- BREFE, Ana Claudia Fonseca. **O Museu Paulista: Affonso de Taunay e a memória nacional**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.
- BASTOS, Rossano Lopes **Uma Arqueologia dos Desaparecidos: Identidades Vulneráveis e Memórias Partidas**. São Paulo: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Superintendência Regional do IPHAN-SP, 2010.
- _____; SOUZA, Marise Campos de (Org.) **Normas e Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico. 3ª edição, revista, atualizada e ampliada**. São Paulo: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Superintendência Regional do IPHAN-SP, 2010.
- BULCÃO, C. **Leopoldina A princesa do Brasil**. Rio de Janeiro, Editora Rocco LTDA, 2006.p.78.
- CELLIEZ, Antoine. Leopoldine d'Autriche. *In: Les impératrices: France, Russie, Autriche, Brésil*. Paris: Eugène Dicrocq, s. d. pp. 581-601, 1863.
- CONNOLLY, T.J; RUIZ, C.L; McLAUGHLIN, J; TASA, G.L; KALLENBACH, E. **The Archeology of a Pioneer Family Cemetery in Western Oregon, 1854-1879**. Society for Historical Archeology. Historical Archaeology. U.S.A, vol 44, nº.4, 2010. pp.28-44.
- CORREA, Antônio Jorge (Gen) **O Simbolismo Histórico na Trasladação dos Restos Mortais de D. Pedro I**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Edição Comemorativa do Sesquicentenário da Independência do Brasil. São Paulo, pp.138-143, 1972.

COUTINHO, B.Xavier **O Coração de D.Pedro I, Imperador do Brasil (D.Pedro IV), Pertence À Cidade do Porto (1834-38)**. Cidade do Porto. Separata do Boletim “Amigos da Cidade do Porto”, 1975. pp. 05-36.

DEBRET, Jean B. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. vol III. São Paulo: EDUSP, 1972.

DONATO, Hernani. **Histórias dos usos e costumes do Brasil: 500 anos de vida cotidiana**. São Paulo: Melhoramentos, 2005. pp. 255-256.

FARAH, Sheila. **Além dos Jardins do Ipiranga: história, restauro e vida no Parque da Independência**. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 2004.

FERREIRA, L. M.; NOELLI F. S. **João Barbosa Rodrigues: precursor da etnoclassificação na Arqueologia da Amazônia**. Revista Amazônica, v.1, n.1, pp. 68-95, 2009.

FERRETTI, M **Princípios e aplicação de espectroscopia de fluorescência de Raios X (FRX) com instrumentação portátil para estudo de bens culturais**. Revista CPC, São Paulo, nº 7, pp. 74-98, nov2008/abr.2009.

FERREZ, G **O Brasil do Primeiro Reinado Visto pelo botânico William John Burchell**. Brasil, Fundação João Moreira Salles, 1981.p.100.

FRANCO, A. A. de M. **Jean Baptiste Debret. Estudos Inéditos**. Rio de Janeiro, Fontana, 1974, pp. 14-16.

BREDA FILHO, Odorino. **A enfermidade da imperatriz Leopoldina**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1973, nº 71, pp. 49-55.

HAWASS, Z.; JANOT, F.: **The royal mummies: immortality in Ancient Egypt**. Italy: White Star Publishers, 2008.

HERSTAL, Stanislaw. **Dom Pedro: estudo iconográfico**, vols: 1, 2, 3, São Paulo/Lisboa, 1972.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HODDER, I. **The archaeological process: an introduction**. UK: Blackawell Publishers, 1999.

KANN, Betina e LIMA, Patrícia de Souza. **Cartas de uma imperatriz**. São Paulo: Estação Liberdade, 2006.

KENT, P. Michael (S.A.R.). **Coroadas em terras distantes: triunfo, tragédias, paixão, poder na vida de oito princesas europeias**. Tradução de Maria João Batalha Reis. São Paulo: Ambientes & Costumes, 2011.

KROGMAN, W. M. **The human skeleton in forensic medicine**. 3rd ed. Springfield: Charles C. Thomas Publisher, p.153-187, 1978.

LIMA, M. Oliveira **O movimento da independência 1821-1822**. São Paulo: Melhoramentos, 1962.

_____. **D. João VI no Brasil**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

LOURENÇO, Antônio Gomes **Cirurgia clássica, anatômica, farmacêutica, médica, a mais moderna**. Segunda parte. Lisboa: Oficina de Antônio Rodrigues Galhardo, 1761. pp.317-326.

LUCCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil: tomadas durante uma estada de dez anos nesse país, 1808/1818**. São Paulo: Martins, 1951.

LUSTOSA, Isabel. **D. Pedro I: um herói sem nenhum caráter**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MAGALHÃES, Almeida. **Dona Leopoldina: a imperatriz da Independência**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, vol 55. São Paulo: Canton, 1959. pp. 249-262.

MCGUIGAN, Dorothy G. **Familie Habsburg 1273-1918: Glanz und Elend Eines Herrschehauses**. München: Ullstein, 2007.

OBERACKER JR, Carlos Henrique. **A imperatriz Leopoldina: sua vida e sua época. Ensaio de uma biografia**. Rio de Janeiro: IHGB; Conselho Federal de Cultura, 1973.

PAPAVERO, N. **Essays on the history of neotropical dipterology**. São Paulo: Museu de Zoologia da USP, v.1, 1971, pp.47-91.

RAFFARD, Henri **Apontamentos acerca de pessoas e coisas do Brasil**. In: Revista Trimenstral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899. Tomo LXI, Parte II, pp.86-89.

RAMIREZ, Ezekiel Stanley. **As relações entre a Áustria e o Brasil 1815-1889**. São Paulo: Nacional, 1968.

REZZUTTI, Paulo. **Titília e o Demonão: cartas inéditas de D. Pedro I à marquesa de Santos**. São Paulo: Geração, 2011.

RIEDL-DORN. **Natterer e a Missão Austríaca para o Brasil**. [s.l.], [s.e.], 1999.

ROBERTS, Charlotte; MANCHESTER, Keith. **The archaeology of disease**. 3rd edition. New York: Cornell University, 2005.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo - 1822**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

SANMARTINI, Giulio. **Casa de Bragança - Casa de Habsburgo: origem da Família Imperial do Brasil**. Rio de Janeiro: Artpress, 1998.

SCHIFFER, M. B. Archaeological context and systemic context. *In*: SCHIFFER, M. B. **Behavioral archaeology: first principles. Foundations of archaeological inquiry**. 1972. p. 25 - 34.

_____; SKIBO, J. M. Theory and experiment in the study of technological change. *In* SCHIFFER, M. B. **Behavioral archaeology: first principles. Foundations of archaeological inquiry**. 1995. p. 203-249.

SILVA, José Bonifácio de Andrada. **Obra política de José Bonifácio: comemorativa do Sesquicentenário da Independência**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1973.

SOUSA, Otávio Tarquínio de. **A vida de D. Pedro I**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.

SOUZA, Marise Campos de (Org.) **Um século e meio de conflitos na Arqueologia Preventiva em Portugal: entre o dever e o esquecimento**. São Paulo: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Superintendência do IPHAN-SP, 2010, p. 95-107.

SOUZA, M.; BOTELHO, R.A. **Métodos artificiais de tanatoconservação**. Revista Saúde, Ética & Justiça, 4 (1/2):33-47,1999. Disponível em: medicina.fm.usp.br/gdc/docs/iof_39_04_metodos.pdf.

SPIX, Johan Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich P. von. **Viagem pelo Brasil**, vols. 1, 2, 3, 4 Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico; Imprensa Nacional, 1938.

_____. **Viagem Pelo Brasil 1817-1820**, vols.1, 2, 3. São Paulo: EDUSP, 1981.

STRAUBE, F.C Johann. **Natterer (1787-1843): naturalista-maior do Brasil**. São Paulo: Revista Nattereria v.1, 2000, p. 4-11.

TAUNAY, Affonso d' E. O Ypiranga em 1822. *In: Guia da Sessão Histórica do Museu Paulista*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1937. p. 7-10.

TESSITORE, Viviane. **A Imperatriz Leopoldina: um personagem em três dimensões**. Projeto. Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH). Anais da XIX Reunião. Curitiba: 1999.

TORRES, Lygia Lemos. **Imperatriz Dona Amélia**. São Paulo: Elvino Pocaí, 1947.

VANZOLINI, P. E **As viagens de Johann Natterer no Brasil**. Papeis Avulsos de Zoologia. n. 38, 1993. p. 17-20.

_____. **A contribuição dos primeiros naturalistas viajantes no Brasil**. Revista da USP , nº 30, p.190-238. São Paulo: EDUSP, 1996.

WHITE Tim D.; FOLKENS Pieter A. **The human bone manual**. Amsterdam: Elsevier Academic Boston, 2005.

WITTE, Claudia Thomé. **A imperatriz esquecida**. Revista de História da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, setembro 2010. p.70-73.

Outras referências: Anexos e informações de Documentos:

Anexo A, B, C- I PAN-08.02.1826-Bar.c – Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis/Ibram/MinC.

Anexos D, E- MFN:10779- II PAN-11.02.1826-Cun.cl-17 - Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis/Ibram/MinC.

Carta de Dona Amélia para Dona Januária sobre autópsia no corpo de Dom Pedro - MFN: 04139-29.09.1834-AB.c-I-AMI - Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis/Ibram/MinC.

Anexo F - Maço 206-Doc 9382 - Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis/Ibram/MinC.

Anexo P - Planta da Cripta Imperial - Departamento do Patrimônio Histórico da Prefeitura de São Paulo.

Carta A. R. Gomes – Data 28.11.1911- m204-doc 9342 - Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis/Ibram/MinC.

Embalsamamento do corpo de Dona Amélia - Biblioteca Nacional de Lisboa - Setor de Periódicos – Microfilme - Diário Ilustrado número – 208.

Primeiro Boletim sobre o desastre de Suas Majestades Imperiais, e Fidelíssimas. Assinado pelo Barão de Inhomirim, Barão da Saúde e Drs. João Fernandes Tavares e Gravel Diário do Rio de Janeiro, nº8, Quinta-Feira, 10 de Dezembro, 1829. (Arquivo da Biblioteca Nacional).

Sepultamento Dona Amélia - Arquivo da Torre do Tombo E - Gaveta 16, maço 3, doc 47.

Testamento da Imperatriz Dona Amélia. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, vol.XLI, 2º Semestre, p.367-373, 1942.

Publicações do Archivo Nacional. A imperatriz Maria Leopoldina - documentos interessantes publicados para comemorar o primeiro centenário de sua morte, ocorrida no dia 1 de dezembro de 1826. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas do Archivo Nacional, 1926.

ANEXOS

Anexo A - Carta dos marqueses Inhambupe, Baependi, Caravellas, Conde de Lages e marques de Paranaguá informando a Dom Pedro informando a melhora da imperatriz,

02/12/1826

Museu Imperial de Petrópolis/ Ibram/ MinC

Anexo B - carta dos mesmos remetentes a Dom Pedro I informando a piora do estado de saúde da imperatriz, no mesmo dia, 02/12/1826

11
65

Senhor

Arquitetado, sabendo que V. M. a Imperatriz
recebeu depois de tão máo suceso, como tivemos
a honra de participar a V. M. I., não teve mui-
ta duração, porque na tarde d'esse mesmo dia con-
tinhou afebre, e appareceu outros symptomas
que fazião seu oitomo fatal; e q' excitou
nos habitantes desta capital hũa solidão, e
angustia tal, q' he bem difficil de se descrever.

Eschando-se pronta esta embarcação p' sa-
hir no seguinte dia, passamos mais prudente diffinir
sua partida para amanhã, a fim d'enviar
nos noticias circumtanciaes do estado da en-
fermidade, e poder-mos (como esperava-mos)
levar ao Pz de V. M. I. nosso jubilo, e do Co-
ro desta Cidade, q' exulta com a maior Corde-
dade, e verdadeira alegria pelas melhoras que
V. M. I. principia a experimentar.

Daremos muito Louvor a Deos, pois Co-
doroos se deagaparecerem absolutamente nosso re-
ceio, por tão assignatada Morte feita a V.
M. I., aos 28 de Agosto de 1826, e a Nação in-
teira, e a nos muito particular, por que cercados
de angustia, e afflicção participava-mos muito
de perto das tristes Consequencias de hũa perda

3-1688-26
5/12/1826

ARQUIVO NACIONAL
Banco
Escritorio
de 1900

Museu Imperial de Petrópolis/ Ibram/ MinC

Anexo C- Boletim médico escrito pelo marques mordomo-mór do Império informando Dom Pedro sobre os procedimentos médicos aplicados em Dona Leopoldina, 06/12/1826

Officio do Marques

Como V. Magestade a Imperatriz, nada mais tem a dizer senão que subsiste o mesmo que foi anunciado no boletim desta manhã.

Conveio-se na conferencia das onze horas, no emprego de Camphora, ether, hum vericatorio na nuca, Esinapismos, alem do remedio que se usou com zero, e substituiu-se a dose de 10 grains o vinho quinado. Estamos a esperar os efectos destas applicacoes, para se decidir na conferencia desta noite se haverá ou não alguma alteracao a fazer. Deus Guarde a V. Magestade.

Pais em 6 de Dez.
de 1826, pelas 6 horas da tarde

Officio do Marques
Marquez do Mordomo-Mór

Dr. P. L. A.

Conte fidel

Barão de ...

P.S.
Não remettio a V. Magestade a copia
do boletim porque não sentia
mais nada do que o que levei d'ella

Anexo D - Carta dos marqueses informando o imperador sobre os últimos momentos da imperatriz, as convulsões e delírios e o temor a uma possível revolta popular, 11/12/1826

Vamos tratar do seu funeral, empenhando
nos a que elle se conclua com a pompa, e mag-
nificencia que deve corresponder à sua Alta
Hierarchia. Espere que este funestissimo
acontecimento não chegue de outra maneira
a Augusta Presença do N. M. I., expediamo-
s com toda abundancia o Marquez de Luspi-
ramobon, Inteil Homem da Imperial Ca-
mara, portador desta, que tendo estado de-
maneira neste ultimo periodo da moléstia, e re-
sidindo sempre no Paço, poderá informar de
viva voz a N. M. I. de tudo o que se tem
passado por esta funebre occasião.

Salgamos, depois de ver, e fidelidade com-
municar a N. M. I., que a N. M. a Imperatriz
durante a sua cruel enfermidade soffeo al-
ternadamente violentas Convulsões, e ataques
nervozos com perturbação de Cerebro; e com
delírios delirios pronunciando palavras que indi-
cavam o motivo de sua inquietação, deixava
perceber que algumas Causas moraes o cunha-
vam sua imaginação, e que objectos de desgosto,
e de repellido se tinham apoderado gran-
demente do seu Espirito; o que tendo chegado
ao Conhecimento do Publico, a quem nada pode
ser occulto em tais Circumstancias, excitou nelle
grande murmuração com ameaças de vire-

Museu Imperial de Petrópolis/ Ibram/ MinC

Anexo E - Carta informando a Dom Pedro sobre os procedimentos aplicados ao corpo de Dona Leopoldina e detalhes sobre o funeral, 16/12/1826

Anexo F - Mesma carta, só que outra página, agora informando ao imperador que não foi empregado nenhum processo de embalsamamento ao corpo de D. Leopoldina, em respeito a um costume da época de não embalsamar corpos de senhoras.

ta Capital, e ate pelo Estrangeiros
residentes nella. Sem perda de tem-
po se mandou tambem suspender
o despacho dos Tribunaes por este
diá, com declaração de seu e luto
na forma da Lei de Omeres, Bri-
gerne e Salviado, como e publi-
cand por Bando o Senado da Ca-
marã.

Na Conferencia que logo tivemos
no Paço, para a qual convidamos
os Conselheiros de Estado que ali se
achavam, o Marquez Mordeano
Mior, e o Bispo Titular Eli-
se Coadjutor do Capellão Mior,
se resolveo, que o Augusto Cadaver
foi depositado no Coro da Igreja
de Nossa Senhora d' Ajuda, e por
que acutamos que, com Ordem po-
sitiva do V. M. I., não nos devia-
mos apartar do costume constante-
mente observado de não serem em-
balsamados os Cadaveres das Senho-
ras, não foi o de St. M. a Impera-
triz embalsamada; empregou-se

Anexo G - Carta de permissão para o traslado-príncipe Dom Pedro Gastão

Presado Dr. Professor Ernesto de Souza Campos,

Venho, muito penhorado, agradecer a Vossa Excelencia seu Officio do mez passado, enviado em seu nome, e em nome do Instituto Historico e Geografico de São Paulo, com o fim de pedir a aquiescencia da Familia Imperial para efetuar a trasladação dos despojos da Imperatriz Dona Leopoldina, do Convento de Santo Antonio do Rio de Janeiro, para o Pantheon, especialmente construido sob o Monumento do Ipiranga na cidade de São Paulo.

Peço-lhe ser o interprete do meu reconhecimento, junto dos meus Consocios do Instituto Historico de São Paulo e dizer-lhes o quanto este gesto comoveu a Familia Imperial.

Para tratar deste traslado, tive o prazer da sua visita no Palacio Grão Pará, como tambem o de nos encontrar-

IHGSP – Instituto Histórico Geográfico de São Paulo

mos no Gabinete de Sua Excelencia o Senhor Ministro da Educação e Saúde. Nestas ocasiões, mostrei a Vossa Excelencia a conveniencia de se acrescentar e consagrar um altar no Pantheon do Ipiranga, para se poder rezar o Santo Sacrificio da Missa e insisto para que seja providenciada esta obra antes da transladação dos restos. Pedirei tambem ao Instituto Historico e Geografico de tomar o compromisso de mandar celebrar anualmente um Officio Funebre, neste local, em sufragio da Alma da Imperatriz Dona Leopoldina, que viveu e morreu fiel a sua Religião Catolica Apostolica e Romana.

Agradecendo, mais uma vez o entusiasmo que demonstrou para essa patriotica realizacão, envio-lhe, assim como aos meus Consocios do Instituto Historico e Geografico de São Paulo, com os meus agradecimentos, minhas afetuosas lembranças.

Dom Pedro de Julianus Bragança

Petropolis, 6 de Agosto de 1954

Anexo H - Carta de permissão para o traslado-príncipe Dom Pedro Henrique

Jacarezinho, 26 de Julho de 1954.

Exmo. Snr. Prof. Dr. Ernesto de Souza Campos
DD. Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo.

Em sua carta de 25 de Julho, que me chegou às mãos apenas em 21 do corrente mês, V. Excia. solicita que eu autorize a transladação dos restos mortais de minha augusta tetra-avó, D. Leopoldina, do jazigo do Convento de Santo Antonio, no Rio de Janeiro, para o Mausoléu-Pantheon que a Prefeitura de S. Paulo construiu na colina do Ipiranga.

Devo dizer a V. Excia. que acho a ideia feliz, pois D. Leopoldina bem merece descansar ali onde o Brasil nasceu como nação independente, ela que tanto fez pela independencia do Brasil e tanto a desejou.

Como Chefe da Casa Imperial do Brasil dou meu consentimento para esta transladação dos despojos de minha venerada Ancestral, mas devo antes pedir algumas condições que passo a expor.

Primeiro. Que a Camara Mortuaria do Pantheon seja adornada de um grande Crucifixo, que dê ao mausoleu um carater religioso.

Segundo. Que haja um altar no Pantheon onde se possam celebrar Missas em sufragio das almas dos que lá descansarem.

Terceiro. Que o mausoléu seja previamente bento por sacerdote catolico.

Minha Familia é e sempre foi profundamente catolica, e não poderia se conformar que algum de seus membros repousasse em terra e ambiente não sagrados.

Uma vez garantidos estes tres pontos, eu, como Chefe da Casa Imperial consinto prazenteiramente que os despojos de D. Leopoldina sejam trasladados da Igreja do Convento de Santo Antonio para o Mausoléu do Ipiranga.

Quero porem crer que V. Excia. se tenha igualmente dirigido a meus primos, os Senhores D. Pedro Gastão e D. João de Orléans e Bragança, cujo consentimento tambem é necessario para se tocar no sepulcro de nossa augusta Avó.

Felicito V. Excia. pela luminosa iniciativa, que dará um cunho sagrado à historica colina do Ipiranga, e fará do Monumento de nossa independencia

um memorial ainda mais eloquente, a tornar viva aos presentes a epopeia
de nossa Emancipação política.

Deus guarde V. Excia.

Pedro Henrique de Almeida e Magalhães

Anexo I - Busca pelo responsável pela liberação dos despojos da Imperatriz

São Paulo, 8 de outubro de 1954.!

À Sua Excelência Reverendíssima

Frei Ludovico Gomes Castro, ofm.

Capital.

O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, de acôrdo com entendimento havido com Vossa Reverendíssima, por intermédio dos Senhores Olavo Siqueira Ferreira e Everardo Seixas Martinelli, designou este último para levar à Sua Excelência Reverendíssima Frei Heliodoro Mueller, ofm., Ministro Provincial da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil, o officio em que essa Ordem autoriza ao Reverendo Guardião do Convento de Santo Antônio, no Rio de Janeiro, a fazer a entrega dos venerandos despojos de Dona Leopoldina, 1ª Imperatriz do Brasil, para serem trasladados para o Panteon do Ipiranga, em São Paulo.

De posse desse documento, seguiu ontem, dia 7, em avião especial gentilmente cedido pela Força Aérea Brasileira, o senhor Everardo Seixas Martinelli com destino à cidade de Palmas, no Estado do Paraná, segundo indicação de Vossa Reverendíssima.

Não o encontrando nessa localidade e tendo sido informado que o Provincial seguira para Xapacó, no Estado de Santa Catarina, para lá seguiu incontinenti. Após diversas diligências teve notícias que S. Excia. seguira, na véspera desse dia, para Erechim, no Estado do Rio Grande do Sul, tendo antes dirigido mensagem pela Estação de Rádio local.

Lá chegando e após percorrer todas as casas de ordem religiosa, inclusive a residência paroquial, veio a saber que o Senhor Provincial deveria ter seguido nesse dia para Três Arcoios ou Curitiba.

Como não houvesse campo de aterrissagem em Três Arroios e, considerando o adiantado da hora, regressou a São Paulo tendo antes descido em Curitiba. Nessa Capital foi informado que Frei Heliodoro Mueller não estivera no Convento Bom Jesus.

À vista do exposto, isto é, de não ter sido encontrado o Provincial na viagem feita pelo Senhor Everardo Seixas Martinelli ao Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, tenho a honra de solicitar a Vossa Excelência Reverendíssima como Vice Provincial da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil, que conceda autorização para a entrega por parte do Guardião do Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro ou quem de direito na sua ausência, dos despojos da Augusta Imperatriz Dona Leopoldina.

DEUS GUARDE VOSSA EXCELENCIA POR LONGOS ANOS.

Dácio Pires Correia

Dácio Pires Correia,
Diretor do Instituto Histórico e
Geográfico de São Paulo.

Anexo J - Declaração do Arcebispo permitindo o traslado

Anexo K - Sepulcro de Dona Amélia na Capela Imperial

 27 100 09 23 2 005042
 ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO IPIRANGA- UNIDADE DE EXPEDIENTE GERAL
 26 agosto 82

448/AR-IP/82

REF.: Memorando nº 355/SSP/AR IP/82 -
sobre a remoção dos restos mor-
tais de Dna. Amélia de Leuchten-
berg da Capela para o sepulcro;
no Monumento do Ipiranga.

Senhor Assessor Cultural

Pelo presente, vimos solicitar os bons
ofícios de V.Sa. no sentido de providenciar a remoção dos restos mor-
tais da Dona AMÉLIA DE LEUCHTENBERG, da Capela para o Sepulcro, no Monu-
mento do Ipiranga, o qual foi construído para esse fim.

Tal pedido prende-se ao fato de tre-
tar-se de operação delicada, pois a urna funerária pesa aproximadamente
300 Kg., bem como o local de transferência ser de difícil acesso, e ta-
mém qualquer tentativa de nossa parte sem a devida assessoria dessa Se-
cretaria.

Aproveitamos o ensejo para reiterar a
V.Sa., os protestos da mais alta consideração.

Atenciosamente,

 LAERTE L. TOPORCOV
 Administrador Regional do Ipiranga

Ilmo. Sr.
 Emanuel Von Lauenstein Massarani
 DO. Assessor Cultural da
 Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo

Anexo L – Mensuração D. Leopoldina

	Medidas	Observador 1	Observador 2
	Crânio ©		
1	C1. comprimento máximo do crânio – glabella-opisthokranion (cpr)	17,2	17,5
2	C2. largura máxima do crânio – euryon-euryon (ct)	13,9	13,8
3	C3. diâmetro bizigomático – zygion-zygion (cpr)	11	11,1
4	C4. altura basion-bregma (cpr)	12,6	12,7
5	C5. comprimento da base do crânio – basion-nasion (cpr)	9,3	9,3
6	C6. comprimento basion-prosthion (cpr)	8,5	8,6
7	C7. largura maxilo-alveolar – ectomolare-ectomolare (cpr)	4,6	5,1
8	C8. comprimento maxilo-alveolar – prosthion-alveolon (cpr)	5,2	4,8
9	C9. largura biauricular – auriculare-auriculare (cpr)	10,7	10,8
10	C10. altura facial superior – nasion-prosthion (cc)	6,5	6,4
11	C11. largura mínima do frontal – frontotemporale-frontotemporale (cc)	9	8,9
12	C12. largura facial superior – frontomolare temporale-frontomolare temporale (cc)	8,9	8,8
13	C13. altura nasal – nasion-nasospinale (cc)		4,3
14	C14. largura nasal – alare-alare (cc)	2,1	2,1
15	C15. largura orbitária – dacryon-ectoconchion (cc)	3,1	3,6
16	C16. altura orbitária (cc)	3,8	4
17	C17. largura biorbitária – ectoconchion-ectoconchion (cc)	8,3	8,5
18	C18. largura interorbitária – dacryon-dacryon (cc)	1,6	1,1
19	C19. corda frontal – nasion-bregma (cc)	11,1	10
20	C20. corda parietal – bregma-lambda (cc)	11,2	13,9
21	C21. corda occipital – lambda-opisthion (cc)	9,4	7,6
22	C22. comprimento do foramen magnum – basion-opisthion (cc)	3,4	3,3
23	C23. largura do foramen magnum (cc)	2,9	2,9
24	C24. comprimento da mastoide (cc e cr)	2,8	2,8
	Mandíbula (M)		
25	M1. altura do mento – infradentale-gnathion (cc)	2,7	2,6
26	M3. altura do corpo da mandíbula (cc)	2,7	2,8
27	M4. largura do corpo da mandíbula (cc)	0,9	0,8
28	M5. distância bigonial – gonion-gonion (cc)	8,3	8,4
29	M6. largura bicondilar – condylion laterale- condylion laterale (cc)	10,1	9,9
30	M7. largura mínima do ramo (cc)	3	2,2
31	M8. largura máxima do ramo (cc)	5,5	4,9
32	M9. altura máxima do ramo (cc ou md)	5,7	4,9
33	M10. comprimento mandibular (md)	8,3	7,4
34	M11. ângulo mandibular - E (md)	123	126
	Infracrânio (IC)		
35	IC1. comprimento da clavícula D (to)		12
	IC2. comprimento da clavícula E (to)	12,5	11,8
36	IC3. diâmetro anterior (sagital-posterior) do meio da diáfise da clavícula D (cc)		0,9
	IC4. diâmetro anterior (sagital-posterior) do meio da diáfise da clavícula E (cc)	1	1
37	IC5. diâmetro superior (vertical-inferior) do meio da diáfise da clavícula D (cc)		0,7
	IC6. diâmetro superior (vertical-inferior) do meio da diáfise da clavícula E (cc)		0,9
38	IC7. altura (anatômica) da escápula D (cc)		11,7
	IC8. altura (anatômica) da escápula E (cc)	11,3	11,5
39	IC9. largura (anatômica) da escápula D (cc)		8,3
	IC10. largura (anatômica) da escápula E (cc)	8,7	8
40	IC11. comprimento máximo do úmero D (to)	27,4	
	IC12. comprimento máximo do úmero E (to)		
41	IC13. largura epicondilar do úmero D (to)	4,7	
	IC14. largura epicondilar do úmero E (to)		
42	IC15. diâmetro vertical da cabeça do úmero D (cc)	3,7	3,8
	IC16. diâmetro vertical da cabeça do úmero E (cc)		3,8
43	IC17. diâmetro máximo do meio da diáfise do úmero D (cc)	1,5	

	IC18. diâmetro máximo do meio da diáfise do úmero E (cc)		
44	IC19. diâmetro mínimo do meio da diáfise do úmero D (cc)	1,3	
	IC20. diâmetro mínimo do meio da diáfise do úmero E (cc)		
45	IC21. comprimento máximo do rádio D (to)		21
	IC22. comprimento máximo do rádio E (to)	20,8	
46	IC23. diâmetro antero-posterior do meio da diáfise do rádio D (cc)		1,3
	IC24. diâmetro antero-posterior do meio da diáfise do rádio E (cc)		
47	IC25. diâmetro medial-lateral do meio da diáfise do rádio D (cc)		0,9
	IC26. diâmetro medial-lateral do meio da diáfise do rádio D (cc)	1	
48	IC27. comprimento máximo da ulna D (to)		22,1
	IC28. comprimento máximo da ulna E (to)		
49	IC29. diâmetro anterior-posterior (dorso-volar) máximo da diáfise da ulna D (cc)		1,1
	IC30. diâmetro anterior-posterior (dorso-volar) máximo da diáfise da ulna E (cc)	22	
50	IC31. diâmetro medial-lateral (transverso) da diáfise da ulna D (cc)		1
	IC32. diâmetro medial-lateral (transverso) da diáfise da ulna E (cc)	0,8	
51	IC33. comprimento fisiológico da ulna D (cc)		19,2
	IC34. comprimento fisiológico da ulna E (cc)	18,5	
52	IC35. circunferência mínima da ulna D (fmm)		2,7
	IC36. circunferência mínima da ulna E (fmm)		
53	IC37. altura anterior do sacro (cc)	10	10,1
54	IC38. largura superior anterior do sacro (cc)	10,2	10,1
55	IC39. diâmetro transverso máximo da base do sacro (cc)	3,5	3,5
56	IC40. altura do osso do quadril – os coxae D (cpr ou to)	17,9	18
	IC41. altura do osso do quadril – os coxae E (cpr ou to)		17,5
57	IC42. largura ilíaca – os coxae D (cpr)	14,2	14
	IC43. largura ilíaca – os coxae E (cpr)		14,4
58	IC44. comprimento do púbis – os coxae D (cc)	7,1	7,8
	IC45. comprimento do púbis – os coxae E (cc)		7,7
59	IC46. comprimento do ísquio – os coxae D (cc)	7,7	6,2
	IC47. comprimento do ísquio – os coxae E (cc)		6
60	IC48. comprimento máximo do fêmur D (to)	41,8	41,6
	IC49. comprimento máximo do fêmur E (to)	41,8	41,3
61	IC50. comprimento bicondilar do fêmur D (to)	40,9	40,9
	IC51. comprimento bicondilar do fêmur E (to)	40,9	40,7
62	IC52. largura epicondilar do fêmur D (to)	6,4	6,3
	IC53. largura epicondilar do fêmur E (to)		
63	IC54. diâmetro máximo da cabeça do fêmur D (cc)		3,7
	IC55. diâmetro máximo da cabeça do fêmur E (cc)		3,6
64	IC56. diâmetro subtrocanterico anterior-posterior (sagital) do fêmur D (cc)		
	IC57. diâmetro subtrocanterico anterior-posterior (sagital) do fêmur E (cc)		
65	IC58. diâmetro subtrocanterico medial-lateral (transverso) do fêmur D (cc)		
	IC59. diâmetro subtrocanterico medial-lateral (transverso) do fêmur E (cc)		
66	IC60. diâmetro anterior-posterior (sagital) do meio da diáfise do fêmur D (cc)		2,3
	IC61. diâmetro anterior-posterior (sagital) do meio da diáfise do fêmur E (cc)		2,2
67	IC62. diâmetro medial-lateral (transverso) do meio da diáfise do fêmur D (cc)		2,1
	IC63. diâmetro medial-lateral (transverso) do meio da diáfise do fêmur E (cc)		2,2
68	IC64. circunferência do meio da diáfise do fêmur D (fmm)		6,8
	IC65. circunferência do meio da diáfise do fêmur E (fmm)		6,7
69	IC66. comprimento da tíbia D (to)	33,7	34,1
	IC67. comprimento da tíbia E (to)	33,5	33,6
70	IC68. largura máxima da epífise proximal da tíbia D (to)	6,2	6
	IC69. largura máxima da epífise proximal da tíbia E (to)	6,2	6,1
71	IC70. largura máxima da epífise distal da tíbia D (to)	4,5	4,6
	IC71. largura máxima da epífise distal da tíbia E (to)	4,5	4,4
72	IC72. diâmetro máximo antero-posterior da diáfise (no forame nutrício) da tíbia D (cc)	3,4	4,3
	IC73. diâmetro máximo antero-posterior da diáfise (no forame nutrício) da tíbia E (cc)	2,9	4,3
73	IC74. diâmetro medial-lateral (transverso) da diáfise (no forame nutrício) da tíbia D (cc)	2,4	3,7

	IC75. diâmetro medial-lateral (transverso) da diáfise (no forame nutrício) da tíbia E (cc)	2,2	3,2
74	IC76. circunferência da diáfise (no forame nutrício) da tíbia D (fmm)	8,8	11,7
	IC77. circunferência da diáfise (no forame nutrício) da tíbia E (fmm)	8,1	12,3
75	IC78. comprimento máximo da fíbula D (to)	33,5	33,6
	IC79. comprimento máximo da fíbula E (to)	33,2	33,1
76	IC80. diâmetro máximo do meio da diáfise da fíbula D (cc)	1,4	1,4
	IC81. diâmetro máximo do meio da diáfise da fíbula E (cc)	1,2	1,1
77	IC82. comprimento máximo do calcâneo D (cc)	7,8	
	IC83. comprimento máximo do calcâneo E (cc)		
78	IC84. largura média do calcâneo D (cc)	3,9	
	IC85. largura média do calcâneo E (cc)		
	Complementações		
	IC86. comprimento do manúbrio (cc)		
	IC87. comprimento do corpo do esterno (cc)		
	IC88. diâmetro máximo da cabeça do rádio D (cc)		
	IC89. diâmetro máximo da cabeça do rádio E (cc)		

Anexo M – Análise Odontológica

Avaliados dentes presentes e ausente nos arcos dentários

Avaliados presença e ausência de coroa e raiz

Avaliados presença de alterações ósseas em virtude de patologias dentárias (Abscessos periodontais, granulomas e cementomas) não conclusivos, apenas sugestivos

Avaliados presença de material restaurador

Avaliados posição dentária (extrusão)

NÃO REALIZADO EXAME VISUAL E RADIOGRÁFICO

Dente	Presente/Ausente	Presença Inteira da Coroa	Presença de Raiz(es)	Patologia (parcialmente conclusiva) e observações
11	P	S	S	
12	A	-	-	PM?
13	A	-	-	PM?
14	P	-	S	Rarefação óssea periapical sugestiva cisto/granuloma e extensão da raref.óssea com alvéolo do dente 13
15	P	S	S	Rarefação óssea periapical delimitada sugestiva cisto/granuloma
16	P	S	S	Rarefação óssea Periapical delimitada sugestiva cisto/granuloma.Demonstra comunicação do cisto c/ seio da face.Coroa parcialmente destruída por processo carioso em região ocluso/cervical e separação das raízes e abrasão das cúspides.
17	P	S	S	Rarefação óssea periapical delimitada, com extensão envolvendo as raízes.
18	P	S	S	
21	A	-	-	PM?
22	P	S	S	Rebordo alveolar c/perda óssea vertical por mesial e distal
23	P	S	S	Rebordo alveolar c/perda óssea vertical por mesial e distal
24	P	N	S	1/3 de raiz unirradicular
25	P	N	S	Raiz birradicular/perda de osso alveolar/perda da coroa PM??
26	P	N	S	Raízes MV/DV e P; perda óssea em rebordo alveolar vertical e raiz MV com reabsorção radicular.
27	P	S	S	Perda óssea horizontal por D
28	P	S	S	Perda óssea horizontal por M e perda óssea em região da tuberosidade maxila.
31	P	S	S	Só verificados pela tomo em norma frontal Prejudicado em tomo lateral
32	P	S	S	Só verificados pela tomo em norma frontal Prejudicado em tomo lateral Mand/Max.
33	P	S	S	
34	P	S	S	
35	P	S	S	
36	A	-	-	AM

37	P	S	S	Rarefação óssea apical
38	P	S	S	Rarefação óssea apical e material radiopaco em região distal
41	P	S	S	Só verificados pela tomo em norma frontal Prejudicado em tomo lateral
42	P	S	S	Só verificados pela tomo em norma frontal Prejudicado em tomo lateral
43	P	S	S	
44	P	S	S	
45	P	S	S	
46	P	N	S	Presença de raízes M e D Rarefação óssea apical
47	P	S	S	Perda óssea vertical por M e discreta por D
48	P	S	S	Rarefação óssea apical .

Herivelto de Deus Alves Martins

Odontologista

Anexo N – Mensuração D. Pedro I

	Medidas	Observador 1	Observador 2	Observador 3
	Crânio (C)			
1	C1. comprimento máximo do crânio – glabella-opisthokranion (cpr)	18,3		18,6
2	C2. largura máxima do crânio – euryon-euryon (ct)	14		14,5
3	C3. diâmetro bizigomático – zygion-zygion (cpr)	1,7		11,7
4	C4. altura basion-bregma (cpr)	13,8		14
5	C5. comprimento da base do crânio – basion-nasion (cpr)	10,2		10,2
6	C6. comprimento basion-prosthion (cpr)	9,4		9
7	C7. largura maxilo-alveolar – ectomolare-ectomolare (cpr)	6		6,2
8	C8. comprimento maxilo-alveolar – prosthion-alveolon (cpr)	5,1		4,7
9	C9. largura biauricular – auriculare-auriculare (cpr)	12,2		11,1
10	C10. altura facial superior – nasion-prosthion (cc)	6,8		6
11	C11. largura mínima do frontal – frontotemporale-frontotemporale (cc)	9		9,1
12	C12. largura facial superior – frontomale temporale-frontomale temporale (cc)	9,7		9,7
13	C13. altura nasal – nasion-nasospinale (cc)	5,5		5,3
14	C14. largura nasal – alare-are (cc)	2,3		2,2
15	C15. largura orbitária – dacryon-ectoconchion (cc)	3,3		4
16	C16. altura orbitária (cc)	3,7		3,9
17	C17. largura biorbitária – ectoconchion-ectoconchion (cc)	3,4		9
18	C18. largura interorbitária – dacryon-dacryon (cc)	2		1,5
19	C19. corda frontal – nasion-bregma (cc)	11,7		11,6
20	C20. corda parietal – bregma-lambda (cc)	11,9		13,1
21	C21. corda occipital – lambda-opisthion (cc)	9,6		8,7
22	C22. comprimento do foramen magnum – basion-opisthion (cc)	3,6		3,4
23	C23. largura do foramen magnum (cc)	3,4		3,5
24	C24. comprimento da mastoide (cc e cr)	3,3		3,1
	Mandíbula (M)			
25	M1. altura do mento – infradentale-gnathion (cc)	2,4		2,5
26	M3. altura do corpo da mandíbula (cc)	2,3		2,4
27	M4. largura do corpo da mandíbula (cc)	1,1		1,4
28	M5. distância bigonial – gonion-gonion (cc)	8,9		9
29	M6. largura bicondilar – condylion laterale- condylion laterale (cc)	10,9		10,9
30	M7. largura mínima do ramo (cc)	2,8		0,3
31	M8. largura máxima do ramo (cc)	4,1		0,8
32	M9. altura máxima do ramo (cc ou md)	5,9		3
33	M10. comprimento mandibular (md)	8,3		13,8
34	M11. ângulo mandibular - E (md)	122,4		12,5
	Infracrânio (IC)			
35	IC1. comprimento da clavícula D (to)	14,1		13,7
	IC2. comprimento da clavícula E (to)	13,9		14,1
36	IC3. diâmetro anterior (sagital-posterior) do meio da diáfise da clavícula D (cc)	1,4		1,2
	IC4. diâmetro anterior (sagital-posterior) do meio da diáfise da clavícula E (cc)	1,2		1,3
37	IC5. diâmetro superior (vertical-inferior) do meio da diáfise da clavícula D (cc)	1		0,9
	IC6. diâmetro superior (vertical-inferior) do meio da diáfise da clavícula E (cc)	1,1		0,8
38	IC7. altura (anatômica) da escápula D (cc)	15,7		14,6
	IC8. altura (anatômica) da escápula E (cc)	15,3		13,9
39	IC9. largura (anatômica) da escápula D (cc)	11		10,6
	IC10. largura (anatômica) da escápula E (cc)	11,1		10,8
40	IC11. comprimento máximo do úmero D (to)	32,4		32
	IC12. comprimento máximo do úmero E (to)	33,2		32,7
41	IC13. largura epicondilar do úmero D (to)	6,4		6,5
	IC14. largura epicondilar do úmero E (to)	6,2		6,2
42	IC15. diâmetro vertical da cabeça do úmero D (cc)	5,3		4,8
	IC16. diâmetro vertical da cabeça do úmero E (cc)	4,9		4,7
43	IC17. diâmetro máximo do meio da diáfise do úmero D (cc)	2,1		2,2

	IC18. diâmetro máximo do meio da diáfise do úmero E (cc)	2,1		2,2
44	IC19. diâmetro mínimo do meio da diáfise do úmero D (cc)	1,9		2,1
	IC20. diâmetro mínimo do meio da diáfise do úmero E (cc)	2		2,1
45	IC21. comprimento máximo do rádio D (to)	24,4		24,5
	IC22. comprimento máximo do rádio E (to)	24,5		24,3
46	IC23. diâmetro antero-posterior do meio da diáfise do rádio D (cc)	1,5		1,3
	IC24. diâmetro antero-posterior do meio da diáfise do rádio E (cc)	1,4		1,2
47	IC25. diâmetro medial-lateral do meio da diáfise do rádio D (cc)	1		1,7
	IC26. diâmetro medial-lateral do meio da diáfise do rádio D (cc)	1,2		1,7
48	IC27. comprimento máximo da ulna D (to)	25,7		26,2
	IC28. comprimento máximo da ulna E (to)			26
49	IC29. diâmetro anterior-posterior (dorso-volar) máximo da diáfise da ulna D (cc)	1,4		1,6
	IC30. diâmetro anterior-posterior (dorso-volar) máximo da diáfise da ulna E (cc)			1,4
50	IC31. diâmetro medial-lateral (transverso) da diáfise da ulna D (cc)	1,2		1,3
	IC32. diâmetro medial-lateral (transverso) da diáfise da ulna E (cc)			1,3
51	IC33. comprimento fisiológico da ulna D (cc)	23,1		23,4
	IC34. comprimento fisiológico da ulna E (cc)			23
52	IC35. circunferência mínima da ulna D (fmm)	4,1		4,6
	IC36. circunferência mínima da ulna E (fmm)			4
53	IC37. altura anterior do sacro (cc)	13,6		13,7
54	IC38. largura superior anterior do sacro (cc)	11,4		8,8
55	IC39. diâmetro transverso máximo da base do sacro (cc)	4,3		3,6
56	IC40. altura do osso do quadril – os coxae D (cpr ou to)	21		21
	IC41. altura do osso do quadril – os coxae E (cpr ou to)	21,3		21,2
57	IC42. largura ilíaca – os coxae D (cpr)	14,5		14,9
	IC43. largura ilíaca – os coxae E (cpr)	14,7		14,8
58	IC44. comprimento do púbis – os coxae D (cc)	7,7		8,5
	IC45. comprimento do púbis – os coxae E (cc)	8,3		8,5
59	IC46. comprimento do ísquio – os coxae D (cc)	8,1		8
	IC47. comprimento do ísquio – os coxae E (cc)	7,8		8,3
60	IC48. comprimento máximo do fêmur D (to)	46,6		46,3
	IC49. comprimento máximo do fêmur E (to)	46,4		45,7
61	IC50. comprimento bicondilar do fêmur D (to)	42,6		45,3
	IC51. comprimento bicondilar do fêmur E (to)	42,4		44,9
62	IC52. largura epicondilar do fêmur D (to)			8,4
	IC53. largura epicondilar do fêmur E (to)			8,4
63	IC54. diâmetro máximo da cabeça do fêmur D (cc)			4,4
	IC55. diâmetro máximo da cabeça do fêmur E (cc)			4,3
64	IC56. diâmetro subtrocantérico anterior-posterior (sagital) do fêmur D (cc)	2,7		2,6
	IC57. diâmetro subtrocantérico anterior-posterior (sagital) do fêmur E (cc)	2,8		2,7
65	IC58. diâmetro subtrocantérico medial-lateral (transverso) do fêmur D (cc)			3,2
	IC59. diâmetro subtrocantérico medial-lateral (transverso) do fêmur E (cc)			3,3
66	IC60. diâmetro anterior-posterior (sagital) do meio da diáfise do fêmur D (cc)			3
	IC61. diâmetro anterior-posterior (sagital) do meio da diáfise do fêmur E (cc)			2,9
67	IC62. diâmetro medial-lateral (transverso) do meio da diáfise do fêmur D (cc)			2,8
	IC63. diâmetro medial-lateral (transverso) do meio da diáfise do fêmur E (cc)			2,9
68	IC64. circunferência do meio da diáfise do fêmur D (fmm)	8,4		8,6
	IC65. circunferência do meio da diáfise do fêmur E (fmm)			9,1
69	IC66. comprimento da tíbia D (to)			38,4
	IC67. comprimento da tíbia E (to)			38,2
70	IC68. largura máxima da epífise proximal da tíbia D (to)	38,1		7,5
	IC69. largura máxima da epífise proximal da tíbia E (to)	38,5		7,6
71	IC70. largura máxima da epífise distal da tíbia D (to)	5,1		4,5
	IC71. largura máxima da epífise distal da tíbia E (to)	4,8		4,5
72	IC72. diâmetro máximo antero-posterior da diáfise (no forame nutrício) da tíbia D (cc)	3,9		3,5
	IC73. diâmetro máximo antero-posterior da diáfise (no forame nutrício) da tíbia E (cc)	4,2		3,4
73	IC74. diâmetro medial-lateral (transverso) da diáfise (no forame nutrício) da tíbia D (cc)	3,1		2,4

	IC75. diâmetro medial-lateral (transverso) da diáfise (no forame nutrício) da tíbia E (cc)	3		2,4
74	IC76. circunferência da diáfise (no forame nutrício) da tíbia D (fmm)	10,8		9,4
	IC77. circunferência da diáfise (no forame nutrício) da tíbia E (fmm)	11,6		9,2
75	IC78. comprimento máximo da fíbula D (to)	37,8		37,6
	IC79. comprimento máximo da fíbula E (to)	37,8		37,5
76	IC80. diâmetro máximo do meio da diáfise da fíbula D (cc)	1,5		1,8
	IC81. diâmetro máximo do meio da diáfise da fíbula E (cc)	1,7		1,6
77	IC82. comprimento máximo do calcâneo D (cc)	8,4		8,4
	IC83. comprimento máximo do calcâneo E (cc)	8,3		8,4
78	IC84. largura média do calcâneo D (cc)	3,8		4,1
	IC85. largura média do calcâneo E (cc)	4		4
	Complementações			
	IC86. comprimento do manúbrio (cc)			5
	IC87. comprimento do corpo do esterno (cc)			11
	IC88. diâmetro máximo da cabeça do rádio D (cc)			2
	IC89. diâmetro máximo da cabeça do rádio E (cc)			1,9

Anexo O – Análise Odontológica D.Pedro I

Avaliação odontológica e alterações morfológicas de remanescentes dentários de Imperador D.Pedrol, realizados através de fotos, tomografia.

MAXILA

- 1)Presentes os elementos dentários: 11,12,13,14,15,16,17,21,22,23,24,25,26,27
- 2)O dente 18 apresenta-se retido na região do túber da maxila
- 3)O dente 28 não localizado (não existiu o gérmen deste dente ou perda ante-mortem)
- 4)Ausência da cúspide vestibular do elemento dentário 14 provavelmente por trauma
- 5)Ausência das cúspides vestibular e palatina do 25 pr
- 6)Anatonia em forma de pá (shovel-shaped)do 11,12,21 e 22
- 7)Presença de cingulo no 12 bem definido e no 22 apresenta-se bipartido
- 8)Presença de estrutura deTubérculo de Carabelli no 26
- 9)No elemento dentário 26 apresenta-se desgaste ou fratura por trauma das cúspides VM e DP e presença de material com aspecto de material restaurador e de cor clara na região oclusal.
- 10)Os dentes dos arco superior, assim como o inferior apresentam-se enegrescidos na região do terço cervical.
- 11)Posição dos elementos dentários superiores direito apresentam-se com irregularidades no seu alinhamento e consequente mudança da normoclusão com dentes inferiores
- 12)Analisando os elementos dentários superiores direito observa-se que os elementos dentários 12,14 e 15 estão com a sua parte coronária estão com o posionados para palatina.
- 13)O dente 16 apresenta-se com ligeira extrusão

MANDÍBULA

- 1)Presença dos elementos 31,32,33,34,35,37, 41,42,43,44,45,47
- 2) O dente 48 apresenta-se retido em região próximo ao ramo ascendente da manbíbula, abaixo da linha de oclusão do 47
- 3)Ausência dos elementos dentários 36 e 46 post-mortem
- 4)Desgaste da região incisal e/ou fratura do 31,32,41 e 42
- 5)O dente 32 apresenta-se mudança de posicionamento, girovertido no sentido vestibulo-mesial
- 6)O dente 42 apresenta-se mudança de posicionamento, com giroversão acentuada no sentido vestibulo-mesial.
- 7)O dente 33 apresenta uma depressão na estrutura de esmalte formando uma linha na face lingual em porção de terço cervical.

- 8) Os dentes 31, 32 e 41 apresentam, também, este achado anatômico
- 9) Na região de terço cervical nas faces V e L apresentam-se enegrescidas, com fortes indícios de processos tafonômicos ocorridos
- 10) O dente 34 apresenta-se com ligeira giroversão no sentido V-D
- 11) O dente 45 apresenta-se com pequena alteração de posicionamento para L
- 12) O dente 48 apresenta-se retido no interior do osso mandibular em região de trígono retro molar.
- 13) O dente 37 está posicionado com inclinação para mesial em virtude da ausência do 36. Apresenta-se, também, com uma linha de fratura no sentido ocluso-cervical post-mortem somente pela face V.

Anexo P - Planta da Cripta Imperial

SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA
DPH DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO
DIVISÃO DE PRESERVAÇÃO
SEÇÃO TÉCNICA DE PROJETO, RESTAURO E CONSERVAÇÃO

02.04
MONUMENTO À INDEPENDÊNCIA
PARQUE DA INDEPENDÊNCIA
LEVANTAMENTO
JUL 2005 ESC. 1:500
PLANTA
LARA MELO SOUZA

Departamento do Patrimônio Histórico da Prefeitura do Município de São Paulo.

Anexo Q – Mensuração D. Amélia

	Medidas	Observador 1
	Crânio ©	
1	C1. comprimento máximo do crânio – glabella-opisthokranion (cpr)	18,5
2	C2. largura máxima do crânio – euryon-euryon (ct)	15,3
3	C3. diâmetro bizigomático – zygion-zygion (cpr)	12,6
4	C4. altura basion-bregma (cpr)	12,5
5	C5. comprimento da base do crânio – basion-nasion (cpr)	9,9
6	C6. comprimento basion-prosthion (cpr)	8,6
7	C7. largura maxilo-alveolar – ectomolare-ectomolare (cpr)	5,2
8	C8. comprimento maxilo-alveolar – prosthion-alveolon (cpr)	4,8
9	C9. largura biauricular – auriculare-auriculare (cpr)	12,4
10	C10. altura facial superior – nasion-prosthion (cc)	7,6
11	C11. largura mínima do frontal – frontotemporale-frontotemporale (cc)	10,7
12	C12. largura facial superior – frontomalare temporale-frontomalare temporale (cc)	10,9
13	C13. altura nasal – nasion-nasospinale (cc)	5,6
14	C14. largura nasal – alare-are (cc)	2,8
15	C15. largura orbitária – dacryon-ectoconchion (cc)	4,1
16	C16. altura orbitária (cc)	3,5
17	C17. largura biorbitária – ectoconchion-ectoconchion (cc)	10,9
18	C18. largura interorbitária – dacryon-dacryon (cc)	2,4
19	C19. corda frontal – nasion-bregma (cc)	11,3
20	C20. corda parietal – bregma-lambda (cc)	10,6
21	C21. corda occipital – lambda-opisthion (cc)	10,1
22	C22. comprimento do foramen magnum – basion-opisthion (cc)	3,6
23	C23. largura do foramen magnum (cc)	3,4
24	C24. comprimento da mastoide (cc e cr)	2,8
	Mandíbula (M)	
25	M1. altura do mento – infradentale-gnathion (cc)	2,4
26	M3. altura do corpo da mandíbula (cc)	2,7
27	M4. largura do corpo da mandíbula (cc)	1
28	M5. distância bigonial – gonion-gonion (cc)	9,9
29	M6. largura bicondilar – condylion laterale- condylion laterale (cc)	11,7
30	M7. largura mínima do ramo (cc)	2,4
31	M8. largura máxima do ramo (cc)	3,7
32	M9. altura máxima do ramo (cc ou md)	4,8
33	M10. comprimento mandibular (md)	8,4
34	M11. ângulo mandibular - E (md)	126,8
	Infracrânio (IC)	
35	IC1. comprimento da clavícula D (to)	14,5
	IC2. comprimento da clavícula E (to)	14
36	IC3. diâmetro anterior (sagital-posterior) do meio da diáfise da clavícula D (cc)	1,2
	IC4. diâmetro anterior (sagital-posterior) do meio da diáfise da clavícula E (cc)	1,1
37	IC5. diâmetro superior (vertical-inferior) do meio da diáfise da clavícula D (cc)	1
	IC6. diâmetro superior (vertical-inferior) do meio da diáfise da clavícula E (cc)	1
38	IC7. altura (anatômica) da escápula D (cc)	14,3
	IC8. altura (anatômica) da escápula E (cc)	14,1
39	IC9. largura (anatômica) da escápula D (cc)	10,1
	IC10. largura (anatômica) da escápula E (cc)	9,5
40	IC11. comprimento máximo do úmero D (to)	31,6
	IC12. comprimento máximo do úmero E (to)	31,5
41	IC13. largura epicondilar do úmero D (to)	5,6
	IC14. largura epicondilar do úmero E (to)	5,5
42	IC15. diâmetro vertical da cabeça do úmero D (cc)	4,2
	IC16. diâmetro vertical da cabeça do úmero E (cc)	4,1
43	IC17. diâmetro máximo do meio da diáfise do úmero D (cc)	2

	IC18. diâmetro máximo do meio da diáfise do úmero E (cc)	1,8
44	IC19. diâmetro mínimo do meio da diáfise do úmero D (cc)	1,6
	IC20. diâmetro mínimo do meio da diáfise do úmero E (cc)	1,6
45	IC21. comprimento máximo do rádio D (to)	23
	IC22. comprimento máximo do rádio E (to)	22,8
46	IC23. diâmetro antero-posterior do meio da diáfise do rádio D (cc)	1,5
	IC24. diâmetro antero-posterior do meio da diáfise do rádio E (cc)	1,5
47	IC25. diâmetro medial-lateral do meio da diáfise do rádio D (cc)	1
	IC26. diâmetro medial-lateral do meio da diáfise do rádio D (cc)	1
48	IC27. comprimento máximo da ulna D (to)	24,2
	IC28. comprimento máximo da ulna E (to)	24
49	IC29. diâmetro anterior-posterior (dorso-volar) máximo da diáfise da ulna D (cc)	1,1
	IC30. diâmetro anterior-posterior (dorso-volar) máximo da diáfise da ulna E (cc)	1,2
50	IC31. diâmetro medial-lateral (transverso) da diáfise da ulna D (cc)	1,4
	IC32. diâmetro medial-lateral (transverso) da diáfise da ulna E (cc)	1,4
51	IC33. comprimento fisiológico da ulna D (cc)	21,3
	IC34. comprimento fisiológico da ulna E (cc)	21,1
52	IC35. circunferência mínima da ulna D (fmm)	3,5
	IC36. circunferência mínima da ulna E (fmm)	3,4
53	IC37. altura anterior do sacro (cc)	13,2
54	IC38. largura superior anterior do sacro (cc)	12,9
55	IC39. diâmetro transverso máximo da base do sacro (cc)	4,8
56	IC40. altura do osso do quadril – os coxae D (cpr ou to)	22
	IC41. altura do osso do quadril – os coxae E (cpr ou to)	21,4
57	IC42. largura ilíaca – os coxae D (cpr)	17,3
	IC43. largura ilíaca – os coxae E (cpr)	17
58	IC44. comprimento do púbis – os coxae D (cc)	8,1
	IC45. comprimento do púbis – os coxae E (cc)	8,7
59	IC46. comprimento do ísquio – os coxae D (cc)	10,9
	IC47. comprimento do ísquio – os coxae E (cc)	10
60	IC48. comprimento máximo do fêmur D (to)	46,7
	IC49. comprimento máximo do fêmur E (to)	47,2
61	IC50. comprimento bicondilar do fêmur D (to)	47,5
	IC51. comprimento bicondilar do fêmur E (to)	46,8
62	IC52. largura epicondilar do fêmur D (to)	8,1
	IC53. largura epicondilar do fêmur E (to)	8
63	IC54. diâmetro máximo da cabeça do fêmur D (cc)	4,5
	IC55. diâmetro máximo da cabeça do fêmur E (cc)	4,5
64	IC56. diâmetro subtrocantérico anterior-posterior (sagital) do fêmur D (cc)	3,3
	IC57. diâmetro subtrocantérico anterior-posterior (sagital) do fêmur E (cc)	3,4
65	IC58. diâmetro subtrocantérico medial-lateral (transverso) do fêmur D (cc)	3
	IC59. diâmetro subtrocantérico medial-lateral (transverso) do fêmur E (cc)	3
66	IC60. diâmetro anterior-posterior (sagital) do meio da diáfise do fêmur D (cc)	2,6
	IC61. diâmetro anterior-posterior (sagital) do meio da diáfise do fêmur E (cc)	2,5
67	IC62. diâmetro medial-lateral (transverso) do meio da diáfise do fêmur D (cc)	2,4
	IC63. diâmetro medial-lateral (transverso) do meio da diáfise do fêmur E (cc)	2,5
68	IC64. circunferência do meio da diáfise do fêmur D (fmm)	8,3
	IC65. circunferência do meio da diáfise do fêmur E (fmm)	8,1
69	IC66. comprimento da tíbia D (to)	36
	IC67. comprimento da tíbia E (to)	36
70	IC68. largura máxima da epífise proximal da tíbia D (to)	7,4
	IC69. largura máxima da epífise proximal da tíbia E (to)	7,4
71	IC70. largura máxima da epífise distal da tíbia D (to)	5,3
	IC71. largura máxima da epífise distal da tíbia E (to)	5,1
72	IC72. diâmetro máximo antero-posterior da diáfise (no forame nutrício) da tíbia D (cc)	2,5
	IC73. diâmetro máximo antero-posterior da diáfise (no forame nutrício) da tíbia E (cc)	2,5
73	IC74. diâmetro medial-lateral (transverso) da diáfise (no forame nutrício) da tíbia D (cc)	3,3

74	IC75. diâmetro medial-lateral (transverso) da diáfise (no forame nutrício) da tíbia E (cc)	3,3
	IC76. circunferência da diáfise (no forame nutrício) da tíbia D (fmm)	8,9
	IC77. circunferência da diáfise (no forame nutrício) da tíbia E (fmm)	9,3
75	IC78. comprimento máximo da fíbula D (to)	35,5
	IC79. comprimento máximo da fíbula E (to)	36
76	IC80. diâmetro máximo do meio da diáfise da fíbula D (cc)	1,8
	IC81. diâmetro máximo do meio da diáfise da fíbula E (cc)	1,8
77	IC82. comprimento máximo do calcâneo D (cc)	7,9
	IC83. comprimento máximo do calcâneo E (cc)	7,8
78	IC84. largura média do calcâneo D (cc)	3,8
	IC85. largura média do calcâneo E (cc)	4,3
	Complementações	
	IC86. comprimento do manúbrio (cc)	4,9
	IC87. comprimento do corpo do esterno (cc)	9,4
	IC88. diâmetro máximo da cabeça do rádio D (cc)	2,9
	IC89. diâmetro máximo da cabeça do rádio E (cc)	3

Anexo R – Análise Odontológica D. Amélia

Avaliação odontológica e alterações morfológicas do(s) arco(s) dentários de Dona Amélia, avaliadas através de exames de tomografia.

- 1) Perda antemortem de todos os dentes do arco dentário superior.
- 2) Verifica-se a presença de 5 elementos dentários 31, 32, 33, 41 e 42
- 3) Mudanças de posicionamento dos dentes remanescentes em virtude de perda óssea provavelmente por exposição de doença periodontal.
- 4) Perda de substância na porção coronária e porção radicular compatível com processo carioso na face distal do 32 .
- 5) Perda óssea alveolar na face vestibular da mandíbula ocasionando a vestibularização dos dentes remanescentes
- 6) Verifica-se abrasão porção radicular no seu terço cervical do dente 33 por vestibular.
- 7) Espaçamentos entre os dentes (Diastemas) 31, 32 e 33 e entre o 42 e 41 em decorrência da perda de inserção óssea no osso alveolar pelo comprometimento da doença periodontal.
- 8) Mesialização do dente 41
- 9) Perda do dente 43 post-mortem
- 10) Nota-se que na região próximo ao processo estilóide, região da ATM e processo condilar da mandíbula algo compatível com coroa clínica de um dente.